

FELIPE YERA BARCHI

BOEMUNDO BRASILEIRO:

**João Ribeiro, Cultura Cosmopolita, Identidade Nacional e Escrita da História
na Primeira República**

ASSIS

2019

FELIPE YERA BARCHI

BOEMUNDO BRASILEIRO:

**João Ribeiro, Cultura Cosmopolita, Identidade Nacional e Escrita da História
na Primeira República**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de **doutor** em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientadora: Prof^a Dr^a Fabiana Lopes da Cunha

Bolsista: CNPq

ASSIS

2019

Ficha Catalográfica

B243b	<p>BARCHI, Felipe Yera</p> <p>Boemundo Brasileiro : João Ribeiro, Cultura Cosmopolita, Identidade Nacional e Escrita da História na Primeira República / Felipe Yera BARCHI. -- Assis, 2019 196 p. : fotos</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis Orientadora: Fabiana Lopes da CUNHA</p> <p>1. História do Brasil. 2. Historiografia. 3. Ensino de História. 4. Cultura Cosmopolita. 5. Identidade Nacional. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Assis. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: BOEMUNDO BRASILEIRO: João Ribeiro, Cultura Cosmopolita, Identidade Nacional e Escrita da História na Primeira República

AUTOR: FELIPE YERA BARCHI

ORIENTADORA: FABIANA LOPES DA CUNHA



Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. FABIANA LOPES DA CUNHA
PPG/História / UNESP/Assis

Prof. Dr. ANTONIO SIMPLICIO DE ALMEIDA NETO
Departamento de História / UNIFESP/Guarulhos

Prof. Dr. MILTON CARLOS COSTA
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. RONALDO CARDOSO ALVES
Departamento de Educação / UNESP/Assis

Prof. Dr. ALEXANDRE DE SA AVELAR
Instituto de História / UFU/Uberlândia

Assis, 01 de outubro de 2019

Nota ortográfica: as citações (trechos) de fontes e obras historiográficas foram atualizadas de acordo com o acordo ortográfico de 2009. No entanto, no que tange a nomes próprios como os de livros e periódicos mantivemos a grafia original para facilitar questões metodológicas que remetem a organização e consulta de fontes e arquivos. Portanto, fique o leitor advertido que nos verá falando em “Revista Brasileira” e “O Paiz”, ao mesmo tempo em que as citações de fontes do período serão atualizadas para “política brasileira” e “o país”, por exemplo. Nomes de pessoas foram atualizados quando houve conflito nas fontes, é o caso de “Silvio Romero” (em alguns casos grafado Sylvio) e “Manoel Bonfim” (Bomfim), por exemplo.

Dedico este trabalho ao meu filho Nicolas que todo dia me ensina de um jeito diferente que

“Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás”

Agradecimentos

Em 2004 meu irmão Rafael e minha mãe Marcília acreditaram em mim e num momento de dificuldades apostaram os poucos recursos que tinham para pagar minha inscrição no vestibular. Deu certo! Desde então nunca deixaram de me incentivar e me socorrer nas horas difíceis. O apoio familiar foi muito importante durante minha trajetória e sou muito grato a todos, até mesmo à minha sogra Terezinha, pois sem sua dedicação e amor para com meu filho Nicolas essa tese não teria saído. Deixo meu muito obrigado também a meu pai Carlos, minha irmã Bruna e todos familiares (Tia Te e família, Tia Iraci e família), especialmente minha esposa Aline pelo companheirismo nas horas difíceis e de sacrifício.

Sem eles eu não teria chegado aqui. Mas, além do inestimável apoio deles pude desfrutar de instituições de ensino e pesquisa públicas. Elas foram essenciais.

Agradeço ao CNPq, sem a bolsa de estudos essa tese não teria sido realizada, ela foi absolutamente vital para a conclusão desse estudo, graças a bolsa pude me dedicar inteiramente a pesquisa por três anos. Tive oportunidade de visitar arquivos, bibliotecas e universidades no Brasil e na Europa graças ao CNPq, que é uma das instituições de maior credibilidade em meio ao caos que o país vive e deve ser preservada como patrimônio indissolúvel do povo brasileiro, independentemente de partidos políticos, e deve estar a salvo de desmandos e aventureiros inescrupulosos.

À Unifesp agradeço imensamente a oportunidade de ter passado três anos lá durante o mestrado, período em que pude amadurecer pessoal e academicamente. Orgulhosamente participei da primeira turma de mestrado em História nessa universidade e o clima que pudemos desfrutar lá foi acolhedor e estimulante. Fica aqui meu muito obrigado a todos professores, em especial os que lecionaram diretamente para mim: Glaydson Silva, Fábio Franzini, Maria Rita Toledo de Almeida e Wilma Peres Costa. Além deles, à caríssima professora Samira Abdel Osman que participou da minha qualificação e meu orientador de mestrado Antonio Simplício de Almeida Neto, absolutamente fundamental na minha formação.

Para a Unesp presto as minhas máximas deferências, pois foi a escola que me forjou. Eu não seria a mesma pessoa sem ter passado pelas experiências que a Unesp me proporcionou. Na figura do inoxidável bibliotecário Auro Sakuraba e do eterno unespiano Luis Carlos Schimith agradeço a todos funcionários e professores.

Devo também um muito obrigado a toda equipe do Arquivo Histórico da ABL e da Biblioteca do Petit Trianon que me foram sempre muito solícitos.

Quanto às pessoas de “fora” da família, primeiramente gostaria de expressar meu profundo agradecimento a minha orientadora, professora Fabiana Lopes da Cunha. Ela acreditou em mim quando lhe apresentei um projeto vagamente formulado, me deu liberdade e apoio nos momentos de dificuldade. Seu direcionamento proporcionou maior amplitude a essa tese e me tirou da zona de conforto.

Agradeço enormemente os professores Fábio Franzini e Milton Carlos Costa pela participação no Exame de Qualificação e o encorajamento e suporte que me deram. Ambos foram os responsáveis pela minha formação historiográfica. Os eventuais problemas são de minha responsabilidade, pois os cursos de *Teoria e Método* e *História Cultural* que tive a sorte de assistir foram do mais alto nível. Sou muito grato também aos professores Ronaldo Cardoso (Unesp) e Alexandre de Sá Avelar (UFU) que também participaram da banca da defesa final da tese e à professora Tania de Luca que lecionou a disciplina *Intelectuais e Imprensa (1880-1920)* em 2015.

Gratidão também aos amigos dessa jornada da pós-graduação: com Leonardo Dallaqua de Carvalho e Moisés Stahl minha dívida é gigantesca, esses dois estiveram ao meu lado desde as primeiras formulações de projetos para o mestrado em 2010 e desde então foram interlocutores qualificados para tudo o que eu fiz desde então. Outros que estiveram ao meu lado nesse caminho de pesquisas são os lurdeanos Eduardo Amando de Barros Filho, Rafael Henrique Antunes e Adilson Oberleitner.

Já na prateleira dos novos amigos, feitos durante o doutorado, agradeço a Luís Ernesto Barnabé pela parceira em vários projetos, à Andrew Okamura, Lucas Taoni, Rafaela Goulart e Milena Mayer.

Não poderia me esquecer dos amigos do Departamento Secreto de Cultura: Renata Gabriel, Sam Moura, Juninho, Aline Pit, Rose e Adriano que nos últimos anos proporcionaram cafés e jantares que nunca deveriam acabar e certamente guardarei na memória esses momentos felizes.

Certamente alguns foram injustiçados pela minha memória, mas não exageremos na minha relevância. Todos sobreviverão.

BARCHI, Felipe Yera. **Boemundo Brasileiro: João Ribeiro, Cultura Cosmopolita, Identidade Nacional e Escrita da História na Primeira República**. 196 folhas. Tese (doutorado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

Resumo

Esta tese apresenta a trajetória do polígrafo e historiador João Ribeiro (1860-1934) durante a Primeira República Brasileira (1889-1930). Analisando sua biografia e as principais obras pretende-se reavaliar a atuação desse importante homem de letras e suas contribuições à historiografia brasileira de então, bem como sua atuação no Ensino de História, em especial como autor de livros didáticos. Além disso, este estudo põe em foco os debates intelectuais acerca da identidade nacional brasileira em um período marcado pela prevalência de uma cultura cosmopolita nos países ocidentais destacando a contribuição de João Ribeiro para a área.

Palavras-chave: João Ribeiro; Cultura Cosmopolita; Identidade Nacional; Historiografia; Livros Didáticos.

BARCHI, Felipe Yera. **Brazilian Boemund. João Ribeiro, Cosmopolitan Culture, National identity and History's Writing in Brazilian First Republic.** 196 p. Thesis (PhD in History). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2019.

Abstract

This thesis presents the trajectory of the polygraph and historian João Ribeiro (1860-1934) during the First Brazilian Republic (1889-1930). Analyzing his biography and the main works, it is intended to reevaluate the performance of this important man of letters and his contributions to the Brazilian historiography of that time, as well as his performance in History Teaching, especially as author of textbooks. In addition, this study focuses on intellectual debates about Brazilian national identity in a period marked by the prevalence of a cosmopolitan culture in western countries highlighting the contribution of João Ribeiro to the area.

Keywords: João Ribeiro; Cosmopolitan Culture; National Identity; Historiography; Textbooks.

Sumário

Introdução.....	15
CAPÍTULO I: João Ribeiro (1860-1934).....	17
1.1 <i>Ad Immortalitatem</i>	21
1.2 Perfil.....	24
1.2.1 Escalada Finissecular.....	27
1.2.2 Status socioeconômico de um escritor de livros didáticos.....	45
1.2.3 A maturidade intelectual no século XX.....	49
1.2.4 O fim de uma era.....	53
1.2.5 O Velho Modernista.....	56
1.3 A Revolução de 30.....	62
1.4 Construções Biográficas.....	67
1.4.1 Um filho, um discípulo.....	68
1.4.2 Um Biógrafo, Mais um Discípulo.....	78
CAPÍTULO II: Cultura Cosmopolita e Identidade Nacional.....	82
2.1 O Diamante Liberal.....	86
2.2 Civilização e Progresso.....	90
2.2.1 Paz e Concórdia.....	93
2.3 Modernização compulsória, consentida e desejada.....	95
2.4 O Rio de Janeiro.....	96
2.4.1 A Transformação da nova capital observada pelos cronistas.....	105
2.5 A novíssima capital em 1922 e o Modernismo.....	112
2.5.1 A querela modernista Rio-São Paulo.....	115
2.6 João Ribeiro, o modernismo e <i>A Língua Nacional</i>	118
CAPÍTULO III: Escrita da História.....	122
3.1 Uma história-ciência, sem grandes nomes.....	124
3.2 O discurso de posse no IHGB.....	131
3.3 História do Brasil.....	137
3.3.1 Visão Geral.....	138
3.3.2 Portugueses e os primórdios da colonização.....	139
3.3.3 Jesuítas, indígenas e bandeirantes.....	141
3.3.4 Negros e a escravidão.....	144
3.3.5 Outros europeus.....	146
3.3.6 Revoluções e conservantismo.....	150

3.3.6.1 Raça, Revolução e História	152
3.3.7 História do Presente: Abolição e República	154
3.3.8 Debate historiográfico	156
3.4 História Universal.....	159
3.4.1 Clássicos	162
3.4.2. Modernos	164
3.5 Mote e glosa	169
3.5.1 As qualidades de um bom historiador: Oliveira Lima – história e historiadores	169
3.5.1 O espelho de Heródoto: João Ribeiro critica Capistrano de Abreu.....	173
3.5.2 O especialista e o <i>savant</i> : Capistrano de Abreu e João Ribeiro	176
Considerações Finais	178
Apêndice I: Obras de João Ribeiro.....	181
Apêndice II: Correspondência de João Ribeiro	185
Anexo I: Perfil do Imortal João Ribeiro no site da ABL.....	187
Anexo II – Pesquisa de Topônimos	189
Referências	190
Arquivos Consultados	190
Bibliografia.....	191

Figura A - João Ribeiro (1860-1934)



*Retrato reproduzido postumamente em **O Malho**. Recorte sem data encontrada no Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras.*

Lista de Imagens

Figura A – Retrato em *O Malho*

Figura 1.1: René Magritte - *La trahison des images* (1929)

Figura 1.2: *A Noite* noticia o falecimento de João Ribeiro

Figura 1.3: Telegrama de condolências vindo do Equado

Figura 1.4: Telegrama de condolências vindo da Polônia

Figura 1.5: Recorte do Jornal *A Noite* (1934) – Acervo ABL

Figura 1.6: Página de Créditos de *A Semana*

Figura 1.7: Primeira Página de *A Semana*.

Figura 1.8: Livro de Registros do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II)

Figura 1.9: Imortais da ABL

Figura 1.10: Folha de rosto do clássico de João Ribeiro

Figura 1.11: Anúncios de Francisco Alves na *Gazeta de Notícias* (04/01/1895)

Figura 1.11.b: Detalhe - Anúncio dos livros de João Ribeiro e outros

Figura 1.12: Carta de Genebra (13/08/1914)

Figura 2.1: Capa de *O Folk-lore*

Figura 2.2: Cartão Postal da Fachada Manuelina do Conselho Municipal

Figura 2.3: Palácio Pedro Ernesto - Câmara Municipal do Rio

Figura 2.4: *Paz e Concórdia* – Pedro Américo (1902)

Figura 2.5: *A Libertação dos Escravos* – Pedro Américo (1889)

Figura 2.6: Capa de *Homens e Causas Estrangeiras* de José Veríssimo (1902)

Figura 2.7: Rua do Ouvidor no século XIX

Figura 2.8: Confeitaria Colombo

Figura 2.9: Avenida Central

Figura 2.10 - a: Cartaz da Exposição do Centenário (1922)

Figura 2.10 - b: Cartaz da Exposição do Centenário (1922)

Figura 2.11: Medalha Comemorativa do Centenário de Nascimento de Joao Ribeiro – Ministério da Educação e Cultura (1960)

Figura 2.12 – Capa de *A Língua Nacional* (1921)

Introdução

A lenda de Boemundo, um eremita da Idade Média, ensejou o apelido que ilustres colegas deram a João Ribeiro. Nem feio, nem repugnante, mas de aspecto rude, rosto encoberto por espessa barba quase que a obstruir os olhos e a boca, assim era descrito o monge do Abruzzo, num conto escrito pelo próprio João Ribeiro publicado n’*A Semana*. Numa nota de rodapé o autor explica que se trata de uma historieta medieval dotada de muitas variantes, entre as quais uma escrita em latim pelo monge Coinsy que remontava ao século XIII.

Na versão do sergipano – que segundo ele apenas deu interpretação artística ao assunto histórico – o eremita cai na tentação de desejar a mulher do preboste de Aquileia e tomado pela volúpia, cedendo a tentação da carne, no ápice da consumação do pecado é rejeitado pela “ave pernalta” que o abraçara. Boemundo agora era só desilusão, saíra de seu isolamento na caverna, descera do altar das ideias puras para ser rejeitado pela serpente que o provocara.

Se, como disse João Ribeiro o assunto era histórico, a razão de lhe atribuírem o apelido de Boemundo é desconhecida. Possivelmente, alude a relação dos intelectuais com a imprensa. Olavo Bilac, outro colaborador do hebdomadário, era um dos que criticavam o abandono dos ideais da pura arte – poesia – e a adesão a imprensa a vapor como uma prostituição espiritual. Contudo, tanto Bilac, como a maioria dessa geração padecia desse pecado. Em geral, os homens de letras tinham que “se virar”.

Imprensa, literatura e magistério eram áreas comuns e interconectadas para essa geração. O serviço público e a formação em direito ou medicina eram outros traços característicos e nesse sentido, João Ribeiro pode ser entendido como intelectual¹ prototípico da Primeira República. Num país em que o analfabetismo grassava três quartos da população, pode-se depreender que os letrados estavam no pavimento superior da pirâmide social, mas não necessariamente na cimeira.

¹ Num sentido mais genérico – no português brasileiro – atribuído a palavra: “1. Relativo ao intelecto; 2. que tem dotes de espírito, de inteligência; 3. Pessoa devotada às coisas do espírito, da inteligência” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário Aurélio*. 2ª Edição. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1988, p. 291).

Para ganhar a vida Ribeiro foi, simultaneamente ou quase, professor, escritor, crítico literário, editor, tradutor. Por gosto, foi também poeta, músico e pintor. Não menos importante foi sua atividade como historiador. Tentamos abarcar o conjunto da sua obra, de par à sua biografia, no intuito de rastrear o movimento das ideias durante a Primeira República, sobretudo as relacionadas à escrita da história.

Circundadas por duas épocas pujantes – o Império e a Era Vargas – as primeiras décadas da experiência republicana brasileira têm sido vistas como uma espécie de interlúdio, hiato silencioso. Na literatura a alcunha “pré-modernista” abarca escritores como Graça Aranha², Euclides da Cunha e Lima Barreto, no entanto, alguns apontam que o período é marcado mais pela vida literária e assim a literatura “sorriso da sociedade” seria a tendência predominante da *Belle Époque* Tropical. Do ponto de vista de uma iconografia brasílica vemos durante essas décadas a passagem da pintura neoclássica de Pedro Américo ao modernismo de Tarsila do Amaral. Vinte anos separam o *Paz e Concórdia* pintado pelo primeiro da famosa Semana de Arte Moderna.

Essas duas balizas iconográficas valem como síntese, ideias-projeto, que se chocaram no início do século XX. Entre esses embates estava João Ribeiro ora com os clássicos, ora com os modernos. Nosso intuito é o de entender as construções e debates intelectuais num momento de busca por uma identidade nacional concomitante ao avançar de uma cultura cosmopolita e como essas forças aparentemente contraditórias se manifestam em João Ribeiro – para nós, partícipe da última geração de polígrafos-historiadores e já precursor tanto dos historiadores-ensaístas, quanto dos historiadores-especialistas. Para tanto, acompanharemos a trajetória pessoal e intelectual de João Ribeiro no primeiro capítulo, no segundo trataremos da imbricação entre cultura cosmopolita e identidade nacional na época e, por fim, traçaremos um panorama geral da obra historiográfica desse autor no terceiro capítulo.

² Há quem o considere simbolista como Lúcia Miguel Pereira citada por Angela de Castro Gomes em **Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de Festa**. *Luso-Brazilian Review*, Volume 41, Number 1, 2004, p. 87.

CAPÍTULO I:
João Ribeiro (1860-1934)

Trocando a palavra “pipe” (cachimbo) por “biografia”, invocamos a célebre obra de René Magritte, *La trahison des images*, para defender a dupla perspectiva de nosso trabalho acerca de João Ribeiro. No quadro do pintor belga há a figura de um cachimbo e logo abaixo a frase “Ceci n’est pas une pipe” (isso não é um cachimbo). De fato, não é um cachimbo, mas a *representação* deste. Nossa primeira perspectiva é a da desconstrução da *persona* biográfica retratada, sobretudo, por Mucio Leão e Joaquim Ribeiro, uma *antibiografia*; a segunda, mais complexa, é uma restituição de João Ribeiro, sua obra, pensamento e atuação fora das amarras em que parte da historiografia o prendeu, a partir de um corte biográfico tal qual o *plano detalhe* executado por fotógrafos e cineastas.

Figura 1.1: René Magritte - *La trahison des images* (1929)



Com isso não queremos impor uma suposta *Verdadeira Biografia de João Ribeiro*, porém, cremos que nosso empreendimento joga luz em muitos dos debates sobre a Primeira República. Polivalente, João Ribeiro deixou marcas na literatura, na imprensa, na indústria editorial e também no ensino de História e historiografia. Muito provavelmente qualquer um que venha a estudar a história cultural, nas suas mais diferentes vertentes, da Primeira República irá se deparar com sua figura.

Tratar do cachimbo [JR] e de sua representação é o nosso intuito nesta primeira parte da tese e cumpre advertir que a balança pesou mais para o lado da representação. Assim, esse trabalho não é uma biografia no sentido clássico, qual seja o de construir uma narrativa coesa e explicativa, segundo um *télos*, da vida de João Ribeiro. Nosso objetivo

foi desconstruir as várias estátuas de João Ribeiro que encontramos pelo caminho ou ao menos revelar os escultores, seus métodos e materiais: uma *antibiografia*. No entanto, como já dito, reconhecemos que a despeito de termos optado por essa abordagem, subjaz uma circunscrição temática que nos conduz ao terreno da biografia. Desse modo, se aceitarmos as definições de estilo propostas por François Dosse³, situaremos essa tarefa a meio caminho entre a *biografia modal* e a *biografia intelectual*. Esta última se caracteriza quando o interesse pelo biografado emerge de sua obra intelectual, a primeira se consoma ao tomar aquela personagem como representativa de uma categoria maior. Nosso interesse por João Ribeiro nasce de seus escritos sobre história, bem como por ele encarnar, ao nosso ver, o tipo ideal do homem de letras – e historiador – da Primeira República. O mesmo François Dosse aponta que “as biografias intelectuais constituem o ensejo de um envolvimento forte do biógrafo que explicita quase sempre a sua relação com o biografado”⁴ e sendo assim, cabe esclarecermos a genealogia da presente pesquisa.

Nosso intuito inicial era o de estudar a geração de professores de história e historiadores brasileiros que se lançaram à missão de escrever as primeiras histórias universais publicadas aqui e a forma como a história do Brasil era amarrada à história geral – *universal* – da civilização. Mas, além das obras, nos interessava também entender o status social dos lentes e escritores de didáticos numa época em que o senso comum julgava ter sido a época de ouro da escola brasileira, quando, supostamente, os professores ganhavam tanto quanto juízes, eram respeitados na sociedade, os maiores nomes das letras nacionais atuavam no magistério público, bem como os livros escolares tinham status de obra. Tal ideia, nos levou a escola secundária modelo, abrigo de considerável parte da *intelligentsia* brasileira, que era o Colégio Pedro II e lá encontraríamos o catedrático de História João Ribeiro. Ele não era o único, nem o primeiro dos professores do CPII a escrever um livro de história do Brasil, também não foi o primeiro brasileiro a escrever uma história universal, no entanto, muitos problemas da pesquisa convergiam para ele. Seu currículo satisfazia plenamente o protótipo do professor-intelectual que buscávamos entender e a ampla disponibilidade de publicações sobre o homem e a obra nos convidava a um mergulho mais profundo. Foi o que fizemos e então passamos a escrutinar a vida e a obra de João Ribeiro, bem como toda e qualquer linha que se tenha escrito a seu respeito. Das primeiras leituras emergiu um polígrafo erudito e cosmopolita,

³ DOSSE, François. *O desafio biográfico – escrever uma vida*. Edusp: São Paulo, 2015, ver especialmente *Capítulo 3* (p. 195-228) e *Capítulo 6* (p. 361-403).

⁴ Idem, p. 370-371.

vijado, *best-seller* dos didáticos, imortal da Academia Brasileira de Letras, catedrático do Colégio Pedro II, adido extraordinário em missões diplomáticas, entre outros epítetos laudatórios⁵. Com efeito, ao nos debruçarmos sobre os documentos, principalmente sua correspondência, pudemos vislumbrar a figura de carne e osso, pelejando em diversas frentes para angariar o sustento da prole, travando relações triviais e por vezes não lisonjeiras com uma série de pares que hoje são nomes de ruas.

Após esse choque de realidade tivemos de tirar João Ribeiro do Olimpo e trazê-lo ao solo, mais precisamente ao Rio de Janeiro, capital efervescente da Primeira República. Passamos a perscrutar as redes de intelectuais, instituições e impressos nos quais ele se embrenhou através de uma leitura cruzada de múltiplas fontes como jornais, revistas, romances, memórias, biografias, cartas, arquivos administrativos da ABL, do CPII e do Itamaraty. Além desse trabalho de reconstrução sincrônica a fim de entender homem e obra no seu tempo, outras questões surgiram no eixo diacrônico: os rótulos que lhe foram atribuídos ao longo do século XX constituem matéria bastante díspar. Isso não chega a ser uma novidade em se tratando de biografias intelectuais. Como aponta Dosse:

o significado de uma vida nunca é unívoco, só pode declinar-se no plural, não apenas pelo fato de as mudanças que a travessia do tempo implica, mas também pela importância a conceder à recepção do biografado e de sua obra que é correlativa do momento considerado e do meio que deles se apropria⁶.

Essa operação de multiplicação explica o porquê de sempre se poder escrever novas biografias sobre as mesmas personagens. Indo mais longe, Dosse aponta que os limites naturais da biografia – o nascimento e a morte do biografado – são hoje muitas vezes postos de lado, ultrapassados⁷. “O após-morte do biografado torna-se tão significativo quanto seu período de vida, pelos traços que deixa e pelas múltiplas flutuações na consciência coletiva sob todas as suas formas de expressão”⁸.

Quanto ao eixo sincrônico, nossa pesquisa focou no papel que as categorias “universal”, “cosmopolita” e “nacional” desempenhavam na obra de João Ribeiro. Cabe observar que fazemos uma leitura reconhecidamente enviesada da obra do polígrafo: nosso interesse está no “historiador”, isso não significa que desprezamos os textos de crítica literária ou gramática, mas que eles não constituem o cerne do que buscamos

⁵ Esse perfil laudatório se espalha por capas e prefácios de livros e pode ser vislumbrado, em forma resumida, no *Anexo I: Biografia de João Ribeiro* retirado do site da Academia Brasileira Letras. Pelo peso institucional, podemos entender esse pequeno perfil como a *biografia oficial* do escritor.

⁶ DOSSE, 2015. Op. Cit, p. 375.

⁷ Idem, p. 405.

⁸ Idem, *ibidem*.

entender. Assim, ao pensar essas categorias e as linhas de tensão entre elas recorreremos a vida do autor e aos debates e projetos políticos e culturais em disputa à época.

Tal abordagem se fez necessária e não cremos na primazia elementar de nenhuma das pontas desse cabo de guerra: ora a vida explica a obra, ora a obra explica a vida, e em alguns casos nem uma, nem outra. Rejeitamos veementemente o que Antoine Compagnon chamou de “vidobra”⁹, basicamente definida como a postura de deduzir o sentido da obra a partir das peripécias da vida.

Saindo de uma pesquisa de mestrado sobre livros didáticos amparada na teoria dos circuitos de comunicação dos livros proposta por Robert Darnton¹⁰, nos interessava analisar as redes que esses autores formavam justamente num período germinal para a historiografia brasileira e o ensino escolar de história. Concomitantemente aos deslocamentos institucionais, a República despertava com a promessa de um futuro luzidio que redesenhou o espaço de experiência e o horizonte de expectativa¹¹ e, conseqüentemente, mudou as formas de se pensar e fazer história no país.

Por tudo isso, pensamos ser proveitoso acompanhar em detalhe as trajetórias de quem viu e viveu esses movimentos de perto, ora fazendo parte da média, ora sendo a exceção.

1.1 *Ad Immortalitatem*

Fechada a tampa do caixão, o julgamento sobre o morto se torna definitivo - Provérbio Chinês¹²

Em 14 de abril de 1934 falecia o sergipano João Ribeiro. Condolências chegavam de toda parte ao número 36 da avenida Corrêa Dutra, casa dos Ribeiro. Luto fora decretado em diversas repartições públicas da capital. Audiências judiciais¹³ foram

⁹ In DOSSE, 2015, op. Cit., p. 81.

¹⁰ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette – Mídia, Cultura e Revolução*. Cia das Letras: São Paulo, 2010, p. 122-149.

¹¹ KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto/PUC Rio: Rio de Janeiro, 2006, p. 305-328.

¹² PINHEIRO, 2016, Op. Cit., p. 149.

¹³ Audiência de 16 de abril de 1934 – Comarca de Itaguaçu- ES (Acervo ABL).

abertas com homenagens e houve até menção no início dos trabalhos na Assembleia Constituinte¹⁴ daquela semana.

Não se poupou elogios ao falecido. As atas do Fórum da Comarca de Itaguaçu registram: “A pátria perdeu bruscamente seu dileto filho, a maior expressão da intelectualidade dos nossos trópicos, o cérebro mais erudito do país” e prossegue: “Certos homens quando morrem não desaparecem de todo da face da terra. Ficam com a cabeça de fora olhando os séculos e as gerações passarem”, e encerra com o veredito: “o mestre excelso nunca desaparecerá”¹⁵.

Figura 1.2: A Noite noticia o falecimento de João Ribeiro.



“Teve ampla repercussão no nosso meio literário a morte de João Ribeiro, o erudito gramático e historiógrafo, que representava uma das culturas mais completas, uma das figuras mais eminentes, um dos espíritos mais luminosos da intelectualidade brasileira contemporânea” (A NOITE, Rio de Janeiro: sábado, 14 de abril de 1934).

A Noite seguiu homenageando o “imortal” por mais de dez dias, deferências e lauréis internacionais continuavam a chegar nas semanas e meses seguintes, mas ele deixara vago seu lugar entre os vivos da Academia Brasileira de Letras. Não demorou muito para surgir candidatos ao posto. Tão logo abriu-se a vaga, Paulo Setúbal pleiteou-a: “tenho a honra de comunicar a vossa excelência que sou candidato a membro da Academia Brasileira de Letras na vaga de João Ribeiro”. Teve sucesso e herdou a posição 3 da cadeira 31.

¹⁴ Mucio Leão aponta que João Ribeiro fora encarregado da revisão do Anteprojeto do Texto Constitucional em 1933 (LEÃO, Mucio. *João Ribeiro – Estudos Críticos*. Editorial Alba: Rio de Janeiro, 1934, p. 19).

¹⁵ Audiência de 16 de abril de 1934 – Comarca de Itaguaçu- ES (Acervo ABL).

Figura 1.3: Telegrama de condolências vindo do Equador

720 - C - 51
Modelo N. 562 (ant. T 2)

BRASIL DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS
TELEGRAMA

RECEBIDO TELEGRAMA 95530

DE _____
 POR *M. Souza*
 AS *12 30*
 DE *Marques Abreu* PLS. 64 DATA *14* HORA *12 20*

ENDERECO *me Honor Baron de Thomaz Galvão. Presidente de la Academia Brasileira de Letras ehenida das Letras. Nesta*

primeira linha deste telegrama, depois do endereço, contém as seguintes indicações: estação de procedência — número do telegrama — número de palavras — data e hora da apresentação.
 Reclamar, si houver demora na entrega de vossos telegramas.

Puego a vuestra Excellencia ser el interprete ante la docta e Ilustre Academia Brasileira de Letras de mis sentimientos de pesar por la muerte del eminente maestro João Ribeiro, q. dolorosissima perdida para la Academia y el Brazil y nuestra America

Guiz Robalino Davila
Ministro del Ecuador

AD IMMORTALITATEM

Scanned by CamScanner

Figura 1.4: *Telegrama de condolências vindo da Polônia*

420-c-50_{T 2}

BRASIL DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS
TELEGRAMA 25895

RECEBIDO Copia
DE paulo 15.25
POR
AS

12 APR 98

ENDEREÇO
Exmo. Barão Ramiz de Galvão
Presidente Academia Brasileira de Letras
esta
Av. Macoés

DE Correio Geral Rio N.º 1423 35 DATA 14 HORA 14.40

Profondément ému apprendre décès feu João Ribeiro vous prée
Excellence croire part sincère je prends au dueil couvrant académie
Brésilienne de Lettres.

Grabowski Ministre Pologne

AD
WIMMER
LALITA
JEM

A primeira linha deste telegrama, depois do endereço, contém as seguintes indicações: estação de procedência — número do telegrama — número do palavras — data da apresentação —
Reclamação, si houver demora na entrega de vossos telegramas

Scanned by CamScanner

João Ribeiro era muito próximo ao grupo dos fundadores da ABL, no entanto, quando a instituição foi fundada estava na Alemanha. Ficou de fora por pouco tempo. Surgida a primeira vaga com a morte do poeta Luís Guimarães Júnior, foi eleito por maioria absoluta em 8 de Agosto de 1898 assumindo o posto 2 da tal cadeira.

“Imortal aos 38 anos”, a partir daí é que veremos João Ribeiro atingir o auge de sua produção intelectual. Passemos então aos marcos fundamentais da vida do escritor.

1.2 Perfil

Quando leres uma biografia, lembra-te que a verdade é impublicável

*George Bernard Shaw*¹⁶

João Batista Ribeiro de Andrada Fernandes, esse era o nome de batismo do intelectual sergipano que preferiu ocultar o *Batista* mais por descrença que por

¹⁶ PINHEIRO, 2016, op. Cit., p. 108.

anticlericalismo, renegou também a possível pompa do *Andrada Fernandes* já que era incondizente com sua realidade financeira segundo ele costumava dizer. Ficou para os jornais e para a história o curto e humilde *João Ribeiro. Simplicidade*, assim é que ele justificava o nome, assaz comum nestas terras, que causa pesar a nós pesquisadores a cada busca em bancos de dados. Na década de 1890, havia outro João Ribeiro, que à história não parece mais despertar interesse, contudo, bastante famoso nos jornais da época pois era político e banqueiro.

O “nosso” João Ribeiro vem do “Norte”, nascera no dia de São João, 24 de junho, em 1860 na cidade sergipana de Laranjeiras. Lá, teve os primeiros anos de estudos até mudar-se para estudar em um liceu da capital da província, Aracaju, antes que chegasse a capital nacional no início dos anos 1880. Desse tempo, não dispomos de muita documentação, as referências provêm de notas biográficas que se repetem por longas gerações, a maioria delas baseadas em memórias e depoimentos do próprio João Ribeiro. Mesmo a “Casa de Cultura João Ribeiro” (Laranjeiras - SE) não tem nada de mais substancial acerca dos primeiros anos da vida do escritor.

Em resposta ao famoso inquérito realizado por João do Rio, *O Momento Literário* (1905), o polígrafo relembra a infância na casa do avô materno, pois era órfão de pai, e traça uma genealogia das primeiras leituras feitas na biblioteca do velho:

da sua biblioteca o que me atraía era uma magnífica coleção do *Panorama* e a do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*; se a estes ajuntar o *Manual Enciclopédico* de Emilio Aquiles Monteverde, que eu lia na escola, terá v. o gênese de todas as minhas letras, ciências e artes daquela quadra. Confesso que não aumentei de um centil todo aquele patrimônio, e em muitas coisas o dissipei e diminuí. Todas as minhas horas de lazer consumiam-se em desenhar, copiando as gravuras do *Panorama*, em reler a mitologia e as verdades eternas do *Manual Enciclopédico*; por outro lado, o *Almanaque de Lembranças* ensinava-me a fazer charadas, e as charadas ensinaram-me a fazer versos¹⁷.

¹⁷ In RIO, João do. *O Momento Literário – Inquérito*. 1905, p. 7.

Figura 1.5: Recorte do Jornal A Noite (1934) – Acervo ABL



Sabemos, através de Mucio Leão, que João Ribeiro tentou a faculdade de Medicina na Bahia antes de chegar à capital federal na intenção de cursar Engenharia. Contudo, parece que o trabalho na imprensa e em colégios o fez esquecer da carreira politécnica. Documentos desse período passam a avolumar-se e atestam uma consequente escalada social e intelectual. Após trabalhar em pequenos jornais e colégios da capital, é admitido sob concurso na Biblioteca Nacional em 1885 e em 1890 deixa esse cargo para assumir a cadeira de *História Universal, especialmente do Brasil* no Colégio Pedro II – chamado apenas de *Ginásio Nacional* pelos republicanos. Sua carreira no funcionalismo público esteirou-se nesse cargo, mas acumulou uma cadeira na Escola de Artes Dramáticas a

partir de 1909¹⁸. Não teve uma escalada ministerial tal qual um Machado de Assis, faltava-lhe peso político e talvez vontade. João Ribeiro não parecia muito disposto a esse tipo de atuação política, rejeitou o quanto pode a eleição para ser presidente da ABL. Quando eleito à contragosto em 1927, renunciou imediatamente após tomar posse. Um ano antes o poeta Alberto de Oliveira tinha tomado a mesma atitude¹⁹.

Contudo, se sua vida funcional pode ser vista como serena e calma, no lado financeiro veremos João Ribeiro passando pelas dificuldades inerentes aos homens de letras da época, também nas questões políticas e intelectuais, sua vida é cheia de idas e vindas. O passar das décadas mostram-no sempre com matizes diferentes.

1.2.1 Escalada Finissecular

O ano de 1889 marca o início da República no âmbito nacional, mas também é o ano de casamento de João Ribeiro. Esses acontecimentos estão de certa forma imbricados na medida em que o primeiro, casualmente, cria uma oportunidade profissional ímpar, fundamental para o jovem senhor que se tornava arrimo de família. Seus biógrafos não hesitaram em ressaltar o engajamento do jovem João Ribeiro nas causas republicana e abolicionista na década de 1880, quando trabalhou em jornais como *O Globo* de Quintino Bocaiuva e a *Gazeta da Tarde* de José do Patrocínio, mas daí em diante esforçaram-se por retirá-lo de celeumas políticas.

Nesse primeiro momento – até 1890 – podemos notar a consolidação de João Ribeiro como *homem de letras*, porém, sem nenhum destaque a nível nacional. Suas posições nesta época ainda gravitavam em torno de outros próceres tal qual Silvio Romero. É na década seguinte que ele se transformaria em um intelectual de grande projeção nacional.

Ao ingressar no CPII escreve uma carta ao amigo de infância José Lino e confidencia: “passei para o Ginásio Nacional como lente de história. Estou agora melhor; ganho mais e tenho mais tempo”²⁰. Segundo os arquivos do CPII esse “mais e melhor”

¹⁸ Esta escola foi fundada após a inauguração do Teatro Municipal para servir como centro de referência em artes dramáticas. Após as sucessivas mudanças da configuração política do Rio de Janeiro, enquanto capital e Estado, ela se tornou Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Pena ainda aberta hoje. Convém destacar que a princípio ela deveria funcionar nas dependências do Teatro Municipal – o que nem sempre aconteceu – após a década de 1930 ela trocou de prédio várias vezes.

¹⁹ LEÃO, Mucio. *João Ribeiro*. Livraria São José: Rio de Janeiro, 1962, p. 95.

²⁰ Carta de João Ribeiro para João Lino, datada em 01/01/1891. Disponível no Arquivo Histórico da ABL.

significava um salário anual em torno de seis contos de réis (6:000\$000) na década de 1890 e sete contos e duzentos mil réis no decênio subsequente. Quanto ao tempo que passaria a ter, dá para se ter uma ideia ao ver que os jornais da época pagavam de trinta a sessenta mil réis (30\$000 a 60\$000) em média pela colaboração literária semanal²¹. Ou seja, o salário mensal como professor do CPII podia equivaler a 10 semanas de trabalho na imprensa²². Mais que isso, além de dinheiro e tempo, a cadeira na prestigiada instituição garantia nomeada ao jovem homem de letras que contava 30 anos à época.

Tudo acontece nessa década. O novato e promissor recém-contratado pelo CPII agarra com fé as oportunidades que lhe são abertas. Até assumir a cadeira de *História Universal, especialmente do Brasil* João Ribeiro não tinha se aventurado nos domínios de Clio, carregava fama de gramático e o mais próximo que tinha chegado a publicar nesse sentido era o *Compêndio de História da Literatura Brasileira* junto de Silvio Romero e há de se convir que a história da literatura tem sido propriedade mais da crítica literária que dos historiadores. Vale destacar que o concurso que prestou em 1887 no CPII era para a cadeira de Gramática e Língua Portuguesa, a nomeação ocorreu apenas em 1890 para a cadeira de História.

Esta disciplina caminhava rumo a especialização de forma mais adiantada na Europa na segunda parte do XIX²³, no Brasil, a despeito do papel desbravador do IHGB, não dava para distinguir tão claramente a história do conjunto das humanidades, nem separar seus escritos do conjunto da literatura. Considerando os pressupostos da operação historiográfica descrita por Michel de Certeau, ou seja, “um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)”²⁴, defendemos que a história, no Brasil, caminhava para sua independência, mas tratava-se de uma operação que na virada do século ainda era frágil e incerta. Para ser mais claro, se o IHGB e seus congêneres estaduais funcionavam como um lugar de recrutamento razoavelmente bem delimitado, os procedimentos de análise, hoje, seriam chamados de multidisciplinares, e a escrita, de certa maneira, subjugada a literatura.

²¹ MICELI, S. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. Perspectiva: São Paulo, 1977, p.72.

²² Usamos essa a referência da *colaboração literária*. JR não era repórter nem parece ter exercido as funções que tomavam mais tempo nos jornais, ou seja, sua atuação na imprensa era marcada pela periodicidade semanal, quase sempre comentando acerca de literatura.

²³ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História* Autêntica: Belo Horizonte, 2008, p. 13-31.

²⁴ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1982, p. 65.

De modo mais geral, a boa literatura do período pressupunha conhecimento histórico e outros elementos que hoje se agrupam sob a rubrica *não-ficção* ou *ciências humanas*. Isso não significa que não houvesse fronteiras entre a história e a literatura, apenas que a zona de contato entre elas parecia ser muito maior antes do modelo universitário pós-1930 – no caso brasileiro. Mesmo o caso francês, da especialização-profissionalização do *métier*, era recente e muito mais incerto para seus contemporâneos do que uma narrativa triunfalista – mais tarde vencedora – costuma supor.

Para Delacroix, Dosse e Garcia²⁵ só com a Terceira República é que se estabelecem as bases para a profissionalização dos historiadores na França, ainda assim de forma gradual: em 1880 aos estudantes de Letras era possível licenciar-se em Literatura, Filosofia ou História e apenas em 1907 o curso de História se torna independente.

Ainda em 1912 podemos ver João Ribeiro comentar a criação de um curso de Literatura Brasileira na Sorbonne do qual Oliveira Lima era o encarregado. O programa das conferências prevê: *O século XVI, O descobrimento e os primeiros ensaios de colonização, As tentativas de ocupação francesa*, entre outra dúzia de temas, todos, hoje, tipicamente enquadrados na disciplina História, ao invés de Literatura.

Assim, era factível que um polígrafo de valor assumisse uma cadeira de História numa das principais instituições do Brasil, porém, veremos João Ribeiro se esmerando para obliterar qualquer possibilidade de contestação à sua adequação ao cargo. Conforme ele conta a Mucio Leão²⁶, tomou lições de grego com o Barão de Tautopheus tendo como colegas de classe Raul Pompeia e Capistrano de Abreu. Logo em 1892 João Ribeiro lança seu primeiro manual de história: *História Antiga – Oriente e Grécia*.

A Antiguidade ocupava papel especial no currículo de elite do CPII, o livro dele poderia suprir uma exigência curricular e de mercado, mas nos parece que tem mais a ver com sua legitimação pessoal no campo da história. É sabido²⁷ que os livros franceses eram apresentados ao público brasileiro com preços convidativos e em alguns casos impediam por asfixia a elaboração dos similares nacionais. Basicamente essa era a condição da área de história, cabia aos autores brasileiros fazer a história do Brasil,

²⁵ DELACROIX, C; DOSSE, F & GARCIA, P. *Correntes históricas na França – séculos XIX e XX*. Editora FGV/Editora Unesp: Rio de Janeiro, 2012.

²⁶ LEÃO, 1962, op. Cit., p. 44.

²⁷ Ver HALLEWELL. *O Livro no Brasil – sua história*. Edusp: São Paulo, 2012, p. 219-245 e especialmente BITTENCOURT. *Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)*. Autêntica: Belo Horizonte, 2008, p. 120.

possivelmente da América, aquela que não era feita pelos europeus. Afinal, franceses, ingleses, alemães e italianos estavam mais próximos dos arquivos inerentes à história universal, contavam com estruturas universitárias mais desenvolvidas e gozavam de muito maior prestígio nesses assuntos de “civilização”. Os autores nacionais só seriam convidados a escrever histórias gerais – ou universais – durante a Grande Guerra (1914-1918), quando o livro francês encarecera subitamente por motivos óbvios.

Portanto, parece que JR agiu em busca de legitimação: atacou um tema árido, porém de interesse “universal”, e ainda acrescentou um tratado metodológico ao livro intitulado *A Ciência da História*. Cabe lembrar que a reforma curricular empreendida pelos republicanos no CPII fundiu as cadeiras de História Universal e História do Brasil. A nova disciplina deveria estar a cargo de Capistrano de Abreu, notório historiador cearense, contudo este se negou a ministrar a matéria argumentando que havia feito concurso para a cadeira de História do Brasil. Enquanto Capistrano era visto como o grande conhecedor da história do Brasil, inclusive das línguas indígenas, João Ribeiro marcou posição como historiador universalista, pelo compêndio e pelo tratado.

Não menos importante foi o veículo escolhido para dar essa resposta. Os livros escolares desse tempo guardam diferenças substanciais em relação aos atuais. Eram razoavelmente caros para o público geral – não para o escol que frequentava o CPII – o que fazia com que o público virtual do livro fora do Rio de Janeiro fosse o professorado, também de elite, do nível Secundário. É provável que as contestações – ainda que meramente na forma de comentários maldosos – endereçadas a Ribeiro viessem do IHGB, bastião dos historiógrafos, para quem JR era ainda um desconhecido nos primórdios dos anos 1890.

Um dos críticos literários mais famosos do nosso fim de século, Araripe Junior, resenhou o livro destacando alguns pontos que reforçam nossa interpretação:

No ramo de trabalhos históricos encontro ainda um livro muito apreciável – a *História Antiga, Oriente e Grécia* de João Ribeiro.

O livro, como o próprio autor o confessa no prefácio, foi escrito para o uso dos estudantes do Ginásio Nacional. Sem perder, contudo, as qualidades de uma obra didática, esse compêndio **revela as altas aptidões do professor para a filosofia da história e o mais completo conhecimento do estado atual dessa ciência.**

Acresce que, como já uma vez tive ocasião de manifestar, João Ribeiro possui a faculdade da clareza de dar concreção às ideias mais abstratas. Não há melhores compêndios do que os ingleses, e o ilustrado professor demonstra que os seus seguem igual caminho. **Nas 385 páginas da *História Antiga* existe indicado tudo quanto a ciência e a investigação tem acumulado relativamente aquelas interessantes civilizações.**

A história torna-se ali uma coisa palpável, e o elemento pitoresco, em síntese, habilita o cérebro menos disciplinado a aceitar uma sensação de conjunto dos fenômenos sociais, que não tardará a transformar-se em noções abstratas de leis inelutáveis. **Sob este ponto de vista acho o livro brasileiro superior aos congêneres de Seignobos e de Corrêar.** [...]Esse trabalho, portanto, na aparência modesto, honra o magistério brasileiro na pessoa de um mestre, cuja competência de filólogo já é antiga, e que, além disso, tem revelado as mais decididas aptidões enciclopédicas, sem as quais não se compreende, na atualidade, um homem de ciência²⁸.

Uma consideração importante é que o crítico insere o trabalho na categoria “trabalhos históricos”, só depois de garantida essa filiação, aponta o caráter didático da publicação. Na sequência destaca a aptidão e atualidade do autor em relação a moderna ciência histórica e arremata garantindo que o livro supera em alguns pontos o famoso manual do francês Charles-André Seignobos.

À essa época João Ribeiro morava em Santa Tereza, na rua do Oriente, e passou a desfrutar de uma vida de padrão médio. Seu salário no CPII equivalia a dez vezes o de um operário sem qualificação²⁹. Desse modo, viu sua esposa Maria Luiza da Fonseca Ramos ficar grávida quase anualmente durante os vinte anos que se seguiram ao de seu casamento³⁰.

Não temos notícia de quando João Ribeiro ingressara na Faculdade de Direito, certo é que conclui o curso em 1894³¹ e que a turbulenta República da Espada não parece ter sido problema para o sergipano. Enquanto Olavo Bilac foi obrigado a fugir para Ouro Preto durante o governo do Marechal de Ferro, João Ribeiro se diria, mais tarde, fã de Floriano Peixoto e do jacobinismo. A conclusão tardia – já era um pai de família de 34 anos – do curso universitário pode indicar duas coisas: uma ambição social de ascender aos altos postos da República, fosse na magistratura ou em outros lotes que encabeçavam o aparelho estatal, ou uma ambição pessoal de alcançar o diploma universitário, pois na primeira juventude havia abandonado o curso de Medicina em Salvador. Em todo caso,

²⁸ ARARIPE JUNIOR. *Retrospecto litterário do anno de 1893*. A Semana. p. 10, grifo nosso.

²⁹ O salário no CPII batia a casa dos 6:000\$000 nos anos 1890. Segundo os levantamentos de Eulália Lobo, um operário médio da capital ganhava em torno de 78\$000 mensais no ano de 1903 (LOBO, E.; CANAVARROS, O.; FERES, Z.; GONÇALVES, S. & MADUREIRA, L. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares*. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, out-dez 1971, p.256-257.

³⁰ ver LEÃO, Mucio. *João Ribeiro – ensaio biobibliográfico*. Publicações da ABL: Rio de Janeiro, 1954, p. 20.

³¹ LEÃO, 1954, op. Cit., p. 23.

JR ocupava um ótimo cargo no CPII e vinha galgando posições na república das letras que não dependiam desse diploma.

Cada vez mais prestigiado, passou a escrever para *A Semana* ao lado de Olavo Bilac e Machado de Assis, e em 1895 fez sua primeira viagem para a Europa. Mucio Leão aponta que no Velho Mundo João Ribeiro fez aula de pintura com os mestres Bartzago e W. Winck, teria representado o Brasil no Congresso de Propriedade Literária em Dresden e na Royal Society em Londres. Araripe Junior informa que essa viagem foi uma missão oficial para estudar os sistemas de ensino europeus. Joaquim Ribeiro acrescenta que nessa viagem o pai teria conhecido os trabalhos da história cultural alemã, fundamentais posteriormente para sua obra de historiador.

Todas essas afirmações do parágrafo anterior são questionáveis!

Figura 1.6: Página de Créditos de A Semana

24

A SEMANA

A SEMANA

PUBLICA-SE AOS SABBADOS

Directores: VALENTIM MAGALHÃES e MAX FLEIUSS

Redactor-secretario: ESCRAGNOLLE DORIA Redactor-gerente: E. GAMBARO

Propriedade de E. GAMBARO & COMP.

Collaborada por Machado de Assis, Raymundo Corrêa, Olavo Bilac, Coelho Netto, João Ribeiro, Alberto de Oliveira, Lucio de Mendonça, Araripe Junior, Urbano Duarte, Fontoura Xavier, Silva Ramos, Henrique de Magalhães, Xavier da Silveira, Garcia Redondo e muitos outros distinctos escriptores.

Acceta anuncios para as ultimas paginas por preços razoaveis.
Em logar especial, de inevitavel leitura, o preço é de 1\$000 a linha.

A Semana encarrega-se tambem de remetter aos seus assignantes, mediante pequena commissão, quaesquer encomendas e a fazel-as na Europa, onde dispõe de agentes espeziaes que podem attender immediatamente a qualquer pedido.

A redacção da **Semana** acha-se aberta todos os dias uteis das 10 horas da manhã ás 5 da tarde.

67 Rua de Gonçalves Dias 67

1º ANDAR.

LA EMMERT & C., EDITORES

Ultimas Publicações

<p>Historia Natural Popular. Descripção circumstanciada dos tres reinos da natureza, coordenada e traduzida dos tratados dos autores allemães F. Martin e Rehan pelo Dr. J. Ph. Austett. Precedida de um prologo e seguida de dois discursos sobre <i>Imperia Floral Brasilicenses</i> e <i>O Passado e o Futuro da Raça Americana</i> pelo conselheiro Dr. C. F. Ph. de Martins. Obra ornada de 54 taboas coloridas contendo 551 figuras além de muitas outras intercaladas no texto. 5ª edição — 2 grossos volumes encadernados..... 20\$000</p> <p>Horas alegres. Fantasias e humorismos de Valentim Magalhães, 1 nitido volume de 220 paginas, brochado 2\$, encadernado..... 3\$000</p> <p>Colombo e o quarto centenario do descobrimento de um novo mundo, por Sophus Ruge, 1 nitido volume ornado com o verdadeiro retrato de Christovão Colombo. Preço..... 2\$000</p> <p>Contos amazonicos, contendo: Voluntario. — A Feiteira. — Amor de Maria. — Acauan. — O Donativo do capitão Silvestre. — O Gado do Valha-me Deus. — O baile do judeu. — A quadilha de Jacob Patacho. — O rebelde, por H. Ingles de Souza, 1 vol, nitidam. impresso..... 3\$000</p> <p>O homem conforme a sciencia. Para onde vamos? pelo Dr. Luiz Büchner. Tradução de M. C. da Rocha. (Este volume faz parte da Bibliotheca Philosophica publicada pelos mesmos editores), 1 vol. brochado..... 2\$000</p> <p>Chiquinha Mascotte, contos por Viveiros de Castro, 1 vol. com perto de 200 paginas e nitidamente impresso, brochado 2\$500, encadernado..... 4\$000</p> <p>Dias e Noites, publicação posthuma de Tobias Barreto, dirigida por Sylvio Romero, 1 vol. de 280 paginas, nitidamente impresso, brochado 3\$, encadernado..... 4\$500</p> <p>Decrepitude metroniânica. Decimo terceiro livro de versos do José Joaquim Corrêa de Almeida, 1 nitido volume luxuosamente impresso..... 3\$000</p> <p>Mil e uma noites. Contos selectos extrahidos e redigidos para a mocidade brasileira, segundo o plano do laureado educacionista allemão Franz Hoffmann, por Carlos Jansen, 1 rico volume ornado com 6 estampas coloridas..... 6\$000</p> <p>Influence de Pesclavage et de la liberte par Dr. Domingos Jaguaribe 1 vol. in-8°, de 194 paginas..... 3\$000</p> <p>O illustrado autor deste livro expõe em traços claros as suas idéas sobre a influencia da escravidão e da liberdade no desenvolvimento do Brasil. Realça a riqueza e os recursos do paiz e assignala os males que affligem a republica. "Eu tenho combatido, escreve o Dr. Jaguaribe, a escravidão dos negros, e sei quanto tempo ella durou; agora quero saber quanto durará a dos brancos."</p> <p>Estudos allemães, pelo Dr. Tobias Barreto, publicação posthuma, dirigida por Sylvio Romero, 1 vol. in-8°, de 912 paginas, nitidamente impresso, encadernado..... 15\$000</p>	<p>O titulo d'este livro não indica precisamente o conteúdo, mas sim apenas a orientação scientifica do illustrado ex-lente de Pernambuco. Contém este volume todos os escriptos sobre esses assumptos de litteratura, phil-sophia, critica religi-sa, critica musical, historia, etc.</p> <p>Pensamentos e Fragmentos. — Metaphysica do amor — Esboço sobre as mulheres por Arthur Schopenhauer, traducção de Manuel Coelho da Rocha, 1 vol..... 2\$000</p> <p>Lei e causa do progresso. — A utilidade do antropomorphismo por Herbert Spencer, traducção de M. C. da Rocha, 1 vol... 2\$000</p> <p>Diccionario de bom gosto ou genuina linguagem das flores em verso rimado contendo tambem jogos, poesia e o secretario de Cupido ou novissimo correio dos amantes. Edição mais correcta e augmentada com a <i>Linguagem dos Leques</i>; o modo de deitar cartas e o emblema das cores, etc., etc. 1 lindo volume de 320 paginas broch. 2\$; ricamente encadernado..... 3\$000</p> <p>Lições de politica positiva, professada na academia de Bellas Artes por J. V. Lastarria, enviado extra-ordinario e ministro plenipotenciario do Chile nas Republicas do Prata e no Brasil, etc. traduzidas do hespanhol por Lucio de Mendonça, 1 vol. com perto de 500 paginas, nitidamente impresso e bem encadernado..... 10\$000</p> <p>Multicores, por Heitor Guimaraes, 1 vol. ricamente impresso e brochado..... 3\$000</p> <p>O Chromo (Estudo de temperamentos) notavel romance de Ilario de Carvalho 1 gro so vol. de 485 pag..... 4\$000</p> <p>Londres. Ultimo romance de Emilio Zola que fez immensa sensação no mundo litterario. — Foi condemnado pelo papa e posto no Index — Versão brasileira do Dr. M. Menelio Pinto 2 vols. br. 6\$000</p> <p>Contos para filhos e netos, colleccionados e adaptados ao nosso meio por Carlos Jansen. Edição ornata com 8 lindissimos chromos 1 vol..... 5\$000</p> <p>Livrinhos como este, bem compostos e executados artisticamente, são thesouros para a educação infantil, que as nossas familias devem adquirir. (Opinião da <i>Gazeta de Noticias</i>.)</p> <p>Concepção monistica do universo. Introducção ao cosmos do direito e da moral por Fausto A. Cardoso, 1 vol. 8° br. 8\$ enc. 10\$000</p> <p>Este notavel trabalho do illustrado lente da faculdade livre de direito desta capital, vem preencher uma lacuna no estudo do direito tão difficil por sua natureza como complicada nos seus entrecchos. O illustrado autor baseando-se na moderna philosophia allemã cujo principarrepresentante são Ernesto Haeckel, Noirée e aqui no Brazil Tobias Barreto, desenvolve as bases da philosophia do direito com aquella proficiencia e saber que todos lhe reconhecem. E' um bom livro que recommendamos aos homens estudiosos.</p>
---	---

Rio de Janeiro e S. Paulo

TYP. ALDINA, 79, RUA SETE DE SETEMBRO.

É indubitável apenas o fato de João Ribeiro ter passado quase dois anos na Europa, partindo em meados de 1895 e retornando em 1897. Também é certo que por não estar no Brasil ficou de fora do grupo dos fundadores da ABL, no entanto o motivo que enseja sua viagem e as razões da permanência são, no mínimo, discutíveis.

Antes dessa viagem Ribeiro já era um estudioso da língua germânica, mas conforme podemos notar em carta escrita a Lúcio de Mendonça³², essa incursão pelas terras tedescas foi fundamental para seu conhecimento acerca do idioma e da cultura. Entre esses dois anos esteve também em Paris e outras metrópoles europeias.

Pelos anúncios dos jornais da época podemos vislumbrar os custos de uma viagem de tal monta. A disseminação dos vapores ajudava o barateamento das passagens e o vapor *Savoia* de *La Veloce Navigazione Italiana* apresentava preços (Rio-Gênova/Nápoles) que variavam entre 1:500\$000 e 255\$000, da primeira a terceira classe, regressivamente. Ainda de acordo com Arthur Guimarães³³, 80\$000 mensais bastavam a uma família para viver na Alemanha. À crer nesses números dá para concluir que se a viagem de JR não foi das mais glamorosas, também não deve ter tido muitas dificuldades financeiras. Conforme evidencia-se pela carta de 4 de agosto de 1895 remetida de Berlim à Lúcio Mendonça, JR afirma que tem se alojado de forma “modesta, mas confortável”.

O propósito da viagem é de certa forma nebuloso. Em geral, as monografias e teses têm insistido sobre o caráter oficial da viagem. “JR teria partido em missão de estudos para conhecer os sistemas de ensino europeus”. Essa versão consta na tese de Beatriz Broclin Marques dos Santos³⁴: “Fez parte, também, do Comissionado do Governo para a Instrução Pública (1895), quando viajou pela Europa para estudar as características da instrução pública na França, Inglaterra, Holanda e Alemanha”³⁵. Outros estudos ligados principalmente ao campo da História da Educação apresentam a mesma versão. Arlette Gasparello aponta:

Ligado intelectualmente à cultura alemã, aproveitou suas viagens à Europa para estudar, como a pintura, área de seu interesse, o historicismo germânico

³² João Ribeiro diz a Lúcio: “quero voltar alemão”. Carta de 4/8/1895, Berlim. Arquivo Histórico ABL.

³³ Citado por HALLEWELL, 2012, op. Cit., p. 290.

³⁴ SANTOS, Beatriz B. M. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Tese de Doutorado em Educação – UFRJ. Orientadora: Ana Maria Monteiro, 2009. 293 folhas.

³⁵ SANTOS, Beatriz. ,2009, p. 121.

do final do século, cuja apropriação contribuiu para sua interpretação renovadora da história do Brasil³⁶.

Na mesma linha, Circe Bittencourt escreve

A História do Brasil, de João Ribeiro, resultou dos estudos que fez na Alemanha onde permaneceu por dois anos, “comissionado pelo governo” para estudar o ensino superior de História. O espírito germânico está presente na construção de seu texto pela concepção de História e pela dinâmica pedagógica que imprimiu no livro, diferente do padrão tradicional francês³⁷.

Contudo, nenhum documento, oficial ou não, aponta nesta direção. JR não produziu nenhum relatório, livro ou artigo acerca dos tais sistemas de ensino como seria de se esperar de uma “missão de estudos”. Nem mesmo chegou a comentar em suas cartas escritas na Europa acerca das especificidades de algum sistema de ensino que ele tivesse observado, ou sobre novidades da historiografia alemã ou sobre o ensino de história e seus manuais. Mais que isso, as páginas do hebdomadário *A Semana* subsequentes a partida do sergipano ao velho mundo nos mostram outra perspectiva.

Na seção *Fatos e Notícias* do dia 29 de junho de 1895 temos:

Revigorando o seu belo espírito na contemplação da arte e da civilização europeia, o nosso São Boemundo [João Ribeiro] dedica-se com afinco ao estudo dos mais variados conhecimentos, e a crer, nas suas longas e interessantíssimas cartas ao *bond*, ninguém melhor que ele põe em prática o britânico *time is money*.

Buscando acompanhar de perto os progressos das artes, pintura, música, escultura, letras, não se tem esquecido João Ribeiro de tudo quanto interessa à instrução pública.

Não seria justo que o atual governo cômico do alto saber intelectual e científico de João Ribeiro, lhe confiasse uma comissão na Alemanha para estudar instrução pública? [*grifo nosso*]

O texto que não é assinado e faz parte de um periódico no qual trabalhava João Ribeiro, sugere-nos que a iniciativa da viagem foi de cunho pessoal. Além disso, aponta o caráter mais geral dos propósitos de João Ribeiro. De modo algum é citada a especificidade da missão em estudar os sistemas de ensino e instrução, pelo contrário, a “instrução pública” só é invocada para que se faça jus a uma *comissão*. A correspondência de JR sugere o mesmo que o periódico: o pleito foi acatado *a posteriori* e a viagem pessoal tomou caráter oficial de modo retroativo.

³⁶ GASPARELLO, Arlette. *Invenção e Continuidade: a História do Brasil de João Ribeiro*. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Fundação Casa de Rui Barbosa/UFRJ/PPGCOM. Rio de Janeiro. Nov. 2004, p. 4.

³⁷ BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar 1810-1910*. Autêntica: Belo Horizonte, 2008, p. 160.

Figura 1.7: Primeira Página de A Semana.



ANNO VI. RIO DE JANEIRO TOMO VI.—N.º 79

A SEMANA

Directores: VALENTIM MAGALHÃES E MAX FLEIUSS

Redactor—secretario: ESCRAGNOLLE DORIA — Escriptorio, Gonçalves Dias n. 67, 1.º andar — Redactor—gerente: E. GAMBARO

SABBADO, 6 DE ABRIL DE 1895

Propriedade de E. GAMBARO & COMP.

EXPEDIENTE:

Assignatura annual, 12\$000
semestral 7\$000
Numero avulso, . . . \$200
" atrasado . . . \$300

As assignaturas terminam sempre em junho e dezembro

Pedimos aos Srs. assignantes que se dignem mandar reformar as suas assignaturas, ou que devolvam a folha caso não queiram continuar.

SUMMARY.— Historia dos sete dias — D. Venetico; D. Martin Garcia Merou — Ararape Junior; Evolução perpetua, soneto — João Venha; A glorificação de João de Deus — Paçõ — João Ribeiro; Valentim Magalhães (artigo do S. cule); Gazetilha litteraria; Jornaes e revistas — Dr. Esu; Factos e noticias; Correo — Enrico.

Historia dos sete dias

Quando o Max, nephelibata e erú, pediu-me um favorsinho, com voz de irmão das almas, de escrever esta chronica, fiquei desanimado, confesso muito a puridade pelas columnas d' *A Semana*.

Aterrou-me a idéa de uma chronica mal esmoída, puxada pelos cabellos, nariz de cera que se não derretia nem com um vão icario do Sr. Rozendo Moniz.

Senti-me triste por não achar de prompto a Originalidade, a pedra philosophal do verdadeiro talento.

Afinal veiu-me á mente a idéa de redigir este inventario dos sete dias como Arthur Azevedo delineou uma sua espiirituosa comedia e ahí tem os senhores não um amor, mas um chronica por annexins.

Não sei se gostarão; no caso affirmativo mandem-me a preta dos pasteis, mais pasteis do que preta.

**

Devogar se vai ao longe.

Quem o provou melhor do que Lucio de Mendonça, o recém-nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal?

Desde muito moço, desde o convento de S. Francisco, em S. Paulo, como estudante, Lucio, o nosso collega de redacção, manifestou a sua vocação litteraria e a sua veia de polemistá. Mais tarde, na vida publica, foi Lucio de Mendonça conquistando palmo a palmo o terreno de sua nomeada: galgando degráo a degráo a escada das posições sociaes, sempre com esforço, sempre prompto para a pejeia, preferindo o sahara da lucta pela vida, requemado de ambições e injustiças, aos jardins de Armida de sua imaginação de poeta.

E agora o espera uma cadeira no primeiro tribunal do paiz; á forja de severança, de resolução na tenacidade, de tenacidade na resolução, Lucio de Mendonça acabou por indicar o seu nome para a elevada posição que lhe foi designada pelo actual governo.

Agora digam os invejosos que *A Semana* não é *suprema* revista litteraria do Brazil!

**

Duro com duro não faz bom muro.

Mentira só. Querem um exemplo fresco, tirado da semana? Outra nomeação: a do nosso Ararape Junior para director geral da Instrucção na Secretaria do Interior.

Sem fallar em Machado de Assis, tão exímio homem de letras quão correcto funcionario publico, Ararape Junior mostrou que quando ha *qualque coisa lá* o isochronismo dos *de ordem do Em. Sr. Ministro*, etc., etc., não prejudica o labor cerebral, embora o enfraqueça sob o ponto de vista da contenção das reflexões e dos pensamentos.

De certo a posteridade levará em muito pouco conceito os officios subscriptos por Ararape Junior, mas ha de recolher os estudos criticos de quem é marechal nas letras, na opinião insuspeita e militar do alferes Cosme Peixoto, alferes prehistorico como elle tão maliciosamente se assigna.

Eis dous nomes distinctos: Ararape Junior critico, Ararape Junior, director geral, que fizeram um excellentissimo argamassado em materia prima excellente.

**

Ninguém é propheta em sua terra.

Verdade pura, e senão que o diga o João Ribeiro. Quando teria sido propheta lá nos torrões de Sergipe? Quem o conheceria agora? Que seria? Estaria como o colosso de Rhodes, com um pé no governo do Sr. Valladao e outro no do Sr. Coelho de Campos.

Veiu João, deixem-me tratá-lo assim por baixo do hombro, para o Rio de Janeiro e foi propheta.

Quem lhe escrever a biographia ha de apontar as contrariedades, os precalços que lhe pesaram no animo, para ser propheta em terra alheia.

D'elle direi o que se disse classicamente de Frei Bartholomeu dos Martyres: "o que o movia era querer trocar um trabalho pequeno, por outro muitas vezes maior."

João Ribeiro quiz ser e é poeta, philologo, philosopho, homem de letras, pintor e uma porção de cousas mais, que attestam a sua competencia intellectual.

Resolheu agora ir á Europa, aproveitando o ensejo para tratar-se da vista, vendo a Allemanha como um bom germanista e Paris por um oculo, pois o

nosso João embirrou com a França, e ninguém lhe falle em *s'il vous plait* que elle encavaca como se o arguissem de ter escripto sobre a Grecia e o Oriente um livro de restituções erradas.

O diabolico João embarca no "Santos" e deixa-nos saudosos da sua diaria e boa companhia; o autor da *Historia Antiga—Oriente e Grecia*—desampara a sua thebaida da rua do Oriente, em busca do Winkelmann e outros cabeludos e oculudos sabios allemães, versados em cousas hellenas, menos no que se refere á Helena que por ter nascido de um ovo fez aquella grande fritada que acode pelo nome de guerra de Troia.

Bõa viagem N. N.!

**

Abril, aguas mil.

Por isso é que se tem suado tanto desde segunda-feira 1.º de Abril, comece da semana e do mez, dia fatidico em que se enganam os tolpos pelo muito que elles nos enganam durante todo o anno.

O verão vae se despedindo com uns diabinhos de insupportavel calor, que me obrigam a entrar no nosso visinho *Café Glacier* para tomar um *punch à la romaine*, com duas visinhas de meza cada qual mais amavel e sympatica.

Invejem-me lá as afflictas que me esperavam no *Colombo*, como se eu fosse Falstaff, *dalle due alle tre*.

Não me culpem...

**

*"Fui outr'ora venturoso,
Tive amores, fui galan!"*

Isso não foi agora, mas em tempos que bem longe vão, ás nove horas da manhã e não ás quatro da tarde, quando os electricos parecem formigueiros e os italianinhos correm gritando: *Noticia, cem reis, Da Tarde, Gazeta* e outros hyperbatons mais ou menos variados para acompanhar a gymnastica das pernas.

**

Quem cabras não tem e cabritos vende de alguma parte lhe vem.

Este rifeo, adagio, proloquio, ou que melhor nome tenha, applica-se a muita gente de gravata lavada e camisa suja, que joga nos bichos do barão.

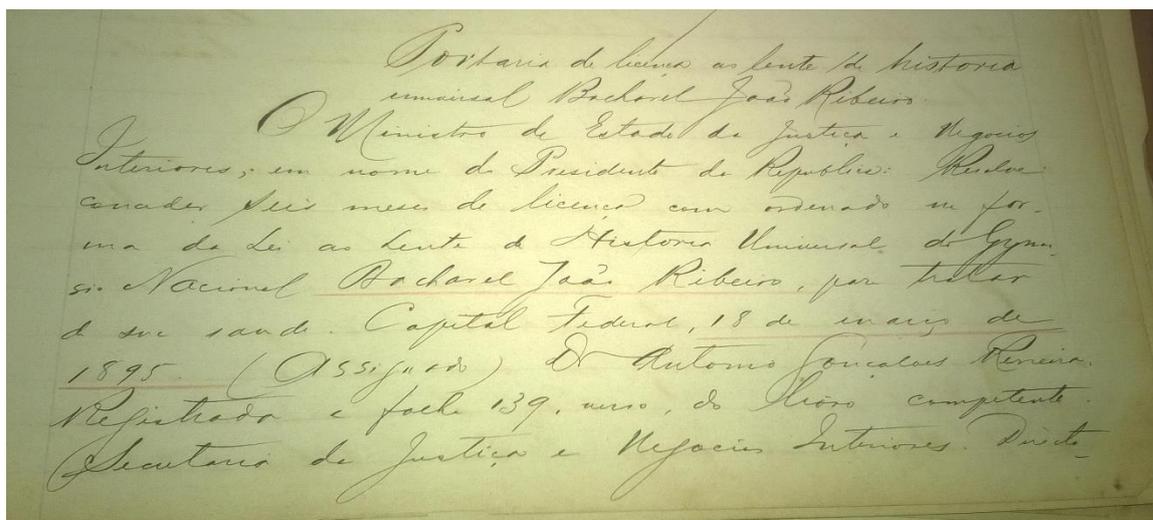
Prégam *callos* ao sapateiro (oh! poder da logica!) e gastam dinheiro a rodo nos palpitesinhos da caixa de Pandora de Villa Izabel, no fundo da qual jáz a esperança dos logrados da vespera.

A Intendencia entendeu que se devia desentender e vai propôr a rescisão do contracto com o *barão* (não será o homem hoje mais popular do Rio de Janeiro, Inhauma e Pavuna?) a fim de pôr cobro aos bichos, que muito têm prejudicado o cobre das roletas, dos belodromos, dos prados, dos cosmoramas.

Oh! joguinho dos bichos! Que sedução!

No segundo tópico da coluna central vemos o texto dedicado à João Ribeiro

Figura 1.8: Livro de Registros do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II)



Outro documento que corrobora nossa assertiva de que não houve missão de estudos oficial é o livro de registros do Ginásio Nacional, no qual consta a concessão de uma licença por motivo de saúde de seis meses, com os devidos vencimentos, ao lente de História. Documento datado em 18 de março de 1895.

Em carta a Lúcio Mendonça em 25 de maio de 1895, JR pede a este que interceda junto ao presidente Prudente de Moraes em favor de uma *comissão* para ele em Berlim. Ainda adverte ao amigo para também procurar o ministro Carlos de Carvalho, “*comissão, nomeação...enfim, qualquer coisa*”. Tal iniciativa visava facilitar a ida da sua família à Alemanha. Em carta posterior ao mesmo Lúcio, JR escreve “recebi tua carta há poucos dias e logo depois o ofício do Ministro. Agradeço-te muito d’alma”³⁸.

Certo nos parece que JR conseguiu algum auxílio do governo, pois agradece a Lúcio e sabemos que sua família foi para a Alemanha, no entanto a natureza desse auxílio é ainda misteriosa. Entre os frutos produzidos na viagem dois se destacam: um jornal chamado *Novo Mundo*, o qual JR noticia em carta a Lúcio Mendonça que é o encarregado pela edição e que não pode enviar cópia por ter assinado um contrato de confidencialidade; outro é a série de três textos intitulada *Impressões da Alemanha* que foi publicada na *Revista Brasileira*. Curioso é que nestes textos JR faz duríssimas críticas a República e parte em defesa da Monarquia.

Fica claro que embora JR possa ter desfrutado de um auxílio do governo, ele não foi designado para estudar os sistemas de ensino ou historiografia europeia. Esse não foi

³⁸ Carta de João Ribeiro a Lúcio Mendonça, Berlim, 04/08/1895 – Acervo ABL.

o intuito de sua viagem, embora essa possa ter sido a justificativa oficial, *a posteriori*, para a liberação de recursos. O tom de *Impressões da Alemanha* sugere que o auxílio não partiu de Prudente de Moraes, o conteúdo deixa claro também que não houve missão de estudos dos sistemas de ensino. A hipótese que emerge daí diz respeito a Carlos Augusto de Carvalho (1851-1905).

Este era um importante jurista nacional que havia durante o Império presidido as províncias do Paraná (1882) e Pará (1885). Passou a ser ministro do Exterior já no governo do Marechal Floriano Peixoto e continuou a sê-lo com Prudente de Moraes. O Itamaraty era visto como um bastião de monarquistas como Rio Branco e Nabuco, João Ribeiro também se aproximara ao Conde Afonso Celso – outro célebre monarquista –, possivelmente esse círculo de amigos tenha influenciado suas críticas à república e também a concessão deste benefício.

A “biografia oficial”³⁹ de JR nos informa que em 1896 ele teria participado como “representante brasileiro” de um Congresso de Propriedade Literária em Dresden. Mas, esta informação não encontra respaldo em nenhuma outra fonte. O arquivo do Itamaraty guarda uma relação dos eventos internacionais do gênero, nela não há nenhum vestígio do tal congresso. Acerca dos direitos autorais, a literatura especializada tem dado destaque as Convenções de Berna (1886 e 1914), Paris (1896), Berlin (1908) e Roma (1928). É difícil precisar a origem dessas incorreções, conseguimos aferir a inconsistência das informações, discernir o inverossímil, mas dependemos de documentos para sugerir novas versões.

Outro ponto obscuro que envolve essa viagem de João Ribeiro relaciona-se a seu envolvimento com a *Kulturgeschichte (História Cultural, em alemão)*. O primeiro a explicitar essa ligação foi seu filho Joaquim Ribeiro. Este foi um dos principais organizadores da obra de João Ribeiro, prefaciou diversas delas, completou o livro *História do Brasil* com a história mais recente da República e ainda criou um novo livro *O Elemento Negro* a partir de textos soltos do pai.

No prefácio de *História do Brasil*⁴⁰, por exemplo, Joaquim escreve o texto *A posição doutrinária de João Ribeiro na historiografia nacional*. Nele, destaca que os

³⁹ Entenda-se o texto institucional já citado da ABL que, por sua vez, nos parece um resumo do *Ensaio Bibliográfico* de Mucio Leão (op. Cit., 1954).

⁴⁰ Tratamos aqui da 15ª edição “revista e completada” por Joaquim Ribeiro (também professor do CPII) editada pela Livraria São José (Rio de Janeiro) em 1954.

grandes nomes da historiografia brasileira estão de alguma forma relacionados a cultura germânica. Desde Spix e Martius, passando por Handelmann e Varnhagem. “Não há dúvida que a nossa verdadeira historiografia nasceu sob os auspícios da clarividência germânica”⁴¹. No entanto, mais que seguidor de uma corrente germânica, João Ribeiro é apresentado também como um renovador:

Há, pois, uma cisão bem nítida entre João Ribeiro e os historiadores que o precederam. Essa posição doutrinária do sábio sergipano não foi, todavia, uma atitude individual. João Ribeiro, refletiu apenas, entre nós, um movimento renovador, cujo centro de eclosão foi a Alemanha [...] Foi ele, de fato, o divulgador do movimento da *Kulturgeschichte* no Brasil⁴².

Joaquim cita como inauguradores dessa corrente um “triumvirato”: Wilhelm Riehl, Gustav Freytag e Jacob Burckhardt. Karl Lamprecht também é mencionado como maior expoente do movimento. Diversos estudos no âmbito da história da educação e das edições didáticas têm apontado a filiação à *Kulturgeschichte* como decisiva na trajetória intelectual de JR, bem como essa viagem de 1895 à Alemanha como seu *turning point*. Rogério Rosa Rodrigues⁴³ destaca os esforços de Mucio Leão e Joaquim Ribeiro em garantir um lugar no panteão dos grandes intelectuais nacionais ao sergipano de Laranjeiras, especialmente o de Joaquim, que dedicou-se a destacar a faceta “historiadora” do pai.

Beatriz Santos Assim expõe, “A permanência de João Ribeiro na Alemanha foi um fator determinante para que recebesse influência do movimento ‘Kulturgeschichte’, especialmente da História Alemã de Lamprecht”⁴⁴. Ainda na virada do século XIX para o XX, Tristão de Alencar Araripe Junior prefaciou a segunda edição⁴⁵ de *História do Brasil* e assim escreve:

A clareza do seu espírito, e portanto dos seus escritos, avulta de dia a dia, tomando cada vez mais extensão científica e brilho literário; o que se explica pela variedade de cultura do professor desdobrado num artista. Pintor, músico, poeta, formado em Direito, o autor da História do Brasil, que já manejava com vantagem os métodos de ensino ingleses, agora, depois de uma estada de dois anos na Alemanha, **comissionado pelo governo para estudar os processos de ensino superior da História**, surpreende-nos com uma feição nova e carregada desse gênio paradoxal, que na pátria de João Paulo Richter, tem

⁴¹ RIBEIRO, J. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954, p. I (prefácio).

⁴² Idem, p. III.

⁴³ RODRIGUES, R. *Nos anais eternos da história: João Ribeiro e a historiografia nacional*, p. 217, In RODRIGUES, R [org]. *Nos Desvãos da História – João Ribeiro*. Paco: Jundiaí, 2015.

⁴⁴ SANTOS, op. Cit., 2009, p. 121.

⁴⁵ O texto é reproduzido também na 15ª edição a que nos referimos.

produzido, senão arrebatado ao professorado, os mais cintilantes e originais dos seus escritores⁴⁶.

Araripe Júnior não era um estranho para João Ribeiro, também foi professor no CPII. Contudo, além da afinidade intelectual demonstrada, o prefácio deve ser encarado como tática de sedução editorial, *marketing* – nos termos atuais. Outros elementos na composição dos livros servem ao mesmo fim: aumentar a “autoridade do autor”. Do mesmo modo, vemos no frontispício do *História Universal* de 1918 “lições escritas em conformidade com o Programa de 1918 do Colégio Pedro II”⁴⁷.

Tem sido consenso entre analistas⁴⁸ o caráter renovador tanto no âmbito do Ensino de História, quanto da historiografia da obra de JR, bem como sua formação germânica. Mas, é plenamente discutível o epíteto de “divulgador do movimento da *Kulturgeschichte* no Brasil”, pois ainda que tenha partilhado desse referencial teórico-metodológico, JR não fez questão de divulgar a *Kulturgeschichte* como método. Aliás, não o vemos citando o conceito em nenhum de seus textos. O único a fazê-lo sistematicamente é seu filho Joaquim e isso se dá apenas depois do falecimento do sergipano. Além disso, JR deixou dois textos basilares acerca de suas concepções historiográficas: *A Ciência da História*, publicado como Apêndice em seu manual *História Antiga – Oriente e Grécia*, de 1892, portanto, anterior a seu estágio na Alemanha e o *Discurso de Posse* no IHGB em 1914, em ambos podemos notar uma continuidade nas concepções historiográficas de João Ribeiro, bem como nenhum deles atem-se ao conceito de *Kulturgeschichte*.

É evidente que a cultura germânica era uma referência fundamental na obra de João Ribeiro, entretanto, afirmar que essa viagem tenha sido um *turning point* historiográfico é algo a ser debatido.

A estada na Europa certamente impulsionou as habilidades linguísticas de João Ribeiro e lhe ampliou o repertório cultural, mas no que tange a um método histórico vemos um *continuum* entre *A Ciência da História* (1892) e o *Discurso de Posse no IHGB* (1914). É factível que na Alemanha tenha conhecido a obra de Karl Lamprecht, muito

⁴⁶ *Apud* RIBEIRO. Op. Cit., 1954, p. 8.

⁴⁷ O que significava garantia de vendas já que o CPII era a instituição modelar do Secundário. Todos os demais congêneres do país deveriam seguir o currículo dessa instituição.

⁴⁸ MELO, C. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado em Educação – FEUSP: São Paulo, 1997; BITTENCOURT, 2008, op. Cit.; GASPARELLO, 2004, op. Cit.; HANSEN, P. *Feições e Fisionomias: A História do Brasil de João Ribeiro*. Acces: Rio de Janeiro, 2000.

famoso naquela altura – embora fosse muito contestado pelo *establishment* dos historiadores metódicos alemães. Já Jacob Burckhardt lançou seu clássico *A Cultura do Renascimento na Itália* em 1860, porém, como aponta Peter Burke⁴⁹, a primeira edição – em alemão – teve apenas 200 exemplares e durou quase dez anos. Na virada do século o livro passara a ser muito conhecido, foi traduzido para o inglês em 1878, para o francês em 1885 e para o italiano apenas em 1911, quando a versão alemã atingira a décima edição. É muito provável que João Ribeiro o conhecesse, bem como *O Cicerone*, do mesmo autor, no entanto a cronologia das edições e traduções nos sugere que JR tenha lido em francês ou depois da primeira viagem à Alemanha. Por outro lado, a pouca atenção que JR dá ao Renascimento em seu *História Universal* nos parece incompatível com alguém que tivesse Burckhardt em alta conta.

Gustav Freitag não era historiador e sim escritor de romances e peças de teatro como *Débito & Crédito* e *Os Jornalistas*. No entanto, figura na lista elencada por Joaquim por sua atenção a *Völkerpsychologie* (*psicologia coletiva*, em alemão), conceito importante, segundo Joaquim, para o estudo do folclore desenvolvido por João Ribeiro.

Contudo, nenhum desses figuram no rol de citações do sergipano. A despeito da rivalidade e questões sentimentais que lhe opunham franceses e alemães, Ernest Renan é uma referência fundamental, sempre citada por João Ribeiro.

Portanto, cremos que viajar por dois anos pela Europa foi uma experiência enriquecedora para João Ribeiro, mas não algo irruptivo em sua trajetória intelectual. De volta ao Brasil, em 1898 ele é eleito para a ABL e no último ano do século XIX lança seu mais famoso livro.

⁴⁹ BURKE, Peter. *Jacob Burckhardt e o Renascimento Italiano (introdução p. 1-17)* em BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do renascimento na Itália – um ensaio*. Cia das Letras: São Paulo, 1991.

Figura 1.9: Imortais da ABL



O ainda jovem João Ribeiro é o primeiro homem sentado à esquerda, de terno claro. **Em pé:** Rodolfo Amoedo, Artur Azevedo, Inglês de Sousa, Olavo Bilac, José Veríssimo, Sousa Bandeira, Filinto de Almeida, Guimarães Passos, Valentim Magalhães, Rodolfo Bernadelli, Rodrigo Octavio e Heitor Peixoto. **Sentados:** João Ribeiro, Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Silva Ramos

Escrito para ser um manual escolar, *História do Brasil* ganhou a crítica dos grandes intelectuais do período e se tornou referência maior para a história nacional sendo usado até mesmo em faculdades nas décadas seguintes. Esse livro nasce em uma versão dirigida ao primário, João Ribeiro o chamava de um simples “livrinho” para crianças. Porém, indicando o prestígio que autor adquirira, o livro foi muito lido e comentado pelos letrados de gabarito da capital. Uma segunda edição foi necessária em menos de seis meses, edição essa reelaborada, adensada com mais referências e reformulações. Ao fim dessa edição o autor comenta na *Bibliografia*:

Numerosas cartas recebi onde, a par de louvores imerecidos, aprendi a retificar alguns erros ou lapsos e omissões deste livro. Contribuíram deste modo para

melhorar esta obrinha os senhores Capistrano de Abreu, Xavier da Veiga, Araripe Junior, Nelson de Senna⁵⁰.

A repercussão que o “livrinho” atingiu, sobretudo entre os letrados de alto relevo e historiógrafos, revela que seus méritos eram muito maiores que o objetivo inicial de redigir um pequeno livro de história do Brasil para as crianças. Décadas depois Marc Bloch diria “não imagino, para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares. Mas simplicidade tão apurada é privilégio de alguns raros eleitos⁵¹” e cremos que esse argumento explica parte do sucesso de crítica do *História do Brasil* de João Ribeiro. A última grande síntese da história nacional era a de Varnhagem, 1857, a qual João Ribeiro considerava “mais exata e erudita” que a de Handelman–*Geschichte von Brasilien*, (1860) –, mas que não tinha “os atrativos da verdadeira história, e o seu autor é alheio a toda emoção que não seja puramente crítica, a de verificar datas, notar e descobrir os desacertos ou falhas dos que lhe desagradam”⁵². Como aponta Rebeca Gontijo⁵³, as gerações que circundaram o 1900 esperavam que uma moderna síntese da história nacional viesse a ser escrita por Capistrano de Abreu, mas o historiador cearense embora tenha marcado época com seu *Capítulos de História Colonial* não correspondeu à expectativa nem dos leitores, nem do mercado editorial. Feita a ressalva de que não foi escrita com essa finalidade, entendemos que a *História do Brasil* de João Ribeiro foi assim consumida: uma moderna e científica síntese da história nacional.

Na sua *Bibliografia*, João Ribeiro cita como referência os trabalhos clássicos de Handelman, Southey, Varnhagen, Von Martius e os cronistas, e dá maior destaque a Revista do IGHB, ou seja, apresenta uma síntese dos trabalhos mais recentes sobre a história nacional como seu principal substrato:

Foram muitos os materiais de que dispus durante a composição deste livrinho. O mais importante foi a coleção da Revista Trimensal do Instituto Histórico e depois dela, as obras dos nossos antigos escritores e cronistas. Dos escritores modernos apenas mencionarei aqui os que são vivos e de cujos trabalhos uma ou outra contribuição me aproveitou; são eles Joaquim Nabuco, Rio Branco, Ramiz Galvão, Silvio Romero, José Hygino, Araripe Júnior, Alencar Araripe, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, José Verissimo, Xavier da Veiga, Teixeira de Mello, Homem de Mello, Theodoro Sampaio, Zeferino Cândido,

⁵⁰ RIBEIRO, João. *História do Brasil – Curso Superior (2ª edição)*. Livraria Cruz Coutinho: Rio de Janeiro, 1901, p. 390. Note que esta é a “primeira edição” da versão “Curso Superior”, no livro há menção a primeira edição que assim é divulgada “Do mesmo autor: História do Brasil – edição com estampas para a infância, 1 pequeno volume”.

⁵¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Zahar: Rio de Janeiro, 2001, p. 41.

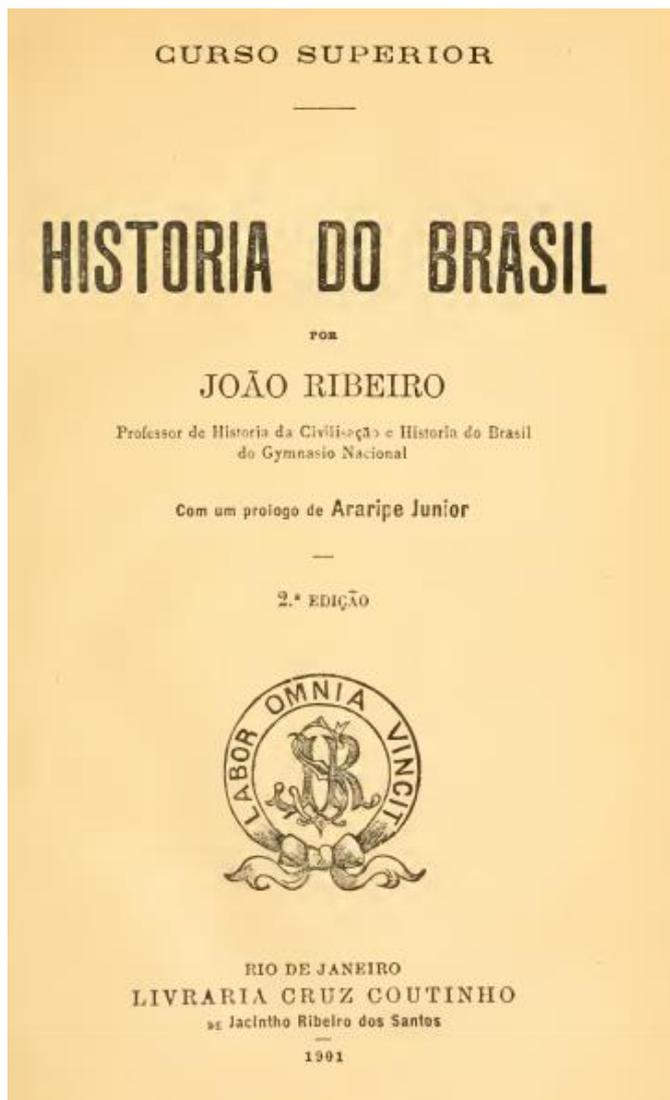
⁵² RIBEIRO, 1901, op. Cit., p. 390.

⁵³ GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. 7 letras: Rio de Janeiro, 2013, p. 23.

Felisbello Freire, L. Azevedo, Moreira Azevedo, Padre Galanti, Mattoso Maia, G. Studart, e outros⁵⁴.

Corroboram nossa perspectiva as resenhas da época, as menções posteriores de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda⁵⁵, e mais tardiamente a sua publicação pela série da Biblioteca Básica Brasileira⁵⁶. Ou seja, *História do Brasil* de João Ribeiro foi tomado como um clássico da época.

Figura 1.10: Folha de rosto do clássico de João Ribeiro



⁵⁴ RIBEIRO, 1901. Op. Cit., p. 389-390.

⁵⁵ Ver FREITAS, Itamar. *João Ribeiro e o ofício do historiador: seus leitores, suas prescrições*. XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH. João Pessoa, 2003, p. 2.

⁵⁶ Projeto encabeçado por Darcy Ribeiro na UnB durante a década de 1960 que previa a publicação de cem clássicos das letras brasileiras. Todavia, com o golpe civil-militar de 1964 o projeto foi interrompido após o lançamento dos dez primeiros volumes – 150 mil exemplares – e só retomado cinquenta anos depois pela Fundação Darcy Ribeiro com apoio dos Correios e Petrobras que além das versões impressas disponibilizam arquivos PDF no site: <http://www.fundar.org.br/bbb/>.

Portanto, o século XX se iniciava de maneira auspiciosa para João Ribeiro, à essa altura um quarentão há vinte anos estabelecido na capital. Sua carreira de crítico literário andava a todo vapor, “fazia e destruía carreiras”⁵⁷, além disso, circulava entre os letrados do CPII, da ABL, do Itamaraty. Estava nas páginas d’*A Semana* e da *Revista Brasileira* que reuniam o núcleo da academia. Frequentava a roda de Machado de Assis na Garnier – o *establishment* literário – embora também congregasse na roda de Fábio Luz, Rocha Pombo e Curvelo de Mendonça – o *underground* das letras⁵⁸.

Já em relação ao mundo dos livros didáticos ele era um titã: a começar pelo *Cuore* de Edmondo de Amicis – importante romance de formação italiano – que alcançou estrondoso sucesso e foi traduzido para o Português por João Ribeiro em 1885, seus livros de história ganhavam destaque, bem como suas gramáticas, seletas e dicionários ganhavam reedições a cada ano.

1.2.2 Status socioeconômico de um escritor de livros didáticos

Dispomos de alguns números para melhor compreender o status social de um *best-seller* de livros didáticos. Este segmento era considerado a “carne do mercado”, o produto mais rentável num país de aproximadamente 20 milhões de habitantes dos quais estimava-se em 75% o número de analfabetos. Francisco Alves, livreiro e editor referência neste ramo acumulou considerável fortuna nos últimos anos do Império e começo da República até morrer em 1917. Além de uma pensão mensal de dois contos de réis deixada a sua companheira, Alves legou a Academia Brasileira de Letras 5 mil contos de réis (5.000:000\$000) – quantia assombrosa para uma doação⁵⁹.

Dizia João Ribeiro que contribuiu significativamente para o incremento da fortuna de Francisco Alves, porém reconhecia que o livreiro tinha muito mérito nisso:

Não é vanglória de minha parte dizer que contribui com muito mais que uma gota de água para a sua caudalosa fortuna. Das cento e cinquenta edições dos meus livros didáticos, correram e ainda correm muito perto de um milhão de exemplares. Mas não murmuro uma queixa. Tudo isso foi a obra do editor, do comerciante genial, que sabia tirar do vil estreme a flor radiante⁶⁰.

⁵⁷ HANSEN, 2000, op. Cit. p. 11-37.

⁵⁸ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo [versão digital]*. Edições do Senado Federal: Brasília, 2003, p. 435.

⁵⁹ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil – sua história*. Edusp: São Paulo, 2012, p. 326-327.

⁶⁰ LEÃO, 1962, op. Cit., p. 41.

Livros como o *Diccionario Grammatical*, *História do Brasil* e *Seleta Clássica* de JR custavam 4\$800 em 1906. Segundo Marisa Lajolo⁶¹, geralmente 25% do preço de capa era revertido ao autor. Pautando-nos nas cifras dadas pelo próprio JR, um milhão de exemplares divididos em 40 anos de atividade corresponderia a uma média de venda de 25 mil exemplares anuais. Este número pode parecer exagerado dado as características do mercado editorial da época, ainda mais pelo fato de João Ribeiro ter dito isso logo após a morte de Alves – 1917 –, o que diminui os “40 anos de atividade como escritor de didáticos” em mais de 15 anos, fato que elevaria a tiragem média anual a uma cifra astronômica, mesmo para um *best-seller* dos didáticos como JR⁶².

Figura 1.11: Anúncios de Francisco Alves na Gazeta de Notícias (04/01/1895)

GAZETA DE NOTÍCIAS — Sexta-feira 4 de Janeiro de 1895

LIQUIDAÇÃO GERAL

FRANÇOIS DES ARMEIENS
AD BOULEVARD
33 RUA DOS ANDRADES 33

... (lista de produtos e preços) ...

100:000\$000

INTEGRAES POR 8\$000

EXTRACÇÃO INFALLIVEL DA EXTRACÇÃO INFALLIVEL

DECIMA PRIMEIRA

GRANDE LOTERIA NACIONAL

QUINTA-FEIRA 10 DO CORRENTE

ÀS 2 HORAS DA TARDE

No salão da rua Nova do Ouvidor ns. 29 e 29 A

100:000\$000
POR 8000

Em 9 do corrente

Loteria do Estado de Minas

... (detalhes da loteria) ...

100:000\$000
Integras por 8\$000

LOTERIA DE MINAS

EXTRACÇÃO EM 9 DO CORRENTE

MARGAS

... (lista de margas) ...

LOTERIA NACIONAL

HOJE HOJE

EXTRACÇÃO DA R 10ª LOTERIA

PREMIO MAIOR 20:000\$000

INTEGRAES POR 1\$500

AMANHÃ AMANHÃ

50:000\$000 integras por 4\$000

Já estão à venda os bilhetes da loteria para 10 de janeiro

Quinta-feira 10 de janeiro de 1895

ÀS 2 HORAS DA TARDE

EXTRACÇÃO INFALLIVEL

na

Decima primeira grande Loteria Nacional

PREMIO MAIOR

100:000\$000

Integras por 8\$000

SEGUNDA GRANDE LOTERIA PARA O NATAL

500:000\$000

INTEGRAES POR 1\$500

EXTRACÇÃO INFALLIVEL

Em 21 de dezembro de 1895

ÀS 3 HORAS DA TARDE

De publicações por dirigidas as seguintes casas: Officina Central, Officina do Vaqueiro, rua de São João, n. 11, caixa n. 1.102, sempre integras...

TELEGRAMAS

... (informações de telegramas) ...

CARNIVAL

PROPRIEDADES LITTERARIAS

ALVES & C.

... (anúncios de livros) ...

LOTERIA DA BAHIA

EM BENEFICIO DO HOSPITAL DE SANTA ISABEL

Amanhã

EXTRACÇÃO DA 1ª SÉRIE DA 3ª LOTERIA

PREMIO MAIOR 50:000\$000

Integras por 4\$000

Terça-feira 8 do corrente

EXTRACÇÃO DA 2ª SÉRIE DA 3ª LOTERIA

PREMIO MAIOR 25:000\$000

INTEGRAES POR 800 REIS

QUINTA-FEIRA 10 DO CORRENTE

EXTRACÇÃO DA 3ª SÉRIE DA 3ª LOTERIA

PREMIO MAIOR 24:000\$000

Integras por 3\$500

Sabbado 12 do corrente

EXTRACÇÃO DA 4ª SÉRIE DA 3ª LOTERIA

PREMIO MAIOR 25:000\$000

INTEGRAES POR 800 REIS

Sabbado 19 do corrente

EXTRACÇÃO DA 5ª SÉRIE DA 3ª LOTERIA

PREMIO MAIOR

100:000\$000

Integras por 4\$000

Am patentes superiores a 200 \$000 em valores comissão. Os patentes devem ser dirigidos a casa Soubrier & Co. Caixa de correio n. 1.101. Integras por 4\$000.

VERONDEIROS GRADOS DE SAUDE DE FRANCO

LOTERIA MUNICIPAL

100:000\$000

... (anúncios de outros estabelecimentos) ...

⁶¹ LAJOLO, M. Introdução. In BULLAC, O & BOMFIM, M. *Através de Manual*. Cia das Letras: São Paulo, 2000, p. 12.

⁶² HALLEWELL (2012, p. 32) aponta que as tiragens de manuais escolares variava entre 5 e 50 mil cópias.

Figura 1.11.b: Detalhe - Anúncio dos livros de João Ribeiro e outros

PROPRIEDADES LITTERARIAS	
DE	
ALVES & C.	
Elementos de arithmetica , por João José Luiz Vianna, 4ª edição melhorada, 1 vol.	4\$00
Elementos de algebra , compilados pelo Exm. Sr. conselheiro C. B. Ottoni, compendio adoptado pelos estabelecimentos de instrucção superior e secundaria da Republica. Setima edição, contendo a materia exigida pelo programma da Escola Polytechnica, 1 vol. in-8ª.....	3\$00
Elementos de geometria e trigonometria rectilinea , compilados pelo Exm. Sr. conselheiro C. B. Ottoni, oitava edição, mais correcta e augmentada, com numerosas notas e figuras intercaladas no texto, impresso em typo menor, 1 vol. in-8ª.....	5\$00
Primeiro livro de leitura , por Felisberto de Carvalho, 1 vol. in 16 grande, ornado de numerosas illustrações, sendo muitas coloridas, cart.....	1\$50
Segundo livro de leitura , por Felisberto de Carvalho, 1 vol. in 16 grande, ornado de numerosas illustrações, sendo muitas coloridas, cart.....	2\$00
Terceiro livro de leitura (curso médio das escolas primarias), por Felisberto de Carvalho, 1 vol. in 16 grande, ornado de numerosas illustrações, sendo muitas coloridas, cart.....	2\$50
Noções da vida domestica , por Felix Ferreira, 9ª edição muito melhorada. Obra premiada na exposição de Paris em 1889.....	2\$00
Noções da vida pratica . — (Lições de Cozas), 9ª edição por Felix Ferreira, 1 vol. de 507 paginas, impresso e illustrado em Paris, com gravuras..	3\$00
Principios de Composição , descrições, narrações, cartas, etc., segundo o programma de exames, por Guilherme do Prado, 2ª edição, 1 vol. in 16, cart.....	1\$00
Compendio de Analyse Logica , precedido de noções de syntaxo e rhetorica, de Haoux Beiggs, 2ª edição, 1 vol. in 12, cart.....	1\$50
Arithmetica da infancia e Metrologia , por monsenhor C. Couturier, bacharel em sciencias e em letras, professor de mathematicas, 4ª edição, 1 vol. in 32, cart.....	\$400
A Historia do Brasil , ensinada pela biographia de seus herdes, por Sylvio Itomero, 1 vol. in 16.....	1\$00
Coração (notavel livro de educação moral e civica) por E. De Amicla, tradução de João Ribeiro, 1 vol. cart.....	1\$50
Explicador de Arithmetica , por Eduardo de Sá, em collaboração com seu filho, o engenheiro Crokati de Sá, 8ª edição, correcta e augmentada, 1 vol. in-8ª.....	3\$00
Arithmetica das Escolas Primarias , por Felisberto de Carvalho, 2ª edição.....	\$500
Noções da Historia Universal , adaptada ao ultimo programma, pelo Dr. Moreira Pinto, 2ª edição, 1 vol. in-16, cart.....	3\$00
Eptome da Historia do Brasil , pelo Dr. Moreira Pinto, 2ª edição illustrada com retratos de homens illustres do Brasil, 1 vol. cart.....	1\$00
Historia Universal , (noções summarias), por João Maria da Gama Bezão, 1 vol. in-16, cart.....	5\$00
Chorographia do Brasil (curso superior). Antigamente publicada com o titulo de <i>Geographia das provincias do Brasil</i> , contendo uma carta geographica de cada Estado do Brasil, desenhadas por Olavo Freire, texto pelo Dr. Moreira Pinto, obra premiada pelo jury da Exposição Pedagogica, 4ª edição muito augmentada. Adoptada na Escola Normal da Capital Federal, no Gymnasio Nacional, na Escola Normal do Estado do Rio de Janeiro, na de S. Paulo, etc., 1 grande volume.....	10\$00
Geographia Atlas , contendo oito mappas, seguida de um ligeiro esboço chronologico da historia do Brasil e de algumas noções de cosmographia, dedicada á infancia, por monsenhor C. Couturier, 4ª edição, muito melhorada, pelo bacharel Alfredo Moreira Pinto, 1 vol. meio cart. obl.....	1\$00
Curso de Geographia Geral , segundo o programma de exames, pelo Dr. A. Moreira Pinto, 2ª edição, 1 vol.....	3\$00
Noções de Geographia Geral , pelo Dr. Moreira Pinto, 3ª edição, 1 vol. com illustrações.....	3\$00
Cathecismo da doutrina christã , approved pelo Exm. e Revm. Sr. D. Pedro Maria de Lacerda, bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro, 5ª edição muito melhorada, por monsenhor C. Couturier, 1 vol. in-12, cart.....	\$500
Compendio de historia sagrada , seguido da geographia sagrada, por monsenhor C. Couturier, 3ª edição, 1 vol. in-16, cart.....	\$850
Diurnal da Mocidade Christã , dedicado aos filhos da terra de Santa Cruz, por monsenhor C. Couturier, 5ª edição, 1 vol. in-32, enc.....	2\$00
Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade . — Grammatica portugueza, 2ª edição completamente refundida e posta de accordo com os trabalhos congeneres mais recentes.....	5\$00
The english translation primer , seguido de um dictionario de todas as palavras contidas no livro, com a tradução portugueza, por James Hewitt, 1 volume enc.....	2\$00
Noções de chimica geral , pelo Dr. Martins Teixeira, 1 vol....	4\$00
Noções de chimica inorganica pelo Dr. Martins Teixeira, 1 vol.	\$500
Grammatica portugueza da infancia (curso primario, 1º anno) por João Ribeiro, 8ª edição, com illustrações.....	1\$00
Grammatica portugueza elemental , curso medio (2º anno), por João Ribeiro, 4ª edição, 1 vol. in-16, cart.....	2\$00
Grammatica portugueza (curso superior, 3º anno), por João Ribeiro, 6ª edição correcta e augmentada, 1 vol. in-16.....	3\$00
Dictionario grammatical contendo em resuma todas as materias que se referem ao estudo historico comparativo da lingua portugueza, por João Ribeiro, 1 volume cart.....	4\$00

Como parâmetro para este mercado temos dados de dois ícones do período: *Através do Brasil* de Olavo Bilac e Manoel Bonfim e *Contos Pátrios* de Bilac e Coelho Neto. O primeiro, lançado em 1910 teve uma primeira edição de 4 mil exemplares e outra com a mesma cifra três anos depois. Foi um sucesso de vendas, um romance de formação nacional voltado para a escola primária tal qual o *Cuore* de Amicis ou *Le tour de la France par deux enfants* de G. Bruno – pseudônimo de Augustine Fouillée. Já *Contos Pátrios* alçou voo ainda mais longo. De acordo com Humberto de Campos⁶³ era um livro de contos sobre contos, surgido da necessidade financeira da dupla de autores – durante o governo do Marechal Floriano Peixoto – que acabara vendendo um livro a Francisco Alves que ainda não existia. Após receberem o adiantamento de dois contos de réis, acabaram em menos de uma semana o livro que até 1917 tinha vendido 105 mil cópias.

Estimando as vendas em toda a vida de João Ribeiro em 500 mil exemplares, com preço médio de capa a 3\$000, pelos quais o autor ficasse com 25%, teríamos o montante de 75 contos de réis, o que equivale aproximadamente a dez anos de salários de JR no CPII – segundo os valores da década de 1900. Quantia considerável, mas não a ponto de deixar JR plenamente satisfeito. Em algumas ocasiões o intelectual reclama tanto dos salários do CPII, quanto do status do homem de letras no Brasil. Outros indicadores podem nos dar uma ideia dos valores envolvidos.

Morando em Santa Tereza João Ribeiro fazia uso tanto dos bondes, quanto dos coches. Estes custavam cerca de 1\$500 a 5\$000⁶⁴, preço comparável, portanto, ao de livros. Essa casa pertencia a JR e sua família e não temos maiores informações acerca da sua aquisição, fato é que em 1913 João Ribeiro venderia a propriedade. Com o mesmo objetivo vendeu em 1913 grande parte da sua biblioteca de raridades filológicas. Partindo desses fatos, sabemos então que JR estava livre de alugueis e pelos comentários de alguns contemporâneos e de seus biógrafos, era ávido leitor e comprador de livros.

Os custos de vida do Rio na *Belle Époque* já foram estimados por alguns autores. Eulália Lobo aponta o salário médio do operariado em 800\$000 mensais, enquanto o aluguel para uma família operária chegava a 60\$000. Dá para se ter uma ideia da disparidade social ao observarmos os anúncios de jornais da época. Nas páginas da

⁶³ HUMBERTO DE CAMPOS. *Diário Secreto* v. 1. Edições O Cruzeiro: Rio de Janeiro, 1954, p. 74.

⁶⁴ *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1903, p. 396.

Gazeta de Notícias eram anunciados vestidos entre 30\$000 e 200\$000⁶⁵. O preço da cerveja variava entre 300 e 700 réis, uma garrafa de vinho Leon Porten era anunciada por 2\$300 e uma lata de banha a 2\$600⁶⁶. Também anunciava-se essa lista: feijão preto por \$280, açúcar \$380, velas 1\$400, cebolas \$700. Embora a unidade de medida não fosse anunciada no jornal em questão, cremos que se tratava do quilo desses produtos (exceto as velas, que deveria se tratar de uma dúzia ou dezena).

Arthur Guimarães⁶⁷ aponta que na primeira década do XX o custo de vida no Rio de Janeiro era relativamente alto, dizia que uma família carioca de quatro pessoas necessitava de 250\$000 mensais para cobrir as despesas mais elementares enquanto no Reino Unido seriam necessários apenas 130\$000. Em seus cálculos, uma família de classe média que não quisesse passar por privações necessitava de 1:500\$000 mensais.

Esses dados nos permitem situar JR num nível de renda do estrato médio-alto. Tão longe dos paupérrimos, quanto dos abastados, já que seu salário mensal no CPII estava em torno de 600\$000, acrescidos dos ganhos extras com sua atividade na imprensa e nas editoras⁶⁸, algo que deveria variar entre 160\$000 e 400\$000⁶⁹. Para termos uma ideia, Joaquim Nabuco, como chefe da legação brasileira em Washington recebia 36:000\$000 anuais⁷⁰, cinco vezes mais que o salário de JR no CPII, o que evidencia pelo menos dois patamares bem distintos no funcionalismo público.

1.2.3 A maturidade intelectual no século XX

Ao virar do século temos JR já em um *status* vanguardista. “Um intelectual consagrado”, nas palavras de Patrícia Hansen⁷¹, referência como professor no CPII, instituição modelar do país, crítico literário de envergadura, autor de importantes obras didáticas, referência também como historiador, a ponto de ser o editor do *Almanaque Garnier*. Conforme pontua Tânia Bessone da Cruz Ferreira⁷², a edição de almanaques cabia a figuras proeminentes da intelectualidade do período, como Eça de Queiroz em Portugal, e Ribeiro ocupava tal posição no Brasil. Nada mais faltava a João Ribeiro

⁶⁵ *Gazeta de Notícias*. 8/2/1895. Rio de Janeiro

⁶⁶ O PAIZ, 1/1/1903.

⁶⁷ Autor de *Problemas Brasileiros* (1911) citado por HALLEWELL (2012, op. Cit., p. 290).

⁶⁸ Além da escrita de didáticos, trabalhou como tradutor e revisor.

⁶⁹ CUNHA, Fabiana Lopes. P. 46.

⁷⁰ Conforme registrado em livro contábil (1905) presente no arquivo do Itamaraty.

⁷¹ HANSEN, Patrícia. *Feições e Fisionomia. A História do Brasil de João Ribeiro*. Ed. Acces: Rio de Janeiro, 2000. p. 11.

⁷² FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos*. Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa), v. 5, 2011, p. 41-52.

quanto a status intelectual: reconhecido como escritor, respeitado como gramático, destacado como crítico literário e já à essa altura num círculo de sociabilidade que passava por grandes nomes da República como Graça Aranha e Joaquim Nabuco, a ponto de JR participar em uma missão diplomática na Europa em 1901 comandada por Nabuco.

Indicativo do grau de proximidade pessoal de JR dos ilustres diplomatas é o fato do nome de JR não constar nos documentos oficiais dessa missão nos arquivos do Itamaraty. Ao que tudo indica ele viajou na condição de “adido extraordinário” de Graça Aranha que era o secretário de Nabuco. Fato é que JR esteve junto dessa missão cujo objetivo era resolver a contenda da Guiana com a Inglaterra. Cartas e memórias de Nabuco, Aranha e do próprio JR não deixam margem para dúvida: o sergipano excursionou por algum tempo com a legação, todavia a natureza de sua participação é incerta. Até mesmo a sua permanência com o grupo não foi integral. Em uma carta enviada de Marselha a Graça Aranha⁷³, ele avisa que terá que partir ao Brasil por não se sentir bem de saúde. Na ocasião ainda noticia ao amigo sobre suas viagens a Berlim, Viena e Veneza e aproveita para informar que conheceu pessoalmente o Barão do Rio Branco na capital alemã. Anos depois, ao fazer mais um pedido a Nabuco para participar de outra missão na Europa, JR chega a comentar em carta com Graça Aranha que o insucesso do novo pedido devia-se a sua pouca utilidade na missão de 1901. Corroborando essa versão as memórias daquela viagem na qual um brincalhão João Ribeiro se apresentava na França como sendo um ricoço espanhol.

Segundo a carta de Marselha, esta viagem deveria durar quatro meses, porém foi abreviada por JR não estar se sentindo bem de saúde. Mesmo assim, foi possível rodar por Paris, Berlim, Viena e Veneza, além de Milão onde tinha enterrado seu filho Neco, morto pouco depois de nascer, em 1896⁷⁴.

Ao que tudo indica, esse tipo de favor – viagens e comissões na Europa – aos letrados de alto gabarito era de praxe no Itamaraty. Na negativa a um segundo pedido de JR, Nabuco aponta que o ministro do Exterior gostava de contar com os principais intelectuais do país na órbita do Itamaraty: “Ele é ambicioso de agradar aos homens que

⁷³ Carta de João Ribeiro a Graça Aranha em 25/06/1901/ Acervo ABL.

⁷⁴ Outra filha de JR nasceu e morreu em terras europeias: Vera Xênia, também na viagem de 1895-97 e foi enterrada em Hanover. As condições sanitárias eram substancialmente piores e a taxa de mortalidade infantil salta aos olhos em relação a JR. Em 1893, no Rio, sua mulher teve um aborto espontâneo e JR ainda enterraria outro recém-nascido no Rio de Janeiro. Dona Maria Luiza Fonseca Ramos Ribeiro, sua esposa, enfrentou 16 gestações – segundo pudemos apurar. Na ocasião de seu falecimento, o jornal *A Noite* noticia que João Ribeiro deixara oito filhos, viúva e ainda sua mãe (*A NOITE*, 14/04/1934).

representam, como o Sr., o cume da intelectualidade brasileira”⁷⁵. Ou seja, a negativa devia-se, provavelmente, a uma alta demanda por favores do gênero, mas a justificativa de Nabuco é que mais uma saída de JR do Brasil seria um “atentado a nossas letras”. Mais que isso, Nabuco advertia JR sobre o “erro” que seria criar os filhos longe da pátria mãe, sem que deitassem raízes no Brasil.

Se podemos considerar o 1900 como a chegada a maturidade de JR, também podemos esticar esse período até 1913. Basicamente, neste íterim não há alterações estruturais em sua biografia pessoal: segue o casamento com muitos filhos, segue a carreira no CPII, segue suas atividades na imprensa de crítica literária – a novidade é a edição do *Almanaque Brasileiro Garnier*; seu *História do Brasil* continua sendo bem apreciado nas escolas e entre historiadores. No entanto, as condições externas ao indivíduo mudam muito: o Rio de Janeiro inicia sua metamorfose urbana, a ponto de encher Bilac de orgulho na Exposição Nacional de 1908; novos heróis nacionais começam a morrer – José do Patrocínio em 1905, Machado de Assis em 1908, Joaquim Nabuco em 1910, Rio Branco em 1912. No âmbito internacional, algumas convulsões e choques são sentidos na periferia do mundo, era a “paz armada”.

A produção de JR tem um hiato, nesse tempo não produz nenhum trabalho historiográfico. Seus didáticos seguem o ciclo natural de revisão e reedição, mas nada de novo. Em outras searas o escritor investiu: publicou *Páginas de Estética* em 1905, apontado como seu principal livro de crítica literária, o qual Antonio Arnoni Prado adjetivou de modorrento⁷⁶.

No *Almanaque Brasileiro Garnier*, João Ribeiro atua como colaborador esporádico desde 1903 e em 1907 assume a direção da publicação. À essa altura o almanaque dirigido por Ramiz Galvão já era uma publicação de prestígio, tiragem anual, variando entre 400 e 600 páginas, “com capa colorida, bom papel, impressão de boa qualidade gráfica”⁷⁷. Seu conteúdo era estruturado em cinco partes: cronologia e calendário, geografia e estatística, literatura, o ano político e variedades⁷⁸. Ao assumir a direção da publicação João Ribeiro introduz duas novas rubricas: *Ciência & Erudição* e *Artes & Letras*. A

⁷⁵ Carta de Joaquim Nabuco a João Ribeiro em 21/05/1903/ Acervo ABL. Paranhos Jr., o Barão do Rio Branco, assumira o ministério em 1902.

⁷⁶ PRADO, Antonio. *Dois letrados e o Brasil nação*. Editora 34: São Paulo, 2015.

⁷⁷ DUTRA, Eliana Freitas. *Rebeldes Literários da República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Humanitas/UFMG: Belo Horizonte, 2005, p. 32.

⁷⁸ Idem, ibidem.

primeira apresentava um misto de “questões do folclore, etnografia, história, viagens, linguística e ciências naturais, sempre em referência ao Brasil e às nossas coisas”⁷⁹. Esta seção, trouxe estudos de Nina Rodrigues e Emílio Goeldi na sua estreia. Já *Artes & Letras* vinha a alargar o programa do almanaque evitando “qualquer tendência exclusivista e de coteries ou grupos”⁸⁰ e esforçava-se “para que todas as escolas e academias e agrupamentos literários, e todos os que pensam e escrevem por todo o Brasil aqui tenham a acolhida e agasalho, sem outra limitação que a do mérito, e do critério com que escolhemos o que nos parece bom ou excelente”⁸¹.

O parecer de Eliana Dutra⁸² é que João Ribeiro não chega a romper com a estrutura anterior do almanaque, mas aprofunda a perspectiva nacionalista, a vocação pedagógica, os assuntos científicos e lhe acrescenta autoridade intelectual e prestígio literário.

Se entre o *História do Brasil* de 1901 e o *História Universal* de 1918 Ribeiro não publicou nenhum trabalho historiográfico autoral individual, nesse tempo ele não esteve longe dos debates. Além da crítica literária assídua nos jornais – englobando livros de história, ao feitio da época –, selecionou textos e convidou autores para o almanaque que conformavam um projeto intelectual e político fortemente interessado nos domínios de Clio. Para Eliana Dutra o *Almanaque Brasileiro Garnier* pode ser entendido como uma unidade, congregando um corpus de textos, e

um lócus privilegiado para a percepção dos **projetos de uma elite modernizadora**, bem como das suas tentativas de construção de uma história, de uma memória e de uma imagem da nação no Brasil no começo do século XX, são as afinidades dos seus conteúdos, os quais definem, como veremos, a sintaxe do *Garnier*: de um lado, o progresso e a ciência dando unidade à história humana na marcha rumo à modernidade; de outro, os valores nacionais dando unidade à nação⁸³.

Contudo devemos atentar para o que a historiadora chama de “elite modernizadora”. O artigo “uma” indica justamente que não era “a elite”, e sim um grupo entre demais congêneres. Convém lembrar que o título por ela escolhido para seu livro é *Rebeldes Literários da República*, ou seja, indica contestação ao *establishment* e a passagem a seguir caracteriza detalhadamente os termos dessa rebeldia:

causa surpresa, à primeira vista, o fato de que o Almanaque para o ano de 1910, o primeiro a sair a tempo de comentar a morte de Machado de Assis, o faça

⁷⁹ RIBEIRO, 1907, in DUTRA, 2005, op. Cit., p. 33.

⁸⁰ Idem, ibidem.

⁸¹ Idem, p. 34.

⁸² DUTRA, 2005, op. Cit., p. 34-35.

⁸³ Idem, p. 39, grifo nosso.

incorporando reflexões críticas bastante ácidas sobre a obra do escritor, mantendo-se bem distante de um possível tom laudatório, tal como poder-se-ia esperar no caso do desaparecimento daquele que era considerado o carro-chefe da editora⁸⁴.

Acolher no almanaque autores como Pedro do Couto, capaz de escrever que Machado de Assis tinha “exagerados admiradores”⁸⁵ ou que em “seus romances não há tipos que fiquem, como os deixou Eça de Queirós; não há costumes de um povo, porque estes não o descreveu o escritor, não há paisagens a admirar porque estas não as pintou ele. Só e só, boa linguagem”⁸⁶ indica tanto rebeldia, ousadia e coragem, quanto uma nova estatura intelectual adquirida pelo sergipano⁸⁷.

1.2.4 O fim de uma era

Em 1913 João Ribeiro decide que iria morar na Europa. O plano era passar longos anos no velho mundo até que seus filhos, homens, completassem os estudos – Joaquim era um dos mais novos e tinha apenas 6 anos. Betty, a primogênita, já estava casada e ficaria no Rio. Com exceção desta última, todos os Ribeiro deveriam embarcar. Para fazer frente a essas despesas João Ribeiro vende a casa da família em Santa Tereza e vende também a parte mais valiosa de sua biblioteca pessoal, uma série de raridades centenárias da língua portuguesa⁸⁸.

À soma dessas vendas deveriam ser acrescentados seus proventos do CPII⁸⁹ – os quais Betty estava encarregada de remeter ao pai – junto dos lucros obtidos com seus didáticos. Se a viagem não era algo tão caro conforme destacamos anteriormente, a mudança definitiva para outro país exigia outras providências e investimentos. Conforme planejado, os Ribeiro embarcaram no início do ano seguinte, 1914, para a Europa.

⁸⁴ DUTRA, op. cit., p. 46.

⁸⁵ Pedro do Couto *apud* DUTRA, op. Cit., p. 47.

⁸⁶ *Idem*, p. 48.

⁸⁷ Ele é o escolhido, p. ex, para ser o organizador-selecionador do livro *Páginas Escolhidas – dentre as obras dos primeiros Acadêmicos e dos seus sucessores (1897-1912)* ao lado de Mário de Alencar, livro publicado pela Garnier em 1912.

⁸⁸ LEÃO, 1962, op. Cit., p. 26.

⁸⁹ Não podemos afirmar que já a esta altura JR estivesse aposentado – tinha 28 anos de serviço público. Os documentos encontrados (memórias e cartas) sugerem um novo status – *catedrático* – dentro do CPII no qual havia liberdade para determinar seus próprios turnos, expedientes e formas de trabalho.

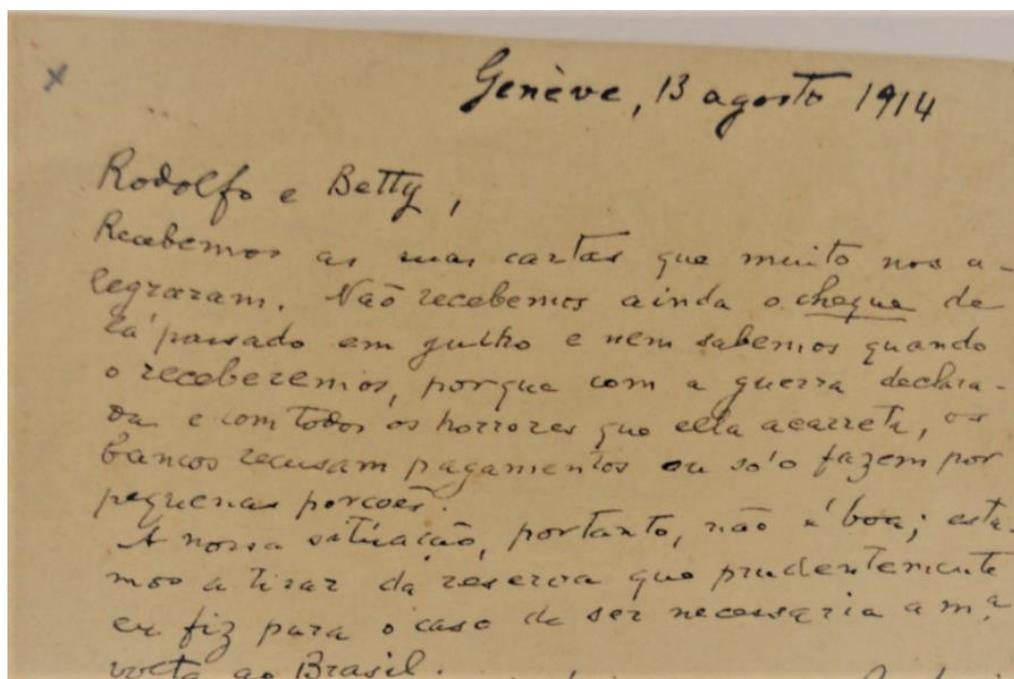
Vinte anos depois dessa partida, logo após a morte de JR, Joaquim Ribeiro lançaria seu livro de memórias em homenagem ao pai, *9 mil dias com João Ribeiro*, e nele relembra essa viagem de infância:

Quando saímos de Santa Tereza e fomos viajar além das muralhas do Brasil [...] descobri nele o homem que falava diferente: o poliglota. Foi no navio. O Gallia. Entre franceses e outros estrangeiros [...]. Ele falava a língua de todo mundo. Fomos à França. Fomos à Suíça e íamos morar ai, em Genebra, num apartamento que dava, na frente, para o “Quai des eux-vives” e donde se via, pelas janelas do fundo, os Alpes empoados de neve⁹⁰.

Genebra como residência! Meses depois essa escolha se revelou providencial. Joaquim Ribeiro prossegue sua lembrança: “1914. Veio a Guerra (que pena!) e nós tivemos de voltar. Pela França em ‘wagon’ de segunda-classe. Pela Espanha. Por Portugal. Até o Brasil. Até aquele morro em que nasci”⁹¹.

A escolha da Suíça, um país neutro na Grande Guerra, pode ter salvado a vida dos Ribeiro, no entanto a neutralidade helvética não era suficiente para garantir a normalidade da vida no país. Na ocasião, João Ribeiro explica a situação a sua filha em uma carta.

Figura 1.12: Carta de Genebra (13/08/1914)



Rodolfo e Betty, Recebemos as suas cartas que muito nos alegraram. Não recebemos ainda o cheque de lá passado em julho e nem sabemos quando o recebemos, porque com a guerra declarada e com todos os horrores que ela acarreta, os bancos recusam pagamentos ou só o fazem por pequenas porções. A nossa situação, portanto, não é boa; estamos a tirar a reserva que

⁹⁰ RIBEIRO, Joaquim. *9 mil dias com João Ribeiro*. Record: Rio de Janeiro, 1934, p. 16-17.

⁹¹ Idem, p. 17.

precedentemente eu fiz para o caso de ser necessária a minha volta ao Brasil. Esta volta ao Brasil é indispensável. Aqui estamos em pé de guerra; os gêneros e tudo encarecem, a Suíça está cheia de brasileiros sem recursos que não podem voltar a França nem seguir viagem porque não há trens e os caminhos estão fechados. O único caminho que havia era o da Itália, mas os italianos suprimiram as suas partidas para a América do Sul. A falar, com toda a verdade, estamos sitiados e presos. Nunca houve na Europa uma guerra tão formidável como esta e ninguém pode avaliar o que será e o que haverá daqui a um mês, dois ou três, pois agora é que ela começou. Fomos relativamente felizes por estarmos na Suíça, onde apesar da mobilização de 200.000 homens e de estarmos juntos a ponteira, sempre se goza de relativa tranquilidade, por enquanto ao menos. Assim não há motivo para recear por enquanto, pela nossa sorte. Apenas vivemos a vida mais insípida que se pode ter. A cidade parece de luto, triste, cheia de estrangeiros refugiados, sem meios de vida e sem meios de se ir ou voltar as suas pátrias. Em vista de tudo isto, nós resolvemos voltar ao Brasil logo que haja transporte seguro⁹².

Com relação às viagens de João Ribeiro definimos esta última como a mais impactante e decisiva em sua vida e obra. É uma espécie de duplo exílio: João Ribeiro foi “expulso” de seu autoexílio. Mucio Leão⁹³ assinala nessa direção:

Tendo chegado ao Rio em 1914, tangido pela conflagração daquela Europa onde sonhara ir acabar os dias, Joao Ribeiro trazia o espírito ansioso por todas as renovações. Liberto de preconceitos acadêmicos ou clássicos, possuindo uma cultura que abrangia todos os aspectos universais, cansado do ramerrão em que se estiolava a poesia em nosso país, João Ribeiro, que se educara em Berlim, em Viena, em Milão, em Roma e em Paris, mostra já nos artigos daquela época (no *Imparcial*), que existiam novos caminhos a serem tentados pelos poetas e pelos prosadores brasileiros. Quem acompanhar a sua atuação de crítico a partir de 1917, vai vendo e sentindo isso a cada passo.

A Grande Guerra (1914-1918) impõe o fim da *Belle Époque* e de seu característico cosmopolitismo. Foi um evento traumático para essa geração de intelectuais, mesmo para os brasileiros e sul-americanos. Bilac, por exemplo, passaria do engajamento cívico pautado pelo binômio *educação-civilização* a uma exacerbação patriótica criando a Liga de Defesa Nacional e patrocinando, com seu prestígio, a causa do serviço militar obrigatório. Era uma situação à qual não se podia ficar indiferente. Eric Hobsbawm aponta que a Grande Guerra

assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX. Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da

⁹² RIBEIRO, 13/08/1914, Acervo ABL.

⁹³ LEÃO, 1962, p. 186.

centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria⁹⁴.

Se a guerra poria fim ao longo século XIX, para João Ribeiro também representaria uma passagem de ciclo. Doravante, o crítico ingressaria no século XX com um novo rol de referências ou nos dizeres de Reinhart Koselleck com novos “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”⁹⁵.

1.2.5 O Velho Modernista

O ano de 1922 marca a virada modernista no Brasil e é possível apontar a publicação de *A Língua Nacional* como um *turning point* na trajetória intelectual de João Ribeiro e sinal de sua adesão ao modernismo. Este livro foi lançado em 1921 pela Editora Revista do Brasil de Monteiro Lobato. Nos anos 20, Ribeiro aproximou-se do grupo que gravitava em torno da *Revista da Brasil*, além de contribuições esporádicas para a revista e do livro, passa a escrever para *O Estado de São Paulo*. De acordo com Christianne Gally⁹⁶, ele deixa para trás uma posição em favor do puritanismo da língua portuguesa – visão ruibarbosiana – e passa a endossar a especificidade do português falado no Brasil. Logo no início do livro, Ribeiro manifesta:

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos. A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar ideias e sentimentos que não são pessoais⁹⁷.

A língua é organismo vivo e as evoluções diferentes do idioma em Portugal e no Brasil, já um século após a Independência, impunham a necessidade do idioma nacional libertar-se dos ditames vindos de Lisboa.

Muitos dos nossos brasileirismos, e muito da nossa gramática, não passam de arcaísmos preservados na América. Sob vários aspectos, como se verifica na questão ortográfica, somos tradicionalistas, ou antes, indiferentes à evolução de além-mar. Isso não é um antagonismo refletido (o que seria novo artifício) é a consciência de que já possuímos os fundamentos da evolução própria, nova e independente. No dia em que não nos compreenderem, façam glossários e, se o quiserem, traduzam os escritores americanos⁹⁸.

⁹⁴ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. Cia das Letras: São Paulo, 2006, p. 16.

⁹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto/PUC Rio: Rio de Janeiro, 2006, p. 305-328.

⁹⁶ GALLY, C. *O Filólogo João Ribeiro: um germânico no Brasil*. In RODRIGUES (org), 2015, op. Cit., p. 113.

⁹⁷ RIBEIRO, João. *A Língua Nacional – notas aproveitáveis*. Edição da Revista do Brasil: São Paulo, 1921, p. 8.

⁹⁸ Idem, p. 22.

Do ponto de vista biográfico, podemos sim falar em uma virada modernista de João Ribeiro. Sua trajetória intelectual bem demonstra isso, no entanto, devemos nos atentar para uma perspectiva mais ampla acerca do modernismo. *Modernismos*, nos soa mais adequado e mesmo considerando essa pluralidade, nos parece que João Ribeiro – sempre tão antenado – não tinha tantas referências sobre a totalidade do movimento no estrangeiro ou mesmo no Brasil conforme uma visão retrospectiva comumente adotada na historiografia costuma supor.

Mucio Leão, em sua biografia do catedrático do CPII, nos conta essa passagem:

Um dos artigos mais característicos que sobre esses assuntos deixou foi o em que tratou de Tarsila. Fora à exposição da talentosa artista, no Palace Hotel, e levou consigo Regina, sua netinha de quatro anos.

É com essa graciosa criança que gosta de trocar ideias, sobretudo no que se refere à complicação indecifrável da arte moderna. Avô e neta vão, pois, parando diante de um quadro e de outro. Em toda parte há cores intensas e fortes. Encontram-se coisas extraordinárias: bichos, monstros e sonhos... A criança vai contemplando aquilo tudo. João Ribeiro também. De vez em quando, ela puxa o paletó do velho:

-Vovô, que é isso aí?

Ele dá a explicação que pode [...]

Ao saírem, dirige-se à neta:

- Então, você gostou?

A menina tem um gesto de concessão generosa:

- Sim...Gostei...Aquilo não deixa de ser bonito...Mas, eu faço melhor...

E João Ribeiro, pelo seu lado, conclui:

“Gostei enormemente daquelas pinturas teratológicas que estão cheias de divinas anomalias... Fiquei vencido pela incompreensão. Estamos todos cansados de compreender uma infinidade de coisas e temos agora sede de todos os mistérios” [...]

“Minha netinha fez-me perguntas difíceis, a que eu dava respostas fugitivas, absurdas e passadistas”⁹⁹.

Embora houvesse tentado a arte das cores e das formas, João Ribério era um homem de letras. Se ainda não havia compreendido a pintura modernista no fim dos anos 20, no que tange a poesia, clamava por uma renovação bem antes de 1922:

A poesia moderna é livre no metro e na expressão, o seu ritmo tem o desalinho da prosa, variado e profundo; e também possui o seu vocabulário e os seus temas prediletos.

⁹⁹ *apud* LEÃO, 1962, p. 18, [originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*, 06/08/1929].

Os parnasianos, técnicos, inflexíveis, não acompanharam essa evolução; intimamente detestam, acreditamos, essa poesia nova.

Ora, é grave dizê-lo: os parnasianos não têm razão alguma. A poesia é sempre a mesma, mas tem as suas modas.

E em tais casos, a evidência é um pouco arriscada. Os senhores Alberto e Bilac fazem-se a si grande mal em teimar pela publicidade de inspiração inteiramente *demodée*, fora de tempo, com a sua técnica sempre rígida e perfeita, mas tendo a menos o frescor juvenil e a oportunidade agora extinta.

Os dois grandes poetas, já merecidamente consagrados, podiam conformar-se às contingências da nossa literatura, que se faz sempre seguindo correntes externas, como acabamos de ver, sem que as gerações influam umas sobre as outras.

Da mesma sorte que foram parnasianos de origem francesa contra os últimos românticos de sua terra, agora têm que ceder a outras correntes estranhas, renunciando a qualquer influxo sobre os homens novos.

A poesia parnasiana entre nós já se tornou fatigante em retardatários imitadores provincianos, que aprenderam as excelências técnicas dos seus mestres, igualaram quase a sua perfeição e, por assim, dizer, banalizaram, até o fastio a sua estética¹⁰⁰.

Revisitando uma coluna de João Ribeiro em 1926, Leão reconstrói uma entrevista do crítico sergipano concedida a Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto que dirigiam a *Revista Estética* no emblemático ano de 1922: “Aprendi e ensinei, diz João Ribeiro [...] desaprendi também e renovei alguns princípios antiquados”¹⁰¹ e prossegue:

Os novos aborrecem as coisas velhas...

- Eu também.

Eles querem uma poesia nova...

- Eu também.

Querem uma literatura nacional...

- Eu também.

Uma literatura pau brasil...

- Eu também¹⁰².

Ainda mais cedo, em 1905, respondendo por carta ao inquirido de João do Rio, comenta a poesia da época:

Não gosto, absolutamente não gosto dos nossos últimos poetas; falo dos últimos, recentíssimos. Basta dizer que não os leio e que ainda que o quisesse não os podia ler. E **digo com a máxima sinceridade que, em abrindo uma folha, prefiro ler um anúncio de leilão a um soneto. É a nossa poesia de hoje uma coisa pior que péssima**, porque é sempre a mesma repetição eterna, descorada, longuíssima, das mesmas coisas, é a mesma ênfase chilra, destemperada, cansada como aquele “chá” do Tolentino¹⁰³.

¹⁰⁰ RIBEIRO [O Imparcial, 1917] in LEÃO, 1962, p. 186.

¹⁰¹ In LEÃO, 1962, p. 183.

¹⁰² Idem, ibidem.

¹⁰³ In LEÃO, 1962, p. 190, *grifo nosso*.

Creemos que as passagens acima bastam para mostrar o caminho muito peculiar que seguiu João Ribeiro seja em relação ao *establishment* literário, seja o político. Antonio Arnoni Prado¹⁰⁴ o situa no grupo dos *dissidentes*. Eliana de Freitas Dutra¹⁰⁵ entre os *rebeldes literários*, Alfredo Bosi¹⁰⁶ fala em “*um crítico independente*”. Concordamos, humildemente, com as três definições, porém, pensamos que a última seja mais exata ao abarcar a carreira toda de Ribeiro.

Embora tenha sido respeitosa, a crítica lançada aos parnasianos é dura. Convém destacar que atacar com tamanha veemência a Bilac significava muito nas duas primeiras décadas do século XX. Ele era o poeta mais popular do Brasil, era também um dos cronistas mais lidos e admirados e em algumas ocasiões uma espécie de porta-voz da cultura nacional oficial. Bilac foi escolhido como secretário da Conferência Pan-Americana realizada no Rio em 1906, como jornalista oficial da Exposição Nacional de 1908 e para o discurso de inauguração do Teatro Municipal em 1909. Era um deus no panteão das letras nacionais. Nos dizeres do próprio João Ribeiro,

Olavo Bilac foi, sem dúvida, um dos nomes populares da última geração de poetas. O mais popular.

De todos os do seu tempo foi o mais lido e ainda hoje tem numerosos e novos leitores.

Os seus livros foram impressos e reimpressos várias vezes, coisa rara depois de Casimiro de Abreu e de Castro Alves¹⁰⁷.

Contudo, para o autor de *Páginas de Estética* ninguém estava isento de crítica. Bilac, por exemplo, “se fosse um poeta original, teria revolucionado a poesia e criado uma escola literária. Sem embargo, criou uma legião de imitadores¹⁰⁸”. Essa crítica fora publicada originalmente no *Jornal do Brasil* em 28 de dezembro de 1928, portanto dez anos após a morte do vate de *Via Láctea*. Ribeiro também aponta que entre a famosa tríade parnasiana, a despeito de ser o mais popular, Bilac era o pior poeta. “Acredito que Raimundo Correa seja superior a Bilac”¹⁰⁹. Em outra feita aponta que “Alberto de

¹⁰⁴ PRADO, Antonio Arnoni. *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22, o Integralismo*. Editora 34: São Paulo, 2010.

¹⁰⁵ DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: História e identidade Nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Humanitas/ Editora UFMG: Belo Horizonte, 2005.

¹⁰⁶ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. Cultrix: São Paulo, 1997. p. 352.

¹⁰⁷ RIBEIRO, João. *Crítica V. II – Poetas, parnasianismo e simbolismo*. ABL: Rio De Janeiro, 1957, p. 33.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*.

Oliveira foi o intérprete mais perfeito dos novos poetas de arte parnasiana”¹¹⁰, era “o *primus inter pares*, pela sua obra literária extensíssima e sempre juvenil e vigorosa”¹¹¹.

No entanto, a *persona* de Bilac era mais sedutora e o seu sucesso se daria mais por estas qualidades que pela arte poética em si: “Aparecia nas festas, impunha-se pela imprensa como talentoso cronista e comentador dos acontecimentos, e, acima de tudo, era um orador notável”¹¹².

Pelo que já mostramos sobre o necrológio de Machado de Assis, não espanta o ataque dirigido ao príncipe dos poetas. Porém, como destacamos acima, a crítica de João Ribeiro era dura e incisiva contra todos os parnasianos. Ou seja, no terreno em que tinha maior *status*, o da crítica literária, João Ribeiro atacou os reis da prosa e do verso, libertou o português brasileiro do falado em Portugal, abrindo caminho para as gerações mais jovens. Sobre Lima Barreto, um escritor um tanto marginal naqueles tempos, diz: “combatia a gramática, os clássicos e os pedantes de toda casta. E bem o demonstrava na ampla liberdade de escrever, a qual era a sua norma. A coisa seria grave, se fosse um escritor medíocre. O seu talento exculpava esses paradoxos de pouca monta”¹¹³.

Já numa crítica de 1917, diz:

Numa e Ninfa é um estudo da vida social e política do nosso tempo. É realmente um dos raros livros que espelham, com verossimilhança se não com fidelidade, os vícios e costumes da sociedade política. No Brasil, em quase todos os ramos de vida, o “arrivismo” é uma arte consumada e perfeita; sem ela seria impossível explicar o triunfo e a evidência de indivíduos quase nulos, insignificantes, incultos e ridículos que, entretanto, ocupam as melhores posições¹¹⁴.

Basicamente, João Ribeiro via todas as lacunas que Pedro do Couto apontava nos romances de Machado de Assis contempladas pelo autor de *Numa e Ninfa*. Mais que isso, ao endossar a leitura da sociedade da época feita por Lima Barreto firmava sua posição de descontentamento em relação a república real.

É nesse turbilhão de tendências sociais, políticas e estéticas do começo do século XX que João Ribeiro vai, simultaneamente, adquirindo e amplificando sua autoridade e renovando suas ideias, alinhando-se as novas gerações. Graça Aranha, seu amigo de longa

¹¹⁰ Idem, p. 11.

¹¹¹ Idem, ibidem.

¹¹² Idem, p. 34.

¹¹³ RIBEIRO, J. *Crítica – VIII – autores de ficção*. ABL: Rio de Janeiro, 1959, p. 90.

¹¹⁴ Idem, p. 91, [originalmente publicado em *O Imparcial*, 07/05/1917.

data, era outro “velho modernista”, o perfil de estabelecido e laureado de ambos contrastava sobremaneira com o dos jovens modernistas. Estes, em geral, eram muito mais novos que o sergipano nascido em 1860. Mário de Andrade era de 1893, Oswald de 1890, Manuel Bandeira e Tarsila eram de 1886, Sérgio Buarque de Holanda de 1902 – para ficar com os mais famosos.

Sintetizando a trajetória do modernismo de maneira mais ampla, Sérgio Miceli aponta:

O movimento modernista ampliou o espaço político das elites corporativas em detrimento da representação dos grupos oligárquicos de feito tradicional, acolhendo bacharéis destituídos de cabedal de relações, cedo atrelados à atividade governamental, dependentes numa clientela propensa à cooptação, ao desvario nacionalista. **O modernismo germinou durante a guerra e no imediato primeiro pós-guerra**, cujos efeitos devastadores estão na raiz do intento de insubordinação perante o *establishment* literário. Tais investidas por parte da geração emergente de intelectuais sinalizaram os **clamores de mudança incendiados pela sequência de greves em 1917, atizados pela inquietação militar que rebentou nas revoltas tenentistas dos anos de 1920**, num campo político minado por fraturas no mando situacionista. Esses episódios conformaram a crise final do antigo sistema oligárquico que se arrastou pela década inteira de 1920.

A explosão criativa na primeira geração do Modernismo literário se deu no fogo das rivalidades entre forças concorrentes das elites regionais. Em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, a crise do poder oligárquico, na década de 1920, alterou de supetão o relacionamento da inteligência insurgente com os detentores do poder¹¹⁵.

Nesse movimento mais amplo toma parte João Ribeiro, manifestando em princípio um descontentamento político e estético¹¹⁶ que se aprofunda *pari passu* perante o *establishment* e desembocaria no aplauso, qualificado e qualificante, dos “novos” após a guerra. Embora esse movimento gradual tenha sido obliterado pela autorrepresentação da *Semana de 22* – que se pretendia irruptiva e fundacional – Sven Schuster conclui que:

Quase dois anos antes da inauguração da Exposição do Centenário, **os jovens modernistas, majoritariamente radicados em São Paulo, já tinham formulado propostas ‘revolucionárias’ sobre o que deveria ser, segundo eles, a nação brasileira. De maneira geral, os adeptos do modernismo criticavam a imitação superficial de modelos estrangeiros**, não só na esfera política e econômica, mas, sobretudo, na arte, na arquitetura e na literatura. **Embora formassem um grupo bastante heterogêneo, os modernistas**

¹¹⁵ MICELI, *Prefácio In PRADO, Antonio Arnoni. Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22, o Integralismo*. Editora 34: São Paulo, 2010, p. 12.

¹¹⁶ A sua contundente crítica a república *Impressões da Alemanha* é de 1897-1898, já o seu desgosto com a “novíssima poesia” é manifestado em 1905, conforme já tratamos aqui nas páginas 47-48.

tinham como denominador comum a resistência à ‘reuropeização’ do país¹¹⁷.

Esse *leit-motiv* estava presente também no projeto editorial do *Almanaque Brasileiro Garnier* dirigido por João Ribeiro, conforme destaca Eliana Dutra. Portanto, o descontentamento subterrâneo crescente no primeiro vintênio do Novecentos endossa a alcunha a “Pré-modernista” ao período. Alfredo Bosi, concordando com a tese de Otto Maria Carpeaux, conclui que o Simbolismo teve amplo sucesso no mundo todo, porém isso não se deu no Brasil. Por aqui o Parnasianismo teve sobrevida que se estendeu por obra dos epígonos e pastiches até o modernismo. Assim aponta Carpeaux:

O Neoparnasianismo é fenômeno particular da literatura brasileira. Aqui e só aqui fracassou o Simbolismo; e por isso, o movimento poético precedente sobreviveu, quando já estava extinto em toda parte do mundo¹¹⁸.

Bosi conclui: “O Parnasianismo é o estilo das camadas dirigentes, da burocracia culta e semiculta, das profissões liberais habituadas a conceber a poesia como ‘linguagem ornada’, segundo padrões já consagrados que garantam o bom gosto da imitação”¹¹⁹.

Isso é o que podemos concluir acerca da poesia e literatura, áreas em que João Ribeiro manifestou de forma mais clara suas opiniões. No entanto, como já argumentamos, seu descontentamento era também com a sociedade e política da Primeira República.

1.3 A Revolução de 30

De modo geral esse período tem sido desprezado nos estudos historiográficos realizados sobre João Ribeiro. Junto com Vargas, ascendeu uma nova classe de intelectuais, jornalistas, críticos literários, historiadores que em geral são tomados como melhor expressão da época. Assim, ele estaria fora do *zeitgeist* do período, falar em João Ribeiro na Era Vargas soaria algo anacrônico. Contudo é o que faremos.

A série *Crítica* de João Ribeiro organizada por Mucio Leão em sete volumes dá substancial foco ao período derradeiro da vida do escritor que coincide com os primeiros

¹¹⁷ SCHUSTER, Sven. *História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, 2014, p. 11, Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>.

¹¹⁸ CARPEAUX, *apud* BOSI, op. Cit., p. 262.

¹¹⁹ BOSI, op. Cit., p. 262.

anos do governo de Getúlio Vargas. Embora essa etapa da vida do letrado tenha sido esquecida, ele continuou ativo. Além dos textos, era alguém com muito poder nos bastidores da república das letras.

Além do elogio aos novos, Ribeiro se empenhou na eleição do jovem Mucio Leão para a ABL. Ainda em 1927 o convidou para secretário da Comissão do Dicionário da Academia, em 1931 sugeriu que Leão concorresse a vaga de Silva Ramos, porém não obteve sucesso nesse momento¹²⁰.

Quanto à escrita da História no tempo presente João Ribeiro era muito cuidadoso com as paixões ainda vivas e as incertezas delas decorrentes. Seu *História do Brasil* não alcança o período republicano¹²¹, bem como seu *História Universal* não avança para além da Revolução Francesa senão com uma breve e simples cronologia de grandes eventos do século XIX. Contudo, apesar da prudência e cautela, João Ribeiro analisava e escrevia – de forma indireta – a história do tempo presente. Esse conjunto de textos provêm principalmente das críticas feitas por João Ribeiro a obras que tinham como tema a história recente.

Temos, por exemplo, uma resenha feita pelo sergipano em 1927 acerca do livro *Entre duas revoluções* de Maurício Lacerda. A primeira frase do texto é “tenho aqui várias vezes escrito que não acho conveniente tratar de livros que se ocupam das últimas revoltas ou revoluções. Parece-me ainda não ter chegado a hora de uma apreciação imparcial dos acontecimentos”¹²² e esse tom cauteloso predomina ao comentar os contemporâneos. João interpreta a revolução como “guerra civil” que pretendia extinguir os “políticos profissionais”. Tal interpretação, não é a de Maurício Lacerda, e sim de João Ribeiro, o que exemplifica o caráter indireto que aludimos anteriormente. O livro de Lacerda serve como mote para que o sergipano levante a questão: “*Quo vadis?*” (Para onde vamos?). Essa é a preocupação de Ribeiro, pois vê uma gama de projetos diferentes e uma incerteza reinante. A situação do país não agradava o imortal “o que há não é bom e pode ser detestável”, porém revelando seu pragmatismo emendava “mas é o que pode haver”¹²³. O diagnóstico era: “Em país inculto, apolítico, sem coordenação, imenso e rarefeito, não

¹²⁰ MELO FILHO, Murilo. *Mucio Leão centenário*. Publicações da ABL: Rio de Janeiro, 2001.

¹²¹ Devemos ressaltar que depois da morte do sergipano, seu *História do Brasil* seria “atualizado” conforme exigências dos programas curriculares por seu filho Joaquim Ribeiro que inclui temas da história mais recente.

¹²² RIBEIRO, *Crítica – Volume VI Historiadores*. Publicações da ABL: Rio de Janeiro, 1961, p. 359. [publicado originalmente no Jornal do Brasil de 2 de novembro de 1927].

¹²³ Idem, p. 360.

é possível definir o que ele quer, se acaso quer alguma coisa”¹²⁴. Nesse cenário, Ribeiro vê os ‘revolucionários’ Assis Chateaubriand, Júlio Mesquita Filho, Santos Figueiredo e o próprio Maurício Larcerda com projetos totalmente diferente uns dos outros sendo, por exemplo, Chateaubriand um “apologista incondicional do capitalismo” e um Santos Figueiredo, socialista moderado, que aguardava “a marcha fatal do comunismo”¹²⁵.

Mais adiante, em artigo de 1931, o catedrático do Colégio Pedro II analisa o livro de Virgílio de Melo Franco intitulado *Outubro de 1930*. Assim começa a resenha:

É realmente um livro poderoso e eloquente, o Outubro de 1930. Achamo-lo, todavia, parcial, injusto em muitas das suas afirmativas, mas esse defeito é sempre a qualidade dos livros que propõem a fazer a história contemporânea¹²⁶.

O escritor realiza um verdadeiro inventário das dificuldades do historiador do contemporâneo:

Estamos dentro dos acontecimentos e no convívio com os homens. Os nossos depoimentos necessitam lenta sedimentação e, enquanto não se cristalizam, são frequentemente contraditórios. Temos, todos nós, os preconceitos da amizade, da simpatia, e também da malquerença e da prevenção contra os indivíduos¹²⁷.

Já com relação a matéria do livro, a Revolução de 30, pontua:

O programa político era o da regeneração, da criação de um país incorruptível, inimigo da fraude eleitoral e de todos os antigos processos de governo e de administração. Praticamente, até agora, a revolução revelou-se apenas anti-burocrática, econômica, e, sob outros aspectos, moderada e discreta¹²⁸.

Continuando sua interpretação da Revolução de 30, já num texto sobre o livro de Azevedo Lima *Da Caserna ao Cárcere*, aponta:

Azevedo Lima foi um dos que ignorava a extensão do movimento revolucionário, confiando, como o governo, na obediência dos chefes militares mais próximos, que por muito tempo ocultaram a gravidade da situação, até o momento em que não foi possível mais guardar a contemporização ou o silêncio¹²⁹.

O livro, como sublinha João Ribeiro, trata não da história da Revolução de 30 e sim da participação do autor, Azevedo Lima, nela. O sergipano recomenda fortemente o livro:

Essa história da caserna ao cárcere é um episódio altamente significativo e não passará despercebido do historiador imparcial e futuro. É a história do próprio governo colhido pela surpresa da sua própria ilusão de força, tão cedo desvanecida. [...]

¹²⁴ Idem, *ibidem*.

¹²⁵ Idem, *ibidem*.

¹²⁶ Idem, p. 362.

¹²⁷ Idem, *ibidem*.

¹²⁸ Idem, p. 363.

¹²⁹ Idem, p. 365, [publicado originalmente no Jornal do Brasil em 29 de julho de 1931].

A leitura dessas páginas é deliciosa e empolgante [...] ¹³⁰.

João Ribeiro também analisa as *Memórias* de Aureliano Leite ¹³¹, texto que segue o mesmo teor dos anteriores: o que havia não era bom, porém não existia garantias de que o porvir seria melhor. O sergipano também dedica atenção ao livro *Que é que há?* de Paulo Duarte, nessa resenha aponta:

Se a revolução tiver de ser condenada pela história, a culpa máxima caberia a São Paulo, que facilitou a invasão dos revolucionários, submetendo-se aos invasores, que seria decisivo, de Itararé; mas a resistência seria impossível pela incoordenação das forças populares, incapazes de afrontar a unanimidade do Exército ¹³².

Noutro ponto do texto, João Ribeiro faz uma longa citação de Paulo Duarte, para concordar com o autor que expõe com certo sarcasmo:

Mas o Brasil é tão paradoxal que o Sr. Bernardes, ontem o melhor representante da tirânica República Velha, hoje é uma esperança da liberalíssima República Nova.
O Sr. Borges de Medeiros, no sul, é olhado como uma tábua de salvação da República.
Em torno do próprio Sr. Washington Luís já se vai firmando também um sebastianismo palerma ¹³³.

João Ribeiro, pelo que mostramos acima, era bastante reticente quanto a situação política do início da década de 1930. De par ao desalento que a sucessão política lhe causava fica patente a prudência ao comentar tanto sobre os vencidos quanto aos vencedores. Ele ainda faria resenhas de outros livros dedicados a Revolução de 30 como os de Matos Pimenta (*Um grito de alarma no tumulto da revolução*), Rubey Wanderley (*A Expição*), Vivaldo Coracy (*O caso de São Paulo*), Sertório de Castro (*A República que a revolução destruiu*), Leven Vampré (*São Paulo – terra conquistada*), João Neves da Fontoura (*A Jornada Liberal*), Virgínio Santa Rosa (*A Desordem*), Hamilton Barata (*O assalto de 1930*) e Martins de Almeida (*O Brasil errado*). Contudo, cremos já ter apontado as linhas gerais da interpretação que o velho homem de letras fazia do seu tempo.

Outra fonte que temos para perscrutar o fim da vida do autor da *Língua Nacional* é uma entrevista concedida a Francisco Galvão para a *Revista da Semana* em 1933, ano

¹³⁰ Idem, p. 367.

¹³¹ Idem, p. 369-371.

¹³² Idem, p. 372, [publicado originalmente no Jornal do Brasil de 19 de agosto de 1931].

¹³³ DUARTE *apud* RIBEIRO, op. Cit., p. 375.

anterior ao de seu falecimento. A entrevista caminha ao estilo do famoso inquérito de João do Rio¹³⁴, Galvão inicia pela apresentação do personagem e do cenário. Este é descrito como uma casa de dois andares no número 36 da Correia Dutra, bem próxima ao mar, na sala destaca um retrato feito por Guttman Bicho e um piano amarelo ao canto. O entrevistado, “uma das mais sólidas culturas adquiridas pelo ‘Petit Trianon’”¹³⁵, é caracterizado pela amabilidade e simplicidade. Não passa sem registro o fato do encontro ter se dado às cinco da tarde e João Ribeiro receber o entrevistador de pijamas.

Depois desse introito, passa-se a literatura:

- *Acredita na renovação da literatura?*

- Mas porque não? Tudo evolui. O Brasil, mesmo, onde tudo é tardio, demorado, não tem outra coisa. O modernismo literário se impõe: creio nele, e nos seus valores.

- *Considera a existência destes valores?*

-Perfeitamente e os catalogo em duas zonas distintas: a do Norte e a do Sul. Não pense que não existem, com as regiões, modificações de mentalidade. Existem. Os melhores romancistas novíssimos são do Norte, como os melhores poetas do Sul. Explico-me. Tome nota dos livros que mais me chamaram a atenção do movimento: “A Bagaceira”, de José Américo; “Menino de Engenho”, de Lins do Rego; “O Quinze”, de Rachel de Queiroz; “Amazônia Misteriosa”, de Gastão Cruls; e este, que reputo admirável: “Os Corumbás”, de Amando Fontes; gente do Norte, Do Sul: “Macunaíma”, de Mário de Andrade, e “Estrangeiro”, de Plínio Salgado.

- *E os poetas modernistas?*

- Existem de bom quilate. Citarei quatro dos maiores: Manuel Bandeira, Ascenço Ferreira, Oswald de Andrade e Jorge de Lima. Veja bem que tinha razão em falar numa mentalidade brasileira nova. Como acadêmico, reconheço-a. Não sou fetichista. Aliás, todos sabem como eu sou franco. Como esconder este admirável movimento de vanguarda que surgiu de São Paulo, encabeçado paradoxalmente por um acadêmico da força de Graça Aranha?¹³⁶

A conversa chega ao assunto do “combate intenso ao analfabetismo”. Ribeiro diz “Não há de ser com a concessão dos Prêmios da Academia, que só servem aos que o conseguem”¹³⁷. Para ele era um problema muito grave, do qual o país havia se descuidado e exigia grande mobilização de recursos. Ele também pontua ser a favor do ensino técnico, desde que se respeite as aptidões individuais e as necessidades regionais.

¹³⁴ Fazemos referência a entrevistas como a de Olavo Bilac por João do Rio, pois a que João Ribeiro concedeu ao autor de *A Alma Encantada das ruas* foi por carta e, portanto, não goza dessas apresentações mitificadoras dos grandes escritores.

¹³⁵ *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1933 [recorte da página com a entrevista disponível no Arquivo da Academia Brasileira de Letras].

¹³⁶ *Idem*, *ibidem*.

¹³⁷ *Idem*, *ibidem*.

Mais adiante, o entrevistador lhe pergunta qual seria o patrono eleito por João Ribeiro, caso fosse possível, ele responde assim: “Necessariamente nestas coisas é sempre difícil escolher. Desejaria muito substituir um erudito: Silvio, Araripe, Joaquim Nabuco. Mas eles viviam ao tempo em que entrei *sous la coupole*”. Seguindo nessa seara lhe é perguntado os autores mais influentes: “na poesia, Raymundo Correia, Alberto de Oliveira e Castro Alves. Castilho, o Antonio Feliciano de Castilho, na prosa.

O encerramento da entrevista merece ser lido na íntegra:

- Que nos diz sobre o comunismo?

Tomou um susto da pergunta. Mostrando um certo desinteresse pelo assunto, explicou contudo:

- Não tenho dúvidas que a humanidade marcha para lá! No Brasil ele há de ser brando, num acordo entre as partes. Faltam ao país uma aristocracia e uma resistência conservadora. Ai a explicação da possibilidade do comunismo entrar aqui. Quanto a integralismo é tolice. Desperdício de tempo. Fascismo, também. O que se sabe é que Hitler e Mussolini trabalham sem saber para o advento do marxismo¹³⁸.

Esse final de entrevista revela traços de pragmatismo, distanciamento e conservantismo no caráter e pensamento de João Ribeiro.

1.4 Construções Biográficas

Os biógrafos não conhecem nem a vida sexual da sua própria esposa, mas acham que conhecem a de Stendhal ou de Faulkner...

*Milan Kundera*¹³⁹

A epígrafe do escritor tcheco ironiza a impressão que muitos biógrafos deixam transparecer ou nos fazem supor de que sabem mais acerca do biografado do que a esposa, amigos ou filhos do dito cujo sabiam. Pierre Bourdieu também se dedicou ao tema e analisou o que chamou de “ilusão biográfica” em um clássico texto que leva o mesmo título, para ele

tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou de reforçar¹⁴⁰.

¹³⁸ Idem, *ibidem*.

¹³⁹ PINHEIRO, 2016, p. 106.

¹⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica* In AMADO, Janaina (org). *Usos e Abusos da História Oral*. FGV: Rio de Janeiro, 1996, p. 185.

Para Bourdieu, a vida, tal qual o romance moderno, é descontínua, múltipla e desconexa. O nome próprio como uma instituição arrancada do tempo e do espaço e de suas conseqüentes variações pode levar o biógrafo a uma apreensão “absurda” daquilo que pretende captar:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações¹⁴¹.

Seguindo os apontamentos de Bourdieu trataremos dos trabalhos executados pelos dois principais biógrafos de João Ribeiro: Mucio Leão e Joaquim Ribeiro. O fito de ambos era o de engrandecer – embora vissem a missão como uma espécie de reparação da injustiça do esquecimento – a *persona* João Ribeiro. Não fazia parte dos objetivos desses escritores revelar detalhes desagradáveis ou qualquer coisa que pudesse destituir a coesão da personagem idealizada. Em paralelo a escrita biográfica – e há de ressaltar que o livro de Joaquim Ribeiro pertence mais ao gênero *memória*, porém dentro de um esforço maior que pode ser entendido como construção biográfica – ambos podem ser vistos como curadores da obra de JR.

1.4.1 Um filho, um discípulo

Joaquim Brás Ribeiro nasceu em 1907 e segundo suas contas viveu aproximadamente nove mil dias na presença do pai. As memórias da figura paterna estão em seu *9 mil dias com João Ribeiro*, lançado ainda em 1934 como homenagem póstuma. Encaramos este trabalho numa dupla perspectiva: a primeira e mais evidente aponta o primeiro passo do empreendimento levado a cabo por Joaquim de panteonizar a figura paterna; a segunda é que este livro serve como carta de apresentação de Joaquim no círculo letrado da capital federal. A essa altura, com vinte e sete anos de vida, Joaquim já era graduado em Direito pela Universidade do Brasil e atuava como promotor público na distante Comarca de Santo Antônio da Platina (PR)¹⁴². De acordo com Leodegário

¹⁴¹ Op. Cit., p. 189-190.

¹⁴² AZEVEDO FILHO, Leodegário de. *Aspectos da vida e obra de Joaquim Ribeiro*. Separata da Revista Romanitas, v. 6-7. Rio de Janeiro, 1965.

Azevedo Filho, que escreveu um esboço biográfico de Joaquim¹⁴³, ainda em 1932, o jovem carioca teria aderido à Revolução Constitucionalista e pegado em armas para defender sua “convicção democrática” que seria reafirmada no livro *Democracia Libertária* de 1946. Nossa hipótese com relação ao duplo esforço empreendido em seu livro de memórias paternas tem ensejo pelo fato de já naquele ano de 1934 Joaquim ter pedido a Anísio Teixeira para assumir o cargo do pai na Escola de Artes Dramáticas¹⁴⁴ conforme pode-se ver a seguir:

Meu prezado amigo

dr. Anísio Teixeira

Respeitosas saudações, venho não só em meu nome como também no de minha família agradecer todas as homenagens que prestastes à memória de meu inesquecível Pai, prof. João Ribeiro.

Diante da prova de admiração que publicamente destes, prestigiando, com a vossa presença, a cerimônia de enterramento daquele velho e venerável professor, tomo a liberdade de, secundando o incitamento de amigos, vir solicitar o vosso apoio em favor da minha nomeação para a vaga da cadeira de Português, que meu pai exercia na Escola Dramática Municipal.

[...] tem sido amparada por diversos amigos do Governo e pela imprensa, certamente só poderei obtê-la com o vosso apoio decisivo. Por ventura será desarrazoado?

Sempre me considerei discípulo de meu Pai, ainda que discípulo humilde, e somente por isso ousou pedir vossa atenção para o meu caso.

Do vosso admirador sempre agradecido

Joaquim Brás Ribeiro¹⁴⁵

(27/04/1934)

De fato, sabemos que Joaquim voltou ao Rio de Janeiro, trabalhou como técnico em educação no MEC¹⁴⁶ e em outros cargos na mesma instituição, entrou para o CPPI em 1950, foi professor de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia de Campo Grande e também atuou como professor na Escola Dramática Municipal do Rio de Janeiro, mas

¹⁴³ Idem. Este pequeno compêndio de fatos biográficos está carregado de comentários engrandecedores sobre Joaquim, no entanto é o que de mais completo existe sobre sua obra.

¹⁴⁴ Esta escola foi fundada junto com o Teatro Municipal a fim de formar um referencial teatral erudito no país. Seu corpo docente era constituído por cinco professores, quatro deles “imortais. Coelho Neto foi o diretor da instituição desde a fundação em 1908 até morrer em 1934, João Ribeiro lecionava Prosódia. A escola passou por momentos institucionais e prédios bem distintos, hoje é mantida pelo estado do Rio de Janeiro e tem o nome de Escola de Teatro Martins Pena, está localizada na Rua 20 de Abril, n. 14, no centro do Rio de Janeiro.

¹⁴⁵ Arquivos digitais do CPDOC/FGV.

¹⁴⁶ Nomeado sob concurso público (AZEVEDO FILHO, 1965, op. Cit., p. 425).

na cadeira de Sociologia da Arte. Leodegário de Azevedo Filho ainda acrescenta outros papéis exercidos pelo filho de João Ribeiro:

Foi ainda diretor artístico da Radio do Ministério da Educação, tendo participado ativamente do programa de rádio A Juventude Cria, dirigido pelo professor João Alfredo Libâneo Guedes. Ainda no rádio, promoveu os programas: Teatro da História; As mais Belas Lendas do Brasil, em coautoria com Wilson Rodrigues; e As Mais Belas Lendas do Mundo. E foi, talvez com surpresa para alguns ouvintes, cantor da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, atual Ministério da Educação e Cultura, conhecendo todo o repertório de Maurice Chevalier.

Realmente multifacetada, como a obra, a vida polimórfica de Joaquim Ribeiro. Além de professor, jornalista, revolucionário, conferencista, crítico literário, folclorista, historiador, filólogo, ensaísta, foi poeta, contista, dramaturgo, romancista, pianista, cantor de operetas, desenhista e cremos que não foi dito tudo. Amante da boa música clássica, nem por isso deixava de compor deliciosos sambas e marchas populares (letra e música), entre os quais a Dança do Tengo-tengo; A Marcha dos Balangandãs; A Canção de Teresópolis; e o conhecido Samba à Paris. Ao mesmo tempo que se dedicava a música popular, escrevia também libretos de ópera, como A Marquesa de Santos (com Batista Siqueira) e O Descobrimento do Brasil (com Eleazar de Carvalho). A ele cabe, por outro lado, o argumento para o cinema do primeiro desenho animado de longa metragem que tivemos: essa extraordinária Sinfonia Amazônica, obra prima do cinema nacional¹⁴⁷.

Ainda de acordo com Azevedo Filho, entre tantas atividades Joaquim Ribeiro se destacou mais como folclorista, historiador e filólogo. Nessas três áreas deixou extensíssima bibliografia. Na historiografia destacamos seu *Civilização Holandesa no Brasil* (1940) – escrito em parceria com José Honório Rodrigues e agraciado pela ABL com o 1º prêmio de erudição – e sua tese *As Cartas Chilenas e a Inconfidência Mineira* (1950) que lhe valeu o título de docente livre no CPII. Em sua já aludida bibliografia constam cinco livros sobre o folclore, sete de história e um de filologia. Além disso, Joaquim Ribeiro catalogou mais de trezentas cantigas folclóricas e colaborou na *Enciclopédia Delta Larousse* como tradutor e escritor de alguns verbetes.

Não bastasse essa extensa lista de atividades, Joaquim foi um incansável curador, comentador, organizador, prefaciador, editor e revisor da obra de João Ribeiro. Ainda em 1934, faz uma seleção de textos de João Ribeiro versando sobre a temática do negro no Brasil e produz um livro intitulado *O Elemento Negro*, advogando o pioneirismo do pai nessa área de estudos. Essa temática parece muito cara a Joaquim, pois era muito interessado na cultura negra de modo geral a ponto de visitar frequentemente terreiros de candomblé em suas pesquisas. A composição desse livro é bastante questionável na medida em que Joaquim escavou textos publicados na imprensa, trechos de livros

¹⁴⁷ Idem, p. 425-426.

didáticos, verbetes de dicionários e outros gêneros, para defender que João Ribeiro foi o primeiro a tratar da história negra no Brasil. Para corroborar seu ponto de vista, cita cartas em que Nina Rodrigues fazia consultas a seu pai.

Mostrar o pioneirismo de João Ribeiro era uma obsessão de Joaquim. Em *O Elemento Negro*, traz como apêndice uma polêmica que travou com Renato Mendonça acerca desse assunto. A querela ocupa 51 páginas do livro e se estendeu entre junho de 1934 e agosto do mesmo ano nas páginas do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

O primeiro dos três atos publicados no livro é uma resenha feita por Joaquim Braz Ribeiro do livro *A influência africana no português do Brasil* de Renato Mendonça. Com título homônimo, Joaquim acrescenta o subtítulo “breves observações críticas” e inicia dessa forma:

Foi com a melhor boa vontade que li o livro do meu prezado amigo e eminente confrade, Sr. Renato Mendonça, sobre *A Influência Africana no Português do Brasil*. Trata-se evidentemente de uma contribuição curiosa e bem ideada, sem ser contudo um trabalho definitivo sobre o assunto. [...]

Renato Mendonça é ainda muito jovem, estudioso e não lhe faltam qualidades para vir a ser uma grande autoridade na matéria. Ele mesmo confessa que sua monografia foi feita em três meses apenas... Ora, é evidente, é claro, é lógico, é razoável que não tenha feito nenhuma obra definitiva. [...]

Renato Mendonça baseou-se em bons autores, citando etnólogos de renome com Schimdt, Frobenius, etc, entre os quais o nosso eminentíssimo Professor Fernando Augusto Pires [...].

É certo, porém, que se esqueceu o nome de Ankermann, figura proeminente da doutrina histórico cultural e do Museu de Berlin. [...]

Até aí, a contribuição de Mendonça é interessante, valiosa e isenta de equívoco. Quando, porém, inicia a focalizar o tema central do assunto escolhido, já não se pode dizer o mesmo.

É que Renato Mendonça incide em várias infidelidades que convém ser evidenciadas.

Faço questão de apontar a desarrazoada má vontade que o Sr. Renato Mendonça demonstra a respeito das obras filológicas do saudoso Professor João Ribeiro. Basta dizer que levou o seu desenfado a não citar uma só obra filológica do Mestre, que teve a glória de ser nesses assuntos, um precursor. Apenas menciona *O Folclore* na Bibliografia e em diversas passagens a *História do Brasil*.

Acho sumamente estranha essa atitude, uma vez que Renato Mendonça cita diversas vezes *Os Africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues e este probo africanólogo não se esquece nunca do nome de João Ribeiro, quando ventila a questão da influência negra em nossa linguagem.

Ora, o próprio Nina Rodrigues, confessa ter consultado por carta João Ribeiro e transcreve trecho da carta de meu progenitor¹⁴⁸.

Daí em diante, Joaquim aponta uma lista de palavras e etimologias constantes nos trabalhos de João Ribeiro que teriam sido plagiadas por Mendonça. Um exemplo é

¹⁴⁸ JOAQUIM RIBEIRO *apud* RIBEIRO, João. *O Elemento Negro – História, Folklore, Linguística*. Record: Rio de Janeiro, 1935, p. 186-188.

“Mocambo”: “Diz Renato Mendonça: ‘do quimbundo *mu* prefixo + *kambu*, esconderijo’. Ora, em *A Língua Nacional* já João Ribeiro o dissera”¹⁴⁹. A lista é bem grande, 19 palavras, e ocupa 11 páginas no livro e para finalizar Joaquim Ribeiro pontua que o étimo “dengue” foi esclarecido por ele próprio em 1933, anteriormente a Renato Mendonça.

A réplica deste é publicada no mesmo *Jornal do Commercio* em 19 de agosto de 1934 e começa com grande deferência ao imortal sergipano, vejamos:

O bondoso artigo de meu eminente amigo e confrade Joaquim Ribeiro vem surpreender-me em meio ao concurso para o corpo consular no Itamaraty [...] Eis porque vem tardia esta réplica...

A apreciação do Sr. Joaquim Ribeiro, vem juntar-se a uma série de outras como as de Arthur Ramos, Lindolfo Gomes, Almir de Andrade, Eloy Pontes, Xavier Marques, Antenor Nascentes, José Geraldo Vieira, Rebelo Gonçalves (da Faculdade de Letras de Lisboa), além de numerosas referências em livros publicados depois do aparecimento daquele volume, e todas essas muito distinguem o desvalioso trabalho.

A crítica do Sr. Joaquim Ribeiro, todavia, destoa das precedentes em atribuir ao Autor qualidades que ele não tem.

Com efeito o autor considerou sempre João Ribeiro uma figura de grande projeção na cultura brasileira.

E começou a admirá-lo graças à influência de seu pai adotivo, o professor Rozendo Martins, velho mestre do Colégio Militar do Rio.

Tem mesmo João Ribeiro como organizador do movimento de independência da língua portuguesa no Brasil¹⁵⁰.

Em seguida, Mendonça pontua que o próprio João Ribeiro era campeão na modéstia e deu o subtítulo “notas aproveitáveis” ao livro *A Língua Nacional*, que aborda secundariamente alguns africanismos. Também nota que João Ribeiro seguiu os passos de Macedo Soares e não abordou de forma exaustiva a matéria como sugere Joaquim. Em explicação aos “plágios”, adverte que quando foi ele o propositor das explicações usou palavras como “a nosso ver”, “pensamos”, e que as que não se apresentam assim são mesmo de origem de outros autores que estão citados na bibliografia final e então, Mendonça passa a lista de palavras alfinetando aqui e acolá Joaquim:

Francamente, Sr. Joaquim, só a ardência dos trópicos justifica uma crítica tão imaginosa! [...]

O Sr. Joaquim cita o *Diccionario Grammatical* de seu emérito progenitor e esquece-se de que ali, João Ribeiro fez sobretudo obra de notável vulgarização de grandes conhecimentos filológicos que na época se difundiram graças a ele. É livro valiosíssimo sob este ponto de vista [...]

Acresce que se o Sr. Joaquim Ribeiro faz muito empenho em citar 9 palavras que João Ribeiro incluiu em 1888 no seu *Diccionario Grammatical*, já em

¹⁴⁹ Idem, p. 195.

¹⁵⁰ RENATO MENDONÇA *apud* RIBEIRO, João. Op. Cit, 1935, p.202-203.

1880 (oito anos antes, eu acho...) Macedo Soares escrevera um soberbo artigo, que o ilustre e jovem folclorista parece não conhecer!¹⁵¹

A réplica está repleta de ironias, ao comentar a lista de palavras, supostamente plagiadas, feita por Joaquim, Mendonça inicia com a frase: “Mas começemos (a originalidade da frase é do Sr. Joaquim Ribeiro)”¹⁵². Com esse recurso, o replicante quer deixar claro que os apontamentos acerca da “prioridade” invocados por Joaquim não fazem sentido senão para alguém tomado pela vaidade. Quanto ao vocábulo “mocambo”, por exemplo, Mendonça emenda que em *A Língua Nacional* nada há sobre o termo senão o breve dizer “é africanismo” e aponta: “O Sr. Joaquim leu isto com certeza em outro lugar e não em *A Língua Nacional*”¹⁵³.

Tendo a mão a edição original do clássico livro em questão, convém pontuarmos que Mendonça está com a razão. João Ribeiro o trata como correlato a *Quilombo*, e não no sentido de *esconderijo* – definição não usada pelo sergipano – e sim como “multidão de negros escravos”¹⁵⁴.

Mais adiante, com relação ao termo *Quilombo*, Mendonça pontua que Macedo Soares, Rodolfo Garcia e Rodolpho Lenz já haviam tratado anteriormente a questão e conclui: “E eu não creio que autores como Delgado, Skeat, Ortiz e Lenz, portugueses, ingleses, cubanos, chilenos, quase uma Sociedade das Nações, tenham plagiado J. Ribeiro. Talvez não fosse bem isso...”¹⁵⁵. Ao término de suas ponderações diz Renato Mendonça: “No mais, muito agradeço as observações do Sr. Joaquim Ribeiro, as quais fizeram emergir da obscuridade um autor sem vaidades”¹⁵⁶.

No terceiro ato da polêmica, notamos Joaquim Ribeiro muito incomodado, com o orgulho ferido. O subtítulo da tréplica é *Contestação serena a afirmativas inverídicas e logo no início o autor explica a razão de ter feito a resenha do livro:*

Renato que se lembrou (e se lembrou diversas vezes) de me pedir que criticasse o seu livro, cuja crítica eu prometera fazer, mas da qual me esquecera, ou antes só a desejava levar a efeito piedosamente depois da realização do concurso de Português no Pedro II.
Renato, porém, insistiu diversas vezes e eu apenas atendi ao seu pedido, certamente com a independência que me caracteriza¹⁵⁷.

¹⁵¹ Idem, p. 206-209.

¹⁵² Idem, p. 209.

¹⁵³ Idem, p. 213.

¹⁵⁴ RIBEIRO, João. Op. Cit., 1921, p. 142.

¹⁵⁵ MENDONÇA *apud* RIBEIRO, op. Cit., 1935, p. 215.

¹⁵⁶ Idem, p. 216.

¹⁵⁷ RIBEIRO, Joaquim *apud* RIBEIRO, João, op. Cit., 1935, p. 218.

E continua sua defesa enfatizando aspectos externos ao texto:

Na réplica o Sr. Renato, não podendo se defender, valeu-se de dois meios condenáveis: a confusão e a afirmativa inverídica. [...]
 Não citou Ankernam porque o eminente etnólogo ficou doente!...Qual! Positivamente quem está doente é o Sr. Renato...
 Furioso com a advertência razoável que fiz, grita o Sr. Renato: o Sr. Joaquim não conhece o ilustre africanólogo alemão Meinhof!
 Porventura sou eu que ando escrevendo teses sobre afro-negrismo?
 [...]
 Se eu quisesse anotar as falhas bibliográficas do rapaz, bastaria frisar que o homem não consultou nenhum africanólogo norte-americano!
 Ele leu o Chatelain, já depois da tese publicada, porque eu piedosamente o emprestei...da mesma maneira que piedosamente lhe emprestei o raríssimo *Jisabu* de J.da Matta (que se acha ainda em seu poder) e lhe ofereci gentilmente um livro francês sobre a Senegambia, que não se encontra em nossas livrarias¹⁵⁸.

O uso do termo “rapaz” em meio a tantos “Srs.” indica um rebaixamento da categoria de Mendonça por parte de Joaquim. É quase como que um selo de amorismo, para indicar que o autor não tem maturidade intelectual para aprender com os mais experientes – como Joaquim, que tinha apenas 28 anos durante a polêmica. A inexperiência do opositor é reafirmada com insuficiência de leituras das correntes a que se propões estudar, bem como pelos empréstimos “piedosos” de livros. Nessa mesma toada o jovem folclorista expõe: “Só Renato acha que as contribuições de João Ribeiro são tão insignificantes que não merecem sequer referência. Aliás, vale alguma coisa a opinião do Sr. Renato?”¹⁵⁹. Páginas adiante, demonstrando o quanto a polêmica mexeu com seus brios de filho intelectual de um grande intelectual, Joaquim escreve: “É pena que o Sr. Renato ser tão cretino quando faz graça!”¹⁶⁰ e linhas abaixo emenda: “Renato mente mais uma vez”¹⁶¹. No encerramento do artigo Joaquim pontua:

Aí está a série de equívocos, de confusões e tolices do confuso e tolo Renato Mendonça, que no domingo passado, pelas colunas deste Jornal, tentou replicar à minha crítica piedosa.
 Lamento, deveras, ter ferido a vaidade desse homem, que se revelou, na réplica, atrevido e intratável.
 Todavia como é da natureza humana (já o disse Camões) a mudança, eu acredito ainda que vamos acabar amigos como, há dias, éramos...

¹⁵⁸ Idem, p. 218.

¹⁵⁹ Idem, p. 220.

¹⁶⁰ Idem, p. 227.

¹⁶¹ Idem, ibidem.

Tanto gosto dele que sugiro ao Exmo. Ministro das Relações Exteriores, que, em virtude dos grandes conhecimentos da filologia afro-negra do Sr. Renato Mendonça, o nomeie cônsul em Angola...¹⁶²

Ao findar de forma jocosa o debate Joaquim também busca pontuar discursivamente sua superioridade moral, intelectual e social quando crê num restabelecimento da amizade, quando chama de tolo e mesmo assim se mostra capaz de perdoar e, também, quando sugere – mesmo não tendo status compatível para esse tipo de recomendação – a nomeação ambivalente para o consulado em Angola.

Fica claro que a produção de *O Elemento Negro* por Joaquim Ribeiro cumpre o papel de apontar o pai como precursor dos estudos africanos no país, bem como se situar na linha sucessória, como herdeiro autorizado para emitir juízos nas áreas em que o pai fora mestre. Um terceiro papel é encerrar, solene e cabalmente, a polêmica com Renato Mendonça e marcar posição no circuito letrado da capital e do país, afinal um livro que trazia o nome do afamado João Ribeiro na capa – somado ao interesse que obras póstumas despertam nos anos próximos a morte do autor – tinha chances de ter muito maior circulação que o livro de um debutante na república das letras como era o caso de Joaquim. Nesse sentido, na *Nota Final* do livro, pontua:

Reunindo, neste volume, o que o inolvidável Mestre deixou de mais significativo sobre a matéria, acho que, com a eloquência dos fatos, determinei o papel de precursor, que tem sido esquecido por alguns estudiosos menos informados.

Sentinela do tesouro paterno, posso dizer de mim mesmo que possuo capacidade para lutar, mas não a tenho para odiar...¹⁶³

Tão importante quanto o pioneirismo da obra paterna, era importante destacar o lado historiador de João Ribeiro e nessa carreira, Joaquim fez questão de ressaltar o caráter científico da historiografia de João Ribeiro. A respeito disso aponta:

Se Silvio Romero e Tobias Barreto revolviam a filosofia e o direito com as fecundantes ideais alemãs, João Ribeiro, no campo da história, realizou análoga fecundação.

Foi ele, de fato, o divulgador do movimento da *Kulturgeschichte* no Brasil. Esse movimento veio liquidar com o conceito restrito de história, ligado ao sucesso político e administrativo.

O campo da história é muito mais amplo. Abrange todas as formas da cultura. É um erro reduzir e explicar a história unicamente em função da política e da administração. A vida retrospectiva estende-se a uma multiplicidade de setores do mundo vivido pelo homem.

¹⁶² Idem, p. 235-236.

¹⁶³ Idem, p. 237.

Impõe-se não desprezar essa largueza de âmbito, pois, do contrário a realidade histórica estará sempre mutilada¹⁶⁴.

Antes de mais nada, convém destacar que Joaquim Ribeiro mostra um conhecimento historiográfico bastante sólido e moderno para o distante ano de 1954. Se o próprio João Ribeiro tivesse a consciência que ele aponta, poderia se dizer que antecipou em muitas décadas algumas das renovações propostas pelos *Annales*. Não há dúvidas de que João Ribeiro tinha um horizonte teórico e metodológico para a historiografia pautado em referências alemãs, mas nos parece que essa doutrina tão bem conformada e explicitada por Joaquim não era uma preocupação de João Ribeiro.

Todavia, Joaquim insistiu muito nesse lado da obra paterna. No prefácio da segunda edição de *O Folclore* (1969) ele traça um inventário teórico muito parecido ao citado acima, dividindo sua *Introdução* em quatro tópicos: *A orientação de doutrinária de João Ribeiro; A doutrina da “Völkerpsychologie”, a teoria da “Elementargedanke” e a teoria do “self-repeating-process”; A doutrina da Kulturgeschichte; O curso de Folclore – 1913*. O fito de Joaquim é mostrar que João Ribeiro foi o primeiro a dar *status* científico na abordagem do folclore no Brasil. No entanto, a ciência do folclore na perspectiva “doutrinária” tem um núcleo comum a também “doutrinária” ciência da história, qual seja, “a presença do povo, o cenário cultural do seu desenvolvimento, as tendências de sua formação, a discriminação dos centros de irradiação cultural”¹⁶⁵.

Assim, João Ribeiro teria sido um renovador tanto do folclore quanto da historiografia. Porém, está última tem um peso legitimador mais forte:

A influência da doutrina alemã é patente no método que, pela primeira vez, foi adotado na interpretação da história nacional. E tudo João Ribeiro aplicou sem exageros e sem excessos. A sua *História do Brasil* data de 1900 e exerceu profunda influência sobre todos que, após sua obra, versaram sobre o estudo de nossa vida retrospectiva. **O próprio Capistrano de Abreu, publicando os Capítulos de História Colonial, quase uma década depois do aparecimento da obra histórica de João Ribeiro, foi por esse visivelmente influenciado.** E assim os que procuravam devassar a vida social brasileira (Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, etc.), não deixaram de ir a fonte do saudoso sergipano.

Ninguém, hoje, que tenha idônea informação sobre os estudos históricos no Brasil, nega ter sido João Ribeiro um renovador. Antes dele, a história não passava de mera reconstituição político-administrativa. Coube a ilustre mestre salientar o papel da formação da nossa cultura através de suas diferenças regionais.

¹⁶⁴ RIBEIRO, Joaquim *apud* RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Livraria São José: Rio de Janeiro, 1954.

¹⁶⁵ RIBEIRO, Joaquim *apud* RIBEIRO, João. *O Folclore*. Simões Editora: Rio de Janeiro, 1969, p. 18.

E, como não se pode alcançar uma visão exata de nossa etnografia, sem o substrato de nossa história cultural, a obra de João Ribeiro representa um dos pedestais indispensáveis sobre os quais se assenta a pesquisa objetiva do nosso folclore. Quando Euclides da Cunha quis explicar a população sertaneja em *Os Sertões* baseou-se nas páginas imortais que João Ribeiro escreveu sobre o pastoreiro do São Francisco.

O próprio Gilberto Freyre reconhece em *Casa Grande & Senzala* que João Ribeiro é uma das fontes mais lídimas de nossa cultura histórica¹⁶⁶.

O esforço de destacar João Ribeiro no panteão dos grandes historiadores brasileiros é notório. Em face às numerosas e louváveis citações da obra paterna por notáveis da república das letras, Joaquim procura fazer mais que perpetuar a obra historiográfica de João Ribeiro, ele busca destacar João Ribeiro como um divisor de águas, um príncipe entre os notáveis, divindade maior nesse panteão.

Tal investimento deve ser entendido numa perspectiva comparativa. Para Joaquim não bastava distinguir o pai entre letrados ou entre historiadores. O que ele buscava era um lugar para João Ribeiro entre os grandes homens da nação. Essa geração foi pródiga em nos legar “pais da pátria”. Entre os mais destacados homens desse panteão – no sentido de museu imaginário – havia um diplomata como Rio Branco, um poeta como Bilac, um romancista como Machado de Assis, abolicionistas como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Concordando com Rogério Rosa Rodrigues, entendemos que Joaquim Ribeiro viu no epíteto *historiador* o atalho para a consagração do pai. A razão para essa escolha tem menos a ver com essa ser a vertente que Joaquim seguiu seus estudos e mais com o vazio desta categoria entre os notáveis da época.

O grande concorrente de João Ribeiro ao cargo de historiador-herói nacional era Capistrano de Abreu. Em que pese a alta dose de impressionismo, este último saiu vitorioso de uma peleja tão imaginária quanto o panteão brasileiro. Grosso modo, Capistrano de Abreu é mais lembrado que João Ribeiro como o grande historiador da Primeira República. As razões para isso possivelmente se devam ao foco maior a área que o cearense dedicou, mas também passa pelo trabalho da Sociedade Amigos de Capistrano de Abreu que reuniu importantes intelectuais, entre eles José Honório Rodrigues, para eternização de sua obra nas décadas que se seguiram a sua morte.

João Ribeiro, não estava só nessa luta, além do filho Joaquim, Mucio Leão foi um intrépido e influente publicista. Todavia cremos que pesou na balança a força do tempo.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, grifo nosso.

Capistrano morreu em 1927, portanto sete anos antes de Ribeiro. Isso significa dizer que homens como o próprio João Ribeiro trabalharam em favor de sua memória. Já o sergipano foi praticamente um dos últimos bastiões da sua geração a falecer, o que inviabilizou a saudação pelos pares geracionais. Coube aos novos fazer essa reverência, contudo, num momento muito mais conturbado da política e cultura no país, um momento em que os “novos” se afirmaram em discurso de combate aos “velhos”.

1.4.2 Um Biógrafo, Mais um Discípulo

Mucio Leão nasceu em Recife em 1898 e lá cursou Direito, vindo ao Rio de Janeiro depois de graduado. Foi poeta e jornalista, ensaísta e crítico. Em 1935 tornou-se imortal da ABL, sucedendo Humberto de Campos na cadeira 20, em 1944 foi presidente da agremiação se manteve por muito tempo como o decano da instituição já que havia se imortalizado relativamente cedo, aos 37 anos.

Seu primeiro livro é de 1922, *Ensaio Contemporâneos*, no qual disserta sobre Ernest Renan, Machado de Assis, Raimundo Correia e Assis Chateaubriand. Na poesia, foi mais um que começou no simbolismo e depois partiu para as hostes modernistas. Invertendo a perspectiva até aqui adotada, podemos ver o próprio João Ribeiro fazendo a crítica sobre *Tesouro Recôndito*, livro de poesias de Leão publicado em 1926, e tecendo alguns comentários sobre o escritor:

Um novo poeta? Ou um poeta novo?
Ambas as coisas aqui se confundem e infinitamente distam da expressão cotidiana: “mais um poeta”.
Quero falar de Mucio Leão, que aparece agora com o seu formoso livro – *Tesouro recôndito*.
Estou habituado como na superstição a buscar o tesouro escondido, e talvez, por falta de fé, ou por manhas do diabo, encontrar um pouco de carvão.
Aqui, porém, achei moedas de ouro, luminosas e sonantes.
Mucio Leão é um poeta raro, de poucas palavras e grandes pensamentos.
Eu sabia-o prosador encantado, irônico e sutil como esse derradeiro mestre da prosa francesa que foi Anatole France e que soldava a cadeia de elo em elo, de Voltaire a Renan e Jules Lemaitre. Embora seu amigo, ignorava a sua poesia, que me surpreende agora.
Sua estética distingue-o da vulgaridade sentimental dos ritmos poéticos da poesia corrente.
É um pensador e um filósofo cristão, que adora as renúncias e todas as esperanças fugitivas, sem amargor e sem queixume¹⁶⁷.

¹⁶⁷ RIBEIRO, João. Crítica – volume II. Publicações da ABL: Rio de Janeiro, 1957, p. 178, [originalmente publicado em O Estado de São Paulo, 30/10/1926].

A poesia desempenha papel importante na relação entre Ribeiro e Leão. Para este, um novato recém chegado a capital nacional na década de 1920, João Ribeiro, mais que um gramático e historiador de renome, era “o crítico” que abria as portas para a poesia modernista. É bem verdade que ambos trabalharam no mesmo *Jornal do Brasil* e travaram relações próximas conforme nos elucidava Murilo Melo Filho em *Mucio Leão – Centenário*¹⁶⁸.

Com a morte do autor de *A Língua Nacional* Leão herda sua coluna de crítica literária e logo começa seu trabalho de biógrafo-curador. Ainda em 1934 lança seu *João Ribeiro – estudo crítico*. Mais tarde, em 1952, publica um ensaio bibliográfico de Salvador de Mendonça, outro trabalho sobre Capistrano de Abreu em 1953 e em 1954 seu *João Ribeiro – ensaio bibliográfico*. No ano seguinte, ainda viria mais um ensaio sobre José de Alencar e em 1958 um livro sobre os contos de Machado de Assis. É nos anos 1950-60 que pipocariam vários artigos de Leão sobre João Ribeiro, bem como um curso especial dado no IHGB, a ponto de Otto Maria Carpeaux falar no “novo João Ribeiro”, ressuscitado por Mucio Leão¹⁶⁹.

Seguindo o jogo de espelhos, temos outra oportunidade de ver João Ribeiro comentando sobre o jovem Mucio Leão:

É Mucio Leão um dos mais formosos talentos da geração nova. Inimigo da vã ostentação, sem a vaidade quase característica dos que se querem impor à admiração dos contemporâneos, ele tem conseguido discretamente um lugar de relevo no agitado momento da nossa literatura. É um *novo*? Sim, certamente o é, pela simpatia profunda quanto às renovações mais ousadas do nosso tempo, mas é principalmente um dos que se conservaram fiéis à lição dos grandes mestres de há pouco. A sua veneração por Machado de Assis é a mesma que tem por Anatole France e Jules Lemaitre, hoje insidiados pela impotência dos demolidores, cujo argumento maior se funda no calendário. Realmente vieram depois de Renan e de Anatole France, como vieram depois de Voltaire, mas sem a possibilidade de os substituir¹⁷⁰.

É clara a simpatia mútua entre Ribeiro e Leão, na linha do que François Dosse diz a respeito do escritor de biografias intelectuais ter “um envolvimento forte”¹⁷¹ com o biografado e a já citada biografia de Leão feita por Melo Filho endossa o teor dessa

¹⁶⁸ MELO FILHO, Murilo. *Mucio Leão – Centenário*. Publicações da ABL: Rio de Janeiro, 2001.

¹⁶⁹ CARPEAUX, Otto Maria. *O exemplo do velho* In COSTA, Marcos de Farias. *João Ribeiro – Bibliografia anotada e comentada*. SEED: Maceió, 1998, p. 129.

¹⁷⁰ *Jornal do Brasil*, 16/05/1928 In RIBEIRO, João. *Crítica Volume III – Autores de Ficção*. ABL: Rio de Janeiro, 1959, p. 114.

¹⁷¹ DOSSE, 2015, op. Cit., p. 370-371.

relação. Após a crítica positiva feita por João Ribeiro sobre o *Tesouro Recôndito*, temos notícia de que João Ribeiro convida Mucio Leão a participar da Comissão do Dicionário da ABL¹⁷², encargo que Leão aceita prontamente. Em 1931, com a morte de Silva Ramos, teve o encorajamento de amigos a tentar a vaga entre os imortais, porém sem sucesso: Mucio Leão teve 10 votos e Alcântara Machado, o vencedor, teve 18. Conforme pontua o biógrafo de Leão:

Nas vagas seguintes, teve de resistir às insistências de João Ribeiro, mas não conseguiu evitar a apresentação de sua candidatura justamente quando se tratou da substituição do próprio João Ribeiro.

Recebeu uma carta de Joaquim Ribeiro, filho de João: “Mais confortador seria se você se candidatasse a sucedê-lo, onde ele o desejava receber: na Academia”¹⁷³.

Como já antecipamos, foi Paulo Setúbal quem ficou com a caga da cadeira 31. Este não aguardou nem o enterro do sergipano e logo começou a campanha. Mandou telegramas ainda no dia 13, mesmo dia do falecimento, foi ao Rio no dia seguintes e fez visitas a vários acadêmicos¹⁷⁴. Além disso, Leão teve de viajar duas vezes a Buenos Aires durante sua campanha, o que lhe custou caro naquele pleito. Contudo, em 5 de dezembro de 1934 falecera Humberto de Campos e Leão ficaria com essa vaga – já em 1935.

Mesmo não tendo entrado para o rol dos mais lembrados escritores nacionais, Mucio Leão exerceu grande protagonismo no círculo letrado da capital e na política institucional da ABL. Foi ele o encarregado de recepcionar Stefan Zweig na instituição, além de ter sido o presidente da agremiação num momento-chave de sua expansão.

Esse período coincide com a eleição de Getúlio Vargas para a academia e a concessão de várias benesses que propiciaram solidez material a casa de letrados. Além da sede, no Petit Trianon, agora a Academia passava a contar com outro prédio na Rua do Ouvidor, um edifício em São Paulo na Rua Libero Badaró e ainda o terreno ao lado da sede, hoje preenchido com o grande edifício Austregésilo de Athayde. Esse patrimônio visava dar solidez a instituição e reconfortar os seus eleitos, conforme o próprio Leão dizia no seu relatório da presidência. Um dos objetivos era aumentar o valor da cédula de presença, paga aos imortais a cada sessão, bem como conceder pensões aos imortais e familiares em necessidade e também o melhoramento das instalações. Leão preocupou-se em organizar a biblioteca, a tipografia encarregada das publicações da ABL e principalmente o arquivo da casa – que hoje leva seu nome.

¹⁷² MELO FILHO, 2001, op. Cit., p. 114.

¹⁷³ Idem, p. 115.

¹⁷⁴ Idem, p. 118.

A relação entre Mucio Leão e João Ribeiro é, portanto, de mestre e pupilo. Este último abriu as portas da república das letras ao primeiro, gesto retribuído com longuíssimo esforço de Mucio Leão na perpetuação da memória do sábio de Laranjeiras. Assim, passa a ser natural a visada biográfica empreendida por Leão, ambicionando eternizar João Ribeiro como um titã das letras pátrias acima de críticas, de dúvidas, de banalidades típicas dos reles mortais.

CAPÍTULO II:
Cultura Cosmopolita e Identidade
Nacional

Para esclarecermos a espinha dorsal desse capítulo e a tese aqui defendida é necessário voltar ao início do nosso projeto de doutorado. A primeira versão, apresentada quando do processo de seleção em janeiro de 2015, tinha como mote entender como historiadores, professores de história e escritores de livros didáticos inseriam o Brasil e a sua história nas primeiras Histórias Universais escritas no Brasil – por e para brasileiros. Esse itinerário nos levou à Primeira República, período marcado tanto por arroubos cosmopolitas quanto pela emergência de diferentes projetos nacionais.

Com o ingresso no Programa de Pós-graduação (agosto de 2015), o estreitamento das orientações, leituras e constantes debates, pareceres e revisões do projeto, afunilamos nossa perspectiva e passamos a focar exclusivamente na figura de João Ribeiro. Tal opção já foi justificada no capítulo anterior, porém cumpre ressaltar agora as hipóteses de trabalho que seguimos – e as que abandonamos – já pautados nessa nova problemática.

Ao tomarmos João Ribeiro como um homem de letras prototípico da Primeira República, notamos o que nos parecia, à primeira vista, duas linhas de valores e ideias-chave que soavam conflitantes ou, no mínimo, desconexas. Por essas primeiras impressões escolhemos o título do projeto como *João Ribeiro (1860-1934): entre o Nacional e o Universal* – “finalizado” em março de 2016. Partindo da questão original, agora buscávamos entender como um tipo-ideal da *intelligentsia* brasileira da Primeira República articulava a inserção do Brasil na História Universal e para isso decidimos explorar não apenas seus livros didáticos, mas o conjunto de sua vasta e dispersa produção escrita. Entendíamos – e ainda entendemos – que não se tratava de um problema meramente restrito ao currículo escolar e sim de um problema crucial tocante a cultura e identidade nacional na época.

Desse modo, passamos os dois anos que seguiram buscando entender a vida e a obra de João Ribeiro, bem como as balizas principais da produção cultural e das culturas políticas desde a década de 1880 até a morte de João Ribeiro. Seguindo a bibliografia clássica sobre a época, especialmente a referente sobre a vida intelectual, mantivemos um olho no cosmopolitismo, no processo de internacionalização do país e da circulação de produtos, homens, livros e ideias no período chamado – não por acaso – de “a abertura

para o mundo”¹⁷⁵ e outro nas questões especificamente internas, aos “problemas brasileiros” – parafraseando o título do livro de Arthur Guimarães de 1911.

Façamos um breve parêntese para destacar que, no tocante ao período vislumbrado e a temática em questão, se restringíssemos o recorte temporal a vida de um homem estaríamos mutilando a inteligibilidade histórica. Dito de outra maneira, a história cultural brasileira não muda de acordo com as fases de João Ribeiro, embora as cronologias coincidam em alguns pontos. Assim, o leitor consentirá nossas eventuais extrapolações do recorte biográfico. Portanto, não nos esquecendo que João Ribeiro foi alguém que viveu tanto o ocaso do Império de Pedro II quanto a ascensão de Getúlio Vargas, devemos compreender que algumas de suas ideias não nascem, nem morrem com ele. Pelo contrário prendem-se a debates mais longevos os quais procuraremos aqui traçar as linhas de força.

Tratando cosmopolitismo e nacionalismo como referências opostas, seguindo o que nos sugeria a bibliografia inicialmente consultada, procuramos situar a obra de João Ribeiro. Contudo, as obras do sergipano não se dão a uma leitura tão simples. Ele lança *História do Brasil* em 1900, época mais afeita aos estrangeirismos e logo depois de sua viagem à Europa. Pior, com a Grande Guerra (1914-1918) e acirramento dos nacionalismos, ele traz a lume seu *História Universal* em 1918. Observando essas incongruências provenientes de uma leitura ingênua, passamos a considerar a hipótese de um movimento pendular não só de João Ribeiro, mas de toda essa geração de letrados entre o nacional e o universal. Afinal, Bilac, o príncipe do parnaso, tão amante das musas do Lácio e do Peloponeso e das coisas do hexágono teria os seus rompantes patrióticos mesmo antes da guerra. Afonso Celso lançaria seu clássico *Porque me ufano de meu País* em 1900, apenas dois anos antes de *Homens e Causas Estrangeiras* de José Veríssimo. Em suma, não parecia prudente distinguir autores “cosmopolitas” de autores “nacionalistas” – em que pese a precariedade dessas rubricas. Se coubesse uma distinção semelhante, seria mais exato distinguir obras ao invés de autores.

Contudo, deixemos as classificações de livros e obras aos especialistas e voltemos ao nosso problema: cosmopolitismo, identidade nacional e João Ribeiro.

¹⁷⁵ Nos referimos a coleção *História do Brasil Nação: 1810-2010* dirigida por Lilia Schawrcz, especialmente ao volume III intitulado *A Abertura para o Mundo (1889-1930)*, no qual colaboram Hebe Mattos, Francisco Doratioto, Gustavo Franco, Luiz Aranha Corrêa do Lago e Elias Tomé Saliba lançado em 2014 pela editora Objetiva.

Fazendo eco a Antonio Candido de Mello e Souza, Nicolau Sevcenko¹⁷⁶ aponta que foi somente na década de 1930 que surgiu no Brasil a consciência do subdesenvolvimento e que antes desse período perdurava uma visão de inspiração romântica crente na inesgotabilidade das riquezas naturais e na jovialidade da nação, o que servia de escusas as deficiências aqui encontradas em comparação as grandes potências. Em face desse horizonte promissor, numa verdadeira profissão de fé, as elites nacionais entendiam que o lugar do Brasil era ao lado das “nações irmãs” – leia-se *européias*.

Assim como na Europa, Japão e EUA, o Brasil que desde a grande expansão da economia cafeeira em fins do séc. XIX, passara a compartilhar da divisão internacional da produção beneficiando-se satisfatoriamente das suas "vantagens naturais", nutriu-se com vivo interesse das concepções do cosmopolitismo pacifista. As suas principais metrópoles comerciais — Rio de Janeiro e São Paulo — foram inclusive alvo de um processo de transfiguração física, adotando as feições urbanas de suas pretensas congêneres às margens do Tâmis e do Sena. Os personagens que circulavam no seio desses dois novos centros internacionais, revestidos de fachadas *art-nouveau*, trajavam-se segundo o melhor figurino do *dandy* e do *bel-ami* e, durante o período da Guerra, cumprimentavam-se ao se cruzarem tocando na aba das cartolas e saudando-se com um breve porém enfático "*Vive la France!*"¹⁷⁷.

De acordo com Sevcenko, só depois do *crash* da bolsa de 1929 ficaria evidente que se possuíamos algum parentesco com as grandes potências europeias, seríamos primos distantes, não irmãos. Essa consciência do subdesenvolvimento evidente no pós-30, não era clara no contexto de euforia esperançosa dos anos circundantes ao de 1900 e várias razões contribuíram para isso: o fim formal da escravidão (1889); a república que começava a dar sinais de superar a tutela militar dos anos iniciais (em 15 de novembro de 1894 Prudente de Morais assume); a metamorfose urbana da capital (1903-1906) que dotava o Rio de Janeiro de modernas avenidas e belas fachadas, além de tornar a *polis* mais saudável; o crescimento da alfabetização e da população escolar que embora fossem tímidos considerando o total da população, experimentavam até àquela altura algo parecido a uma progressão geométrica do tipo 1-2-4-8 – feição típica de qualquer coisa em estágio inicial. Um século depois é fácil apontar as ingenuidades e mazelas daquelas décadas, no entanto, é possível entender os porquês do otimismo da *Belle Époque Tropical*.

Assim, devemos nos atentar para o fato que após 1930 – e talvez um pouco antes como argumentaremos mais adiante – emerge um novo cânone de valorização do nacional

¹⁷⁶ SEVCENKO, Nicolau. *O cosmopolitismo pacifista da Belle Époque: uma utopia liberal*. Revista de História (USP): São Paulo, n. 114, 1983, p. 85.

¹⁷⁷ Idem, p. 92.

que elegeria o cosmopolitismo típico do 1900 como inimigo dileto por sua afetação e importação de modelos descompromissados com a realidade nacional. Todavia, não foram todos os coetâneos de João Ribeiro que viveram essa revolução copernicana nas letras brasileiras. Papas como Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Rio Branco morreram bem antes: 1908, 1910 e 1912, respectivamente. Olavo Bilac um pouco mais tarde, 1918, mas ainda assim, passa incólume. Já João Ribeiro e Coelho Neto, que morreram em 1934, viram apenas o despertar desse movimento. Isso nos conduz a uma necessidade de avaliar as imbricações entre cosmopolitismo e identidade nacional na *Belle Époque* sem aderir ao discurso de seus detratores.

A tese que defendemos aqui é que para João Ribeiro, como boa parte de sua geração¹⁷⁸, cosmopolitismo e identidade nacional não eram antônimos. Pelo contrário, eram duas faces da mesma moeda, qual seja, o processo de inserção – compulsória, consentida ou desejada – do país na modernidade.

2.1 O Diamante Liberal

Em 1916, em plena guerra, um conferencista recuperado por Nicolau Sevcenko assegura "que a Humanidade quando chegar ao estado mais lúcido de si mesma, será como um cristal, com as suas faces definidas e que essas faces serão as pátrias — como expressões práticas da função trabalhadora das nacionalidades"¹⁷⁹. E assim o historiador interpreta:

Um imenso cristal, com faces bem definidas: eis uma metáfora que exprime com um brilho ímpar a utopia do cosmopolitismo pacifista e/ou progressista. Sabe-se que o objetivo de um bom trabalho de lapidação é obter faces o mais perfeitamente possível simétricas e idênticas entre si que for possível. E se as faces são as pátrias, elas aparecerão por fim primorosamente equiparadas e indissolivelmente ligadas numa imensa obra-prima, que é também um símbolo de riqueza, gosto elevado e consumo conspícuo¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Sabemos a dificuldade de tomar essa categoria como parâmetro, mas entendemos aqui que *geração* corresponde a um grupo de indivíduos que tem datas próximas de nascimento e viveram os mesmos eventos históricos, compartilhando basicamente as mesmas memórias coletivas sob as mesmas condições – o que faz um coetâneo ser diferente de um contemporâneo na perspectiva de Ortega y Gasset. Seguindo a proposição do espanhol e de Antonio Machado Neto trabalhamos com a ideia de 15 anos para cada geração, sabendo das exceções de precocidade e longevidade que podem distorcer o quadro. Em suma, a geração de “novos” tem entre 30 e 45 anos; a de estabelecidos entre 45 e 60; abaixo dos 30 anos haveria a irregularidade dos debutantes; acima dos 60: uma categoria constantemente desfalcada pelos óbitos. Desse modo o que chamamos de “geração de João Ribeiro” se refere a pessoas que na juventude viveram as lutas pela abolição e pela república, alcançaram postos importantes ou fizeram coisas notáveis em torno do 1900, e eram já sexagenários na década de 1920. Ver MACHADO NETO. *Estrutura social da república das letras*. Edusp: São Paulo, 1973, p. 35.

¹⁷⁹ *Jornal do Commercio*, 03/09/1916, Rio de Janeiro in SEVCENKO, 1983, op. Cit., p. 93.

¹⁸⁰. SEVCENKO, 1983, op. Cit., p. 93.

O otimismo do cronista no cosmopolitismo liberal é tipicamente utópico. A guerra, muitas vezes explicada como “choque de nacionalismos”, interrompeu a circulação de produtos e pessoas e tornou o cosmopolitismo dos anos anteriores uma lembrança distante da realidade daqueles dias. Como já apontado no primeiro capítulo, a indústria dos impressos da França, notória pelo volume e pela força simbólica, foi severamente golpeada e inviabilizada. No entanto, tratava-se de um mundo conectado pelos cabos telegráficos e as notícias vindas diretamente de Paris, Londres, Nova Iorque, Roma, Buenos Aires, Montevidéu e La Paz povoavam as páginas 2 e 3 da mesma edição do *Jornal do Commercio*. A Primeira Guerra Mundial põe fim à *Belle Époque* e cessa um considerável ciclo de prosperidade, paz e otimismo entre as nações europeias:

Tanto entusiasmo e um otimismo panglossiano não poderiam se sustentar sem alicerces. De fato, a prodigiosa expansão europeia da segunda metade do séc. XIX envolve praticamente todas as áreas do globo terrestre numa teia única e estreita de relações e interesses, timbrada pela circulação de homens, mercadorias e informações num volume e num ritmo tais que somente a Revolução Tecnológica desse período, aplicada a diferentes meios de transporte e comunicação pode explicar. As condições eram tão favoráveis ao pleno desenvolvimento dos negócios europeus, que justificam sobejamente a figura do "Eldorado" ou da "República da Utopia" com que Keynes as quis enquadrar. Maurice Crouzet as descreve como "a imagem de um mundo próspero, franqueado, onde as barreiras de todas as espécies acham-se reduzidas ao mínimo, onde os homens, mercadorias, capitais e ideias circulam livremente, onde a produção e o comércio da Europa atingem o mais alto nível até então alcançado na história da humanidade". Assistia-se à maré montante do cosmopolitismo e do progresso, conceitos praticamente sinônimos a essa altura, o estado eufórico das esperanças media-se pelo ritmo frenético das bolsas de valores. Não foi por acaso que os franceses atribuíram a esse período o epíteto gracioso de *Belle Époque*¹⁸¹.

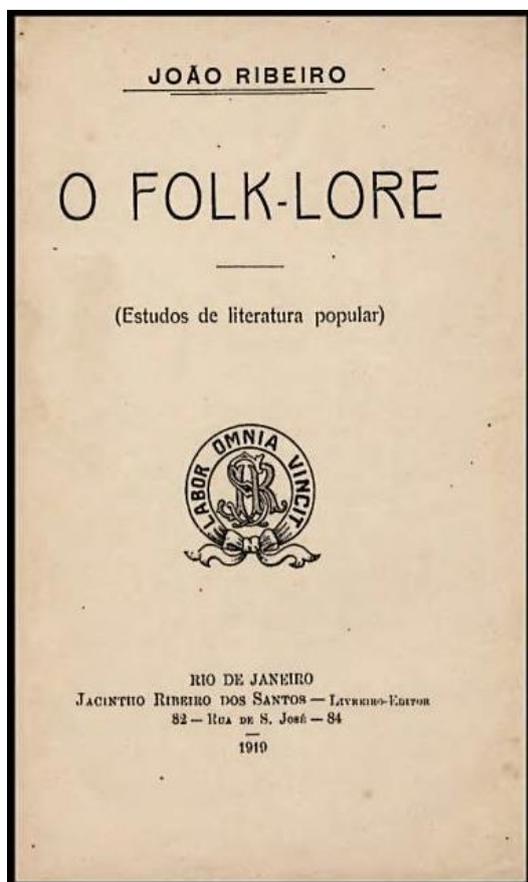
Entendemos, portanto, que nossos homens de letras do fim do Império e da Primeira República creditavam valor especial a essa utopia liberal. Como a formar as faces bem definidas do diamante, cada nação devia esmerar-se em atingir seu pleno desenvolvimento para contribuir e só assim ser aceita na civilização universal. É justamente nesse longo ciclo de internacionalização – no qual se elenca símbolos de modernidade e progresso que toda cidade civilizada deveria portar – que despertam diferentes correntes nacionalistas pelo mundo. No Brasil, em especial, dá-se o pontapé inicial aos estudos *científicos* do folclore com Silvio Romero e João Ribeiro.

O folclore ilustra bem o quão imbricados estavam as noções *cosmopolita* e *nacionalista*. A palavra (*folk-lore*) aparece em 1846 na revista *Athenaeun* de Londres dedicadas a coisas que seriam traduzidas, inicialmente, para o francês como “*traditions*

¹⁸¹ Idem, p. 90.

populaires”¹⁸². Ou seja, o vocábulo *folclore* tem uma etimologia transnacional para se referir ao conteúdo mais genuinamente nacional de um povo, àquilo que representa sua alma.

Figura 2.1: Capa de O Folk-lore



Frontispício da primeira edição do livro de João Ribeiro, impresso pela Litter Typographica na cidade do Porto (PT). A obra baseia-se numa série de conferências feitas por ele na Biblioteca Nacional em 1913. Os temas eram: I – O Folclore – métodos de pesquisa, a língua e a literatura popular; II – A novelística nas suas formas literárias – os contos populares; III – Fábulas e histórias de animais – apólogos; IV – Os mitos; V – O Folclore infantil; VI – Crendices, superstições – ideias e práticas religiosas; VII – O romance – a poesia popular e a sua técnica e, por fim, VIII – Síntese geral do Folclore – conclusão. Para o livro os tópicos foram desdobrados em vinte e dois capítulos.

Não é coincidência, portanto, que o folclore como ramo de estudos dedicado às tradições populares e alma do povo tenha experimentado grande crescimento e difusão no contexto de intensa circulação internacional de homens, produtos, capitais e ideias da segunda metade do século XIX. Nesse mesmo período e graças ao mesmo pano de fundo, se dão as festejadas Exposições Universais¹⁸³.

¹⁸² RIBEIRO, João. *O Folclore*. Organização Simões Editora: Rio de Janeiro, 1969, p. 24.

¹⁸³ Em que pese as diferenças de prestígio, uma listagem generosa inclui os seguintes eventos: Londres 1851 (Reino Unido); Paris 1855 (França); Londres 1862 (Reino Unido); Porto 1865 (Portugal); Paris 1867 (França); Viena 1873 (Áustria); Filadélfia 1876 (Estados Unidos); Paris 1878 (França); Sydney 1879 (Austrália); Melbourne 1880 (Austrália); Nova Orléans 1884 (Estados Unidos); Barcelona 1888 (Espanha); Paris 1889 (França); Chicago 1893 (Estados Unidos); Bruxelas 1897 (Bélgica); Paris 1900 (França); Buffalo 1901 (Estados Unidos); St. Louis 1904 (Estados Unidos); Liège 1905 (Bélgica); Milão 1906 (Itália); Dublin 1907 (Reino Unido); Hampton Roads 1907 (Estados Unidos); Seattle 1909 (Estados Unidos); Bruxelas 1910 (Bélgica); Turim 1911 (Itália); Gante 1913 (Bélgica); São Francisco 1915 (Estados Unidos); San Diego 1915 (Estados Unidos); Rio de Janeiro 1922 (Brasil); Sevilha 1929 (Espanha).

Estas, grosso modo, são tão nacionais quanto cosmopolitas. *Universais*, porque intentam transmitir ao mundo valores absolutos, incontestes, como civilização e progresso, que não se prendem às fronteiras¹⁸⁴. *Nacionais*, porque a cada nova edição o país-sede pretende mostrar o seu peculiar grau de adiantamento moral e material, a sua rota *sui generis* para o desenvolvimento. A primeira delas – Londres 1851 – tem o nome oficial de *Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations* e dá o tom que as demais deveriam perseguir embora os nomes oficiais façam alusões às peculiaridades nacionais.

Paris, que junto com Londres foi ganhando o *status* de capital do mundo ao longo do XIX, sediou várias exposições. Possivelmente, as mais marcantes seriam as de 1889 – em comemoração ao centenário da Revolução e que legou à cidade a *Tour Eiffel*, símbolo do progresso técnico alcançado – e a de 1900 – que apresentou ao mundo o sistema de metrô parisiense, o segundo do tipo no mundo – o primeiro foi o da capital inglesa. As exposições são exemplos de como se coadunavam ciência, desenvolvimento industrial, história, artes e lazer numa época orgulhosa de si e crente num progresso contínuo da humanidade.

Enquanto não atingia um estágio de desenvolvimento que o habilitasse a organizar um evento de tamanha dimensão em seu território, coube ao Brasil participar como convidado da maioria dessas exposições. Ao mesmo tempo em que apresentava ao mundo o melhor de si – na visão das elites – numa estratégia de promoção da imagem do país, os representantes brasileiros aproveitavam para conferir o que o mundo fazia de melhor. Assim, emergia um *standard* internacional para várias áreas do saber, não só as industriais, mas até mesmo a educação que passava *pari passu* a ser vista de forma sistêmica e como componente essencial para o progresso e desenvolvimento de um país. No último cartel do XIX era comum atribuir as razões da superioridade prussiana na guerra contra a França ao seu sistema educativo, que dali em diante passaria a ser a referência mundial.

Ao mesmo tempo que as exposições universais agregam os avanços técnico-científicos da humanidade na composição do diamante liberal acabam por impor a necessidade de elementos distintivos das diferentes culturas nacionais. Em meio a uma

¹⁸⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. Companhia das Letras: São Paulo, 2000, p. 172.

feira das nações é preciso que cada país se esforce por distinguir sua cultura das demais. Nesse contexto, de modo romântico, o Brasil faria uso das imagens dos indígenas como elemento identitário, embora não houvesse nenhuma política para esse segmento social¹⁸⁵.

2.2 Civilização e Progresso

Geralmente entrecruzadas essas duas noções parecem se confundir no fim do XIX e início do XX. Todavia, entendemos que civilização está relacionada mais aos valores espirituais e progresso ligado aos aspectos materiais. Nesse sentido, a religião, a literatura e as artes seriam estariam ligadas ao primeiro termo, enquanto engenharia e tecnologias ao segundo. André Nunes de Azevedo¹⁸⁶ ao estudar a reforma urbana do Rio de Janeiro destaca duas agendas que podemos chamar de modernizantes: a primeira é a da elite imperial que subordina o progresso à civilização; a segunda é a dos republicanos emergentes que subordinam a civilização e tudo mais ao progresso. Para o historiador,

A legitimação simbólica da monarquia pela ideia de civilização traz consigo um lastro no passado, em uma historicidade que abona e sustenta o presente. É uma legitimação pela tradição e, com base nisso, um desejo de continuar a ser. A ideia de progresso, de forma distinta, traz em si uma legitimação pelo futuro, um futuro vindouro, um vir a ser, um movimento de melhoria continuada adiante, que justificaria as ações presentes¹⁸⁷.

Mais adiante, pontua:

A República abdicou da responsabilidade pela construção de uma civilização, algo próprio do Império. As mudanças na ordem política propiciadas pela República e a experiência do encilhamento fizeram do progresso, entendido na República como desenvolvimento material – técnico e econômico – o principal valor e metáfora política a ser reconhecida pela República. Como apareceria escrito em um jornal da época: “A República é a riqueza”. [...]

Distintamente do Império, com a República a “civilização” deixava de ser o valor fundamental. Este agora passava a ser o “progresso”, que a subordinava ao seu sentido de desenvolvimento material. Se, no Império, construir uma civilização era a condição para que se pudesse reconhecer que o Brasil progredia – no Império era o progresso que se subordinava ao ideal de civilização -, com a República a subordinação se invertia, era a civilização que se encontrava subsumida ao progresso¹⁸⁸.

¹⁸⁵ SCHUSTER, Sven [entrevista concedida]: **Brasil, 1922: independente, civilizado e branco?**. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos. [8 May 2014]. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/brasil-1922-independente-civilizado-e-branco/>, acesso em 19/10/2018.

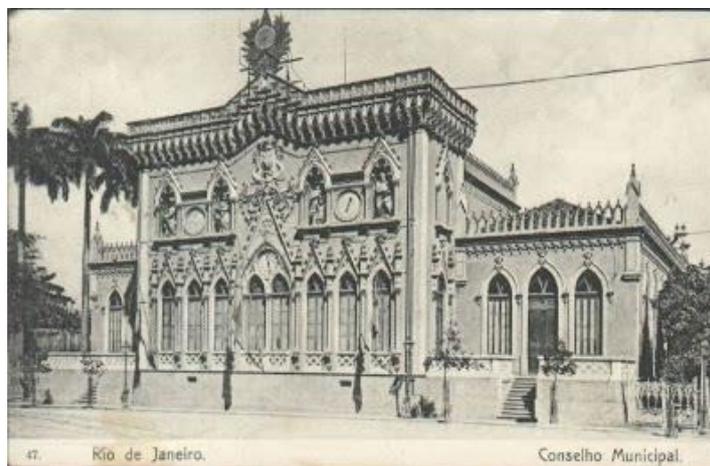
¹⁸⁶ AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2016.

¹⁸⁷ Idem, p. 43.

¹⁸⁸ Idem, p. 88.

Tais projetos materializam-se na grande reforma do Rio, a qual Azevedo observa se tratarem na realidade de duas reformas: uma federal conduzida por Rodrigues Alves, outra municipal levada a cabo por Pereira Passos. Essa distinção passa a ser fundamental quando aceitamos a tese de Azevedo: *Passos não foi um Haussmann tropical*, argentário que em conluio com a burguesia expulsou as classes populares do centro da cidade e condenou hábitos populares e em nome de um ideal estético levantou no Rio uma cenografia copiada de Paris. Pelo contrário, Passos era de uma geração de engenheiros formadas pelo Exército vislumbrando a atuação no aparelho de estado do Império e, sendo assim, conformavam-se ao projeto estabelecido pelos ideais de civilização e tradição, que se manifestava, entre outras coisas, na grade curricular do curso de engenharia que tinha mais horas para Latim do que para Cálculo. Além da formação, Passos era um típico membro da elite de salão imperial, muito afeito a música, artes e instrução ao contrário da nova geração de engenheiros civis aglutinada em torno do Clube de Engenharia¹⁸⁹ a partir da década de 1880. Esse contraste entre Pereira Passos e os jovens engenheiros de 1900 – talvez a figura máxima seja Paulo de Frontin – ficaria cravado nas ruas da capital.

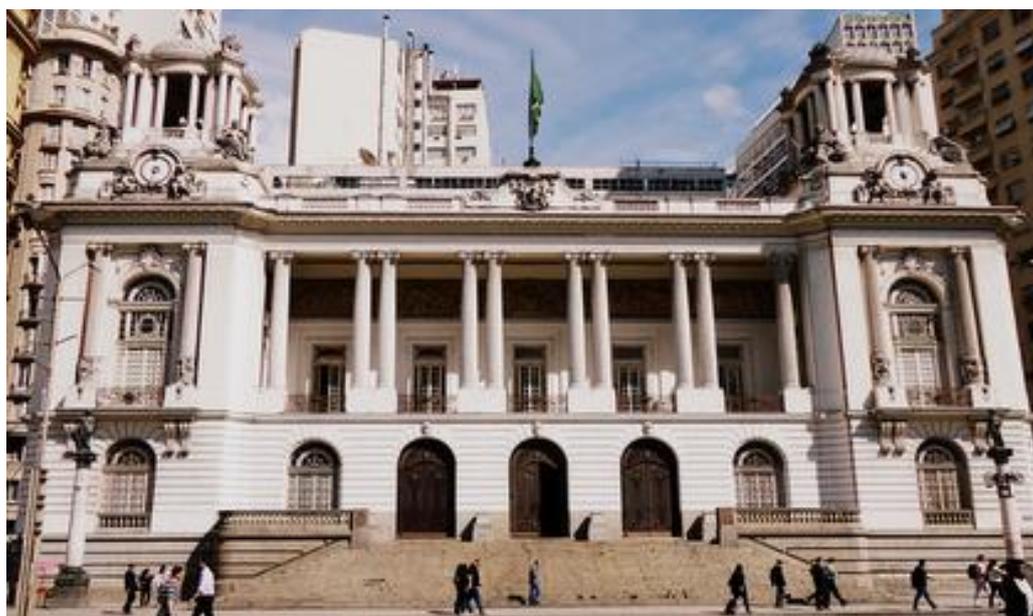
Figura 2.2: *Cartão Postal da Fachada Manuelina do Conselho Municipal*¹⁹⁰



¹⁸⁹ Este clube também entraria para os anais da história do humor brasileiro por sua sede ter desabado por erro cálculo durante a avalanche de melhoramentos da Era Rodrigues Alves-Pereira Passos. Ver SALIBA, Elias. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. Cia das Letras: São Paulo, 2002 e SALIBA, Elias. *Crocodilos, Satíricos e Humoristas Involuntários*: Intermeios: São Paulo, 2018.

¹⁹⁰ O prédio foi construído em 1872 quando Pereira Passos (1836-1913) já fazia parte da equipe de engenheiros da capital e demolido em 1919 devido as suas dimensões consideradas pequenas. No mesmo lugar, de frente a Biblioteca Nacional na atual avenida Rio Branco, foi inaugurado o Palácio Pedro Ernesto em 1938. Foto (postal) sem data, disponível em <http://rio-curioso.blogspot.com/2009/04/conselho-municipal.html>, acesso em 15/10/2018.

Figura 2.3: *Palácio Pedro Ernesto - Câmara Municipal do Rio*¹⁹¹



Enquanto a reforma federal, do Clube de Engenharia e do presidente Alves, primava pela modernização do porto e do sistema viário com o fito de melhorar a distribuição de mercadorias, a arrecadação de impostos – a principal fonte de receita da União era o imposto de importação e o Rio tinha o maior porto importador – ao mesmo tempo que buscava sanear a urbe e dotar-lhe de novas fachadas como estratégia de recuperação da imagem do país para recepção de imigrantes europeus, visto como civilizadores e branqueadores, a reforma municipal conduzida por Passos tinha o viés de modernização conservadora buscando preservar a história da cidade, assim explica-se a manutenção do Morro do Castelo – nesse momento (1903-1906), viria a ser arrasado na década de 20 – e do prédio do Conselho Municipal e sua fachada ao estilo manuelino – considerado *demodé* –, além da preocupação em integrar bairros periféricos e construir vilas operárias em regiões centrais, próximas as indústrias, bem ao contrário do processo de gentrificação que geralmente é atribuído ao espírito haussmanniano do prefeito.

Se é verdade que o contraste entre as duas gerações de engenheiros é mais perceptível que entre as gerações de letrados – até porque envolvia mudanças estruturais na formação acadêmica e no mercado de trabalho – não hesitaríamos em aproximar João Ribeiro à geração de Pereira Passos, a quem o progresso material resultaria dos avanços civilizacionais espirituais. O conceito de modernização conservadora também nos parece

¹⁹¹ Foto atual, sem data, disponível em <http://www.estilonacional.com.br/web/?p=346>, acesso em 15/10/2018.

muito mais adequado a mentalidade conservantista de João Ribeiro, que ansiava por mudanças, porém sem movimentos bruscos.

2.2.1 Paz e Concórdia

Se para a explicação da grande reforma do Rio é essencial a distinção entre os conceitos de civilização e progresso como bem demonstrou André Nunes Azevedo e aqui brevemente resumimos, devemos entender que ambos eram quase sinônimos à época, fazendo mais sentido no âmbito geracional e menos no seio das culturas políticas. Maior exemplo dessa imbricação foi a época chamada de República dos Conselheiros, na qual figuravam nos altos postos do governo republicano homens que tiveram seus dias de glória no Império.

Símbolo da fusão dos projetos imperial e republicano é a alegoria *Paz e Concórdia* de Pedro Américo. A começar pelos aspectos externos ao quadro: Américo era também um antigo monarquista pintor neoclássico que estudou longos anos na Europa com bolsa paga pelo Imperador¹⁹² e atendeu, nessa ocasião, a uma encomenda do ministro das relações exteriores, **Barão** do Rio Branco. Já com relação ao conteúdo da obra, vemos uma alegoria da República Brasileira, feminina como de costume, trajando um manto azul estrelado – mais um símbolo republicano – sendo recepcionada pelas “irmãs” com coroas de louro numa espécie de altar em frente a um edifício neoclássico, repleto de colunas ornamentadas e relevos dourados na fachada que circunda a cúpula central. Ao alto da tela, de um lado musas gregas com flores, arpa e uma tocha a emitir um fogo notoriamente alvo; do outro, anjos carregam uma cruz iluminada. A única figura negra é o demônio da escravidão que aparece moribundo ao solo com um dardo cravado nas costas.

¹⁹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. Cia das Letras: São Paulo, 1998, p. 227 [versão digital].

Figura 2.4: Paz e Concórdia – Pedro Américo (1902)



Embora o quadro represente com rara precisão o projeto das elites para o Brasil em 1902, insere-se também na sequência temática do pintor. Anos antes, Américo havia pintado *A Libertação dos Escravos* no qual aparece a mesma série de elementos: as musas e anjos no alto, símbolos da civilização ocidental, as alegorias femininas, o demônio da escravidão, batido ao solo, a princesa Isabel ao fundo, e três escravos – dois deles ajoelhados.

Figura 2.5: A Libertação dos Escravos – Pedro Américo (1889)



Tal mistura de elementos nos dois quadros de Américo não é gratuita e são marcas de uma visão acorde quanto ao passado e um projeto de futuro em comum. Aderir a república não foi uma operação simples para monarquistas históricos como Joaquim Nabuco, por exemplo, embora tenha sido um processo relativamente rápido. Também não era algo fácil para Pedro Américo, e a importância da tradição imperial se faz presente no quadro 1902. O demônio da escravidão aparece para mostrar um passo importante rumo a modernidade, condição *sine qua non* para um país verdadeiramente civilizado. Todavia, a sugerir certa ambiguidade, marca a posição da coroa em dar fim formal a escravatura, gesto que teria custado o fim do regime monárquico.

2.3 Modernização compulsória, consentida e desejada

Ao nosso ver o processo de modernização levado a cabo no século XIX é uma realidade internacional da qual não se pode impunemente escapar. Assim, concordamos com Nicolau Sevcenko¹⁹³ que fala na “inserção compulsória do Brasil na *Belle Époque*”. cremos que esse é o caso das camadas populares, maioria da população, que não teve opção nem política, nem econômica, nem qualquer outra a não ser dançar conforme a música orquestrada pelo capital nacional e internacional. Contudo, acrescentamos que entre nossas elites havia a parcela que consentiu com o processo de modernização. Tal parcela, não buscava modernizar-se por vontade própria. De viés arcaico, só aceitou posto que estava subordinada ao capital internacional. Este grupo era composto principalmente pela oligarquia rural tradicional. O terceiro caso é o de uma elite ilustrada e modernizante que projetava a atualização do país seguindo os passos das potências da época. Numericamente menor, esse último grupo não foi o vitorioso conforme uma primeira leitura sugere: a longa relação de dependência do Brasil em relação ao capital internacional nos séculos XIX e XX mostra a prevalência dos modelos compulsório e consentido, conquanto esse terceiro grupo tenha marcado sobremaneira a produção cultural graças ao caráter ilustrado de seus membros. Assim, concordamos com Eliane Dutra¹⁹⁴ quanto a João Ribeiro fazer parte de um grupo ou ao menos de uma agenda modernizante, o que fica explicitado, segundo ela, no projeto do *Almanaque Garnier*.

A trajetória de João Ribeiro, semelhante a de vários dos escritores que lhe foram contemporâneos, ilustra a sucessão de descontentamentos político, social e estético

¹⁹³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Cia das Letras: São Paulo, 2003, p. 35.

¹⁹⁴ DUTRA, 2005, op. Cit., p. 39.

gestada nos primeiros decênios subsequentes à proclamação da república que viria a explodir nas três esferas ao longo da década de 20, culminando na Revolução de 30. No âmbito artístico os modernistas de 22 souberam astutamente catalisar o turbilhão de sentimentos e tendências sedimentadas ao longo de trinta anos de críticas e crises da república e transformar seu movimento num divisor de águas na história do país. Contudo, antes de entrarmos na querela dos modernistas, investiremos atenção à capital da república nas primeiras décadas do regime, palco central da política e dos embates culturais dos quais trataremos adiante.

2.4 O Rio de Janeiro

Em um texto chamado *Situação do escritor em 1947* Jean-Paul Sartre comenta o panorama francês:

bastaram cinco anos, após o nosso primeiro livro, para podermos apertar a mão de todos os nossos confrades. A centralização nos reuniu a todos em Paris; com um pouco de sorte, um americano apressado pode encontrar todos nós em vinte e quatro horas, conhecer em vinte e quatro horas as nossas opiniões sobre a UNRRA, a ONU, a Unesco, o caso Miller, a bomba atômica; em vinte e quatro horas um ciclista bem treinado pode entregar a domicílio, de Aragon a Mauriac, de Vercors a Cocteau, passando por Breton em Montmartre, Queneau em Neuilly e Billy em Fontainebleau [...] em vinte e quatro horas, sem precisar de ciclista, um mexerico percorre todo o nosso círculo de escritores e volta, amplificado, àquele que o lançou. Encontramo-nos todos juntos – ou quase – em certos cafés, nos Concertos da Pléiade e, em certas circunstâncias propriamente literárias, na embaixada da Inglaterra¹⁹⁵.

Guardadas as devidas proporções, a situação do Rio de Janeiro era parecida em fins do XIX e início do XX. Assim disse Lima Campos em resposta ao já aludido inquérito *Momento Literário*: “O Rio no Brasil, como Paris na França, e como todas as capitais de todos os países, com exceção da Alemanha, cujo verdadeiro centro intelectual é Munique – é e será sempre a grande atração das intelectualidades provincianas”¹⁹⁶. Para ele era pela atração dos provincianos e depuração dos méritos de letrados de todo o Brasil que decorria a “superioridade do meio literário do Rio sobre o dos Estados”¹⁹⁷. A capital federal era a sede da República das Letras no Brasil. É nas livrarias da Rua do Ouvidor e cafés circundantes que os letrados se reúnem para discutir literatura, política e até futilidades. Na Garnier, Machado de Assis reúne sua turma, a famosa “panelinha”.

¹⁹⁵ SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* Ática: São Paulo, 1989, p. 128.

¹⁹⁶ In MACHADO NETO, 1973, op. Cit., p. 63.

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*.

Conforme descreve Luiz Edmundo participam: “José Veríssimo, Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Rui (às vezes), Constâncio Alves, Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Coelho Neto (às vezes), Medeiros e Albuquerque, Araripe Júnior, Rodrigo Otávio, Mário de Alencar e Clóvis Beviláqua¹⁹⁸”. Só depois de eleito para a ABL é que João Ribeiro toma parte com maior frequência nessa roda; antes disso, na mesma casa formava com “Pedro do Couto e Fábio Luz, com Rocha Pombo, Gustavo Santiago Pantoja, Maximino Maciel, Múcio Teixeira, Nestor Vítor e Xavier Pinheiro. Gonzaga Duque, Mário Pederneiras e Lima Campos”¹⁹⁹, os “rebeldes literários”²⁰⁰.

O sergipano também comparece com muita frequência à Briguiet, Luiz Edmundo assim descreve a loja:

A livraria do Briguiet, na Rua Nova do Ouvidor, é considerada uma das melhores da cidade. Não tem a apresentação espetaculosa da Garnier, nem mesmo a do Alves, não obstante, possui estoque variado e numeroso. Faz séria concorrência aos livreiros importadores, sobretudo, os de obras francesas, alemãs e inglesas, porque as vende muito mais em conta. Pequena e simpática loja. São três portas, um salão muito comprido, balcão centro e as estantes altas de cinco a seis metros, correndo a extensa linha das paredes. No sobrado, o escritório e o depósito. As novidades científicas, recebidas da velha Europa, aí vão ter em primeira mão. Há um serviço de catálogos admirável e todas as revistas bibliográficas do mundo estão à disposição da freguesia, numa organização lembrando a das livrarias inglesas²⁰¹.

Importante ponto para a sociabilidade intelectual, a Briguiet também era uma porta para o mundo facilitando o acesso a literatura internacional. Cabe destacar que intelectuais brasileiros não apenas liam os estrangeiros, também eram lidos no exterior. *A Semana*, hebdomadário já citado, anunciava em seu cabeçalho a disponibilidade para todos os países que fizessem parte da União Postal Universal, cobrando uma assinatura anual de 20 francos²⁰². Bilac, conforme destaca um de seus biógrafos²⁰³, é sempre muito bem recebido na Argentina e em Portugal, mantendo laços estreitos com Eça de Queiroz e outros escritores portugueses. O próprio João Ribeiro seria convidado para agremiações internacionais e recebia com frequência cartas de Portugal, Alemanha e Estados Unidos.

A teia de ideias, homens e livros nessa época é muito mais complexa que o velho chavão que atribui a esse período um caráter de estrangeirismo afetado marcado pela

¹⁹⁸ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo [versão digital]*. Edições do Senado Federal: Brasília, 2003, p. 435.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰⁰ DUTRA, 2005, op. Cit.

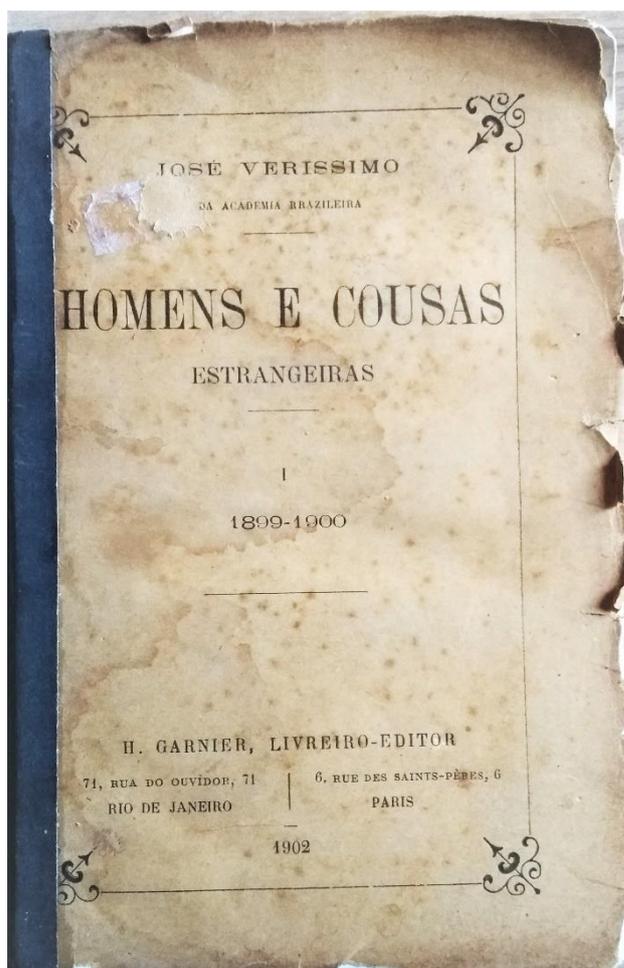
²⁰¹ Idem, p. 449.

²⁰² *A Semana* – Rio de Janeiro, 09/06/1894. Ano V. Tomo V. n° 45.

²⁰³ JORGE, Fernando. *Vida e Poesia de Olavo Bilac*

importação acrítica de ideias e modismos. Se o *smartismo*²⁰⁴ a *galomania*²⁰⁵ eram práticas existentes, não lhes faltavam críticos à época. O próprio Bilac, que nos tempos de bonança quase todo ano visitava Paris, condenava com veemência a mania entranhada nas escolas brasileiras de organizarem festas colegiais nas quais os alunos eram “forçados a recitar fábulas francesas, monólogos franceses, comédias francesas, versos líricos franceses”²⁰⁶.

Figura 2.6: Capa de *Homens e Cousas Estrangeiras* de José Veríssimo (1902)



Índice

- I – O duque de Palmella
- II – História contemporânea
- III – Augusto Comte e Stuart Mill
- IV – Um Americano e a literatura americana
- V – A França intelectual
- VI – O melhor dos mundos
- VII – O mundo romano e o Christianismo
- VIII – Uma romancista portuguesa – D. Cláudia de Campos
- IX – A vida literária nos Estados Unidos
- X – Chateaubriand e Napoleão
- XI – Emilio Zola
- XII – Eugenia de Guérin
- XIII – O paiz extraordinário – OS Estados Unidos
- XIV – Um romance mexicano
- XV – Tolstoi
- XVI – João Ruskin
- XVII – Pedro Kropotkine
- XVIII – Victor Hugo philosopho
- XIX – A doença da vontade num romance de Sienkievcz
- XX – A literatura de Gabriel d’Annunzio
- XXI – O feminismo no romance
- XXII – Eça de Queiroz
- XXIII – Um romance uruguayo
- XXIV – A regeneração da América Latina
- XXV – Novo romance do celibato – Morte d’homem do Sr. João de Castro

Uma vista rápida a obra *Homens e cousas estrangeiras* (1902) de José Veríssimo contribui bastante para diferenciar cosmopolitismo e afrancesamento. É claro que a França era uma referência cultural fundamental, sobretudo por ser o francês uma língua franca e também pelo poderio e extensão que a indústria livreira daquele país atingiu nos anos em questão – esse livro como tantos outros clássico de então foi impresso em Paris.

²⁰⁴ Ver SEVCENKO, 2003, op. Cit., p. 35-72.

²⁰⁵ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. Cia das Letras: São Paulo, 2001, p. 62-63.

²⁰⁶ BILAC, Olavo. *Registro – crônicas da Belle Époque carioca*. Editora Unicamp: Campinas, 2011, p. 69.

No entanto, os letrados brasileiros de gabarito da época raramente eram galomaníacos. Frequentemente eram cosmopolitas, que tinham os franceses em alta conta, mas estavam atentos a muitas outras partes do mundo como Alemanha, Rússia, EUA, além dos nossos países vizinhos.

Voltando às livrarias, João Ribeiro era presença constante na loja do velho alfarrabista João Martins²⁰⁷ que entendia muito do ramo das raridades clássicas portuguesas. A Livraria Clássica de Francisco Alves devia ser outra de suas paradas obrigatórias, pois foi assíduo colaborador da casa, bem como o fora da Livraria Cruz Coutinho de Jacintho Ribeiro dos Santos. Ambas publicaram diversos trabalhos didáticos de João Ribeiro, ficando Francisco Alves com as gramáticas, e Jacintho Santos com os livros de história.

A Rua do Ouvidor, que afamara-se ao longo do XIX com a presença de várias lojas de importados franceses – de livros a bijuterias –, era um dos mais movimentados logradouros da cidade. Pelo seu requinte, recebia diariamente o corre-corre dos compradores. Ali também estava a sede de muitos jornais, além das livrarias e cafés. O Café do Rio era muito movimentado e por isso não era um lugar bom para as rodas literárias, pois os letrados conversavam muito e consumiam pouco²⁰⁸. Ainda havia o Café Paris, Café Java, o Café Papagaio, este último o preferido dos caricaturistas, de acordo com Fabiana Lopes da Cunha²⁰⁹. Destaca Luiz Edmundo que “o tempo é de música nos cafés. O mais modesto possui a sua solfa, seja ela representada, apenas, por uma rabeça, por um piano ou por um preto cego tocando um violão ou uma gaita de foles”²¹⁰.

²⁰⁷ LEÃO, 1962, op. Cit., p. 40.

²⁰⁸ EDMUNDO, Luiz. Op. Cit., p. 309.

²⁰⁹ CUNHA, Fabiana Lopes da. *Caricaturas Carnavalescas: Carnaval e Humor no Rio de Janeiro através da ótica das Revistas Fon-Fon! E careta (1908-1921)*. Tese de Doutorado em História – FFLCH USP, 2008. p. 42.

²¹⁰ Idem, p. 330.

Figura 2.7 – Rua do Ouvidor no século XIX²¹¹



Não muito distante da Rua do Ouvidor fica a elegante Confeitaria Colombo, inaugurada em 1894, símbolo de requinte foi palco das famosas conferências literárias dadas por Bilac no despertar do novo século. Na mesma Rua Gonçalves Dias, diz-se que Capistrano de Abreu costumava passear na companhia de Bilac em busca das profissionais do prazer e não gozando de boa acuidade visual restava ao cearense perguntar ao poeta estrábico sobre a beleza das meretrizes que lhe eram oferecidas na calçada. Quase sempre Bilac pregava uma peça no amigo²¹².

²¹¹ CASTRO Y ORDOÑEZ, Rafael. *Rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1862. 1 foto, papel albuminado, p&b, 19,9 x 16,6 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon21044/icon1018542.jpg. Acesso em 15/10/2018.

²¹² Essa passagem é dada por Medeiros e Albuquerque em suas *Memórias* citada por JORGE, Fernando. *Vida e Poesia de Olavo Bilac*. T. A Queiroz Editor: São Paulo, 1992, p. 270.

Figura 2.8 - Confeitaria Colombo²¹³



²¹³ Vista do Salão Superior (2º andar) construído em 1922. Foto disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/cinco-curiosidades-da-confeitaria-colombo-13891864>, acesso em 15/10/2018.

Figura 2.9 – Avenida Central²¹⁴



Passagens como essa compõem um anedotário profícuo na medida em que esses letrados não pouparam registros, seja em caricaturas²¹⁵ seja em autobiografias e memórias como fizera Medeiros e Albuquerque, seja em crônicas como fizeram Bilac e Lima Barreto, ou ainda o *sui generis Diário Secreto* de Humberto de Campos, livro de memórias que por seu conteúdo repleto de confidencialidades embaraçosas foi confiado aos cofres da ABL com a permissão de ser publicado apenas quinze anos depois do falecimento do autor. Uma delas é a que segue:

Sexta-feira, 23 de março [1917]:

João Ribeiro, em palestra comigo na redação de “O Imparcial”, critica firmemente Rui Barbosa, descobrindo a vaidade desse grande homem no modo por que ele abusa da paciência dos outros, quando escreve, ou quando fala.

– O Rui não tem – diz-me, – a noção do tempo, e supõe que os outros não a tem. Depois, comete uma incivilidade, detendo os que o ouvem nos teatros ou no Senado, quando esses podem ter ocupações e interesses urgentes no decorrer das quatro ou cinco horas em que ele os retém.

E como eu lhe fale na Conferência de Haia:

– Foi um sucesso... para uso no Brasil. Na Europa, a impressão que deixou e que eu ainda ali encontrei, foi a de um orador “cacetíssimo”, que supunha a

²¹⁴ AVENIDA Central, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Phototypia A. Ribeiro: Maison Chic, [1912?]. 1 cartão-postal, colotipia, monocromático, 9 x 14 cm. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309910/icon309910_03.jpg>.

Acesso em: 16 out. 2018. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309910/icon309910_03.html>.

Acesso em: 16 out. 2018.

²¹⁵ ver CUNHA, 2008, op. Cit., especialmente Capítulo I (p. 41-125).

Conferência especialmente convocada para ele e que não foi, além de tudo, entendido convenientemente, por ter uma dicção francesa defeituosa²¹⁶.

Outra curiosidade envolvendo João Ribeiro e outro grande vulto das letras nacionais é a lembrada por Joaquim Ribeiro:

Capistrano [de Abreu] e meu pai sempre são apontados como “filósofos” no sentido mais sórdido do vocábulo. Pouco ligam à indumentária e muito menos aos ornamentos da elegância. Todavia meu pai sempre foi mais cuidadoso de si que o saudoso Capistrano, que nem fazia a barba²¹⁷.

Joaquim, o filho biógrafo, em suas memórias, também relembra que João Ribeiro nem mesmo sabia dar laço em gravata²¹⁸. Fato é que a cidade do Rio de Janeiro é parte essencial da produção escrita do período seja como cenário retratado nas obras, seja como sede do circuito de produção editorial, ou seja, o lugar onde autores se reúnem, encontram editores e estes encontram tipógrafos, transformando ideias em textos e textos em livros. A capital tinha um potencial de atração com suas instituições ímpares – ABL, IHGB, Museu Nacional, Escola de Belas Artes, Itamaraty, e outros muitos postos no funcionalismo público – para letrados desejosos de deixar sua marca na cultura nacional, mas a capital também atraía pelo aspecto simbólico: a cidade cosmopolita *fin-de-siècle*: imaginada, cultivada, escrita, experimentada e rememorada. Porta para o mundo, de lá partiam os vapores para as metrópoles europeias, lá aportavam os paquetes trazendo as últimas novidades do estrangeiro, mas a capital também era o ponto fulcral da rede ferroviária nacional, a Central do Brasil, onde diariamente desembarcavam jovens escritores, sonhadores, vindos das províncias em busca da fama literária e se não a conseguiam, com alguma dose de lábia e habilidade podiam ao menos conseguir uma sinecura com caciques da política ou ainda um bom casamento.

Uma cidade tão específica pelo calor infernal, beleza natural inconfundível, por ruelas pequenas, tortuosas e insalubres que se transformam quase que num passe de mágica em uma Paris tropical. A cidade, concreta e específica, o Rio, mas também, a cidade imaginada, que podia ser Berlim, Paris, Londres, Nova Iorque, Lisboa, Buenos Aires, todas elas e nenhuma delas ao mesmo tempo²¹⁹.

²¹⁶ CAMPOS, Humberto de. *Diário Secreto – v. I*. ed. O Cruzeiro: Rio de Janeiro, 1954, p. 26.

²¹⁷ RIBEIRO, Joaquim. *9 mil dias com João Ribeiro*. Ed. Record: Rio de Janeiro, 1934, p. 37.

²¹⁸ Idem, p. 35.

²¹⁹ GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade – literatura e experiência urbana*. Rocco: Rio de Janeiro, 1994.

A literatura do período foi pródiga ao retratar a cidade como símbolo da modernidade e cenário privilegiado, insubstituível, dos novos tempos. Fosse a Paris de Balzac, a Lisboa de Eça de Queiroz, ou o Rio de Lima Barreto, a cidade passa a exercer um protagonismo diferente. Não mais o simples e inapelável apreço por ser a terra pátria e sim como ponto de conexão e paralelismo com o mundo e outras culturas, via única para modernidade que se impunha por um misto de ciência, tecnologia e capital.

Os cronistas refletem esse movimento e tomam a cidade como pauta privilegiada, desde o entusiasmo de Bilac com a avalanche de melhoramentos que o novo século trouxe via Rodrigues Alves e Pereira Passos até as críticas veementes de um renegado como Lima Barreto. Bilac, aliás, não se restringiu ao Rio de Janeiro, escreveu sobre Paris, Buenos Aires e Lisboa.

Além da literatura e crônica coetânea, a historiografia, *a posteriori*, também se deteve sobre a cidade. Acerca do período que mais interessa a esta pesquisa, o Rio de Janeiro e sua feição urbana atravessa três etapas: **primeira** – a cidade cortesã, capital do Império que se seguiria com as mesmas características na primeira década republicana: uma cidade portuária, de casario colonial, inadequada aos novos e modernos meios de transporte, ineficiente no abastecimento de água, precária quanto à iluminação pública, não raro adjetivada de “imunda” e “pestilenta” ainda que fosse há quase um século a capital do Império e, com isso, reunisse instituições culturais e administrativas ímpares. Essa é a cidade que o jovem sergipano encontra ao lá desembarcar no início da década de 1880; **segunda** – a capital mutante da *Belle Époque* tropical, período que se inicia com a estabilidade social e econômica alcançada no governo Campos Sales (1898) e passa a tomar forma em 1903 com Rodrigues Alves e o prefeito Pereira Passos inspirados na reforma urbana de Paris. No entanto, a despeito das muitas, sucessivas e monumentais inaugurações, o caráter *work in progress* é a tônica desse período frenético e cosmopolita. Cumpre não esquecer a ação sanitária de Oswaldo Cruz, tão necessária quanto festejada e criticada neste momento²²⁰. Em suma, o crescimento, modernização e internacionalização da capital coincidem com a ascensão de Ribeiro na República das Letras, no funcionalismo e suas viagens internacionais; A **terceira** – a cidade da *Exposição Universal de 1922*, com uma feição mais “definitiva”, amenizando o caráter *work in progress* das décadas anteriores e apresentando, de forma mais contundente,

²²⁰ CUNHA, 2008, op. cit., p. 12.

novos atores da modernidade como os automóveis e cinematógrafos dentro de molduras *art-nouveau* e fachadas ao estilo eclético – período que combina com a explosão do modernismo, quando JR era já um sexagenário.

Essa periodização que propomos está calcada na fisionomia da cidade: pré-reforma, durante a reforma e pós-reforma, basicamente. Como aponta Jeffrey Needell “A *Belle Époque* carioca pode ser considerada quer como apogeu de tendências específicas de longa duração, quer como fenômeno inédito, assinalando uma fase única da história cultural brasileira”²²¹. Assim, podemos ter uma perspectiva mais pragmática e apontar que a *Belle Époque Tropical* tem início com a inauguração da Avenida Central em 1904 e finda-se com o início da guerra em 1914 ou adotar uma ótica mais abrangente entendendo-a num movimento mais longo dos mercados internacionais, das correntes literárias, do ideário político, dos projetos de nação e de sua integração no mundo. Por essa última via, o período 1904-1914 não basta e é essa tendência que aqui seguimos.

2. 4.1 A Transformação da nova capital observada pelos cronistas

Uma crônica de Olavo Bilac acerca de Buenos Aires em pleno 1900 nos dá uma ideia da percepção que a elite ilustrada e cosmopolita fazia do que era e o que deveria ser o Rio de Janeiro:

Nós vamos ver de perto [em visita a Buenos Aires], clara e minuciosamente ver o que é uma capital moderna, paciente e carinhosamente embelezada pela fecunda colaboração da energia dos governos e da iniciativa particular. E pasmaremos, decerto, quando verificarmos que o Rio de Janeiro, cotejado com Buenos Aires, é uma cidade, pelo seu atraso material e pela sua absoluta falta de conforto e elegância, indigna do nosso incontestável adiantamento intelectual e moral²²².

Na mesma crônica ele destaca que a tumultuada vida política brasileira não valia como desculpas para o atraso na medida em que a Argentina teria passado por abalos ainda maiores. Comenta também acerca do plantio de 150 mil árvores em Buenos Aires, “à custa de muito dinheiro e à custa de muita constância, os argentinos conseguem ter árvores, sombra, ar puro, – coisas que a natureza nos deu prodigamente, coisas que podemos ter de graça, e que não temos!”²²³. Bilac, certamente, estava entre os homens de letras mais bem sucedidos da época e era, de certa forma, um porta voz da civilização, modernidade e elegância. Em outra feita, indignado com alguém que reclamava que o

²²¹ NEEDELL, J. *Belle Époque Tropical*. Cia das Letras: São Paulo, 1993, p. 19.

²²² BILAC, Olavo. *Viagem a Buenos Aires (1900)* In. *Registro - Crônicas da Belle Époque carioca* [org. Simões Jr]. Ed. Unicamp: Campinas, 2011, p. 51.

²²³ Idem, p. 52.

novo calçamento projetado para a rua do Ouvidor podia cortar os pés dos transeuntes descalçados, ele replica: “há, portanto, neste ano da graça de mil e novecentos, ao expirar do século das Luzes, já na antemanhã do século da suprema perfeição, um carioca que admite a possibilidade (e talvez a conveniência) de andar a gente descalça pelas ruas de uma capital civilizada!”²²⁴.

À essa altura, problemas dessa ordem inquietavam. Numa carta à Graça Aranha, João Ribeiro comenta: “Há desde 2 dias uma greve monstruosa de cocheiros; tenho que descer a pé para levar esta carta ao correio”²²⁵. Enquanto Paris e Londres já apresentavam seus modernos sistemas de metrô, engatinhávamos na questão dos transportes. Sem dúvida, a questão urbana sinalizava o “atraso brasileiro”, sobretudo para os letrados que tiveram a oportunidade de conhecer as capitais europeias. João Ribeiro, na mesma carta, comenta: “Depois que vim de lá, bem o sabes, nunca me pude curar da nostalgia da Europa. Achei logo na volta esse Brasil irrespirável”. Linhas adiante arremata “minha maior alegria seria atravessar o oceano”²²⁶ – voltar à Europa. Sentimento similar teve Bilac enquanto visitava Paris pela primeira vez, ao escrever uma carta para o amigo Max Fleiuss indaga sobre o Brasil: “Como vai esta terra ignóbil? [...] uma cafraria portuguesa, que a generosidade dos povos persiste em chamar país civilizado”²²⁷.

Por essas linhas dá para notar como a crença na civilização e no progresso, sentimentos assaz difundidos na *Belle Époque*, faziam a cabeça de uma geração de letrados. Ainda naquele ano, Bilac conclama seu público a ler as atas do *Congresso de Engenharia* que se realizava, todos aqueles que “querem ver esta amada cidade, no século que aí vem, reabilitada aos olhos do mundo civilizado”²²⁸. E prosseguia:

O século dezenove, que para todas as jovens nações da América foi fecundo em progressos materiais, em conquistas de bem-estar, de higiene e de bom gosto, - foi de uma esterilidade espantosa para o pobre Brasil. Esta mísera capital vai mostrar ao século vinte as suas mesmas ruas sem calçamento, as suas mesmas medonhas casas abarracadas, as suas mesmas horrendas construções da era colonial²²⁹.

Mais tarde, outro cronista, Lima Barreto, apresentaria um contraponto a visão de Bilac:

²²⁴ Idem, p. 64.

²²⁵ Carta de João Ribeiro para Graça Aranha, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1900. Arquivo ABL.

²²⁶ Idem, ibidem.

²²⁷ In JORGE, Fernando. *Vida e Poesia de Olavo Bilac*. T.A Queiroz: São Paulo, 1992, p. 163.

²²⁸ BILAC, 2011, op. Cit., p. 65.

²²⁹ Idem, Ibidem.

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas. A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos²³⁰.

Aos olhos de Bilac não só Buenos Aires envergonhava ao Rio de Janeiro, a capital paulista era exemplo quanto à instrução pública, traçado urbano e pelo seu sistema de *bonds*,

São Paulo, sem barulho, já está quase transformada de todo: enquanto nos contentamos com projetos, a capital do café só se satisfaz com obras; e não há carioca, que visitando essa formosa cidade do interior, não sinta as faces acesas de vergonha, lembrando-se da fealdade da capital da República²³¹.

Mais que embelezamento de fachada, na visão de Bilac, o caráter de uma população dependia diretamente do aspecto da cidade em que ela vivia. O espetáculo visual que se contempla ao atravessar uma rua interferiria no curso das ideias de um homem:

Os paralelepípedos malfeitos, pesados, feios, de arestas duras, dão forçosamente ideias também duras e pesadas. Quem as contempla, fica absolutamente incapaz de ter um pensamento fino, sutil, engenhoso. Em qualquer grande capital, o aspecto das ruas largas, claras, lisas, planas, calçadas a betume e asfalto, alegra a alma, dilata o espírito, dá origem a uma florescência de ideias nítidas e brilhantes²³².

O entusiasmo de Bilac pelas reformas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos e pelo presidente Rodrigues Alves é latente: “Quem ama o Rio de Janeiro sente dentro do coração repercutir, como uma nota de um hino triunfal, o som de cada um daqueles golpes de picareta”²³³. O cronista e poeta defende o prefeito acusado de esvaziar os cofres públicos e entregar a municipalidade ao sucessor sem nenhum vintém. A cidade “vai agradecer ao seu grande prefeito os serviços incomparáveis de higiene material e moral, de saneamento e de civilização que lhe deve”²³⁴. Não se podia fazer uma omelete sem quebrar os ovos, a obra de Passos era gloriosa aos olhos do cronista, “O Rio de Janeiro era Fez; e hoje, se ainda não é Paris ou Berlim, já é uma capital de que nos podemos orgulhar”²³⁵.

²³⁰ Lima Barreto. *A volta* (crônica de 26/01/1915) In *Vida Urbana*, e-book Kindle/ domínio público, s/d.

²³¹ *Avenidas no Rio (1902)* in BILAC, 2011, Op. Cit., p. 125.

²³² Idem, *ibidem*.

²³³ *O hino triunfal das picaretas (1903)* in BILAC, 2011, Op. Cit., p. 178.

²³⁴ *Pereira Passos (1906)* in BILAC, 2011, Op. Cit., p. 414.

²³⁵ Idem, p. 415.

Contudo, a satisfação não era completa, Passos era o desbravador, outros deveriam segui-lo e renovar a nação em múltiplas dimensões: “de todas as capitais da terra, o Rio de Janeiro é a única que não tem um hotel, - um grande, confortável, luxuoso hotel, de instalação perfeita”²³⁶. O melhor hotel do Rio seria comparável a um de quarta ou quinta classe em Buenos Aires. Para sanar o problema, Bilac sugere que o próprio governo tomasse a iniciativa de construção de um *Palace* na Avenida Central, já que a iniciativa particular parecia não se interessar pela questão. Argumenta ele,

Cada paquete das Messageries, da Royal Mail ou da Pacific Steam traz ao nosso porto uma multidão de viajantes em trânsito, que descem à terra, admiram a Avenida, vão ao Jardim Botânico, prolongam o passeio até o Leme, e logo se reinstalam a bordo. Muitos deles demoram-se-iam de bom grado, no Rio, durante uma semana ou duas, porque todos ficam amando o esplendor do nosso céu e da nossa vegetação, a beleza estupenda da nossa baía, o encanto incomparável dos nossos arrabaldes. Por que não se demoram? Unicamente porque não encontram aqui bons hotéis...É uma verdade dolorosa para os donos de hotéis, - mas é verdade, que ninguém (exceto eles) será capaz de contestar²³⁷.

Se os avanços civilizacionais do Rio com o prefeito Passos eram notórios, também estava claro que faltavam alguns elementos importantes para constituir-se uma perfeita capital civilizada. Além de hotéis, faltavam teatros. Tínhamos verdadeiros “barracões, que damos aqui o pomposo nome de ‘teatros’”²³⁸. Procurando um amigo que escrevia peças teatrais e só podia ser encontrado em alguma casa de espetáculo, Bilac rodara todos os “teatro-barracões” da cidade naquela noite. Impressionou-se com o grande público em todos eles,

O que me espanta, é que o público ainda vá a essas barracas, onde não há o menor conforto, e onde o espectador não encontra a comodidade que encontraria nos teatros de quinta ou sexta ordem em qualquer cidade civilizada. Excetuados o Lírico e o São Pedro, não há no Rio um só teatro que mereça esse nome. As cadeiras, infames, são agarradas umas às outras, - e não há meio de sair um espectador do seu lugar, sem pisar os calos de seis homens e rasgar o vestido de seis senhoras [...] Algumas dessas salas de espetáculos são verdadeiros e imensos viveiros de pulgas, que espantosamente engordam, cevadas pelo sangue dos espectadores [...] é preciso ser realmente muito amigo da ópera, do drama, da comédia, e da revista de ano, para suportar o suplício de três horas passadas em uma dessas casas. Dai-nos quanto antes, acabado e pronto, o Teatro Municipal, ó poderes da terra e do céu!²³⁹

Também faltava à cidade automóveis. A Argentina havia abolido o imposto sobre a importação dos autos e o cronista sugeria que o Brasil deveria fazer o mesmo, “agora

²³⁶ *Hotéis do Rio* (1906) in BILAC, 2011, Op. Cit., p. 378.

²³⁷ Idem, *ibidem*.

²³⁸ *Teatros* (1906). In BILAC, 2011, Op. Cit., p. 380.

²³⁹ Idem, p. 381.

que o Rio de Janeiro está renascendo para a civilização”²⁴⁰. A medida traria três benefícios de alto valor: “1º - atenderá à comodidade e ao bem estar da população; 2º - desenvolverá a vida civilizada, a animação, o progresso da cidade; 3º - dará o primeiro passo para a criação de uma indústria nova e rendosíssima”²⁴¹.

O novo momento da cidade justificava a isenção, pois em breve a Avenida Central, a Beira-Mar e as ruas da Lapa, da Glória, do Catete e Senador Vergueiro estariam asfaltadas ou calçadas, “toda essa extensa zona urbana está pedindo, está reclamando, está exigindo automóveis”²⁴².

Porém, não era em todos assuntos que Lima Barreto e Olavo Bilac divergiam. Ambos abominavam as enchentes no Rio. Barreto criticava contundentemente as reformas urbanas de fachadas que nada fizeram para aplacar este terrível problema. Embora, entusiasta das inspiradoras fachadas, Bilac também reclamou desse flagelo, que atingia grande parte da cidade e também a rua de sua casa. Sobre a mudança de nome do logradouro, comenta:

Ihe dessem a denominação de *rua dos Mártires*, ou de *rua dos Condenados*, ou de *rua do Inferno*. Qualquer desses nomes lhe conviria mais do que o de Cristóvão Colombo; este nome, que ela agora possui, só pode ter uma explicação: - o famoso genovês foi um atrevido navegador, e a velha rua Dois de Dezembro, quando chove, fica sempre transformada num mar tempestuoso [...] A desgraçada rua, entre o Catete e o Flamengo, é uma baixada. Sempre que há chuva torrencial, a água forma um oceano, que se alastra pelo jardim, pelos corredores e pelas salas das casas [...] já vi canoas e escaleres navegando por aqui, tão facilmente como se estivessem manobrando em plena baía de Guanabara²⁴³.

Já Lima Barreto, sobre o mesmo problema afirma:

As chuvaradas de verão, quase todos os anos, causam no nosso Rio de Janeiro, inundações desastrosas [...] De há muito que a nossa engenharia municipal se devia ter compenetrado no dever de evitar tais acidentes urbanos [...] O Prefeito Passos que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descurou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio [...] Infelizmente, porém, nos preocupamos muito com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social²⁴⁴.

Outra questão unia intelectuais tão díspares quanto Bilac e Barreto, a educação. E nesse quesito João Ribeiro, embora bacharel, concordava com a dupla. Todos eles

²⁴⁰ *Isenção de Impostos para Automóveis* (1905). In Op. Cit. p. 358.

²⁴¹ Idem, p. 359.

²⁴² Idem, ibidem.

²⁴³ *A Rua do Cronista* (1906) in Op. Cit., p. 415.

²⁴⁴ As enchentes. *Correio da Noite* (19/01/1915) in BARRETO, *Vida Urbana* [edição digital Kindle/Amazon, s/d.].

condenavam o bacharelismo e afetação que cercavam o título de *doutor* e defendiam esforços pela alfabetização massiva da população. Acerca da criação de uma Universidade no Rio de Janeiro, expõe Lima Barreto:

O intuito dos propugnadores dessa criação é dotar-nos com um aparelho decorativo comum, suntuoso, naturalmente destinado a fornecer ao grande mundo festividades brilhantes de colação de grau e sessões solenes. Nada mais parece que seja o intuito da ereção da nossa universidade. De todos os graus de nosso ensino, o pior é o superior; e toda a reforma radical que se quisesse fazer nele, devia começar por suprimi-lo completamente. O ensino primário tem inúmeros defeitos, o secundário maiores, mas o superior, sendo o menos útil e aparatoso, tem o defeito essencial de criar ignorantes com privilégios marcados em lei, o que não acontece com os dois outros²⁴⁵.

Na mesma linha, porém anos antes, Bilac comenta:

Os escritores não têm público pequeno ou grande, porque o Brasil, em vez de ter escolas primárias, tem Universidades, e uma Academia, que, neste país de analfabetos, representa o mesmo triste papel de um cinematógrafo numa casa de cegos ou de um fonógrafo numa de surdos: um luxo inútil e ridículo. Um ironista dizia, há dias: “A Academia tem uma razão de ser: como não há público que leia os acadêmicos, eles leem-se uns aos outros”²⁴⁶.

João Ribeiro, embora fosse “doutor” com anel e formatura – ao contrário de Bilac e Barreto –, tinha juízos semelhantes acerca da Academia. Para ele, se a França tinha quarenta acadêmicos, ao Brasil bastavam quatro. Chegou mesmo a propor a Machado de Assis que se dividisse a Academia em duas partes, uma com trinta notáveis e outra com dez literatos e, ainda assim, “já seriam demais”²⁴⁷. O sergipano parecia, no mundo da *finèsse*, mais próximo a Lima Barreto, pois recusou-se a usar o fardão da Academia, bem como viu a instituição abandonar a literatura em prol do mundanismo quando da mudança para o Petit Trianon.

A avalanche de “melhoramentos” – como se dizia à época – na capital logo rendeu resultados. Na crônica *Elogios ao Rio* em referência aos feitos por um correspondente do *The Sun*, Bilac mostra-se exultante diante das congratulações ao Rio de Janeiro publicadas na Inglaterra. Sua felicidade é também incontida ao comentar a realidade do porto carioca a partir de 1908. Agora, não mais como antes, seria possível atracar os navios de maior calado junto à terra firme, dispensando o serviço de botes que antes eram encarregados de levarem os passageiros do ponto de ancoragem a terra firme em circunstâncias nada elegantes. Também era digno de comemoração a exportação do maxixe a Paris – desde

²⁴⁵ A *Universidade*. Feiras e Mafuás (13/03/1920) in BARRETO, Vida Urbana.

²⁴⁶ BILAC, 2011, op. Cit, p. 367.

²⁴⁷ LEÃO, Mucio. *João Ribeiro – estudos críticos*. Editorial Alba: Rio de Janeiro, 1934, p. 270.

que soubéssemos do devido lugar a que deveria se limitar essa dança “tão obscena e imoral”²⁴⁸. O país, mais especificamente a capital, ingressava a passos largos na modernidade com as obras e novos hábitos. Um dos elementos culturais mais simbólicos da época caiu nas graças do carioca. Assim diz Bilac em 1907:

Se houvesse um terremoto, que destruísse todos os edifícios da cidade, - a população não sentiria tanto a perda das suas casas, e a perda dos edifícios públicos, como a perda dos cinematógrafos: e, sem demora, sobre os escombros da *urbs* de Mem e Estácio de Sá, ressurgiriam barracões, com música e imensas telas alvas, e o povo ficaria consolado do desastre...Tal é a força invencível da mania da época!²⁴⁹

Joaquim Ribeiro comenta que com o cessar das viagens internacionais, o pai foi se interessando cada vez mais pelo cinema – o da época, baseado em projeções mudas de teor documentarístico que assistia diariamente.

O entusiasmo de Bilac pela reforma urbana e pela renovação dos hábitos da população indicam com clareza o pensamento dos partidários da modernização desejada. Embora, como já apontamos, essa fosse uma parcela pequena da sociedade, tinha muito poder na difusão de suas ideias, pois era composta por uma elite da produção cultural. Contudo, se o cosmopolitismo de Bilac era evidente isso não significava que o vate acreditasse na importação de ideias como solução para o Brasil. Era necessário um filtro crítico e assim Bilac foi um dos que condenou os francesismos nas escolas e criticou alfaiatarias brasileiras que faziam belas e excelentes camisas, mas lhes colocavam etiquetas e marcas “francesas” para valorização do produto. Além disso, foi o patrono do serviço militar obrigatório e da Liga de Defesa Nacional e escreveu livros infantis com temas nacionais como *Contos Pátrios* (1894) – em parceria com Coelho Neto – e *Através do Brasil* (1910) – junto com Manoel Bomfim. Portanto, Bilac era mais um apologeta da modernidade que amante dos estrangeirismos. Cabe destacar ainda, que a produção da sua obra de viés nacionalista se deu em meio as muitas viagens à Europa, principalmente Paris, que realizou durante sua vida²⁵⁰.

²⁴⁸ Idem, p. 361; ver também CUNHA, Fabiana Lopes da. *Da marginalidade ao estrelato: o samba na construção da nacionalidade (1917-1945)*. Annablume: São Paulo, 2004.

²⁴⁹ Idem, p. 451.

²⁵⁰ A biografia escrita por Fernando Jorge (1992, op. Cit.) dá notícias de viagens do poeta para a Europa em 1890, 1904, 1908, 1910, 1911 e 1916. Devemos destacar que algumas delas atravessavam de um ano a outro como a primeira em que o poeta só retornou em 1891 – tendo atuado como correspondente de *A cidade do Rio* – e que possivelmente tenha ocorrido mais viagens. Contudo, sobre estas listadas acima há documentação confiável.

Tanto Olavo Bilac quanto João Ribeiro são exemplos de intelectuais com aspirações estéticas universais, vivências cosmopolitas e projetos nacionais. A eles poderíamos juntar outros homens de letras como Joaquim Nabuco ou Manoel Bomfim. Todos os quatro são exemplos de homens com experiência internacional, com grande conhecimento de literatura e ciência estrangeira e que desenvolveram obras originais pensando sobre os problemas brasileiros.

2.5 A novíssima capital em 1922 e o Modernismo

Figura 2.10 a e b: Cartazes da Exposição do Centenário (1922)²⁵¹



Geralmente subestimada ou esquecida pela historiografia, a Exposição de 1922 é marco vital, sobretudo no que se refere ao mundo dos letrados. Solapada – ou não? – pela *Semana de Arte Moderna* em São Paulo, foi um grande evento, com grau de interferência na feição urbana comparável ao de uma Copa do Mundo. Sua importância não reside apenas nas reformas arquitetônicas e urbanísticas que estenderam as iniciadas por Pereira Passos, representava o avanço da civilização – europeia, sem dúvida –, ligava-se a teia do cosmopolitismo da *Belle Époque*. Conectava o Rio a Paris, Bruxelas, Londres e outras

²⁵¹ Lit. Pimenta de Melo & Cia., 1922. IHGB, Rio de Janeiro In <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/brasil-1922-independente-civilizado-e-branco/> acesso em 13/03/2018.

capitais mundiais. Por tudo isso, ficou como representante do “passado” diante da *Semana de Arte Moderna* – que supostamente deixava uma “estética cosmopolita mimética” de lado para buscar uma “autenticidade nacional”, o Brasil dos brasileiros, não mais preocupado em ser digno de entrar no rol das nações civilizadas pela porta da imitação dos europeus, mas em fazê-lo pelo desenvolvimento de seu próprio potencial, por um caminho *pretensamente* original²⁵². Se aceitarmos a proposição de Needell²⁵³ de que as relações culturais entre colonizados e colonizadores expressa-se numa tríade **conflito-adaptação-rejeição**, teremos no ano de 1922 o limite entre *adaptação* e *rejeição*, com a *Exposição Universal* representando o auge da *adaptação* e *Semana de Arte Moderna* o início da *rejeição*. O autor adverte que o colonialismo na América Latina seguiu caminho diferente do praticado na África e na Ásia – onde o modelo se encaixaria melhor –, contudo cremos que esse modelo ilustra muito bem parte do dilema brasileiro na Primeira República: *adaptar-se* e se encaixar no modelo de civilização europeia, projeto iniciado ainda pelo Imperador Pedro II e levado a cabo pelos próceres da Primeira República, ou *rejeitar* as imposições desses parâmetros de civilização quando inconvenientes a realidade nacional e buscar desenvolver uma civilização centrada nas próprias necessidades e valores, opção tentada na Era Vargas.

Esse embate que opõe, naquele momento, Rio e São Paulo²⁵⁴, clássicos e modernos, cosmopolitas e nacionalistas, também se dá nas fileiras da ABL. Divide ainda a vida de João Ribeiro.

A Academia, “instituição clássica por excelência, como são as academias”, atinge após a *Exposição Universal* de 1922 seu ápice institucional. O pavilhão sede da França, réplica de um palácio nos jardins de Versalhes, o Petit Trianon, foi doado a instituição. Segundo Mucio Leão²⁵⁵, Graça Aranha e Afrânio Peixoto tiveram papel fundamental na tarefa de conseguir a doação do palacete. Contribuía também para a grandeza institucional da Academia a herança do livreiro Francisco Alves, falecido em 1917²⁵⁶. Doravante, a agremiação passa a contar com toda pompa e circunstância. Além do novo cenário, com

²⁵² Usamos as palavras “suposta” e “pretensamente” não para julgar os modernistas, mas justamente para pôr em suspenso uma avaliação sobre seus métodos, efeitos e referências. Seguindo Schuster, e o próprio Mario de Andrade, tratava-se [os modernistas] de uma elite, cosmopolita, viajada e que também tomou referências europeias para compor seu repertório.

²⁵³ NEEDELL, 1993, p. 12.

²⁵⁴ Ver SEVCENKO, 2000, op. Cit. p. 106-126.

²⁵⁵ LEÃO, 1962, op cit., p. 73.

²⁵⁶ Francisco Alves deixou quase a totalidade de sua considerável fortuna para a ABL, conforme nos conta Hallewell (2012, p. 327).

o espólio de Alves convencionou-se pagar 100\$000 por sessão a cada imortal. Humberto de Campos²⁵⁷ relata, em seu *Diário Secreto*, que se irritava com a debandada de acadêmicos relapsos que saíam das sessões logo após receberem a cédula de presença – os 100\$000. Essa nova fase da ABL não agrada João Ribeiro. A nova sede, “uma das filiais do *high life* carioca”²⁵⁸, era propícia para jantares e festividades, não para a literatura. “O caráter e a feição que me parece dominante na Academia, não é sequer a intelectualidade, é o mundanismo”²⁵⁹, disse ele. Na nova sede, a Academia seria “uma casa de chás literários e grandes repastos do espírito, de mundanismo e de graça”²⁶⁰. A cisão entre clássicos e modernos abalaria a ABL. Em 1924 Graça Aranha proferiu a conferência *O espírito moderno* na ABL e aponta ter sido um erro a fundação da Academia. Essa memorável sessão terminaria com Graça Aranha ovacionado e carregado pelos “novos”, entre eles Alceu Amoroso Lima e Augusto Frederico Schmidt e de outro lado os protestos de Osório Duque Estrada e Coelho Neto – que se declararia “o último dos helenos” – ovacionados e carregados pelos “clássicos”. Semanas depois, Graça Aranha sugere que a Academia produza um Dicionário de Português Brasileiro, sugestão que não é aceita por Mário de Alencar. A negativa enseja o desligamento formal de Aranha do grêmio: “A Academia quer persistir na sua posição eclética e antiquada, nefasta à literatura brasileira. Ela morreu para mim, como também não existe para o pensamento e para a vida atual do Brasil. Se fui incoerente aí permanecendo, separo-me da Academia pela coerência”²⁶¹.

João Ribeiro era amigo de Aranha desde pelo menos 1899, e o dicionário proposto pelo maranhense guarda profunda relação com o que defende Ribeiro em *A Língua Nacional* (1921). Ao que nos consta, João Ribeiro não tomou posição na polêmica, embora o encaminhamento final de sua carreira nos indique uma proximidade maior com as ideias de Graça Aranha. Fato é que a Academia viria a se renovar e receber modernistas aos poucos, sem solavancos, nem revoluções, postura de acordo com a filosofia de João Ribeiro.

²⁵⁷ CAMPOS, Humberto. *Diário Secreto*. Edições ‘O Cruzeiro’: Rio de Janeiro.1954, p. 94)

²⁵⁸ RIBEIRO, J. *A Proto-martir Academia*. O Jornal: Rio de Janeiro em 18/11/1923 In LEÃO, 1962, op. Cit., p. 71.

²⁵⁹ Idem, ibidem.

²⁶⁰ Idem, p. 74.

²⁶¹ ARANHA apud VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Graça Aranha e Academia*. Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) 15/06/2005 disponível em <http://www.academia.org.br/artigos/grala-aranha-e-academia>, acesso em 19/10/2018.

Muitos dos pontos aqui debatidos têm ensejo no âmbito da disputa pela hegemonia cultural travada entre São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo a tendência a se desvalorizar tudo o que foi produzido antes do modernismo de 22 aplicando rótulos como “arcaico”, “mimético”, “estrangeirismo” entre outros. É isso que analisaremos no próximo tópico.

2.5.1 A querela modernista Rio-São Paulo

Monica Pimenta Velloso²⁶² ao analisar os jornais de Rio e São Paulo durante a década de 20 conclui que a vertente do grupo verde-amarelo, entre os modernistas de São Paulo, tende a associar o Rio de Janeiro com o cosmopolitismo, o que representaria uma ameaça às verdadeiras tradições brasileiras e também ao futuro da nação. Para eles, apareciam em campos opostos a singularidade nacional e o cosmopolitismo. Além disso, de par a essa oposição, os que associavam o Rio de Janeiro ao cosmopolitismo viam a capital nacional como a representante do passado, do já superado, e São Paulo aparecia ligada à legítima matriz da nacionalidade brasileira e ao futuro²⁶³. Velloso distingue duas tendências entre os modernistas: os *verde-amarelos* adotavam um programa geográfico e assim São Paulo, fora da orla e com seus rios – caminhos para o interior – era a verdadeira potência desbravadora do país. Essa interpretação revalida os regionalismos e afirma a existência de “dois Brasis”, “o primeiro *legal* (litoral), o segundo *real* (interior) – os ‘verde-amarelos’ identificavam o interior com a brasilidade e autenticidade, em contraposição ao litoral, associado à ideia de cosmopolitismo e falsidade”²⁶⁴.

Analisando a *Canção Geográfica* de Cassiano Ricardo, um dos expoentes da ala verde-amarela, ela aponta:

Enquanto o habitante do litoral “nasceu só pra voar” – alusão ao devaneio do carioca –, o habitante do interior “prefere os pássaros da terra, que são verdes” – alusão à caça das esmeraldas, ou seja, ao caráter empreendedor do paulista. As metáforas da sereia e da esposa reforçam sentimentos opostos: o da ilusão e o do realismo. O primeiro, atribuído ao carioca, que se deixa levar pelas fantasias; o segundo, ao paulista, que desconfia dos sortilégios e encantos vindos de fora. Com esse discurso poético, Cassiano Ricardo pretende mostrar que São Paulo optou pelo caminho certo (esposa), ao contrário do Rio, que foi vítima do fascínio europeu (sereia). De onde se conclui que São Paulo deve assumir o papel de guardião das tradições nacionais²⁶⁵.

Desse modo, o que pretendemos aqui demonstrar é que os grandes letrados da *Belle Époque* não pensavam cosmopolitismo e nação como conceitos antagônicos. Ao contrário

²⁶² VELLOSO, Monica. A “cidade-voyeur”: o Rio de Janeiro visto pelos paulistas. Revista Rio de Janeiro, n. 8, p. 83-100, set./dez. 2002.

²⁶³ Idem, p. 87.

²⁶⁴ Idem, p. 88.

²⁶⁵ Idem, p. 88-89.

dos modernistas, sobretudo os mais radicais²⁶⁶, o nacional e o universal eram categorias necessárias e complementares. Contudo, certo ranço avesso ao cosmopolitismo lhe destituiu de sua universalidade e legitimidade e perdurou nas interpretações sobre a *Belle Époque* Tropical e Primeira República.

Brito Broca em seu clássico *A vida literária no Brasil – 1900* aponta que a atitude de quase todos os escritores brasileiros que visitavam Paris “era mais de deslumbramento, de *pâmoison*, de que compreensão”²⁶⁷ e acrescenta “sentia-se Paris, uma Paris geralmente superficial e paisagística, sem procurar analisá-la ou compreendê-la”²⁶⁸. O crítico literário ainda aponta que “a hegemonia de Paris, no ambiente intelectual brasileiro, só iria ser abalada depois da guerra, com o movimento modernista”²⁶⁹. No entanto, numa época em que “todo mundo delirava por Paris”, Euclides da Cunha – segundo Broca –, remava solitário contra essa tendência:

Ao invés de um passeio a Paris, expressão que andava sofregamente nos lábios de todos os confrades de letras, Euclides da Cunha queria passear no Acre, quer dizer, em lugar de um camarote de primeira em transatlântico de luxo e hotéis confortáveis, os perigos, as dificuldades de comunicação, as asperezas e as hostilidades daquele recanto distante do Brasil. E no idealismo do seu amor à terra, no seu deslumbramento de poeta, denomina singelamente de passeio essa aventura perigosa. Não resta dúvida que lhe palpitava no íntimo um verdadeiro ideal de bandeirante²⁷⁰.

Publicado originalmente em 1956, o livro de Broca ecoa²⁷¹ a tese da tendência verde-amarelista dos modernistas paulistas: o nosso 1900 seria marcado por cosmopolitismo afetado e importações acríicas de ideias, *falsas*, porque não se prestavam ao serviço da nação. Em contrapartida, a busca pelo interior, seguindo o protótipo dos heróis bandeirantes, aparece como expressão do verdadeiro caráter nacional. Assim, o cosmopolitismo da capital nacional, porta para o mundo, é invalidado face ao nacionalismo capitaneado por São Paulo, porta para o interior.

Essa meta-narrativa consagrou-se no pós-1930 de par ao espírito fundacional do Estado Novo. Para ressaltar as qualidades do projeto político e cultural varguista, desta vez articulando esses campos de maneira muito mais consistente que nos governos

²⁶⁶ Veloso separa a corrente liderada por Mário de Andrade dos verde-amarelos nessa interpretação geográfica do Brasil.

²⁶⁷ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. José Olympio: Rio de Janeiro, 2004, p. 149.

²⁶⁸ Idem, *ibidem*.

²⁶⁹ Idem, p. 150.

²⁷⁰ Idem, p. 150-151.

²⁷¹ Broca inicia seu trabalho jornalístico em 1927 na cidade de São Paulo. Ver o prefácio de Francisco Assis Barbosa *In* BROCA, op. Cit., p. 13-28.

predecessores, esboçou-se um quadro caricato e demasiado simplista da Primeira República.

Junto ao epíteto *República Velha*, formou-se a imagem de uma *intelligentsia chic-smart* na qual bem nascidos e arrivistas, “doutores” no sentido pejorativo da crítica ao bacharelismo, passavam os dias em salões pomposos do Rio e Petrópolis a consumir as últimas novidades de Paris e a fazer planos para a próxima viagem ao estrangeiro, sem nada produzir de útil aos interesses do Brasil. Essa representação da casta letrada não era vista como acessório da República Velha e sim um de seus fundamentos. Algo a ser combatido e superado.

O espírito fundacional pós-1930 opera na memória coletiva sob a marca do despertar, transformando o passado em pré-história, o que se reflete em várias dimensões da cultura. Sob o signo de uma imitação irrefletida, ingênua e infértil a geração do 1900 foi condenada ao ostracismo. Há exceções, fique claro. Na historiografia, por exemplo, Capistrano de Abreu seria isentado dessas acusações, como o seria Euclides da Cunha entre os literatos e quem mais conviesse a genealogia pré-histórica da nova nação.

Figura 2.11: Medalha Comemorativa do Centenário de Nascimento de Joao Ribeiro – Ministério da Educação e Cultura (1960)



É justamente desse processo de esmaecimento que Joaquim Ribeiro quer salvar a memória paterna: inseri-lo na árvore genealógica da nação moderna que adquire novo patamar após a Era Vargas. Nosso esforço aqui não é o mesmo de Joaquim, ao contrário,

procuramos restabelecer a complexidade política, cultural e historiográfica da Primeira República e portanto entendemos que João Ribeiro se dedicou a problemas nacionais e trouxe grande contribuição ao conhecimento da cultura e do ser nacional – principalmente através de três de seus livros: *História do Brasil*, *O Folclore* e *A Língua Nacional* – mas que a frase atribuída à ele gravada na medalha comemorativa (Figura 2.13) é apócrifa. “Se eu não fosse brasileiro, queria ser brasileiro” traz um quê de ufanismo que não condiz com nenhuma fase da carreira de João Ribeiro. Seu espírito crítico nunca lhe tapou os olhos para as mazelas nacionais, nem o fez dourar a pílula. Como já apontamos, a geração de João Ribeiro e ele próprio compartilhavam de uma perspectiva cosmopolita para se pensar a nação e desenvolve-la segundo parâmetros vistos como racionais e universais. O ufanismo, a fé cega e inabalável no potencial do país não condiz com a visão de mundo ribeiriana.

Sendo assim, entendemos que o conteúdo gravado na medalha está ligado ao investimento memorial de Joaquim Ribeiro que à época trabalhava no MEC e era alguém com ligações importantes no âmbito ministerial. Cabe ainda lembrar que *História do Brasil* era utilizado em muitas escolas brasileiras na década de 1950 e 60 antes da disciplina ser eclipsada dos currículos pelas reformas dos governos militares.

2.6 João Ribeiro, o modernismo e *A Língua Nacional*

O lançamento de *A Língua Nacional – notas aproveitáveis* (1921) marca um *turning point* na trajetória intelectual de João Ribeiro. É quase como uma virada de século do ponto de vista individual. Se muitas das ideias anteriores do sergipano possivelmente não fossem as mesmas, faltavam publicações que registrassem essas mudanças de perspectiva. Na poesia, conforme pontua Mucio Leão, desde 1917 Ribeiro já havia sinalizados novos rumos nas páginas de sua crítica literária, porém esse livro era não apenas uma mudança de caminho, mais que isso, era um manifesto.

Não podemos relegar ao mero acaso o fato do livro ter sido publicado em 1921, o centenário da Independência se aproximava e podemos vislumbrar o gesto de João Ribeiro – junto do editor Monteiro Lobato – menos como uso mercadológico da efeméride e mais como uma tentativa de pautar os debates que se dariam em torno das comemorações no ano seguinte. Sendo um dos baluartes da crítica literária, da Academia Brasileira de Letras e da historiografia de então, é claro que o livro de João Ribeiro seria repercutido nos meios letrados da época, tanto no Rio, quanto em São Paulo – já escrevia n’*O Estado* e nesse sentido podemos entender a relevância de seu papel como intelectual.

A tese fundamental do livro era que o Brasil precisava adquirir a independência cultural perante Portugal e a América, de modo geral, diante da Europa. Nesse sentido, fica claro que o cosmopolitismo liberal de outrora havia sido abandonado. Interessava, dali em diante, construir um caminho novo. O Pan-americanismo surgia no horizonte como um paradigma promissor. O papel dos Estados Unidos na Grande Guerra e nos anos seguintes, bem como seu protagonismo tecnológico e econômico aliado a uma exuberante produção cultural naquelas décadas apontavam um norte para os países do Novo Mundo. Conforme argumentamos anteriormente, a *intelligentsia* nacional se daria conta de que não era europeia – demoraria algumas décadas até se perceber que também não era “americana” do mesmo modo que os estadunidenses.

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos.
A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar ideias e sentimentos que não são pessoais.
Já não é a língua que apuramos, é o nosso espírito que sujeitamos a servilismo inexplicável²⁷².

Seria um grande erro, na visão de João Ribeiro, buscarmos uma uniformidade “artificial e enganadora” com Coimbra e nos dá uma série de exemplos:

- uma casa mobiliada.
- não, senhor; diga uma casa “mobilada” que é como se diz em Lisboa.
- o trem “descarrilhou”...
- Alto lá! Diga “descarrilou”, que é o certo. E “trem” não é palavra de bom cunho. “Comboio” é que é.

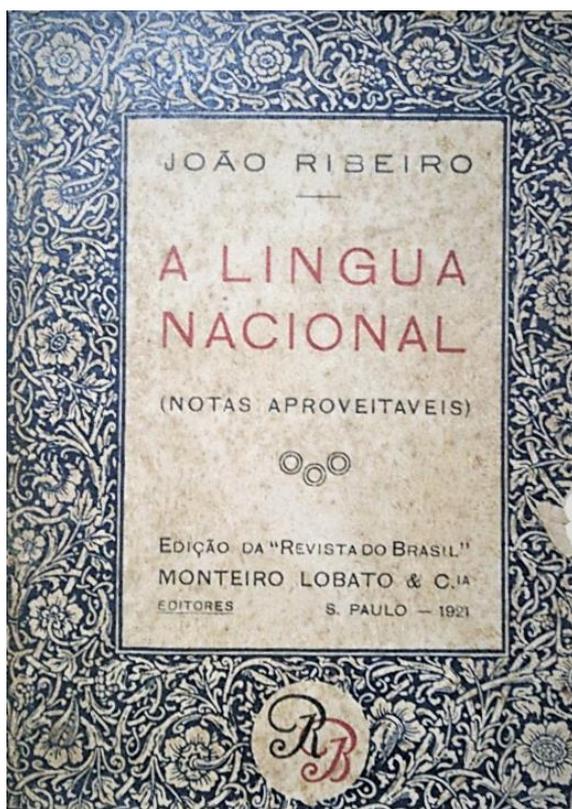
Eis o que é intolerável.

Ora pois. Somos um povo; vamos festejar um século de Independência e não temos mais que uma Gazeta de Hollanda cheia de calúnias e mentiras linguísticas²⁷³.

²⁷² RIBEIRO, João. *A Língua Nacional – notas aproveitáveis*. Ed. Revista do Brasil: São Paulo, 1921, p. 8.

²⁷³ Idem, p. 9, grifo nosso.

Figura 2.12 – Capa de A Língua Nacional (1921)



A Língua Nacional (1921) traz trinta e quatro capítulos dos quais a maioria é dedicada a análise de vocábulos de modo a mostrar a distinta – e também legítima – evolução da língua falada no Brasil. A tese fundamental da independência linguística é apresentada no capítulo I – A língua nacional. Outro capítulo que difere do restante é o II – Antiguidade dos brasileirismos.

Pelas últimas linhas podemos ver que o debate não tratava apenas de gramatiquices, era uma questão de independência cultural. E para o sergipano essa questão era geral em toda a América. Invocando a Rupert Hughes, um romancista outrora apelidado de Balzac americano, escreve: “Impõe-se desde já uma nova declaração de Independência” e prossegue:

Recusamos, diz ele [Hughes] ainda, submeter as nossas leis e instituições à inspeção ou aprovação dos estrangeiros. Porque, pois, havemos de aceitar esse veredicto exótico nas nossas artes e na expressão da nossa inteligência?²⁷⁴

A chancela de pré-modernista aplicada a João Ribeiro não seria equivocada, se não incorresse no famigerado teleologismo. Ele é um desbravador nesse sentido e contribui para nossa argumentação o fato de ter sido Monteiro Lobato o editor do livro. Ou seja, havia um esforço amplo pela renovação, partindo de diversos atores, com objetivos e horizontes difusos. É sempre tentador estabelecer uma linha causal, mas os documentos da época nos revelam complexidade. Lobato odiou o que viu na Semana de 22, João Ribeiro, já em 1927, ainda não conhecia Brecheret. Portanto não devemos pensar o

²⁷⁴ Idem, p. 21.

Modernismo como um movimento unívoco e organizado, ao qual se aderiria ou não, seguindo as teses de seus dirigentes. Havia várias tendências modernistas que comungavam do anseio por renovação, mas tinham pautas, agendas, referências e projetos distintos. *A Língua Nacional* marca a adesão de João Ribeiro ao modernismo linguístico e literário e matiza uma das vertentes de um movimento complexo e difuso.

CAPÍTULO III:

Escrita da História

A contribuição de João Ribeiro para a historiografia nacional nos interessa muito. Ele faz parte da última geração de polígrafos especializados ou “amadores profissionais” a dominar o *establishment* historiográfico nacional. Após a década de 1930 as universidades se desenvolvem no país, as carreiras especializadas passam a ser mais comuns e ainda que nomes como Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda não fossem “graduados em história” e também alimentassem certo poligrafismo, surge um nítido distanciamento entre a nova geração de historiadores (universitários) e a “velha” de polígrafos interessados em história. Ao nosso ver, esse distanciamento, seguindo o arcabouço proposto por Michel de Certeau²⁷⁵, refere-se mais ao modo de recrutamento do que as características do texto historiográfico.

Nossa ênfase recai, neste momento, justamente sobre a obra historiográfica de João Ribeiro. Basicamente esta pode ser dividida em três segmentos:

I – Textos Programáticos: nos quais Joao Ribeiro apresenta um programa teórico ou metodológico para o “fazer história” ou “ser historiador”. Temos dois textos que se destacam nessa categoria, o *Sciência da História* de 1892 e o *Discurso de Posse* no IHGB de 1914;

II – Textos Temáticos: neles João Ribeiro atua como historiador, narra, critica, comenta, enfim, põe em prática suas concepções de história. O mais destacado desses textos, em que pese a variedade de suportes, é *História do Brasil*;

III – Textos Críticos: essa categoria congrega basicamente os comentários e críticas que João Ribeiro fez de obras historiográficas ao longo de sua carreira como crítico literário. Devemos fazer a ressalva de que ele não resenhava exclusivamente livros de história, no entanto essa pauta é tão substancial que Mucio Leão organizou o sexto volume da *Crítica* somente com análises sobre historiadores, obra que veio a lume postumamente em 1961. Esse volume organizado por Mucio Leão serve de guia para perscrutarmos ideias e noções historiográficas de João Ribeiro, contudo, devemos ter em mente que a participação de Mucio Leão na seleção de textos e agrupamento de categorias beira a coautoria.

Doravante, passemos a análise setORIZADA.

²⁷⁵ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1982, p. 65

3.1 Uma história-ciência, sem grandes nomes

A *Ciência da História* é publicado pela primeira vez em 1892 como apêndice em *História Antiga – Oriente e Grécia* e também em *História Universal*, de 1918.

O título já revela a concepção de João Ribeiro e as primeiras linhas são dedicadas a advogar a cientificidade possível e plausível da história: “A ciência da história é uma ambição recente do pensamento humano. Até o século passado, pode-se dizer que ninguém teria admitido uma ciência dos fatos sociais”²⁷⁶. Para ele, há desde sempre uma “coordenação dos fatos históricos” por mais “complicados e irredutíveis a um princípio geral”²⁷⁷ que possa parecer.

Certo é, para João Ribeiro, que a história não é fruto do mero acaso. Passando aos sistemas – científicos – que tentaram explicar o movimento coordenado da história ele comenta sobre Vico, Comte, Turgot e Buckle. No entanto, a despeito das diferenças substanciais entre os citados, Ribeiro defende que acabam por incorrer no mesmo erro, qual seja o de “caracterizar a evolução social tão larga e complexa apenas pela evolução intelectual” o que implica “substituir uma noção mais confusa e difícil por outra mais clara e simples”, no entanto, sem apresentar uma “teoria satisfatória da questão”²⁷⁸. E assim, ele continua:

Ao subsídio da economia política e da biologia é que se deve a tentativa mais feliz de interpretação dos fatos históricos em geral. O princípio da divisão do trabalho e o darwinismo ou teoria transformista da evolução, trouxeram grande luz à compreensão do problema. Aplicados não só a sociedade, mas à compreensão total do universo, chegou-se à fórmula simples e clara de que o progresso é a diferenciação nos elementos de um todo qualquer²⁷⁹.

Contudo, nem darwinismo, nem spencerismo seriam ainda suficientes para uma análise completa, pois “a sociedade é super-organismo”²⁸⁰ e acrescenta: “É preciso por em relevo o estudo, que **mais forte evidenciou a possibilidade de uma ciência da história, a estatística**”²⁸¹. Seguindo sua argumentação pontua:

Todos os fenômenos, mesmo aqueles que se dizem produtos do “livre arbítrio”, podem ser reduzidos a números constantes em dada circunscrição humana: o que prova não serem os fatos sociais meros sucessos desordenados, independentes de qualquer coordenação. São sempre de igual número em dado

²⁷⁶ RIBEIRO, 1918, p. 337.

²⁷⁷ Idem, ibidem.

²⁷⁸ Idem, p. 338.

²⁷⁹ Idem, p. 339.

²⁸⁰ Idem, p. 340.

²⁸¹ Idem, ibidem, grifo nosso.

grupo social, os nascimentos, as mortes, casamentos, suicídios, crimes, etc. Foi a evidência da **estatística**, imediata e material, que solveu as hesitações dos últimos partidários da insciência histórica²⁸².

Outro argumento mobilizado por João Ribeiro é o que ele chama de “democratização das ciências” e assim o resume: “o infinitamente pequeno tornou-se o ponto de partida das interpretações”²⁸³. Na química, o átomo; na biologia, a célula; e

desse movimento geral, a história em vez de ser um produto da Providência ou dos reis ou dos grandes homens, tornou-se um produto da colaboração geral de todos os indivíduos, de todo o povo. A influência individual e a vontade perdem-se no indefinido das colaborações inúmeras²⁸⁴.

João Ribeiro acrescenta que à massa geral dos efeitos produzidos pela ação social devem ser consideradas influências que “naturalmente” o homem e a sociedade estão subordinados e estas são de três ordens: cósmicas, biológicas e psicológicas.

Começando pelo primeiro tópico João Ribeiro adverte que está a dissertar sobre a influência do meio [ambiente] ou do mundo natural sobre a humanidade: “Sua influência não pode um só momento ser posta em dúvida. Contudo, a influência do meio já se tornou um lugar comum de exageros extravagantes”²⁸⁵ e dispara contundentemente: “Tudo depende do meio, dizem; tudo se quer explicar pelo meio, coisas e pessoas. Este novo ídolo dos filósofos modernos deve ser reduzido às suas proporções exatas”²⁸⁶. Entretanto, o autor incorre em generalizações hoje condenáveis:

As estações obrigam os homens a certos hábitos que passam mais tarde por virtudes; os climas rigorosos criam a previdência [...] nos climas sem estações, como sob o equador, a natureza torna os homens descuidosos do futuro; por isso aí as catástrofes naturais, as secas, os surpreendem sem recursos²⁸⁷.

Seguindo seu raciocínio, aponta a influência da altitude como elemento determinante nas primeiras civilizações: por razão estratégica, quase toda povoação se fixa na montanha e “o resultado é que o progresso da civilização marcha ao passo que as cidades se estabelecem na planície ou descem para ela”²⁸⁸.

²⁸² Idem, *ibidem*.

²⁸³ Idem, *ibidem*.

²⁸⁴ Idem, p. 341.

²⁸⁵ Idem, *ibidem*.

²⁸⁶ Idem, *ibidem*.

²⁸⁷ Idem, p. 342.

²⁸⁸ Idem, p. 343.

Outra questão é a “marcha da civilização” que seguiria do sul ao norte e de leste a oeste, sendo assim uma transição Ásia-Europa seguida de Europa-América, mas Ribeiro pontua que Hegel e Voltaire exageraram nesse assunto, pois “esses fatos não se tornam verdadeiramente compreensíveis se não quando se substituem a consideração de **longitude** e **latitude** puramente abstratas ao conceito do fato complexo e concreto que chamamos o **clima**”²⁸⁹.

Cedendo mais uma vez a generalizações deterministas, o sergipano pontua que “a influência do clima é de tal clareza que nela não poderemos insistir” e segue: “o calor precipita a puberdade, expandindo cedo as paixões. Isso se dá no indivíduo e parece ter-se dado na espécie”²⁹⁰. Em descompasso com a prudência inicial que Ribeiro mostrou quanto ao “novo ídolo dos filósofos modernos”, o escritor insiste no viés determinista:

Passada a fase primitiva, os climas quentes são nocivos à civilização e engendram sociedades indolentes e homens sem energia fisiológica, pela ação enervante da temperatura. São facilmente vencidos.

Nessas regiões há uma superabundância de vitalidade da natureza diante da qual o homem se sente enfraquecido. Contudo, a ciência, os recursos adquiridos da civilização vão tornando mais acessíveis paragens que se julgavam outrora inabitáveis.

O mau clima despoeva as regiões. Apesar da sua grande antiguidade, as cercanias de Roma onde grassa a malária, nunca tiveram grande densidade de população. A migração europeia dificilmente se estabelecerá em regiões como é o norte do Brasil, a Índia e a África – fato que por si só pode explicar o duradouro atraso na evolução geral dos povos que habitam semelhantes regiões. As raças mestiças mais adequadas, carregam para ali os benefícios da civilização, desbravando as terras mais inóspitas²⁹¹.

Na sequência o professor do Colégio Pedro II arremata:

Em resumo, encontramos na terra, nas águas, na atmosfera elementos variados que modificam diretamente ou indiretamente as civilizações, as sociedades, o seu gênero de vida material e moral. É, pois, evidente que seria cegueira tentar uma compreensão da história sem ter em conta tais elementos decisivos ou auxiliares da vida coletiva²⁹².

Como apontamos acima, é importante destacar que João Ribeiro não via o determinismo geográfico como algo absoluto, mas uma variante decisiva no curso da história. Porém, não era a única, o autor dedica um segundo tópico aos fatores biológicos. Citando Spencer e Haeckel, João Ribeiro atrela o progresso das civilizações ao progresso

²⁸⁹ Idem, *ibidem*.

²⁹⁰ Idem, p. 344.

²⁹¹ Idem, *ibidem*.

²⁹² Idem, p. 344-345.

das espécies: “É certo, tanto quanto nos fornecem de evidência documentos históricos e biológicos, que as sociedades progredem no sentido da especialização da estrutura”²⁹³. Em suma, o progresso é a acumulação das conquistas humanas e naquela altura com os avanços da embriogenia essa tese se assentava cientificamente, afinal, “cada geração que surge traz em si a elaboração de todas as gerações passadas: a longa história da espécie acha-se já condensada no indivíduo atual”²⁹⁴.

Para ele, é fácil ver que as sociedades reproduzem fenômenos idênticos. A colonização europeia da América era um claro exemplo, pois em três séculos os europeus reproduziram três milênios de civilização e se a América ainda não equivalia exatamente à civilização europeia era porque havia a ação de outras causas: como o meio ambiente hostil aos colonizadores – que lhes obrigava a uma adaptação –, “a presença de elementos étnicos inferiores que perturbam o progresso no sentido da retroação” e a falta de população.

O elemento étnico era outra variável de peso: “as raças ou os diferentes tipos humanos são inegavelmente elementos importantes de apreciação histórica”²⁹⁵. E continua a discorrer: “É iniludível a supremacia da raça branca, dentro dos tempos conhecidos; a sua aptidão civilizadora e progressiva é incomparavelmente superior à das outras raças humanas”²⁹⁶, no entanto, João Ribeiro também tinha ponderação quanto a supremacia branca: “é preciso não dar excessivo valor a esses testemunhos: a verdade é que tanto nas raças inferiores como nas superiores se nota certo paralelismo no modo de desenvolvimento”²⁹⁷, mais adiante acrescenta: “é caso de inquirir se as raças amarela, vermelha ou negra são capazes diuturnamente de um progresso tão grande e talvez maior embora mais lento”²⁹⁸. Estando muito atento ao ínfimo período de supremacia branca – seis mil anos – João Ribeiro continua:

A civilização mexicana era maior e mais notável que a dos primitivos arianos e quem sabe o progresso que ela atingiria dentro de trinta séculos, entregue à sua evolução americana, se não fosse perturbada pelos invasores europeus? Quem sabe se a aptidão progressiva da raça branca não será limitada por um esgotamento precoce como sucedeu ao ramo helênico que

²⁹³ Idem, p. 346.

²⁹⁴ Idem, p. 347.

²⁹⁵ Idem, p. 348.

²⁹⁶ Idem, ibidem.

²⁹⁷ Idem, ibidem.

²⁹⁸ Idem, ibidem.

decaiu, ao passo que a evolução lenta da raça amarela terá por si uma vitalidade mais longa capaz de assegurar-lhe a supremacia definitiva?²⁹⁹

No entanto, o paradigma racialista estava na crista da onda e embora João Ribeiro vislumbrasse algumas brechas – *anomalias*, nos termos propostos por Kuhn – esse viés continuava a ser predominante na visão histórica do sergipano:

A raça é um dado atual precioso na história e explicam-se por ela talvez algumas qualidades originais, como na semítica em que o ideal religioso é tão intenso que avassalou o mundo com as melhores das religiões, o cristianismo, o judaísmo e o maometismo. Ninguém pode negar no tipo helênico, o mais completo que já existiu, a sua aptidão universal, artística, científica e filosófica; no romano a sua aptidão jurídica e política; no teutônico e no hindu a tendência crítica e erudita; no saxônio as virtudes da energia civilizadora, do utilitarismo no mais alto grau; no tipo ibérico, alterado misto de elementos vários, o sentimento da expansão colonizadora³⁰⁰.

O elemento racial também explicaria as desigualdades de classe, pois as raças invasoras geralmente acabam por formar uma aristocracia como os normandos e saxões na Inglaterra, como estes últimos sobre os célticos na Irlanda. A escravidão e servidão sempre recairia sobre o elemento conquistado, segundo João Ribeiro.

Por fim, ele explora a psicologia como variável elucidativa da história pois “a psicologia é tudo quanto existe de profundamente diferencial e original no homem”, no seu domínio que “surgem as instituições capitais, a linguagem, o direito, a moral, a religião, a arte e a ciência humana”³⁰¹. Tomando Spencer como guia nesse domínio, Ribeiro esclarece que não há equivalência sociológica entre razão e sentimento e, sendo assim, conclui que “a evolução do sentimento faz-se fora da evolução do conceito”, os gregos clássicos eram superiores aos seus deuses incestuosos, bem como seria “falso supor que a escola elimine a cadeia e o simples fato de saber ler aniquile os crimes”³⁰².

As linhas acima evidenciam que a crença no progresso que o autor demonstra em outras passagens não é ingênua, nem absoluta. Posição bem distante do positivismo e da evolução por estágios proposta por Comte e defendida pelos seus seguidores. João Ribeiro dissocia progresso intelectual do moral, destoando do otimismo triunfalista da *Belle Époque*³⁰³.

²⁹⁹ Idem, *ibidem*, **grifo nosso**.

³⁰⁰ Idem, p. 349.

³⁰¹ Idem, p. 350.

³⁰² Idem, *ibidem*.

³⁰³ Vale mais uma vez lembrar que *A Ciência da História* saiu em 1894, e foi republicado sem alterações em 1918, portanto abrangendo situações-limite para se pensar a história como o auge da *Belle Époque* europeia, a Regeneração no Brasil e a Grande Guerra.

Outro ponto de ruptura que Ribeiro apresenta em relação a sua *geração*³⁰⁴ é sua recusa em ver a história como produto da ação dos grandes homens. Mesmo que o livre-arbítrio fosse algo inquestionável, a ciência social não ficaria abalada, defende ele. Afinal “Ninguém procede na vida tendo em vista provar um livre-arbítrio e quando tal ato acontece num indivíduo, este ao certo se esquece que ele, como todo homem, pratica mil e um atos cotidianos e um só ato de livre-arbítrio não altera os mil atos da vida normal”³⁰⁵. Ainda que a noção de livre-arbítrio seja um complicador para a ciência social e para história, de modo algum tem força para invalidá-las. E continua:

Grave erro de ordem psicológica é explicar a história pela ação dos grandes indivíduos: reis, chefes, profetas, poetas, sábios, deuses, heróis, etc. Há aí uma inversão do fenômeno por efeito de uma visão em câmara escura; em vez de julgar-se os grandes homens como produtos da elaboração da sua época, julga-se a época uma obra dos grandes homens. Assim é que se atribui a influência de Luís XIV o grande movimento literário de seu reinado, quando uma geração antes já vinham nomes como Molière, Racine, Bossuet e Fenélon. Cipião foi quem destruí Cartago; Napoleão foi quem conquistou o mundo; Cristo foi quem fundou o cristianismo. Não se pode e nem cabe diminuir a ação dos deuses e grandes indivíduos; o melhor é achar a natural explicação das coisas. A análise revela quanto aos reis e os legisladores que os seus atos grandiosos se resumem na pressão da opinião ou não são efetivos quando não se conformam com ela. O exército francês foi quem venceu por Napoleão, exército nascido de uma população aguerrida, familiarizada com todas as violências e vinda da maior e mais terrível de todas as revoluções; o que não apaga o gênio militar incomparável de Bonaparte³⁰⁶.

Os exemplos de como se coaduna ação individual e estrutura social não param aí. Ribeiro discorre sobre o cristianismo que “não surgiu todo ele de Cristo nem mesmo dos seus apóstolos”³⁰⁷ e sim do confronto, colaboração e adaptação aos ideais do tempo nas diferentes regiões por onde se espalhou. E chega a questionar o “gênio individual” até mesmo nas grandes descobertas científicas: a descoberta da Lei da Gravidade seria feita por Newton ou “por outro sábio do tempo necessariamente”, pois Bacon e Kepler já haviam esboçado algo próximo a isso, segundo Ribeiro. A história da ciência revelava outros casos de descoberta simultânea ou quase que viriam, na visão dele, a minimizar a importância do gênio individual como

a seleção natural por Darwin e Wallace, a descoberta de Netuno por dois astrônomos ao mesmo tempo, a fotografia por Nieppe e Daguerre na França, por Falbot na Inglaterra, o cálculo diferencial por Newton e Leibnitz; a

³⁰⁴ Nesse caso, nos referimos aos seus pares professores de história, escritores de livros didáticos e historiadores e interessados em história congregados no IHGB durante a Primeira República.

³⁰⁵ RIBEIRO, 1918, op. cit., p. 351.

³⁰⁶ Idem, p. 352.

³⁰⁷ Idem, ibidem.

galvanoplastia por Jacobi e Spencer; as vértebras craneanas por Goethe e Ocken; o isolamento do oxigênio por Priestley e Scheele³⁰⁸.

Esse culto de falsos ídolos começa no Egito e Assíria, onde só se houve nomes de reis, nenhuma “individualidade excepcional fora do trono”³⁰⁹. Democratiza-se timidamente ao longo da história, na Grécia passa-se a conhecer legisladores, escritores, reformadores. Contudo, adverte João Ribeiro que o culto aos heróis é mesmo uma característica de certos povos e, de acordo com o autor, só romanos e ingleses parecem constituir exceção:

Na história inglesa não há uma Joana D’Arc que libertasse o país, não há um Lutero que fizesse o protestantismo, não há um herói militar que conquistasse os seus domínios coloniais; a revolução que aboliu a escravidão, diz Macaulay, de tal modo se operou que hoje é talvez impossível determinar-lhe o ano exato; só há talvez o nome de Cromwell, em que se possa encarnar uma revolução inglesa, sectária e quase inútil; mas a Magna Carta, o júri, nenhuma das grandes conquistas constitucionais se liga a um nome heroico.

Em Roma notamos a mesma indeterminação: conquistou o mundo sem um Alexandre³¹⁰.

Portanto, João Ribeiro defende uma história científica, que leve em conta os avanços das outras ciências e assim acabe por também criar suas teorias explicativas gerais. Cabe destacar que a despeito de ser um dos filólogos mais notáveis do país, ele não se atém a crítica documental como era de praxe entre os metódicos. Ribeiro não se preocupa, ao extremo, com a verdade documental porque ela se relaciona a história dos grandes nomes. Por outro lado, ele também não se prende ao positivismo comteano, que visa um progresso humano linear. João Ribeiro antecipa em décadas muitos debates que viriam a pautar a historiografia nacional.

Não é demais lembrar que apesar da grande fama que desfrutou na primeira metade do século XX, poucas vezes João Ribeiro foi lembrado como historiador pelas gerações posteriores e o *Sciência da História* permanece esquecido. Talvez pelo caráter algo racialista ou por ter sido publicado como mero apêndice em livros didáticos³¹¹ – ainda assim, não no principal livro de João Ribeiro que foi *História do Brasil* – essas páginas

³⁰⁸ Idem, p. 353.

³⁰⁹ Idem, p. 354.

³¹⁰ Idem, ibidem.

³¹¹ Fazendo-se a ressalva que o circuito de comunicação dos livros didáticos de João Ribeiro era totalmente diferente do atual. Eram feitos para o Colégio Pedro II, numa época em que quando muito era os professores que possuíam livros. Bem diferentes dos livros manuseados com facilidade pelos alunos. Além disso, cabe destacar que eram dirigidos ao secundário num tempo que menos de 5% da população frequentava este nível de ensino.

foram esquecidas pela historiografia nacional. O autor encerra o texto com a seguinte advertência:

Notamos em rápido resumo as ideias gerais que podem ser induzidas do estudo positivo da história. Elas bastam, bem o cremos, para que se possa afirmar não ser a história a narrativa de sucessos casuais desordenados e incompatíveis com uma coordenação metódica e científica. Se alguma evidência foi alcançada nesse já longo capítulo, damo-lo por terminado³¹².

É interessante lançarmos algumas hipóteses que dizem respeito a circulação deste texto. A primeira delas é que o apêndice é publicado em 1892 e em 1918 sem nenhuma alteração. Inicialmente, isso atesta uma continuidade nas concepções historiográficas de João Ribeiro o que põe em xeque a tese de Joaquim Ribeiro sobre a descoberta da *Kulturgeschichte* após viagem à Alemanha em 1895. No entanto, é intrigante que João Ribeiro tenha optado por republicar esse apêndice, inalterado, em 1918 no livro *História Universal*, mas não o tenha incluído em nenhuma das edições de *História do Brasil*.

3.2 O discurso de posse no IHGB

Já na condição de um dos autores mais destacados nos domínios da história, ensinando a matéria por décadas na principal instituição escolar do país é que o “Sr. Dr. João Ribeiro” torna-se membro do IHGB em 1914. Logo após seu retorno da Suíça, fugindo da Grande Guerra, o historiador é recebido na instituição que era até aquele momento a casa dos historiadores brasileiros e de modo geral um dos grandes centros culturais do país. Na década de 1910, a Academia Brasileira de Letras não era uma instituição tão consolidada quanto o IHGB que já tinha sede própria e sete décadas de existência. Evidentemente, João Ribeiro não era um desconhecido do IHGB há muito tempo. Era parceiro de longa data de ícones da casa como Ramiz Galvão, Afonso Celso, Joaquim Nabuco, além de trabalhar no CPII com outros pares. Seu ingresso no IHGB pode ser considerado tardio, tendo em vista sua rede de sociabilidade e importância nos círculos intelectuais no início do século.

João Ribeiro inicia seu discurso cheio de modéstia perante os confrades, “os arqueólogos e historiadores que, como os geólogos, sabem descobrir os horizontes antigos e sabem deles se orientar, podem desmentir todas as sínteses inábeis dos que são apenas **simples curiosos como eu sou**”³¹³. A despeito de sua suposta inabilidade, Ribeiro

³¹²RIBEIRO, 1918, op. Cit., p. 355.

³¹³ RIBEIRO, João. **Discurso de Posse** In Revista do IHGB, n. v. 1915, p. 617, grifo nosso.

não se furta a oportunidade de compendiar lições sobre a história e apresenta uma visão muito moderna sobre a história e historiografia:

Mas a própria História é uma contínua substituição de ideias e fatos. Ao grado do presente, todo o passado se transforma. Quando Mommsen escreveu a sua ‘História Romana’, o imperialismo já do seu tempo lhe sugeriu a apologia de Cesar e o descrédito de Cícero³¹⁴.

Todo o discurso é ancorado nessa ideia do peso do presente sobre as interpretações do passado. E essa atitude carrega certa ambiguidade, afinal, o IHGB era um bastião dos monarquistas, “decadentistas”³¹⁵, e o aparato mobilizado por Ribeiro pode ser entendido como uma crítica ao novo “catecismo da nação” que os republicanos vinham praticando. Por outro lado, não se pode perder de vista que sua interpretação também poderia servir como crítica as construções historiográficas clássicas do IHGB, o elogio do Império, bem como crítica teórico-metodológica ao paradigma do instituto.

O presente é quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém. A verdade, corrente hoje, sabe buscar, onde há os verossímeis, os seus fantasmas prediletos de antanho.

Hoje elevamos estatuas a Tiradentes, **porque o nosso ideal de agora determinou esse culto.** A fuga de D. João VI traduzia-se há pouco pelo eufemismo da transmigração, como se lia nos compêndios. Também em França os revolucionários de 89 ergueram um culto aos Brutos vingadores de Lucrecia. E assim, **o presente modela e esculpe o seu passado, levanta dos túmulos os seus heróis e constrói com as suas vaidades ou a sua filosofia a hipótese do mundo antigo.**

A imparcialidade pode ser imoral: nós temos a obrigação de justificar o presente, de fundar a Ética da atualidade.

O contrário seria o suicídio das nossas aquisições.

Os Romanos buscaram em Troia a sua falsa ascendência. Os bandoleiros eram já então homens honrados.

Isto não é falsificar por vanglória nem deturpar por jactância, nem mentir por amor da mentira. É estender ao passado as mais nobres ambições do presente.

É ressuscitar o que é digno de ressurreição.

Com esta filosofia, ou antes, com este pragmatismo, é que tenho meditado sobre a nossa História³¹⁶.

Feito esse introito, João Ribeiro segue explicitando o caráter de sua obra historiográfica, suas tentativas e seus anseios. Esforço fundamental, em sua percepção, era o de encontrar o caráter geral do povo brasileiro e no Brasil esse traço é o do “conservatismo exagerado”, o “espírito contemporizador” e o “senso profundo e

³¹⁴ Idem, ibidem.

³¹⁵ ALONSO, Angela, **Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana.** Novos Estudos CEBRAP: São Paulo, n. 85, 2009, p. 132.

³¹⁶ RIBEIRO, 1915, op. Cit., p. 617-618.

demorado das oportunidades”³¹⁷. Pois no Brasil, o apego à tradição e o medo do futuro eram marcas indelévels de nosso caráter:

Sempre conservadores, sempre lentos, tardos e precavidos, construímos com elementos medievais os fundamentos de uma nacionalidade, que desabrochou ao renascimento.

Essa mesma lentidão de processos caracteriza a imobilidade da nossa vida³¹⁸.

Em diversas oportunidades, o Brasil – antes mesmo de o sê-lo – adere a anacronismos de toda estirpe na visão do autor de *História do Brasil*:

Lembre-mos de que em toda a história colonial combatemos contra todos os povos e lutamos por uma ideia retrógrada, a do *mare clausum*. Com esse lábaro anacrônico e com essa insensibilidade pelo progresso, exasperamos ingleses, holandeses e franceses, a quem chamamos piratas.

A escravidão foi outra experiência da mesma espécie, longa, interminável. A ideia abolicionista vencera em todo o orbe. **Nós outros resistimos e fomos o derradeiro povo a resolver o problema.**

A República, outro fato essencial, esteve às nossas portas desde o século XVIII, constantemente, sem descanso, sem quase interrupção. **Resistimos ainda, e como sempre, fomos os últimos a adoptar essa expressão da política continental.**

A própria Monarquia, sem eco na América, precária e efêmera no México, aqui teve longo asilo, uma hospedagem por três gerações. **E em verdade, que hóspedes excelentes!**³¹⁹

É curioso notar que João Ribeiro abandona o ceticismo quanto a República que demonstrou anos antes em *Impressões da Alemanha*³²⁰. Esse gesto em defesa da forma republicana como símbolo do novo que pode ser visto como ousado perante o pomposo baronato do IHGB que o acolhia foi acompanhado de um afago à família real – “hóspedes excelentes”. Além disso, posicionava-se mais uma vez em defesa da abolição, o que evidência as delicadas nuances do paradigma racialista. Mas, o que mais chama atenção nesse discurso é o atentar-se para olhar culturalista. As explicações do atraso, não são de matiz racial como preconizava boa parte da *expertise* da época.

Mais adiante, ecoando seu confrade e amigo Afonso Celso, autor de *Por que me ufano de meu país*, João Ribeiro justifica o atraso e lentidão brasileira por seu caráter infante, “Para que tanta pressa, se eu tenho para mim a eternidade”³²¹. Além da pouca idade, o país padecia pelo seu tamanho colossal, “é o fato mesmo da grandeza material

³¹⁷ Idem, *ibidem*.

³¹⁸ Idem, p. 619.

³¹⁹ Idem, *ibidem*, grifo nosso.

³²⁰ RIBEIRO, 1898. *Impressões da Alemanha – democracia e socialismo* (parte I) In Revista Brasileira: Rio de Janeiro. Tomo 13, ano IV, 1898, p. 92-100.

³²¹ RIBEIRO, 1915, op. Cit., p. 620.

que nos faz lentos. As nossas energias andam dispersas por uma área quase infinita, não é fácil coordená-las ou movê-las”³²².

Consentindo com a falta de atitude típica por ele identificada no caráter nacional, aponta que o retrógrado “feudalismo” implantado com as capitânicas hereditárias sedimentou o caminho para a federação: “por um caminho antigo e esquecido chegamos à larga estrada do liberalismo de hoje. O feudo preparou o *self-government*”³²³.

Mantendo a toada, disserta:

Conservamos a escravidão, talvez mais que devíamos. Também é certo; mas, soubemos lentamente transformá-la em uma chuva de flores e bênçãos sem os tormentos formidáveis da Secessão e da guerra civil.

Este mesmo senso de oportunidade guiou-nos no problema político. A monarquia, malgrado a impaciência dos republicanos, gozou de longa e demorada hospitalidade; mas, até por isso, com ela evitamos um século de pronunciamentos e revoluções que abrasaram e ainda crepitam na América Latina.

Vê-se, pois, que a celeridade ou a rapidez nem sempre é de vantagem. E antes é um perigo³²⁴.

Exemplo do perigo da celeridade era “a grande nação que se originou da pequena Prússia, célere, rápida e fulminante, acha-se agora embaraçada e detida diante das lentezas britânicas”³²⁵. Já nós, o Brasil, “ainda na infância, temos a certeza da vida longa” e acrescenta que nossos costumes e tradições estavam de tal forma arraigados que poderíamos “dispensar a lei escrita”, do mesmo modo como já tínhamos a independência antes dela se consumir em lei, bem como “já tínhamos a República pela democracia profunda da sociedade”³²⁶ em plena Monarquia. E assim conclui seu discurso:

A nossa terra é uniforme, sem acidentes abruptos, sem tremores e cataclismos, física e moralmente.

Sobre essa região tranquila podemos assentar a tenda da nossa eternidade.

Quanto a nossa História, que parece vaga e tediosa como é a paz, e monótona como o trabalho cotidiano cumpre mostrarmos como é ela fecunda, honesta e bela!

E este sábio elogio é a mais formosa contribuição que podemos prestar à definição dos nossos destinos³²⁷.

³²² Idem, *ibidem*.

³²³ Idem, p. 621.

³²⁴ Idem, *ibidem*.

³²⁵ Idem, *ibidem*.

³²⁶ Idem, *ibidem*.

³²⁷ Idem, *ibidem*.

A *Revista do IHGB* transcreve “aplausos prolongados” após a conclusão do discurso de João Ribeiro e então, Ramiz Galvão, orador do instituto, põe-se ao elogio do novo membro. Contudo, queremos destacar diretrizes historiográficas mobilizadas por João Ribeiro.

Primeiro ponto diz respeito à importância do presente nos assuntos históricos. E isso não pode ser entendido como simples conformação ao *status quo*. O próprio João Ribeiro recusou escrever sobre o período pós-república em seu *História do Brasil*. Também não escreveu mais que breves notas cronológicas sobre o pós-Revolução Francesa em seu *História Universal*. Tinha muitas reservas quanto às épocas muito recentes, de feridas abertas e paixões ardentes, e as reais possibilidades de se fazer uma boa abordagem histórica acerca delas. No entanto, Ribeiro entende que as interpretações do passado são algo em constante movimento. O passado, por si só, não faz história. Essas concepções aproximam o sergipano da historiografia mais recente e o distanciam da sua geração.

Em segundo lugar, convém pontuar a diferença do público receptor entre o *Discurso de Posse* no IHGB e o *Sciência da História*. Este último, dedicado a professores e alunos do Secundário, visava convencê-los da possibilidade de se estabelecer leis gerais – científicas – sobre a história. Já o primeiro, endereçado à *expertise* historiográfica nacional não exigia que o autor se debruçasse sobre o que poderia ser entendido como obviedade à época. Por isso, ao nosso ver, é que o autor não gasta tempo em expor o paradigma racialista, nem outros fundamentos da ciência histórica. Entre os especialistas, cabia explorar outros caminhos e é isso que João Ribeiro faz.

A Grande Guerra que impacta pessoalmente João Ribeiro mexe também com a forma de se entender o lugar do Brasil no mundo. Evidentemente que ela não funciona como marco absoluto, mas podemos entendê-la como um divisor de águas. A considerar o fim do longo século XIX em 1914, vislumbramos que até então o Brasil via a si como bastião europeu no novo mundo. Mesmo com a República e um duro golpe no símbolo maior de identificação com a cultura europeia que era a Monarquia, vemos a continuidade do projeto identitário lançado no Império: um país que busca civilizar-se a qualquer custo, branquear sua população, modernizar suas estruturas, assemelhar-se as nações “irmãs” e fazer parte do Concerto das Nações. Esse projeto continua a guiar os rumos da nação nos primeiros momentos da República. Como já apontamos anteriormente, grandes nomes da política no Império continuam a sê-lo na República. Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e o

Barão do Rio Branco viriam a ser alçados a pais da pátria em algumas décadas. É o Barão do Rio Branco quem talvez simbolize melhor essa transição: os contemporâneos lhe atribuíam o feito de ter tornado o Brasil conhecido no estrangeiro. Mesmo sob o governo republicano, manteve o título imperial a contrapelo das recomendações oficiais e foi ele, também, quem encomendou a Pedro Américo – outra figura que ilustra a continuidade de projeto apesar da troca de regime – a alegoria *Paz e Concórdia*, concluída em 1902. É ele também quem empresta nome ao símbolo da *Belle Époque Tropical*, a Avenida Central, com sua morte em 1912. O seu falecimento foi tão sentido pelos contemporâneos a ponto de tentarem alterar as comemorações carnavalescas daquele ano³²⁸.

Como argumentamos, já nas primeiras décadas do século XX o *establishment* político e cultural passa a sofrer contestações que se tornam irremediáveis na década de 1920. A ruptura política se daria a partir de 1930 com seus desdobramentos já conhecidos. No âmbito da cultura, se a *Semana de 22* foi um prenúncio de novos tempos, a experiência mostra que um conjunto de práticas, representações, autores e instituições – um novo *establishment* – se tornou cada vez nítido na medida em que Vargas se consolidava no poder. Nem todas as transformações culturais das décadas de 1930 e 40 devem ser atribuídas à política cultural varguista. Alguns fenômenos são apenas coincidentes sob a ótica cronológica, outros, embora não fossem programados, foram de alguma forma explorados pelo astuto estadista. Nessa última categoria se enquadram dois fenômenos culturais como o samba e o futebol que seriam içados a elementos fundamentais da identidade nacional.

Com relação à estratégia geopolítica brasileira, há um descentramento da Europa para América o que acabaria por tornar a historiografia escrita sob o paradigma imperial obsoleta. Tal transição também seria marcada pela institucionalização do saber histórico como curso e profissão universitária, fatores que ajudariam a sepultar a geração de historiadores predecessora sob o signo do diletantismo e amadorismo.

As correntes historiográficas pós-30 se tornam cada vez mais institucionalizadas, nas universidades, e tendem a considerar o pré-30 como espécie de pré-história. Astor Diehl³²⁹, por exemplo, ao fazer sua história da historiografia brasileira nos anos 1990, se esquece completamente de João Ribeiro e outros historiógrafos atuais seguem a mesma

³²⁸ CUNHA, 2008, op. Cit., p. 196-197.

³²⁹ DIEHL, Astor. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Ed. UPF: Passo Fundo, 1998.

lógica: só Capistrano de Abreu acaba sendo um historiador digno de menção durante a Primeira República. Essa visada é notada também num dos principais historiadores brasileiros do século XX, José Honório Rodrigues. Entre os vários livros que o carioca escreveu sobre o assunto só se lembrou de João Ribeiro na *Teoria da História do Brasil* (1957), ainda assim, num capítulo que trata de uma dezena de historiógrafos. Se comparássemos com a atenção dada a Capistrano de Abreu, a proporção passa de 10/1.

Tal abordagem, ao nosso ver, baseia-se numa tradição de estudo de história da historiografia segundo a lógica europeia. Assim, de acordo com a sucessão de escolas historiográficas do velho mundo procura-se encaixar autores brasileiros dentro desse modelo. Pelo que já mostramos aqui, é evidente que João Ribeiro e sua interdisciplinaridade de um homem só não se encaixa dentro desse esquema. Contudo, se considerarmos a tradição historiográfica brasileira em suas próprias estruturas, teremos de procurar espaço para João Ribeiro. E isso se torna muito embaraçoso uma vez que seu poligrafismo transitava entre as diferentes disciplinas que dominava – e eram muitas – a ponto de, em certos aspectos, antecipar em décadas alguns debates e abordagens que se tornariam hegemônicos mais tarde.

3.3 História do Brasil

Já comentamos em várias passagens acerca desse livro, todavia, convém ainda destacarmos alguns pontos relevantes para nossa análise. Optamos por dar ênfase aos aspectos que ilustram o paradigma teórico e metodológico seguido por João Ribeiro, bem como caracterizar as linhas mestras de sua narrativa. O debate historiográfico acerca dessa obra terá lugar mais adiante.

Muito se escreveu acerca do paradigma racialista vigente no fim do século XIX e início do XX e nos interessa aqui apresentar como isso se fez presente no livro de João Ribeiro, obra que pode ser tomada tanto como expoente da historiografia da época, quanto da literatura didática. De modo geral, João Ribeiro não via a questão racial como a única explicação para as mazelas do país e mesmo adotando uma hierarquização racial na qual brancos encimavam a pirâmide, não apresenta essa estirpe como poço de virtudes. A bem dizer, o sergipano passa bem longe dos essencialismos quando empreende suas análises históricas – o que raramente tem sido enfatizado. Ponto essencial de nossa tese é que ao invés de ser o epígono ou tipo-ideal da historiografia racialista típica da *Belle Époque*, ele é um dos primeiros a abrir brechas nesse paradigma.

3.3.1 Visão Geral

O livro de João Ribeiro passa bem longe do heroísmo, da exaltação cívico-patriótica e do ufanismo. Em seu texto predomina um tom pessimista acerca dos primeiros contatos entre mundos tão diferentes quanto América, África e Europa.

Logo cedo no Brasil, na sua capital, como nas demais povoações, a obra da civilização foi deturpada **pelo conflito das raças, disfarçado em democracia, fruto antes da luxúria que da piedade dos peninsulares**. Desde o primeiro momento o branco, o índio e o negro se confundem. O contato das raças inferiores com as que são cultas, quase sempre desmoraliza e deprava a umas e outras.

Principalmente, porém, deprava as inferiores pela opressão que sofrem. Sem que este seja o pior dos contágios que vêm a suportar. [...]

É claro que negros e índios não poderiam ser senão a ocasião de desdém e de ódios que gera o escárnio dos superiores. A mulher de raça inferior não consegue ser dignificada nem depois de formada a raça mestiça. O próprio governo considerou por vezes uma infâmia o casamento promíscuo de brancos e negros.

A prole assombrosa pelo número dos Ramalhos e Caramurus atesta o egoísmo e a sensualidade dos primeiros colonos³³⁰.

Novidade à época não era ver a miscigenação como algo ruim, mas justamente apontar que a primazia do elemento branco não foi, nem seria suficiente para conduzir a melhores rumos:

O branco procurava (e isso havia já dois séculos na península) o pretexto real do clima para evitar os duros trabalhos da agricultura tropical, e assim escravizava os negros, e agora, quanto podia, os índios. Começam as expedições escravistas manchadas na atrocidade de todos os crimes. A primeira consequência para os colonos era a ociosidade dos remediados e ricos, o luxo e com ele a depravação da energia e a dos costumes. [...] Se acrescentarmos que na maioria eram os brancos degredados e criminosos, homens sem escrúpulos e desluzidos, pode-se fazer a ideia dos crimes que então se cometiam e da dissolução que lavrava em toda a sociedade³³¹.

Tal visão acerca dos vícios dos brancos não se resume a aventureiros e degredados, nem se restringe apenas a Portugal e seus valores deturpados pelo luxo e ostentação. Por diversas ocasiões João Ribeiro critica duramente outros tipos europeus, o que implica dizer que o problema brasileiro não era puramente racial, nem étnico. Na época em que escreveu, os impérios ibéricos se esboroavam há tempos diante do gigantismo e modernidade do império britânico e do francês, mas, estando bem cômico de que a colonização por essas potências não criou uma realidade luzidia na Jamaica ou Haiti, Ribeiro também não se resumiu a diagnosticar a colonização ibérica como problema fundamental.

³³⁰ RIBEIRO, 1954, op. Cit., p. 93-94, grifos nossos.

³³¹ Idem, p. 94.

3.3.2 Portugueses e os primórdios da colonização

Parece guiar João Ribeiro uma espécie de ética protestante, calcada na primazia do trabalho e da família ao emitir seus juízos sobre os lusitanos. Estes, “eram fidalgos ou ínfimos plebeus e degredados; a maior parte, gente aventureira e sem consciência”³³². E prossegue:

Todos entretanto refletiam o estado de alma de Portugal do tempo da Inquisição, do país da Europa onde era mais cara a vida e onde o monopólio das especiarias, das sedas e preciosidades do Oriente tinha desenvolvido o luxo, a corrupção e profunda miséria [...] a gente válida [de Portugal] era dizimada no Oriente ou em África: ficava e crescia a população parasitária, ignorante, cruel e fanática³³³.

Embora possamos argumentar que a ética protestante em que baseava João Ribeiro fosse tipicamente germânica – assim como sua formação espiritual – e daí decorresse sua severidade para com os ibéricos, não podemos resumir de forma tão simplista a narrativa do sergipano. Em uma passagem aponta: “A dissolução da vida moral inventara a exculpação de que os crimes ‘de lá’ já não o eram aqui; também os holandeses de Pernambuco dirão mais tarde que não há crimes ‘aquém da linha equinocial’”³³⁴.

Em suma, poderíamos apontar que para o professor do CPII os portugueses não eram a raiz do problema, nem a solução, simplesmente pelo fator étnico, o ser português, e talvez o fossem pela cultura prática que aqui instalaram:

Os de baixa condição, agora com a fortuna fácil, tornam-se arrogantes, arruinam-se no luxo das sedas e todos prazeres sensuais. Dentro de pouco a fortuna mais tardia e honesta do trabalho agrícola é perturbada pela imaginação das minas, dos *el dorados* e de riquezas fantásticas³³⁵.

Conforme assinalamos, o fator ético se sobrepõe ao étnico ou racial em sua análise a ponto de asseverar que “O negro, fruto da escravidão africana, foi o verdadeiro elemento criador do país e quase o único. Sem ele, a colonização seria impossível”³³⁶. Ou seja, o trabalho, empreendido primordialmente pelo negro, é que construiu o país. No entanto, essa constatação dignificante não impedia Ribeiro de fazer uso do paradigma racialista vigente, a questão racial era uma pauta central do 1900, da *Belle Époque* ou da Primeira República, se preferir. Assim, era preciso dialogar com essas correntes, fazer parte do *Zeitgeist*, e navegando nessas águas pontua que “foi o negro o máximo agente

³³² Idem, p. 95.

³³³ Idem, ibidem.

³³⁴ Idem, p. 94-95.

³³⁵ Idem, p. 95-96.

³³⁶ Idem, p. 96.

diferenciador da raça mista que no fim de dois séculos já afirmaria a sua autonomia e originalidade nacional”³³⁷. De modo mais claro, no aspecto racial o negro também teria dado uma contribuição contundente para a criação do tipo nacional, a raça brasileira. Nesse momento, nacionalidade e raça chegam a se confundir em algumas ocasiões: “O branco inteligente, mas ávido e atroz, o negro martirizado e servil e o índio altivo mas indolente, são os três elementos donde vai sair a nacionalidade futura”³³⁸.

A questão racial está presente em toda narrativa, ao analisar o sertão, conclui que seu isolamento criou o sertanejo, cujo

tipo étnico é mais puro e superior ao do litoral de hoje, quase todo ainda enegrecido pela escravidão africana. Os sertanejos são brancos e muitas vezes louros, mais frequentemente morenos de cabelos ruivos: tem virtudes cavalheirescas, o sentimento talvez exagerado da honra, o que os faz frequentemente apelar para as armas, que todos desde a infância manejam com perícia. **Desconfiam da civilização** e do litoral, onde a hospitalidade é rara ou pérfida, aonde só descem nas feiras e para cambiar os produtos. Deles é que tem origem seitas religiosas, germe de tumultos, que, de vez em quando, ensanguentam o sertão. Parece que nisso, como o gado que apascentam, trazem qualquer coisa do sangue semítico, árabe, tronco de religiões antigas³³⁹.

A civilização não figura na narrativa de João Ribeiro como ideal supremo pleno de virtudes, sem vícios e problemas, embora seja vista como uma “realidade objetiva” e sempre contrastada à barbárie ou vida dos ditos selvagens. Numa ocasião pontua:

frequentes vezes os governadores e capitães-mores, para aterrorizar o gentio, organizavam expedições pela terra interior, onde **não era pequeno o morticínio dos selvagens**. Uma dessas expedições foi a de D. Francisco de Souza ao rio Real, que fez afugentar os índios por mais de sessenta léguas, tal o terror e maldade que ia semeando pelos caminhos³⁴⁰.

Noutra feita, após longa citação de Frei Vicente do Salvador, conclui: “Esta descrição dá na sua simplicidade eloquente a ideia dessas terríveis caçadas **humanas** que se podem contar por milhares, e jamais cessaram de todo no Brasil colonial”³⁴¹. Convém pontuar que se os índios – selvagens – estavam distantes da civilização, segundo João Ribeiro, mas este não lhes destituía de humanidade.

Pelo que se vê nas linhas acima, não há na narrativa de *História do Brasil* um teor apaziguador, heroicizado ou romanesco. O autor pinta com grande complexidade o quadro na vida na colônia, sem cair em maniqueísmos e esquematismo simplistas. Quanto

³³⁷ Idem, *ibidem*.

³³⁸ Idem, p. 97.

³³⁹ Idem, p. 174-175.

³⁴⁰ Idem, p. 177-178, grifo nosso.

³⁴¹ Idem, p. 181, grifo nosso.

à miscigenação entre brancos e indígenas, aponta que “as mulheres índias, em cruzamento com os brancos, deram origem a numerosa prole de curibocas (conforme diziam elas) ou mamelucos (segundo a expressão portuguesa), que vieram a ser os maiores perseguidores da raça aborígine”³⁴². Ribeiro também pontua que a escravidão dos indígenas foi prática tão primeva quanto o estabelecimento dos lusitanos por estas paragens³⁴³ e a despeito de sua quase descrença defende os jesuítas:

Pombal, transviado talvez por informações falsas ou por arraigado ódio contra os jesuítas, pela extemporânea expulsão desses, deu, sob mais de um aspecto, sensível golpe nas importantes colônias de Portugal, e, no que diz respeito aos índios, sem dúvida alguma, preparou-lhes a ruína civil e aquela triste e irremediável condição em que hoje em dia vemos a raça vermelha nessas terras³⁴⁴.

Os jesuítas eram o “elemento moral”³⁴⁵ da sociedade nascente e a eles o autor reserva um lugar especial.

3.3.3 Jesuítas, indígenas e bandeirantes

*O jesuíta, porém, era inflexível. Nunca cedia, nem condescendia. Combatia todos os escândalos e maldades*³⁴⁶

Modelo de virtude nos primórdios da colonização aos olhos de João Ribeiro eram os jesuítas, seja do ponto de vista coletivo, seja pela biografia de José de Anchieta, a qual dedica longas linhas. Os membros da Companhia de Jesus eram o único quinhão moral naquele tempo, “procuravam levantar os costumes e nobilitar a descendência desses homens que aqui lançavam os fundamentos da nova civilização”³⁴⁷. O trato entre portugueses e índios nem sempre era amistoso e muitas vezes a missão evangelizadora dos jesuítas se viu atrapalhada por relações de desconfiança e violência estabelecida entre o gentio e os lusos.

Na Bahia logo ao princípio verificou-se que os tupinambás do leste (da cidade) eram inimigos de todos os outros de Paraguaçu [...] Dissensões tais davam-se dentro das tribos e as dilaceravam, e era sempre desse corruto estrume que germinava a vitória dos conquistadores.

A habilidade consistia em útil mas desumanamente fomentar essa intriga contínua entre os selvagens”³⁴⁸.

³⁴² Idem, p. 198.

³⁴³ Idem, ibidem.

³⁴⁴ Idem, p. 202.

³⁴⁵ Idem, p. 98.

³⁴⁶ Idem, p. 99.

³⁴⁷ Idem, ibidem.

³⁴⁸ Idem, p. 109.

Se cabia certo heroísmo aos jesuítas na narrativa de *História do Brasil*, aos bandeirantes paulistas foi reservado ares de vilania:

Na direção do sul, porém, vieram os paulistas a encontrar-se de novo com os seus eternos antagonistas; os jesuítas espanhóis já dominavam com suas missões os rios Paraguai e Paraná; lá floresciam duas povoações espanholas, a Cidade Real de Guairá, na foz do Piquiri, e Vila rica, no Ivaí, entre as quais estava a região semeada, como oásis de paz, de missões prósperas, alegres e numerosas de índios. Exasperados ficaram os paulistas ao ver nessas aldeias o eterno estorvo da infame caçada e asilo agora concorrido da raça perseguida, que as procurava como santuário, onde teria seguro abrigo contra a onda escravista³⁴⁹. [...]

A impunidade dos paulistas persuadiu-os a continuar na obra satânica; todas as regiões habitáveis foram batidas, e, dentro em pouco, das missões do Paraná não restavam mais que desoladas ruínas³⁵⁰.

A questão bandeirante é abordada de forma bastante original e complexa por João Ribeiro. Ao mesmo tempo em que prestavam um desserviço à civilização e incorriam na barbaria desenfreada, foram os primeiros a se misturar com o gentio, desobedecer a coroa e dar pulso a um sentimento nativista.

Eram já estes [os paulistas] uma raça libérrima, diferenciada pelo mestiçamento e pela heterogeneidade de outros povos adventícios, de modo que o lealismo à coroa portuguesa era neles um sentimento desconhecido e talvez mesmo antipático. Para tal estado de espírito contribuíram as liberdades de ação que haviam por inata ousadia conquistado e ainda os recentes sucessos que traziam desgostosos da ação moralizadora dos jesuítas e do Estado. Parece que pensaram, nessa crise, em se tornar independentes e em constituir um reino (antes e de fato, uma república aristocrática), pelo que escolheram um rei em Amador Bueno³⁵¹.

Mais adiante:

Os paulistas comprometeram-se a obedecer às ordens *del-rei*, mas reservaram-se o direito de que eles próprios faziam questão: a exclusão dos jesuítas e a regulamentação do que dissesse respeito aos índios. Ganharam assim grande mas bem triste vitória.

D. João IV restabeleceu os direitos conculcados dos jesuítas (1643), mas tão difícil fora restabelecê-los que só de fato dez anos depois pode a companhia reaver, já amortecido e quase nulo, o seu domínio nas terras paulistas³⁵².

³⁴⁹ Idem, p. 211.

³⁵⁰ Idem, p. 213.

³⁵¹ Idem, p. 214.

³⁵² Idem p. 215.

Ao fim deste tópico há uma nota de rodapé – que não faz parte das duas primeiras edições – dizendo:

Dois historiadores, Varnhagen e Frei Gaspar, são favoráveis ou pelo menos condescendentes com o procedimento dos paulistas. É possível dizer que a história se faz quase sempre a custa dos mais estranhos crimes que o historiador imparcial deve reprovar³⁵³.

Não sabemos se é inclusão do próprio João Ribeiro ainda em vida, ou uma adição feita por Joaquim Ribeiro. Contudo, não destoa da narrativa apresentada, o que parece corroborar a primeira hipótese. Importa observar que na época da feitura do livro o mito bandeirante era substancial para o estado mais rico da federação e Ribeiro critica duramente o pretense heroísmo dos bandeirantes.

Como quer que seja, os forasteiros que imigravam para a terra das minas, cedo perceberam que não poderiam viver sob o jugo opressivo e selvático de uma raça forte como a dos paulistas acostumada ao mando, e que por escárnio lhes chamavam emboabas³⁵⁴.

Sobre as missões jesuíticas do sul, ainda acrescenta que

eram elas governadas teocraticamente com estrita disciplina de costumes e de trabalho e eram o exemplo da capacidade máxima dos índios quando bem dirigidos. Ataques e agressões não lhes faltaram por parte sobretudo dos paulistas, que as intentaram destruir movidos pela ambição do tráfico de carne humana: mas a resistência delas era em igual medida admirável e terrível³⁵⁵.

Mas, como já observamos, também havia elogios aos paulistas: “Três capitânias de imenso território foram assim conquistadas para a Coroa pelos paulistas em menos de um século”³⁵⁶. Além disso, em São Paulo “se instituiu melhor ordenada a colonização e a agricultura segundo as formas e os processos que depois se generalizaram para as outras partes do país”³⁵⁷.

Outro ponto que devemos destacar é que chancela conferida os jesuítas não isentava de críticas a Igreja Católica:

A era de Pombal lá fora, nos países cultos da Europa, coincidia com o movimento intelectual dos enciclopedistas e das ideias livres a que Portugal quase ficara alheio dentro da sua **educação semifanática e retrógrada, sob as peias da Inquisição**. Pombal aparece, pois, à frente de todos os homens de espírito do velho reino, como o estadista adiantado, enérgico e capaz de salvar

³⁵³ Idem, *ibidem*.

³⁵⁴ Idem, p. 246.

³⁵⁵ Idem, p. 280.

³⁵⁶ Idem, p. 273.

³⁵⁷ Idem, p. 272.

o país da sua longa decadência. Em verdade, era um estadista liberal, mas ao mesmo tempo despótico e as vezes tirânico³⁵⁸.

Nesses excertos podemos ver traços da originalidade e independência de João Ribeiro, ou antes, o seu pragmatismo, e como o autor passa bem longe de uma narrativa laudatória.

3.3.4 Negros e a escravidão

Para João Ribeiro, bem como para grande parte de seus contemporâneos a inferioridade africana era um dado natural e evidente que não requeria argumentação e em diversas ocasiões se pode notar o *status* civilizacional diferenciado conferido aos povos negros. No entanto, Ribeiro era veementemente contra a escravidão e além de ver nela o martírio dos negros, também a via como fator de degradação dos brancos que passavam a depreciar o trabalho – valor caro para a sua ética. É dentro desse sentido geral que devemos encarar os juízos apresentados.

A começar pela denúncia das agruras da escravidão, pontua que “quase não temos que registrar qualquer movimento de indignação contra a escravidão dos negros”³⁵⁹ na época e que

muitos teólogos e doutores justificavam essa maldade que, parecia-lhes, estava no *jure gentium* contra os bárbaros ou era o castigo predestinado à raça de Cam e um benefício feito a multidão irreligiosa e perdida para a fé e para a civilização [...] a experiência demonstrou quanto se devia preferir o negro ativo e submisso ao índio indomável e indolente³⁶⁰.

Destaque-se que as citações acima não são justificativas de João Ribeiro e sim a coleta dos argumentos utilizados ao longo dos séculos. O autor aponta que os portugueses foram os que mais investiram e se beneficiaram da escravidão africana³⁶¹ e que a mão de obra dos negros era preferida pois “os índios eram maus agricultores. Como escravos, serviam melhor de canoeiros, soldados e agentes da indústria extrativa”³⁶². Ele também denuncia as condições em que se dava a vil transação: “o que excede ao poder de qualquer imaginação é a narrativa hedionda desse comércio, os crimes e as atrocidades que nele se cometiam”³⁶³ e continua: “A bordo, luta é pelo ar, pelo espaço, pela alimentação que é

³⁵⁸ Idem, p. 294, grifo nosso.

³⁵⁹ Idem, p. 202.

³⁶⁰ Idem, p. 203.

³⁶¹ Idem, p. 204.

³⁶² Idem, p. 203.

³⁶³ Idem, p. 205.

nula e corrompida pelos desejos. [...] Amontoados uns quase sobre outros. Sem a luz solar, sem roupas, sem o mais mesquinho conforto, é maravilha que escapem à morte”³⁶⁴.

Por outro lado, pontua que “A escravidão para as nações negras era a pena de quase todos os delitos; o pai podia vender filhos, o juiz (o sova) podia condenar qualquer à escravidão; o rei podia escravizar vassallos e a guerra podia escravizar a todos”³⁶⁵. E antecipando algumas interpretações que ficariam mais notabilizadas com Gilberto Freyre discorre sobre o panorama favorável que aqui encontravam os escravizados africanos:

Força é confessar que de toda essa jornada de horrores a escravidão no Brasil é o epílogo desejado para os escravos. Daqui em diante, a vida dos negros regulariza-se, a saúde refaz-se e com ela a alegria da vida e a gratidão pelos novos senhores, que melhores que os da África e os do mar. Sem dúvida alguma, ainda muitos dos horrores e crimes ressurgem no cativeiro novo, aqui e ali, não falham, entre senhores cruéis, rigores monstruosos.

A escravidão, porém, sempre era corrigida entre nós pela humanidade e filantropia. Se os negros não tiveram, como os índios, em favor deles, a voz onipotente da igreja, tiveram ao menos o espírito cristão e a caridade própria da nossa raça”. [...]

O padre Manoel Ribeiro Rocha escrevia em 1758 que todo o comércio da angola, Guiné e Cafraria era ilegal e deveria ser condenado como pecado mortal contra a caridade e a justiça universal... Desde os primeiros tempos da colônia o sentimento da filantropia trabalha em favor dos negros. Costumes belíssimos instituem-se entre os senhores, como o de apadrinhar os remissos ou fugitivos, o que impede o castigo, e nenhum senhor viola.

[...]essas associações [de escravos], que existiam no Brasil como no Haiti. Foram sempre impossíveis na América do Norte, onde o negro, mesmo depois de livre, vive segregado e não merece consideração social em grau de qualquer natureza.

A prova de nossa filantropia era demonstrada por esse regime dos bons costumes. Nunca tivemos, com os ingleses e franceses, um Código Negro.

[...]a emancipação não era, pois, entre nós, como nos Estados Unidos, impedida ou regulada por lei; era negócio particular entre o senhor e o escravo, e aquele se satisfazia frequentemente com a 3ª e 4ª parte do valor legal³⁶⁶.

E arremata:

Todos esses costumes testemunham em favor da nossa índole e liberalidade. [...]

Não é nosso intuito fazer a apologia da escravidão, cujos horrores principalmente macularam o homem branco e sobre ele recaíram. Mas a escravidão no Brasil foi para os negros a reabilitação deles próprios e trouxe para a descendência deles uma pátria, a paz e a liberdade e outros bens que pais e filhos jamais lograriam gozar, ou sequer entrever no seio bárbaro da África³⁶⁷.

³⁶⁴ Idem, p. 207.

³⁶⁵ Idem, p. 205.

³⁶⁶ Idem, p. 208-209.

³⁶⁷ Idem, p. 209-210.

Mais uma vez o imperativo ético se sobrepõe ao racial no pensamento de João Ribeiro: a escravidão é um mal a ser combatido, não porque os negros estejam no mesmo *status* dos brancos, mas porque a prática degenera toda a sociedade. Ainda assim, o autor também pontua que havia um quê de brandura e cordialidade entre os senhores escravistas brasileiros, sendo preferível o cativo aqui que a liberdade em África.

3.3.5 Outros europeus

Considerando a narrativa de *História do Brasil*, na qual o país se compõe dos três elementos – branco, índio e negro – há pouco espaço dedicado a outros europeus em comparação aos portugueses, porém convém pontuar que João Ribeiro não vê franceses, ingleses ou qualquer outro povo como poço inexorável de virtudes.

Sobre os holandeses, a perspectiva do catedrático do CPII é bastante peculiar para a época. Vejamos:

Em geral explica-se a agressão dos holandeses ao Brasil pela guerra que sustentaram por setenta anos contra a poderosa Espanha, defendendo a sua independência e liberdade religiosa contra os reis espanhóis, campeões do catolicismo. **Mas essa explicação**, satisfatória em parte dos sucessos, **é insuficiente para compreendê-los no todo.**

A história universal não se compõe apenas de dados políticos. O mesmo destino que a posição marítima à beira do litoral europeu assegurava a Portugal, caberia agora à Holanda, possuindo ainda maiores riquezas hidráulicas e um instinto de comércio por igual inteligente e desenvolvido.

A agressão holandesa, como a francesa e inglesa, explica-se antes por um princípio superior [...] **a luta do livre comércio contra o monopólio.**

O comércio livre foi a obra do individualismo, das empresas privadas: os governos europeus por impotência reconheciam o monopólio ibérico, o que não os impedia de auxiliar secretamente as tentativas contra aquele privilégio³⁶⁸.

A preponderância econômica na interpretação dessa temática assinala o quanto Ribeiro fugia de esquematismos rígidos e também sua atenção ao contexto internacional, uma das marcas de *História do Brasil*. Desde o “descobrimento” subsidiário da expansão ultramarina europeia – ponto que ele advoga ter sido o primeiro a observar –, diversas vezes o autor desmistifica a aura de grandes eventos nacionais relacionando-os às pressões externas e contexto global. Ainda nesse sentido, pontua:

Foi, portanto, **o monopólio a principal razão da guerra**, e não talvez a posse do território, ideia sugerida mais tarde como um meio de garantir o comércio colonial. **Era guerra que a civilização reclamava.** Com pequenas alterações, **assistimos ainda hoje**, nos dias que correm, **ao desenvolvimento do mesmo**

³⁶⁸ Idem, p. 141, grifos nossos.

drama que se origina das rivalidades econômicas, mas que elas sós não explicam³⁶⁹.

Outro ponto que Ribeiro age desmistificando é o da expulsão dos holandeses:

Em geral os nossos historiadores falam do sentimento nacional a propósito desta guerra. A verdade é que índios e brasileiros tanto estavam divididamente do lado dos portugueses como dos holandeses”. [...] O tratado de paz com a Holanda só foi assinado em Haia em 1661, sendo rei de Portugal Afonso VI: por ele a Holanda vendia caro as suas conquistas, obtida a restituição da artilharia, garantia de liberdade religiosa e favores ao comércio holandês e cinco milhões de cruzados de indenização³⁷⁰.

Ou seja, o sergipano oferece um contraponto a tão disseminada ideia de que a expulsão dos holandeses resultaria da união de índios, negros e portugueses vista por muitos como germe da nação e reduz o heroísmo os combatentes ao pôr luz nos termos da rendição holandesa, demasiado custosa aos cofres lusitanos.

Maurício de Nassau e o período de sua administração no Brasil holandês também recebe destaque de João Ribeiro.

A época do Brasil holandês foi realmente grande e suntuosa. Não só foi grande por serem nossos mares, pela primeira e última vez, o teatro da luta de esquadras gigantescas e das grandes ações navais que nesse século fizeram a primeira distribuição do mundo, como principalmente pelo exemplo da cultura liberal e de civilização que a nossa terra jamais conhecera³⁷¹.

O líder neerlandês era

espírito esclarecido, filho espiritual das universidades de Heborn, Basileia e Genebra, onde se zelava a tradição do humanismo, ele considerava seu primeiro cuidado manter a mais larga tolerância religiosa. Os católicos brasileiros têm plena liberdade de culto; as procissões, como no outro tempo, com esquisito esplendor percorrem as ruas do Recife. E com igual pompa, celebram os judeus o *sabbath*³⁷².

Também os negros seriam beneficiados por essa administração esclarecida, “aqueles negros que se abandonavam a resistência portuguesa, eram logo recebidos na Nova Holanda como homens livres. Na constituição semi-obscura das capitâneas, brilhava Pernambuco como a primeira estrela”³⁷³.

³⁶⁹ Idem, p. 142, grifos nossos.

³⁷⁰ Idem, p. 156.

³⁷¹ Idem, p. 157.

³⁷² Idem, ibidem.

³⁷³ Idem, p. 158.

Porém, esse Brasil esclarecido, quase idílico onde a “concordia parecia abençoar a união dos dois povos”³⁷⁴ era obra da *persona* de Nassau, não dos holandeses:

Dentro em pouco, esse período de ouro sumiu-se [...] Daí data a ruína do Brasil holandês [partida de Nassau]. O governo passou a mão inábeis e agrestes de três ávidos merceeiros que inauguraram o regime de intolerância, do arbítrio e das vexações pecuniárias [...] Agora, como antes de Nassau e como nas antigas capitanias portuguesas, o princípio é que aquém da linha equatorial não existem mais crimes puníveis. [...]

A avidez da Companhia das Índias havia perdido o Brasil. À Hansea mercenária e bolsista faltava o sentimento político delicado aos interesses morais; faltava-lhe o Império³⁷⁵.

O Brasil do conde batavo era diferente dos outros, fosse holandês, português, espanhol ou francês. “Qualquer um de nossos administradores é eclipsado e ‘desaparece’ diante de ‘uma personalidade da estatura do príncipe de Nassau’”³⁷⁶. Nossos administradores são, sobretudo reacionários, “alguns, são notáveis pelo talento militar, bravura e coragem, quase todos medíocres pelo espírito político”³⁷⁷ e “os subalternos [...] distinguem-se pela venalidade e corrupção dos processos com que governam o povo”³⁷⁸.

Tais qualidades, como temos argumentado, não se atrelam ao caráter nacional, ou tipo racial, são atributos pessoais, de teor ético e político. E neste domínio, fosse pela falta de ação ou do espírito das luzes, deixávamos a desejar:

todas as leis da Metrópole são aquém do Atlântico interpretadas com maior brandura a princípio, porque o Brasil é de si uma estação penal, depois em todo o rigor quando ‘há quase tantos brancos aqui como no reino’. As leis sobre os índios são liberais. Os escravos negros, porém, nunca tiveram a seu favor senão a filantropia dos brancos³⁷⁹.

Ao ver o Brasil como uma colônia penal repleta de degredados, índios selvagens e negros também incultos João Ribeiro vê nas instituições eclesiásticas um mínimo de civilidade e inteligência – em descompasso com o espírito da Europa do tempo do *Aufklärung*:

No que respeita a religião, sob o regime do padroado, o clero constituiu sempre uma classe de funcionários do Estado, e nos últimos tempos da colônia exerceu grande influência política, não sem prejuízo da disciplina da Igreja; mas era esse influxo naturalíssimo, pois no **clero estava provavelmente a classe mais**

³⁷⁴ Idem, p. 159.

³⁷⁵ Idem, p. 159-160.

³⁷⁶ Idem, p. 167.

³⁷⁷ Idem, ibidem.

³⁷⁸ Idem, ibidem.

³⁷⁹ Idem, p. 171.

culta e liberal do tempo e dos estudos superiores, os seminários eram os únicos que existiam no país³⁸⁰.

Se podemos vislumbrar um lamento pelo fim do Brasil de Nassau, o queixume não pode ser estendido aos holandeses de modo geral, e também não se aplica a outras nacionalidades. Com relação aos ingleses, Ribeiro pinta um retrato de financistas típico de um coetâneo de Campos Sales e da época dos *funding loans*:

A Inglaterra tornou-se, diz Scherer (*História Do Comércio*), o banco de Portugal; tomava-se a 3% em Londres e empregava-se a 10% em Lisboa. [...] As frotas do Brasil, das Companhias de Comércio, são inglesas de fato, ainda que não figuram nomes senão portugueses. [...] Foram, pois, as minas de ouro do século XVIII, isto é, as minas do Brasil que, quanto podiam, colaboraram na prosperidade ulterior da Inglaterra³⁸¹.

E ao comentar o *modus operandi* das companhias de comércio inglesas finaliza: “Substitui-se assim o antigo monopólio da metrópole pelo monopólio de uma sociedade particular que reduzia os produtores e consumidores brasileiros a perfeita escravização”³⁸².

Quanto aos franceses, embora recebam mais linhas, nada de muito lisonjeiro. Mais precisamente, o autor se dedica a colonização francesa do Rio de Janeiro, dando ênfase a Villegagnon e pontua que ele “atraía pela liberalidade e por não fazer distinção entre eles (índios) e os brancos, senão que estes lhe pareciam mais corrompidos e criminosos”³⁸³. A guerra entre calvinistas e católicos franceses ganha bastante atenção do escritor. Conforme destaca, o protestantismo daquele tempo tinha uma grande tendência a subdividir-se. “Teólogos de Genebra, vinham reproduzir no Novo Mundo as rixas religiosas do velho”³⁸⁴. Villegagnon como amante da disciplina militar percebeu essa tendência e teria se “reconvertido” a catolicismo (não publicamente) e “depois de várias escaramuças [com teólogos protestantes], Villegagnon fê-los embarcar para a Europa, não sem recomendá-los secreta e barbaramente à polícia católica, que então dominava a França”³⁸⁵.

O que mais importa acerca desses povos civilizados no juízo de João Ribeiro é notar que embora o autor não supere de todo as teorias e generalizações racialistas, sobretudo

³⁸⁰ Idem, *ibidem*, grifo nosso.

³⁸¹ Idem, p. 221.

³⁸² Idem, p. 223.

³⁸³ Idem, p. 113.

³⁸⁴ Idem, p. 114.

³⁸⁵ Idem, *ibidem*.

quando faz teoria, na prática sua ênfase na ação de alguns notáveis e no histórico nada romantizado desses povos vai contra os essencialismos em vigência.

3.3.6 Revoluções e conservantismo

Em diversas ocasiões, tanto em *História do Brasil*, quanto em outros escritos, João Ribeiro se mostra muito cético quanto aos benefícios que movimentos políticos ou sociais abruptos e avassaladores como as revoluções poderiam alcançar. Geralmente, na sua visão conservantista, os êxitos logrados quase nunca justificavam os distúrbios sociais e outras perturbações. Esse juízo genérico o guia não apenas nos expedientes da historiografia, mas também em seus posicionamentos políticos.

Ao abordar as primeiras tentativas brasileiras na busca pela autonomia política o autor pontua:

O espírito do século XVIII na história geral dos povos é quase exclusivamente político. Do livre exame na religião fora se passando à análise das formas tradicionais do governo da sociedade. [...]

Os seus sábios são os economistas ou os filósofos do racionalismo, mais políticos que naturalistas; os seus grandes nomes na literatura são Rousseau, Voltaire, Montesquieu e os enciclopedistas³⁸⁶.

E acrescenta:

já um povo da América, consubstanciando em fórmulas políticas os direitos naturais do homem, havia sacudido o jogo europeu, e realizado a democracia sonhada pelos filósofos. [...]

O grande acontecimento achou, em toda parte, universal aplauso, e sobretudo, secretamente, no coração de todos os americanos que sofriam ainda o jugo do absolutismo colonial, com as suas odiosas restrições. [...]

Pouco importava que não estivessem preparados (e de fato não estavam os nossos opressores e ainda menos nós) para levar a cabo a tarefa da emancipação do homem. A verdade é que a ideia nova despertou o sentimento da liberdade em todos os corações bem formados³⁸⁷.

Não se trata de um conservantismo exagerado ou de satisfação com o *status quo*, antes, reflete a preocupação com mudanças mais efetivas que emblemáticas, as quais só se pode pôr em prática com estabilidade e organização. Quanto ao episódio dos Bekman comenta: “Um ano de governo é sempre demais para um regime revolucionário; promessas e ambições, que o tumulto e anarquia favoreceram agora, mal satisfeitas ou desenganadas pediam a volta da ordem social”³⁸⁸. O trecho ilustra o conservadorismo de João Ribeiro e sua descrença nas fórmulas mágicas do mundo da política, sobretudo

³⁸⁶ Idem, p. 299.

³⁸⁷ Idem, p. 299-300.

³⁸⁸ Idem, p. 226.

porque dez anos de república no Brasil bastaram para que já houvesse um grupo notório de desiludidos que havia gasto bons anos da juventude envergando penas em prol novo regime e constatavam, com assombrosa rapidez, um grave descompasso entre o ideal e a *realpolitik*.

Já a Conjuração Mineira, bem longe de um catecismo republicano, enseja a seguinte interpretação por parte do catedrático do CPII:

O tentâmem dos conjurados mineiros não é uma empresa de literatos e filósofos; é também, eis a sua falha de momento, uma conspiração de quase portugueses contra portugueses, **é o espírito novo e cosmopolita contra os prejuízos nacionais**; é a mesma revolução que se chama constitucionalismo em 1820 com D. João VI e se chama, para nós, independência política, em 1822 com D. Pedro I, ou, em uma só palavra, **é o liberalismo português contra o absolutismo português**; a liberdade dos oprimidos contra o despotismo dos opressores³⁸⁹.

Como faria mais tarde (1914) em seu discurso no IHGB Ribeiro analisa com muita sobriedade e distanciamento a conjuração de 1789. Tiradentes não é pintado com traços heroicos, nem os outros conjurados são tratados como a melhor estirpe dos iluministas dos trópicos.

Outro tópico que recebe a atenção do imortal da ABL é a chamada Revolução de 1817. Assim expõe:

A mola principal desse antagonismo era a antipatia natural entre os filhos do Reino e os brasileiros, e desde o século XVIII o foco mais ardente dessa desavença é Pernambuco [...].
Esse antagonismo é em toda a parte próprio entre os povos que derivam um do outro, e aqui ainda mais acentuado pela diferença das raças. [...]
O estado de penúria a que chegou Portugal, quando se lhe tirou o monopólio da colônia, fez varrer do solo a população semiletrada, parasitária ou sem emprego, que veio para o Brasil alegando menos a escassez do que a saudade e a fidelidade ao rei. [...]
Se as origens da revolução foram criminosas, no termo dela a ação dos realistas foi tão execrável e hedionda que bastaria para justificar a simpatia que ainda despertam as suas gloriosas vítimas³⁹⁰.

De modo geral, podemos encontrar na narrativa de Ribeiro uma moral pacifista quase sempre a condenar os embates violentos: “a mais justa das rebeliões é sempre um crime”³⁹¹, disse ele com certo exagero. A sua leitura da Revolução Francesa caminha nesse sentido:

³⁸⁹ Idem, p. 301, grifos nossos.

³⁹⁰ Idem, p. 330-331.

³⁹¹ Idem, p. 309.

O constitucionalismo foi no mundo europeu o triunfo máximo que conseguiu a grande revolução francesa. Era lícito repelir as fórmulas da Convenção; mas era já impossível emperrar-se nos moldes do absolutismo. Ninguém acreditava mais nas teorias antigas do direito divino e da aliança do trono e do altar. Ao contrário, em sua essência o cristianismo logo pareceu estar ao lado da fraternidade e da igualdade e foi decerto a grande alavanca da democracia moderna³⁹².

Ou seja, o constitucionalismo poderia ser alcançado por outros meios e até mesmo os valores cristãos não estavam em descompasso com as maiores conquistas da revolução. Noutra feita, Ribeiro endossa uma frase de Joaquim Nabuco que dá muito bem o tom de seu conservantismo reformista: “a fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las, e com eles é impossível governar”³⁹³.

3.3.6.1 Raça, Revolução e História

O fator racial desempenha papel importante na narrativa de João Ribeiro não apenas com relação à composição social, mas também numa espécie de teoria da história para o Brasil e América:

Quaisquer que fossem, porém, os movimentos da história, já no século XVII se havia formado no Brasil a **raça nacional mameluca** em maior ou menor grau de cruzamento, e, com essa **criação étnica**, desaparece, por inexplicável, a lealdade, e começam os perjúrios. [...]

Como quer que seja, com a raça nova formava-se o que se poderia dizer a base física da revolução.

O que sucedeu aqui sucedeu por toda a América latina, **onde os mestiços acabaram prevalecendo** sobre os elementos não puros, mas mais homogêneos, dos brancos. As revoluções americanas vestem as formas liberais e cosmopolitas, mas são no fundo exclusivamente étnicas, patrióticas e nativistas; para o europeu que a descobriu, a América é a terra comum; para o americano, é a terra exclusiva³⁹⁴.

Contudo, o argumento racialista não deve ser exagerado, nem podemos transformar *História do Brasil* num simples manual dessas teorias aplicadas à escola. Mais uma vez encontraremos o escritor sergipano cômico das grandes teorias, porém com a originalidade e o poder de síntese que lhe são peculiares:

Não podemos pensar que o homem de cor, consequência semi-híbrida do contato heterogêneo de raças tão distanciadas que até por eminentes cientistas como Haeckel são consideradas espécies diversas, **seja a peste da cultura americana como sentenciaram alguns sociólogos. Mas não cremos com**

³⁹² Idem, p. 339.

³⁹³ NABUCO *apud* Ribeiro, 1954, op. Cit., p. 372.

³⁹⁴ Ribeiro, 1954, op. Cit., p. 301-302.

Martius, que aliás com grande atenção observou essas raças, **serem elas suscetíveis de toda perfectibilidade**; evidentemente e como naturalista Martius pensava no cruzamento crescente pela imigração europeia que viria afinal suplantar o caráter das camadas primitivas; **felizmente ainda nas raças mestiças há sempre um escol intelectual e moral que consegue subjugar-las e dirigi-las**³⁹⁵.

Note que embora faça uso frequente de alguns dos pressupostos das teorias racistas da *Belle Époque* Ribeiro quase sempre relativiza esses argumentos. Não queremos com isso advogar uma justificativa, pelo contrário, trata-se de mostrar que estas teorias eram tão paradigmáticas que ninguém poderia ousar escrever algo de relevância sem dialogar com elas. Porém, conforme já argumentamos, um dos pontos de originalidade do autor é abrir brechas nesse paradigma, mostrar os pontos cegos. Talvez alguns desses limites tenham sido expostos por acaso, todavia, há elementos suficientes para demonstrar que João Ribeiro buscou um caminho diferente. Fique claro, tal caminho não pôs em xeque as teorias racistas – o que só aconteceria quatro décadas depois –, nem impediu-o de sentenciar coisas como: “As raças miscigêneas no seu todo, porém, quais no-las representa a América latina, **não parecem nesse estado possuir a capacidade do *self-governement***. Embalde adaptam as ideias da civilização a seu organismo”³⁹⁶. E acrescenta:

falta-lhes o sentimento que aquelas ideias pressupõem e as virtudes e qualidades morais que, ao contrário das teorias, **só a educação secular da história consegue a custo verter no espírito humano**.

Em geral, assimilam e preferem teorias e os sistemas mais radicais porque esses são possíveis com a demolição da sociedade; cortejam assim a civilização ao mesmo tempo satisfazem o instinto fundamental que é, como das crianças, puramente destrutivo³⁹⁷.

Sendo assim, para João Ribeiro, estas sociedades logo descambariam em anarquia, pois escarnecem dos grandes reis da história. “Nem sabem governar nem ser governados”³⁹⁸, confundem autoridade com força e obediência com servilismo de modo a tornar demasiado grande “a alegria no mandar” e “ignomiosa a vergonha no obedecer”³⁹⁹. Pontua ainda que o governo é para a classe dirigente mestiça um agente da redistribuição da fortuna e “o único remédio para esses povos é o mesmo da antiga colonização, o povoamento contínuo e imigração europeia”⁴⁰⁰. Exemplo de uma política

³⁹⁵ Idem, p. 302, grifos nossos.

³⁹⁶ Idem, ibidem, grifo nosso.

³⁹⁷ Idem, ibidem, grifo nosso.

³⁹⁸ Idem, p. 303.

³⁹⁹ Idem, ibidem.

⁴⁰⁰ Idem, ibidem.

imigratória de sucesso era os EUA que pouco a pouco inspirou toda a América no republicanismo e tinha por destino “um grande passo no progresso das instituições políticas”⁴⁰¹.

Em outro ponto, de certo modo ligeiramente contraditório, o autor disserta sobre os inconfidentes mineiros: “Ali estava o Brasil no escol da sua gente, no que havia de mais elevado e puro”⁴⁰² e, pragmático, acrescenta:

O número considerável de poetas que figuram entre os chefes da conspiração dá-lhes um certo caráter de elevação intelectual e teórica que em outras revoluções práticas fica apenas subentendida; **mas mostra que não podiam aspirar a outro papel que o de precursores**. Tão altos exemplos nunca desaparecem sem deixar um grande proselitismo e pode-se dizer que desde a conjuração de Minas nenhum *homem intelectual* do Brasil poderia estar jamais obrigado ao lealismo português. [...]

Tendo bebido no seio da cultura universal, sabiam que as horas da escravidão da América estavam contadas; mas esta só generalização filosófica não bastava para levantar o exército libertador⁴⁰³.

Se anteriormente ele diz ser exagerado o caráter ilustrado comumente atribuído aos inconfidentes, agora acena nessa direção e ressalta o aspecto simbólico dos conjurados.

3.3.7 História do Presente: Abolição e República

João Ribeiro sempre foi muito cauteloso com a história recente, mesmo assim, não se furtou ao dever de traçar breves linhas acerca dos assuntos que chacoalharam o país, sobretudo as páginas da imprensa na década de 1880, e pautaram a agenda política e intelectual nas décadas seguintes.

Logo na primeira edição do *História do Brasil – Curso Superior*⁴⁰⁴ ele dedica o *Capítulo 9* ao tema, são cinco páginas apenas, mas que merecem atenção.

O autor pontua que durante o século XIX a escravidão foi sendo abolida em várias partes do mundo e que era vontade de D. Pedro II aboli-la gradualmente, pois a questão da substituição do maior contingente cativo do mundo não poderia se dar de forma abrupta sem o infortúnio de arruinar a economia do país. João Ribeiro parece endossar a visão do imperador, e seu reformismo conservantista progresso solidifica nossa interpretação.

⁴⁰¹ Idem, p. 304.

⁴⁰² Idem, p. 305.

⁴⁰³ Idem, p. 308-309, grifo nosso.

⁴⁰⁴ Especificamente para este tópico trabalhamos com a versão de 1901, pois a citada anteriormente (1954) teve esses assuntos aumentados por Joaquim Ribeiro para atendimento das exigências curriculares das décadas de 1930 e 1940.

A 28 de Setembro de 1871 foi votada a grande lei, no mesmo dia sancionada pela princesa. Era assim entre nós aplicada a forma da abolição já decretada em vários países e mesmo em Portugal no tempo de Pombal. Com essa lei estava acabada a escravidão; **mas alguns espíritos liberais e outros exaltados prosseguiram na campanha da abolição**, que queriam o mais breve ou imediatamente. Formou-se então um partido abolicionista, **a que se aliaram os homens da imprensa das cidades, literatos e políticos, oradores e escritores**. Começaram as concessões dos governos que se tornariam impossíveis desde que não soubessem transigir. Vem então o projeto Dantas, que não se transformou em lei; a lei Saraiva-Cotegipe de 1885, que **não podia satisfazer os abolicionistas**. Por iniciativa privada as províncias do Ceará e Amazonas libertam-se da escravidão negra (1884); agricultores do sul e do norte dão o exemplo libertando os seus escravos. E em alguns lugares os escravos abandonam o trabalho⁴⁰⁵.

Creemos que a narrativa acima corrobora, mais uma vez, o perfil parcimonioso do escritor. Outro ponto a se considerar é a distância que ele toma do movimento abolicionista, não apenas pelo uso dos sujeitos na construção gramatical, mas também pela interpretação de que a lei de 1871 tenha sido a mais efetiva para a abolição, já que garantia um movimento gradual. Assim, convém destacar que as biografias mais apressadas do sergipano sugerem uma participação no movimento abolicionista que provavelmente ele não teve. Aos que queiram considerar esse distanciamento uma preocupação de ética professoral ou de objetividade do historiador cumpre ressaltar que o autor se posiciona diversas vezes contra a escravidão, portanto, não se trata nem de reacionarismo, nem de precaução ou neutralidade, é mais uma vez o modo peculiar de Ribeiro fazer sua leitura de mundo. O encaminhamento da narrativa nos ajuda a entender:

Entretanto essa lei [Lei Áurea, 1888], mais que toda humana e cristã, ameaçava o trabalho e feria gravemente os interesses dos agricultores; ainda havia no Brasil mais de setecentos mil escravos que representavam o valor aproximativo de quinhentos mil contos. A humanitária reforma produziu pois inúmeros descontentes entre aqueles que representando a fortuna pública, eram por isso mesmo os estírios da Monarquia conservadora, instituição a custo tolerada pela população das cidades e mal sofrida pelos exaltados e radicais que estavam quase todos, como era natural, entre os abolicionistas. **Muitos dos agricultores passaram-se ao partido republicano ou ficaram indiferentes ao ataque das instituições**; e quando outros descontentamentos surgiram nas fileiras do exército e a imprensa republicana com habilidade os aprofundou, umas e outras forças reunidas levantaram-se em revolta e depondo as antigas instituições proclamaram a República (15 de novembro de 1889)⁴⁰⁶.

Para João Ribeiro a Lei Áurea é o grande impulso rumo a república e esta uma aspiração antiga, mas de certa forma ambivalente:

⁴⁰⁵ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Livraria Cruz Coutinho: Rio de Janeiro, 1901, p. 383-384, grifos nossos.

⁴⁰⁶ Idem, p. 384-385, grifo nosso.

A República era já, como vimos, uma aspiração antiga do povo genuinamente nacional. Ao passo que a monarquia era uma transação e o triunfo moral da conciliação entre portugueses e brasileiros, a república, que seria o triunfo exclusivo dos nativistas, já no segundo reinado podia ser uma aspiração política universal, menos partidária e sem a eiva que caracterizava, em tempos passados, os seus primórdios. A monarquia havia feito baquear o regímen colonial e contribuirá assim para dissipar o velho e estreito antagonismo. [...]

Na sua história mais recente, a aspiração democrática renasce com a fundação do Club Republicano e a criação do órgão *A República* (1871) onde se reúnem vários elementos liberais da política monárquica. **A abolição (1888) é o último golpe. Não fossem, porém, as origens militares da república, a paz do primeiro momento seria talvez perturbada, mas seria incomparavelmente maior e mais sólida a simpatia imediata da opinião.**

Uma década depois dos acontecimentos que abalaram o Brasil no fim do século XIX o autor consegue estabelecer uma narrativa diplomática, que deslinda as razões e força desses movimentos e os efeitos de curto prazo. Contudo, convém pontuar que o autor não parece ser um triunfalista engajado, seja para com a Abolição, seja a República.

3.3.8 Debate historiográfico

Não foram poucos os historiadores e outros profissionais das ciências humanas que se dedicaram a analisar um ponto ou outro da obra *História do Brasil* ou do trabalho de João Ribeiro. Uns o encontraram ao focar no período, outros ao focar nas instituições – CPII, ABL ou IHGB – e poucos se detiveram nessa obra ou nesse autor de forma exclusiva num trabalho de mais fôlego⁴⁰⁷. Nesse sentido, os trabalhos de Patrícia Hansen⁴⁰⁸ e Roberto Candido da Silva⁴⁰⁹ nos parecem os melhores companheiros para um debate historiográfico.

Patrícia Hansen vê o sucesso de *História do Brasil* impulsionado por uma dupla ambição pedagógica, moral – para o povo – e profissional – para os docentes. O livro de João Ribeiro teria alcançado tamanha repercussão por instruir a juventude nas veredas da história, *magistra vitae*, e por se oferecer com alternativa formadora para os mestres de então, já que História ainda não era uma graduação específica na época. Essa segunda

⁴⁰⁷ Circe Bittencourt (1992; 2008), p. ex., ao abordar cem anos de livros didáticos no Brasil passa por João Ribeiro em meio a dezenas de outros escritores; Beatriz Broclin Santos (2008) e Arlette Gasparello (2004) ao abordarem o Colégio Pedro II também tratam João Ribeiro de forma secundária; Eliana Dutra (2005) objetiva o Almanaque Garnier, dirigido por João Ribeiro, porém sem o olhar biográfico, enfim, há muitos outros exemplos de excelentes trabalhos que citam João Ribeiro ou seus livros sem os tê-los como objetos de estudo específicos.

⁴⁰⁸ HANSEN, Patrícia. *Feições e fisionomia. A História do Brasil de João Ribeiro*. Acces: Rio de Janeiro, 2000.

⁴⁰⁹ DA SILVA, Roberto Candido. *O polígrafo interessado. João Ribeiro e a construção da brasilidade*. Dissertação de Mestrado em História Social – FFLCH/USP: São Paulo, 2008. (Orientação: Prof^a Dr^a Miriam Dolhnikoff).

pedagogia explicaria a inserção de vários capítulos e subcapítulos que não faziam parte dos programas curriculares, mas que pela originalidade acabaram reforçando as qualidades do historiador João Ribeiro⁴¹⁰.

Concordamos quanto a esses capítulos extracurriculares terem sido uma das razões do sucesso do livro, revelando uma narrativa pujante e um historiador original que manejava com habilidade as questões frementes da época. Contudo, não cremos que formar professores tenha sido um objetivo explícito de Ribeiro. As inovações nas sequências temáticas têm duas origens: a primeira, do livro infantil, escrito sem as amarras dos programas curriculares, de modo mais fluido, por um hábil prosador; a segunda, do *Curso Superior*, é fruto da preocupação do autor em dialogar com as pesquisas mais recentes efetuadas pelos historiadores do IHGB. João Ribeiro faz questão de salientar que as revistas do instituto foram suas principais referências no quesito atualização, enquanto os clássicos como Southey, Armitage e Varnhagen lhe ofereceram um arcabouço que à essa altura já estava consagrado nos programas oficiais.

Em 1900 Ribeiro não era membro do IHGB e nutria maior fama na filologia, gramática e crítica literária, daí decorre – ao nosso ver – sua preocupação em apoiar suas inovações no campo da história em referências mais “autorizadas”. Portanto, a preocupação não era formar professores de história e sim estabelecer um diálogo *inter pares*. Por outro lado, reconhecemos que tal assertiva não significa que *História do Brasil* não pudesse ser usado por professores como livro de cabeceira ou bíblia da história pátria.

Outro ponto que merece atenção é que Hansen vê *História do Brasil* como instrumento para “formar um escol preparado para ‘subjugar’ e ‘dirigir’ o povo imaturo representado pelo mameluco, cuja ‘psicologia’ era vista pelo autor como responsável por aquele estado de coisas”⁴¹¹. Para a pesquisadora, “esta proposta está intimamente relacionada às preocupações dos intelectuais da chamada geração de 1890, ligada à fundação da Academia Brasileira de Letras e, particularmente, daqueles que podemos identificar como “arielistas”⁴¹².

Posteriormente, Roberto Candido da Silva se aprofunda nessa senda:

⁴¹⁰ HANSEN, 2000, op. Cit., p. 128.

⁴¹¹ Idem, p. 127.

⁴¹² Idem, p. 128.

Por um lado, essas revoltas [nativistas], em grande parte, revelam a revitalização da “raça nacional”, responsável pelo desaparecimento da lealdade dos colonos em relação à metrópole, que em alguns anos resultaria na Independência, no abolicionismo e na República, fatos fundamentais para a construção nacional. Por outro lado, essa mesma “raça nacional” é vista como uma ameaça porque pode conduzir o Brasil a barbárie, inviabilizando o processo civilizatório, tão caro à geração de João Ribeiro. **Quer dizer que João Ribeiro, assim como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, reconhecia o Brasil como uma nação multiétnica.** Mas, encarava “a mestiçagem como uma desvantagem evolutiva e uma ameaça à civilização por trazer riscos de degeneração ou esterilidade devido a fusão de raças díspares”. **É a partir desse ponto de vista que se pode entender o desejo de tutela que a elite intelectual do período buscava exercer sobre a massa da população**⁴¹³.

Essa linha interpretativa é plausível e já se mostrou válida em muitos trabalhos de sucesso, contudo incorre em generalizações que mais atrapalham do que ajudam o entendimento do período. Tem sido comum, quando de um olhar panorâmico ou desatento, atrelar João Ribeiro e Silvio Romero como se o primeiro fosse um discípulo do segundo. Foi Romero quem abriu as portas a Ribeiro comentando os *Idílios Modernos* – volume de poesia jamais publicado – na imprensa carioca assim que Ribeiro desembarcou no Rio de Janeiro, os dois também chegaram a escrever um compêndio de história da literatura e ambos eram sergipanos, assim como Tobias Barreto – o que ensejou o apelido de corrente teuto-sergipana dado por Carlos Devinelli à esta tríade de intelectuais. No entanto, há de se evitar as associações imediatas. Se ambos eram germanófilos, não podemos achar que a cultura tedesca fosse um bloco monolítico; além disso, o compêndio escrito pela dupla foi trabalho feito por encomenda, executado em pouco tempo e sem muita preocupação intelectual com a posteridade; ainda, ambos romperam relações por desacordos quanto a política de Sergipe em 1890⁴¹⁴.

A ligação de Ribeiro com Nina Rodrigues e Euclides da Cunha é ainda menor, embora se possa genericamente dizer que todos navegavam de alguma forma nas ondas do racismo dito científico de então.

Entretanto, conforme argumentamos, o movimento de colocar João Ribeiro como epígono dessa corrente ou o responsável por divulgar ou vulgarizar essas teorias no âmbito didático-escolar nos parece equivocado. Antes, seus trabalhos refletem esse *Zeitgeist*.

⁴¹³ DA SILVA, 2008, op. cit., p. 189, grifos nossos.

⁴¹⁴ Documentada por uma carta de Romero a Ribeiro preservada no Arquivo da ABL (Rio de Janeiro, 1º de abril de 1890).

Outra ideia da explanação de Candido da Silva que merece contraponto é o “desejo de tutela” empreendido pela elite intelectual. Tal ideia até poderia ser válida senão desprezasse o *status quo*. Não estamos falando de uma república popular democrática na qual intelectuais buscam sequestrar a hegemonia política e sim de uma república recém fundada sob a égide militar com respaldo de uma oligarquia rural de matiz arcaico e impulsionada por um revanchismo escravocrata na qual grassava o arrivismo. Nesse sentido, a busca por espaço e projeção por parte da casta letrada não é mero desejo de tutelar o povo e sim um meio de mostrar sua utilidade em um país em que quase três quartos da população era analfabeta e as elites careciam de quadros bem formados.

Ainda que possamos colocar João Ribeiro dentro de uma corrente ideológica ou casta social não podemos vinculá-lo ao ideário republicano de forma automática, sobretudo quando o regime se tornou realidade a partir de 1889. Evidentemente, algumas de suas obras ou ideias poderiam e foram usadas por segmentos políticos, porém não foram pensadas e escritas com viés político explícito, objetivo e sistemático. João Ribeiro sempre escreveu muito e sempre alcançou boa repercussão, mas com tamanha inconstância nos temas (política, história, literatura, música, entre outros), gêneros (crônica, crítica, ensaio, contos, gramáticas, dicionários, manuais) e suportes (jornal, revista, livro, almanaque) que se tivesse essa finalidade se tornaria patente a carência de estratégia. À quem queira arguir que a estratégia fosse mesmo a diluição entre temas, gêneros e suportes, cabe lembrar que muitas das obras de João Ribeiro foram escritas por encomenda, outras tantas interrompidas por falta de pagamento e a maioria delas dispersa em cinquenta anos pelos principais jornais do país sem que merecessem nenhum esforço de sistematização por parte do autor. Conviria também recomendar a leitura dessas peças, que conforme assinalamos em muitas passagens dessa tese, não indicam um projeto coerente e consistente por mais que pareça tentador atribuir a pecha de **historiador republicano** a um jovem gramático que “ganhou” uma cadeira de história no Colégio Pedro II com a mudança de regime e “representou o Brasil em missão oficial de estudos”. A análise da biografia de João Ribeiro não nos permite esse rótulo, nem seu livro *História do Brasil*.

3.4 História Universal

Este livro nasce como *História do Brasil*, didático e sob encomenda, mas em circunstâncias muito diferentes, com objetivos mais modestos que o *Curso Superior* que se refletem na pouca atenção que tem recebido por parte da historiografia e literatura

especializada. Sob impacto da Primeira Guerra Mundial o esquema de distribuição dos livros escolares franceses é inviabilizado e alguns autores notáveis passam a ser convidados a escreverem seus manuais de história geral ou universal. No Brasil, além de João Ribeiro, o erudito diplomata e bibliófilo Oliveira Lima seria outro a assumir tal tarefa.

Se podemos conjecturar que Ribeiro guardasse consigo um desejo de escrever a história nacional por um caminho mais autoral, tal hipótese fica difícil de ser aplicada a seu *História Universal*. Nesse livro não há espaço para inovações, talvez pelo fato de ser, unicamente, fruto de circunstâncias emergenciais.

Muitos elementos corroboram essa interpretação, a começar pelo fato de haver muitos erros ortográficos, advindos da pressa, desleixo ou despreparo do autor ou da tipografia. Outros descuidos como na mesma página usar indistintamente e sem qualquer aviso “Avinhão” e “Avignon” ou “Espanha” e “Hespanha” nos indicam as condições em que deu esse trabalho. Vale destacar que se trata basicamente da mesma editora de *História do Brasil*, apenas com mudança de nome. No livro de 1901 estampa-se “Livraria Cruz Coutinho de Jacintho Ribeiro dos Santos”; em 1918 usa-se “Jacinhtho Ribeiro dos Santos editor”. O primeiro livro foi impresso em Paris e o segundo no Brasil.

Também o texto de *História Universal* aponta para essa perspectiva menos autoral. a narrativa dá muita ênfase a história diplomática, guerras e reis. Nada que se alinhe a *Kulturgeschichte* e embora o autor cite numa nota de advertência inicial que acompanhou mais de perto livros ingleses, o corte temático é bastante tradicional, o que significa dizer *francês*. Todos esses pontos fazem de *História Universal* um manual muito mais comum e corriqueiro e explicam o porquê de não ter tido uma trajetória similar ao traçado por *História do Brasil*.

Porém, essa leitura prévia não esgota a análise do livro e alguns outros assuntos merecem menção, seja porque revelam detalhes e preferências do autor, seja porque esclarecem o contexto.

A despeito disso, contrasta fortemente com os livros didáticos atuais o espaço e atenção dedicado aos períodos da história. Em *História Universal*, a Antiguidade é a grande protagonista. Das 360 páginas do livro, 128 são dedicadas à Idade Antiga. Cinco capítulos ou 43 páginas à Grécia e oito capítulos ou 67 páginas à Roma. Dentre os quarenta capítulos da obra, poucos são dedicados a temas mais recentes, o capítulo 38 é

A revolução francesa; o 39, O diretório, o consulado e o Império de Napoleão; o quadragésimo e último tem 6 páginas e chama-se “Idade Contemporânea – Europa política no século XIX. França, Alemanha, Itália, Estados Unidos, Inglaterra e Japão”.

Dezenove dos quarenta capítulos citam um ou mais nomes próprios de personalidades como Diocleciano, Luís XIV e Catarina II, o que evidencia a ênfase no que chamaríamos outrora de história política tradicional ou velha história política. Dos vinte e um restantes, nove versam sobre guerra, lutas ou invasões. A lista seria maior se acrescentarmos os que juntam as duas rubricas como, por exemplo, o capítulo 17 “*Maomé e o islamismo - A invasão dos árabes*” ou o 32 “*Luís XIII – Guerra dos trinta anos*” entre muitos outros. Os não incluídos na métrica supracitada são: 1 – *Prolegômenos. A história, a pré-história. Idade Antiga. As civilizações do Oriente*; 2 – *Grécia: o povo e o país. Colonização*; 7 – *A Itália. Roma. A fundação. Os reis*; 11 – *Os triunviratos*; 13 – *Flávios e Antoninos*; 20 – *Anglo-saxões e normandos na Inglaterra. A Magna Carta*; 24 – *Retrospecto da Idade Média. Cidades Italianas. Independência da Suíça*; 25 – *Idade Moderna. Descobrimientos marítimos. O renascimento*; 28 – *A Reforma. A contrarreforma*; 37 – *Independência dos Estados Unidos* e os já citados 38 e 40. Observe que mesmo entre esses capítulos poucos escapam a essa visada política tradicional. Curiosamente, os que fogem dessa tendência se mantêm nos currículos e livros atuais como Renascimento, Reforma Protestante, Grandes Navegações – não negando a relevância política desses temas.

Cabe ressaltar que frontispício do livro traz a inscrição “Lições escritas de conformidade com o Programa de 1918 do Colégio Pedro II” o que era um recurso comercial importante e, para nós pesquisadores, uma referência sobre os currículos de então. Outro detalhe importante é dado na *Advertência*:

Escrevendo para **rapazes** tivemos todo o cuidado em evitar asperezas e inúteis escabrosidades de que estão cheios, descuidosamente alguns compêndios. Nada lucraria a juventude em conhece-las⁴¹⁵.

Ou seja, além de ser um livro dedicado a uma ínfima parte da população brasileira – uma elite que chegava ao nível Secundário – não podemos esquecer que o Colégio Pedro II apenas admitia meninos à época. Além de uma restrição geográfica (a capital), financeira, intelectual, havia a de gênero. Assim esperava-se formar o escol dirigente do

⁴¹⁵ RIBEIRO, 1918, op. Cit., p. 2.

país, o que em boa parte aconteceu⁴¹⁶. Indicativo do caráter elitista e ilustrado do público do livro é que nos primeiros capítulos as diversas citações em grego, latim, inglês e francês são acompanhadas de tradução, mas com o avançar dos capítulos e a progressão esperada dos alunos elas vão escasseando até cessar de vez⁴¹⁷.

3.4.1 Clássicos

Como citamos, a Antiguidade Clássica Ocidental ou mais precisamente Grécia e Roma recebem atenção muito especial de João Ribeiro e dos currículos de história de então. Numa perspectiva geral a historiografia da época era muito comedida na abordagem dos episódios históricos recentes e Ribeiro partilhava dessa precaução. Se o fato de o grego e o latim fazerem parte do currículo do Colégio Pedro II tem sido enfatizado, não se pode esquecer de outros elementos que conferiam prestígio à Antiguidade Clássica. Na poesia, o Parnasianismo; na pintura, o Neoclassicismo; na arquitetura, o Estilo Eclético⁴¹⁸. Na ciência da época a taxonomia se fazia sob o léxico helênico, já o direito, os misteres eclesiásticos e diplomáticos consagravam o latim. O conhecimento dos clássicos era imprescindível para qualquer um que aspirasse ao alto escalão das letras, artes, ciências e burocracia.

Portanto, é a partir desse espaço de experiência que se desenha a estrutura de abordagem desses conteúdos no livro *História Universal*. A minuciosa descrição geográfica da Hélade feita pelo professor do CPII é de espantar. O capítulo conta também com um mapa da Grécia e Mar Egeu e ainda que não fosse uma exclusividade em 1918, certamente era um diferencial contar com mapas e outras imagens e além disso o *História Universal* estava repleto. Os capítulos que tratam da história da Grécia têm considerável aporte de imagens: três mapas, duas reproduções de bustos (Sócrates e Alexandre), desenhos de um hoplita em sua armadura, de uma galera grega, da lavagem e enfeite das hermas, da batalha de Arbellas, da estátua do guerreiro ferido, das colunas ao estilo jônico, dórico e coríntio, das colunas do Parthenon e também uma litografia de uma paisagem de Sphacteria, perfazendo um total de 13 imagens em 43 páginas.

⁴¹⁶ Cinco presidentes da república são egressos do CPII: Floriano Peixoto, Rodrigues Alves, Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha e Washington Luís entre outros notáveis citados nessa tese como Pereira Passos, Paulo de Frontim, Joaquim Nabuco, Pedro Américo e o Barão do Rio Branco.

⁴¹⁷ Embora não se possa descartar completamente o fator pressa ou descuido na feitura do livro, cremos ser intencional pelo fato de se notar uma progressividade de acordo com os capítulos. Fosse pressa ou erro, não estariam tão bem ordenados.

⁴¹⁸ Apesar da palavra nos sugerir outra coisa atualmente, o estilo ganhou esse nome porque misturava elementos gregos e romanos de épocas diferentes (clássicos) à elementos românicos medievais, renascentista e barroco, portanto, todos de inspiração clássica

Outro indicativo da erudição do autor e da necessidade vislumbrada de se aprofundar estudos dos gregos é um pequeno texto ao fim do último capítulo a tratar da Grécia intitulado “Fontes da História Grega”. Ali, João Ribeiro recomenda a leitura de Homero, Hesíodo, Heródoto, Plutarco, Tucídides, Aristóteles, entre outros notáveis, separando-os por temas e épocas o que revela um considerável conhecimento da cultura helênica e dos textos citados.

Ainda sobre os gregos cabe destacar dois pontos: Primeiro, sua leitura das Guerras Pérsicas, que poderíamos enquadrar no Orientalismo *à la* Renan: “Representam o primeiro choque entre o despotismo asiático e a civilização grega e marcam, pois, o termo do primitivo influxo do Oriente, que desde então deixou de preponderar na história”⁴¹⁹. Segundo, o esboço de uma ética do historiador – e do homem de letras – ao reprovar o autor da *História da Guerra do Peloponeso*:

Também tem ela [Atenas] maus filhos que muito contribuem para perde-la, e o próprio historiador dessa época Tucídides é um ateniense, mercenário de Esparta, que não hesita nem treme escrevendo que a destruição de Atenas é o **começo da liberdade da Grécia**⁴²⁰.

São dois pontos curiosos porque mostram uma filiação intelectual e um julgamento que não era comum em se tratando dos longos séculos que separavam os dois. A severidade do juízo está relacionada a traição da civilização que representava a interpretação feita por Tucídides do fim de Atenas. Para João Ribeiro, um cultor das letras e civilização de inspiração ateniense, a postura em favor dos brutos espartanos era inaceitável. Mas, note-se, não era suficiente para condenar um clássico ao ostracismo intelectual.

Ao abordar a história romana, vemos um método bem rigoroso tal qual o aplicado à grega: descrição geográfica, etnográfica, mitológica, para só depois se chegar a história. Esse tipo de preâmbulo até poderia ser mobilizado para justificar sua inspiração na *Kulturgeschichte*, porém a ênfase política que dá João Ribeiro quando avança na narrativa põe por terra tal especulação. Além disso, *História Universal* é um livro esquecido por Joaquim Ribeiro, não lhe mereceu a atenção dispensada às outras obras do pai.

Na narrativa do professor sergipano fica muito bem desenhada a inicial pequenez territorial e militar romana e como vai se transformando numa potência. Seguindo essa

⁴¹⁹ Idem, p. 31.

⁴²⁰ Idem, p. 43, grifo constante no original.

lógica, como era de se esperar, dá muita ênfase a ação de generais e as narrativas bélicas. O que não é tão óbvio para a historiografia de então – sobretudo dos livros didáticos – é a ênfase que o autor dá a luta de classes *plebeus-patícios* em Roma, o que nos permite pensar que possa ter sido influenciado pelo contexto de greves e mobilização trabalhista no ano de 1917. Como exemplo, o capítulo VIII traz um tópico sobre “luta de classes” e outro sobre os “plebeus”. O cristianismo recebe pouco espaço, nenhum capítulo em separado e apenas pequenas inserções dentro da história de Roma. Embora Jesus Cristo tenha sido retratado na página 113, é mais um pretexto para tratar na questão judaica no Império Romano. Sobre as imagens, há também outra de *Jesus cristo, o Bom Pastor*, e uma de *São Bento*, as únicas três cristãs em meio a 37 nos capítulos que cobrem a história romana desde a fundação até a queda. Nelas, oito são mapas, treze são personalidades – sobretudo generais e imperadores –, e o restante um misto de paisagens, cenas de batalhas e monumentos arquitetônicos, com espaço para duas fotografias, uma do Coliseu e outra do Arco de Constantino em Roma.

A leitura que João Ribeiro faz da República não é triunfalista, nem essencialista, o que confirma seu ceticismo político pessoal, sua sobriedade de análise, e, mais uma vez, seu pragmatismo.

3.4.2. Modernos

A divisão que aqui seguimos é inteiramente de nossa responsabilidade, mas pensamos que ela dá conta dos principais aspectos que merecem ser ressaltados em *História Universal*. A divisão quadripartida da história é usada por João Ribeiro, porém com muita flexibilidade. Os capítulos que transitavam da Antiguidade ao Medievo e deste a Idade Moderna fluem com naturalidade, com sequências temáticas, sem cortes abruptos, nem uma perspectiva estanque do tempo histórico.

Quanto à Era Moderna, chama atenção o corte francocêntrico adotado por João Ribeiro. Não significa exclusividade, ele está atento a outros países, mas passa muito rapidamente por temas importantes como as grandes navegações, que poderiam despertar mais atenção dos brasileiros pela proximidade com Portugal. Este país, aliás, é bastante marginalizado por João Ribeiro. Talvez essa ausência seja justificada pela atenção que o autor dedica aos lusitanos em *História do Brasil*, não podemos esquecer que se tratava de duas disciplinas separadas à essa altura – História do Brasil e História Universal.

Mesmo assim, há outros temas de relevo negligenciados por JR como o Renascimento Italiano. Era de se esperar mais laudas para um erudito cultor das musas que se dedicara com algum afinco à pintura. São basicamente duas páginas ao tema e nelas as telas de Rafael e Leonardo recebem apenas ligeira menção. Mais uma vez isso reforça o caráter “tradicional” de *História Universal*, muito focado na velha história política, bem longe do *Sciência da História* reproduzido como apêndice ao fim desse mesmo livro.

A Reforma Religiosa merece atenção por parte do autor. São dadas oito páginas ao assunto no qual se destaca a figura de Lutero e a sucessão de eventos que levaram a reforma, além disso há destaque as celeumas do período e a resposta católica. A Inquisição é enfatizada como instituição fomentada pelo clima de conflito na qual “milhares de inocentes ou suspeitos pagaram com horríveis suplícios e torturas”⁴²¹. No entanto, à despeito de uma possível tendenciosidade em pejorar a Igreja Católica, destaca JR ao fim do capítulo:

Cumprido, entretanto, na opinião dos escritores católicos, não exagerar os malefícios da Inquisição pintada sempre com as mais negras cores. Era enfim, um tribunal legal quando lá fora nos outros corriam as guerras civis na Alemanha e Inglaterra, os massacres da França [...]. Foi a autoridade civil (Fernando de Espanha e d. João III) que reclamou a Inquisição, que jamais fora um credo da Igreja e nem tomou incremento em Roma ou na Itália, foco do catolicismo⁴²².

São curiosos esses posicionamentos de Ribeiro acerca da Igreja porque conseguem ser bastante equilibrados, não incorrendo apenas em detrações, nem em defesas apaixonadas. Ideias que corroboram, mais uma vez, o perfil autoral que temos traçado do sergipano nessa tese.

O protagonismo dos tempos modernos na narrativa de JR é exercido pela França e Inglaterra, com algum destaque para os Estados Unidos. Considerando os Francos na conta, temos onze capítulos dedicado aos franceses. Se observamos atentamente, Grécia tem 5, Roma 9, França 11 e Inglaterra, 4, totalizando 27 dos quarenta capítulos da obra. Portanto, dedicaremos mais atenção à França tanto por seguirmos os passos de João Ribeiro, quanto pela questão do francocentrismo premente da época.

Destoando dos livros didáticos mais atuais, Luís XIV é apresentado de forma muito positiva pelo catedrático do CPII:

⁴²¹ Idem, p. 226.

⁴²² Idem, p. 227.

Dotado de grande distinção pessoal e de natural majestade, Luís XIV que foi apelidado de Rei Sol – Le Roi Soleil – tinha, em si, como dizia Mazarino, fazenda para quatro reis.

A sua atividade e vigilância eram extraordinárias; o luxo, a magnificência como jamais houvera antes na sua corte, não diminuía a sua diligência e trabalho no engrandecimento da França⁴²³.

Outros reis da França são brindados com capítulos. Além de Luís XIV, seus antecessores Luís XIII, Luís XI, Henrique IV, Henrique III, Francisco I, Felipe IV e o simbólico Carlos Magno. Uma justificativa para a ênfase dada à França pode ser vislumbrada nesta passagem:

O século de Luís XIV marca o período áureo das letras e da cultura francesa. É a época do bom gosto e do gênio; **Paris tornara-se a capital do mundo como Roma e Atenas**, pelo esplendor e grandeza da arte e da civilização; é o tempo de Descartes, Pascal, Mallebranch, Bossuet, Corneille, Boileau, Racine, Molière, Lafontaine, Mme. de Sevigné, Fénelon, La Bruyère. Os jardins e os palácios do Louvre, de Versailles, **os encantos da sociedade mais culta da Europa, começaram a exercer fascinação do espírito francês sobre o de todos os povos**⁴²⁴.

Tal qual Atenas e Roma, Paris passava a simbolizar o cume da civilização de acordo com João Ribeiro. Isso justificava a atenção dada a história francesa, não o fato do francês ser uma “raça especial” ou coisas do tipo. Não que o autor esqueça de todas as teorias racialistas, ao tratar dos eslavos aponta:

A mais numerosa raça europeia é a dos eslavos que “ocupam maior lugar no mapa que na história a essa pertencem russos, polacos, boêmios, búlgaros, sérvios e outros; mas a nação de maior importância é a Rússia”⁴²⁵.

Contudo, a ênfase – até mesmo por obrigação curricular – está na história política tradicional, com grande espaço para linhagens dinásticas, ações de reis e guerras, entre os quais os franceses recebem maior atenção. Além da tradição reforçada pela cultura escolar, podemos creditar essa abordagem à intenção do autor – explicitada na advertência inicial – de dar preferência “a narrativa dos fatos e acontecimentos em que se pode fundar qualquer filosofia ou teoria da história”⁴²⁶. Desse modo é como se JR se propusesse a apresentar um grande resumo cronológico sem incursões interpretativas. Como temos explorado, pelo conteúdo de *História Universal*, não é possível concordar com ele. A seleção de assuntos e o encaminhamento que o professor do CPII dá a eles é marcada por

⁴²³ Idem, p. 260.

⁴²⁴ Idem, p. 263.

⁴²⁵ Idem, p. 285.

⁴²⁶ Idem, p. 1.

uma perspectiva autoral que, à despeito de não ser muito original, está permeada pela visão de mundo ribeiriana.

Sua interpretação da Revolução Francesa exemplifica isso. Para ele, a revolução foi

o produto de causas profundas que vinham desde muito tempo agitando os espíritos. A ação dos filósofos e intelectuais do século XVIII que pregavam a igualdade social, o exemplo da independência americana em contraste com o absolutismo dos Bourbons, os privilégios injustos, o deboche, a libertinagem da corte governada pela influência de mulheres⁴²⁷.

Além de novamente exacerbar o aspecto moral, o autor associa o feminino à frivolidade, erotismo e degeneração. Sua pretensa neutralidade não resiste a uma leitura inicial. O seu pragmatismo conservantista se faz presente mais uma vez em passagens como a do 14 de julho de 1789:

assaltou a prisão de Estado da Bastilha, que se considerava, **segundo a retórica da demagogia, a fortaleza do despotismo**. Ali, sem exame, eram atirados outrora presos políticos, os suspeitos, homens e mulheres, sem processo, ao arbítrio dos esbirros do rei, mas de fato e na ocasião havia apenas presos alguns falsários de letras de câmbio e dois loucos⁴²⁸.

Depois de desmitificar a data símbolo da revolução, Ribeiro apresenta o que ele vê de despotismo na revolução:

O despotismo igualitário semeava a desordem por toda a terra e à Flor de Lis da realeza sucedeu a bandeira tricolor. [...] A constituição de 1791 é a ‘anarquia espontânea feita anarquia legal’, segundo a opinião de Taine⁴²⁹.

Aos revolucionários não cabe nenhuma passagem lisonjeira, “deles faziam parte os terríveis cabeças Robespierre e Danton”⁴³⁰. Estes revolucionários e todos os outros, “entoavam o hino de guerra composto por De Lisle, a Marselhesa, que se **tornou o hino de todos os revolucionários**”⁴³¹— note que ela não é o hino dos franceses para o autor.

E prossegue sua narrativa, na qual Marat “fora um curandeiro e charlatão” e Luís XVI “um rei honesto e digno, talvez fraco em demasia e vítima inocente das calamidades que vinham desde seus antecessores e culminaram na revolução”⁴³²— note revolução

⁴²⁷ Idem, p. 305.

⁴²⁸ Idem, p. 307, grifo nosso.

⁴²⁹ Idem, p. 307-310.

⁴³⁰ Idem, p. 310.

⁴³¹ Idem, p. 311.

⁴³² Idem, ibidem.

sempre grafada com minúscula por ele. E acrescenta: “a inocência do rei era evidente, mas a Montanha queria-lhe a morte”⁴³³.

Provavelmente, João Ribeiro nutria certa aversão a revolução pelo caráter violento do período jacobino.

A rainha Maria Antonieta foi executada em Outubro. E assim o foram poderosos e grandes, monárquicos e republicanos. Bailly, o presidente dos Estados gerais; Condorcet, Barnave, Camille Desmoulins, Madame Roland, o próprio Felipe Egalité, que fora um dos que votara a morte do rei⁴³⁴.

O ceticismo e resignação com que encara a revolução pode ser vista no parágrafo que encerra o capítulo:

A ideia da Revolução francesa, embora viva associada aos seus crimes, ao ateísmo, a guilhotina e ao anarquismo e tirania dos seus homens, contudo vive na consciência humana como a mais profunda e eficiente de todas as crises sociais e políticas, donde nasceu a liberdade dos povos latinos⁴³⁵.

Fica claro mais uma vez a condenação às revoluções e o espírito pragmático e conservador de João Ribeiro, que deixa essas ideias transparecerem apesar de dizer ter evitado tais generalizações e interpretações.

3.4.3 História Universal da Europa

Mergulhar nas páginas do livro de João Ribeiro é uma tarefa importante, pois evidencia aspectos que não aparecem numa leitura externa, de análise de capa e perfis biográficos em série que induzem a outro olhar. Sob a primeira impressão poderia se falar numa história universal de inspiração germânica, amparada no conceito da *Kultugeschichte*; sob um teoria e metodologia explicitada em *Sciência da História*, com forte base estatística e sociológica; em um estilo inglês dado o número de autores britânicos que o autor diz ter seguido para compor esse livro; em um rompimento com o francocentrismo. Mas, a leitura do texto de *História Universal* nos revela a força das narrativas francesas cristalizadas nos currículos e mercado livreiro.

Embora dê opiniões e interpretações relativamente originais aqui e acolá, a narrativa produzida por João Ribeiro ecoa as características dos livros da época. No todo, é mais do mesmo. Não rompe com a história política tradicional, nem com o quadripartismo francês. Enquanto no apêndice destaca que “o exército francês foi quem

⁴³³ Idem, p. 311-312.

⁴³⁴ Idem, p. 312.

⁴³⁵ Idem, p. 314.

venceu por Napoleão”⁴³⁶, no texto dos capítulos corridos aponta que Napoleão é o “maior gênio militar dos tempos modernos”⁴³⁷.

Há de se frisar que mesmo focando muito na história francesa, não é para engrandecer a história da grande república do hexágono. Ao contrário, a história da Revolução Francesa é quase um exemplo do que não se deve fazer. Apesar de receber menos espaço, é a Inglaterra e suas lentes, conservadora, de reformas moderadas, o exemplo a se seguir.

Poderíamos creditar as inconsistências de *História Universal* ao caráter emergencial ou didático do livro. Todavia, *História do Brasil*, feito em condições similares, não teve os mesmos problemas.

3.5 Mote e glosa

Um dos campos em que mais se destacou João Ribeiro foi o da crítica literária e no início do século XX esse campo compreendia a historiografia entre suas prateleiras. Assim, foi possível que Mucio Leão produzisse um volume da *Crítica* de João Ribeiro apenas dedicado aos historiadores. Vasculhar esses escritos é uma boa forma de avaliar as concepções de história do catedrático.

3.5.1 As qualidades de um bom historiador: Oliveira Lima – história e historiadores

Oliveira Lima – na visão de JR – era um historiador exemplar capaz de aliar erudição, ciência e qualidades de grande escritor. Acerca do livro *Dom João VI* de Lima escreve: “foi o melhor documento que produziu o Brasil na comemoração secular da vinda ao Brasil do príncipe português”⁴³⁸. As virtudes do historiador ligam-se as do homem:

É pois, difícil, distinguir o escritor do homem, o artista do diplomata, o historiador e o brasileiro.

Nele se encontram harmoniosamente todas as vibrações, e cada vez mais se acentuam e aperfeiçoam as qualidades nativas do intelectual e do *gentleman*.

O *D. João VI* será naturalmente o ponto de partida de uma nossa história do século XIX, que não a temos, devidamente escrita e sistematizada, nem muito menos reerguida da poeira fragmentária dos analistas. Para essa tarefa sobram-lhe felizmente mocidade, talento e energia criadora⁴³⁹.

⁴³⁶ Idem, p. 352.

⁴³⁷ Idem, p. 313.

⁴³⁸ RIBEIRO, João. *Crítica – Volume VI: Historiadores*. Publicações da ABL: Rio de Janeiro, 1961, p. 99.

⁴³⁹ Idem, p. 100.

Além dos circunlóquios, nos interessa destacar o “como fazer história” implícito no comentário. Primeiramente, é necessário erudição e o entendimento da história enquanto ciência, bem como qualidades de escritor. Só erudição não basta, é necessário a perspectiva científica e, além dessas duas qualidades, saber comunicar com clareza as ideias.

Em segundo lugar, há de se ter sentido ético-político. Quando Ribeiro comenta “historiador e o brasileiro” está fazendo uma dupla defesa de Oliveira Lima. A primeira e mais óbvia é a de atestar a brasilidade de um homem que nasceu em Pernambuco e cedo emigrou para a Europa, acumulando mais tempo lá do que cá, a segunda tem a ver com a perspectiva ética e política da história. Não nos interessa, segundo João Ribeiro, obras “historiográficas” meramente laudatórias ou grandiloquentes, nas quais o mérito se reduz a um patriotismo tacanho ou nacionalismo chauvinista. Pelo contrário, era preciso uma visão de longo alcance, longe de picuinhas e interesses de primeira hora, para se chegar a uma boa historiografia, não panfletária e crítica.

Não se trata de um fetiche por objetividade e neutralidade, e sim uma perspectiva de longa duração, a serviço do país, do Estado, da civilização brasileira, mais do que um partido – o grande embate da época era entre monarquistas e republicanos e o redesenho da memória história, do panteão nacional e historiografia desde a mudança de regime.

Para não incorrer nos partidarismos mesquinhos o tripé *erudição-ciência-habilidade literária* era mais uma vez vital e esse alto nível de exigência do “como fazer história” cobrava seu preço. Num artigo d’*O Estado de São Paulo* de 1927 que Mucio Leão escolheu para abrir o sexto volume da *Crítica*, Ribeiro explicita:

Para “fazer história” são indispensáveis não somente as qualidades literárias, o senso crítico e a arte de bem escrever.

É de mister realizar certas circunstâncias difíceis e as vezes inacessíveis ou insuperáveis ao escritor de boa vontade.

Uma delas, e não somenos, é a de recursos pecuniários, em terra onde tudo falta e nada existe em estado de concentração, ao alcance de todos. [...]

É necessário por vezes viajar, buscar e adquirir ou inventariar documentos, ler ou copiar papeis, frequentar arquivos e bibliotecas, e gastar muito tempo por uma agulha perdida em palheiro.

Essa contingência afasta, pela renúncia, a maior parte dos pesquisadores indolentes.

Em certos países como a Inglaterra, a história é não só a especialidade de professores, bibliotecários, mas a de políticos e estadistas em disponibilidade.

À lista deve juntar-se os diplomatas que tem sempre largos ócios e suficientes recursos para trabalhar e financiar os trabalhos⁴⁴⁰.

Talvez esse juízo proferido em 1927 evidencie o porquê de Ribeiro ter se limitado e não ousar ultrapassar os limites do segmento didático-escolar. Também podemos interpretar como uma alfinetada aos diplomatas com largos ócios e recursos que não nos legaram material substancial – não estamos falando dos grandes diplomatas-historiadores que deixaram importantes obras (Nabuco, Rio Branco, Oliveira Lima) e sim dos que tinham as mesmas condições e nada fizeram. Fato é que, na perspectiva de João Ribeiro, algumas condições materiais, objetivas, eram necessárias para a boa historiografia.

Dos grandes historiadores do Brasil, Robert Southey, poeta laureado, possuía copiosa biblioteca da família, era rico e sem dúvida só para matar o tempo e aproveitar o acervo paterno de documentos sobre os jesuítas, resolveu escrever a *História do Brasil*, que lord Byron dizia abrir em certas noites de insônia para adormecer. Byron era inimigo de Bob Southey e pouco generoso.

Outra grande *História do Brasil*, ainda hoje a melhor que possuímos, foi a de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. Era realmente um dos espíritos mais seguros da erudição europeia no seu tempo. Na sua larga diplomacia visitou e resolveu os arquivos, contribuiu para o esclarecimento da literatura arcaica com a publicação de vários cancionários, estudou os problemas da América e escreveu, enfim, a grande história do Brasil⁴⁴¹.

O tripé do historiador, além do talento e vocação, dependia de considerável investimento pecuniário e poucos conseguiam realizar todas as valências dessa difícil missão simultaneamente. Mesmo alguns historiadores que tinham erudição e condição financeira não chegavam a satisfazer todos os requisitos. Se Ribeiro evitou criticar diretamente o estilo de Southey, ao citar Byron endossou o juízo deste último e não se imiscuiu de opinar sobre o Visconde de Porto Seguro:

[Varnhagen] Não era um estilista no tempo em que a história era principalmente um gênero de eloquência com Herculano, Michelet, Macaulay, época em que toda arte do historiador estava no poder de “ressurreição”, milagre do romantismo desde Goethe e Walter Scott.

Como quer que seja, não era Varnhagen capaz desse milagre. O seu pincel e as suas cores são frios e desmaiados em morte-cor. Desenhava bem, mas não pintava⁴⁴².

Também havia espaço para elogios ao Heródoto brasileiro, pois “ninguém lhe excedeu a erudição dos seus assuntos e depois dele a *História Geral* do Brasil passou a triste compilação dos compêndios escolares”⁴⁴³. Ribeiro ainda acrescenta que “raras

⁴⁴⁰ Idem, p. 5.

⁴⁴¹ Idem, p. 6.

⁴⁴² Idem ibidem.

⁴⁴³ Idem, ibidem.

vezes um diplomata brasileiro aproveitou mais utilmente o seu tempo”⁴⁴⁴ quanto o fizera o visconde de Porto Seguro.

Convém destacar que o ensejo do artigo de João Ribeiro era destacar os bons trabalhos de historiadores publicados em 1927. Um deles era a nova edição de Varnhagem comentada e anotada por Rodolfo Garcia, então bibliotecário do IHGB. E ao fazer o comentário da obra, não poupou críticas a outro historiador de relevo:

Rodolfo Garcia, tão conhecido pelos seus estudos tupis, e hoje bibliotecário do Instituto Histórico, começou a organizar, e já vai adiantada, a edição exaustivamente anotada da grande história. Essa empresa havia sido iniciada por Capistrano de Abreu, que a abandonou logo nos primeiros capítulos, com a volubilidade que lhe é própria. Rodolfo Garcia retomou o trabalho onde o deixara o seu e nosso mestre e neste ano ainda aparecerá o primeiro volume de Varnhagen⁴⁴⁵.

O artigo do sergipano é de 29 de junho de 1927 e se soubesse que em quarenta e cinco dias o historiador cearense – a quem chama de “nosso mestre” – viria a falecer talvez lhe poupasse esse comentário ferino. Ele encerra com o panorama historiográfico de 1927 e um apontamento importante para o “como fazer história”:

Fazendo a apreciação do livro de Tobias Monteiro, escreveu Paulo Prado que este ano devia ser marcado no calendário em caracteres vermelhos, como o ano dos historiadores, lembrando na ocasião o livro sobre *Mauá*, de Alberto de Faria, o da *Política Exterior do Império*, de Calógeras e o *Diário de Pero Lopes*, do comandante Eugênio de Castro. Ajunto agora essa edição terceira de Varnhagen, que lhes fará excelente companhia. E haverá outros que a esta hora talvez se processem em discreto silêncio. **Contudo, a *História Geral* devia e deve pairar sobre as monografias e grande é o hiato que tem sofrido desde Varnhagen**⁴⁴⁶.

Além de nos dar indício sobre o que se considerava a boa historiografia da época, referendando a avaliação de Paulo Prado, João Ribeiro pontua a necessidade de se produzir novas sínteses sobre a história geral do Brasil. Ponto importante é que, vinte e sete anos depois de ter lançado seu didático *História do Brasil* – e já vimos que este ultrapassou as fronteiras da escola – Ribeiro reclamava livros que viessem a completar a missão que há muito se esperava de Capistrano de Abreu: produzir uma nova síntese da história nacional. A grande questão é que a tradição inaugurada por Capistrano ia justamente na perspectiva contrária, buscando o esmiuçar das fontes, a máxima especialização, o foco “monográfico” e a circunscrição temática. Não seria

⁴⁴⁴ Idem, p. 15.

⁴⁴⁵ Idem, p. 6-7.

⁴⁴⁶ Idem, p. 7, grifo nosso.

despropositado lembrarmos que as condições objetivas para o “fazer história” eram severas como advertiu o próprio João Ribeiro e possivelmente a precariedade institucional tenha contribuído para esse “fazer história” um tanto quanto aquinhoado que se tornou paradigmático.

3.5.1 O espelho de Heródoto: João Ribeiro critica Capistrano de Abreu

Se a trilha da crítica historiográfica feita por João Ribeiro tem nos dado importantes indicações acerca do “fazer história”, útil seria nos determos nos comentários que fez sobre Capistrano de Abreu.

O sexto volume da *Crítica* reúne cinco artigos sobre o historiador cearense organizados em sequência temática por Mucio Leão: I - *O descobrimento do Brasil* (1930); II – *Caminhos do Brasil* (1931); III – *Ensaios e Estudos* (1933); IV – *Retrato de Capistrano* (1927) e V – *Cartas de Capistrano* (1927/1931).

Nos parece proveitoso explorarmos a relação pessoal entre ambos e também os apontamentos historiográficos. Para tanto, seguiremos o percurso cronológico.

Começando pelo *Retrato*, publicado em 26 de agosto de 1927 no *Jornal do Brasil*, duas semanas após o falecimento de Capistrano, registra João Ribeiro:

Desde que o conheci, há quarenta anos, aprendi a venerá-lo com a mais entranhada admiração. E nele não admirava apenas o sábio mestre, mas o próprio homem despidido de todas as vaidades e de todas as preocupações de interesse material⁴⁴⁷.

Em quase todos os artigos sobre Capistrano, há o reconhecimento do seu grande conhecimento histórico, sua erudição, e críticas à inconstância de publicações. Ainda no *Retrato*, de 1927, temos:

Lia e estudava em todas as grandes línguas cultas e delectava as selvagens com o mesmo intenso amor.

Nunca, porém, conseguia levar a cabo o que principiava. As primeiras impressões bastavam-lhe, e assim, deixava-se ficar nas primeiras páginas do livro que não escreveu, porque, naturalmente, achava curta a vida, e longa a arte.

Todo o seu saber desaparece agora, a maior parte inédita, dentro de si sem exterioridade a não ser a dos diálogos íntimos ou dos fragmentos admiráveis que escaparam à sua negligente modéstia.

No convívio dos seus discípulos e amigos, repartia o tesouro de experiência e saber.

⁴⁴⁷ RIBEIRO, 1961, op. Cit., p. 93.

Uma vez, há muito tempo, perguntei-lhe porque não lia menos e não escrevia mais. Respondeu-me que já havia quem escrevesse de mais, lendo muito menos.

Senti que o remoque não vinha a mim reconhecendo a necessidade de equilíbrio entre os tagarelas e os silenciosos. **Nesse tempo eu escrevia pouco.** Contudo, **lastimo que ele não quisesse escrever toda a nossa história e só ele poderia fazê-lo com autoridade.** Fez, todavia, muito.

Devia ser hoje um dia de luto nacional⁴⁴⁸.

Uma constante observada nos juízos de Ribeiro era a inconstância de Capistrano. Em 1930, sobre o relançamento de *O Descobrimento do Brasil*, escreve:

Capistrano de Abreu foi e é considerado o maior historiador brasileiro. Na realidade, não escreveu ele uma história do Brasil como todos esperavam por um erro fácil de compreender.

Capistrano de Abreu não tinha o espírito de coordenação essencial a um plano geral da nossa história. Escreveu fragmentos, prefácios, excursos, e dissertações incompletas. Sabia começar e começou muitas vezes, mas não são sabia acabar e de fato não acabou nunca o que havia magistralmente começado. Era uma das fraquezas desse homem forte. [...]

A mania de ler matava-lhe a faculdade de produzir⁴⁴⁹.

João Ribeiro chama a atenção para o fato de Capistrano estar sempre à procura de novos documentos e nunca se satisfazer com o estado da arte, assim, considerava inacabada sua pesquisa e longe de conclusões definitivas. “O seu temperamento impedia-lhe de escrever a história do Brasil que ninguém como ele poderia realizar. Não queria escrevê-la com hiatos, saltos e obscuridades”⁴⁵⁰.

Noutra feita, ao comentar o lançamento do volume com as correspondências de Capistrano, 1931, João Ribeiro nos deixa conhecer algumas peculiaridades das relações pessoais. Começa dizendo que tem muitas restrições quanto a publicação de correspondências, pois, por exemplo:

As cartas de Capistrano revelam a natural maledicência de seu espírito. Esse grande historiador não julgava bem os contemporâneos, e, se tivéssemos de avaliar seu critério por esses documentos, haveria muito que contestar na sua aptidão de julgar os homens⁴⁵¹.

E acrescenta:

As suas cartas, inconvenientes e medíocres, formam completo inventário de seus ódios, paixões e malquerenças.

Não distinguia, senão raramente o verdadeiro mérito, e a falar a verdade só sabia julgar os antepassados. Cedendo um pouco a essa inclinação **é certo que a nossa história só lhe interessava até o século XVIII, e nada escreveu de aproveitável acerca do Brasil da independência e do império.**

⁴⁴⁸ Idem, p. 94, grifos nossos.

⁴⁴⁹ Idem, p. 84-85.

⁴⁵⁰ Idem, p. 89.

⁴⁵¹ Idem, p. 97.

Tinha invencível ojeriza de seus colegas historiadores, Oliveira Lima, Rocha Pombo, Pereira da Silva, Melo Moraes, Rio Branco e outros, **e se eu não estava nesse número é porque não fiz nada mais que um compêndio escolar e nem me teria ele na conta de historiador de alto coturno.**

É triste verificar pelas suas cartas que o bom historiador é um péssimo epistológrafo [...].

Entretanto, era um homem honesto e incorruptível na vida privada: criou um sem número considerável de admiradores, senão amigos, o que espanta para um temperamento tão eriçado de espinhos.

Confesso que sempre o admirei, mas não o amei nunca⁴⁵².

Desse fragmento, nos interessa marcar a predileção de Capistrano pelo Brasil colonial – o que seria um dificultador para produzir a síntese da história nacional na visão de João Ribeiro – e o *entre-lugar* que João Ribeiro ocupava entre os historiógrafos. Mesmo ele, nos parece, muitas vezes não se via como “historiador de alto coturno”, por não realizar as condições que via como necessárias para tal mister. No entanto, é difícil saber se se trata de uma opinião sedimentada ou de uma modéstia exacerbada em algumas ocasiões pontuais. No prefácio do *História do Brasil – Curso Superior*, por exemplo, o sergipano advoga seu pioneirismo em várias pautas e vai justamente na contramão dessa modéstia e incerteza de proficiência no *métier* dos amantes de Clio.

Portanto, além do tripé *ciência-erudição-habilidade literária*, das condições financeiras adequadas para se realizar pesquisas longas e custosas, do sentido ético-político (isso sim interessa e não a vida pessoal do historiador), cabia ao historiador cuidar de equilibrar a balança entre estudos, leituras e pesquisas de um lado e escrita e divulgação do outro.

De qualquer forma, nos parece cada vez mais claro que a senda hermenêutica aberta por Joaquim Ribeiro da doutrina da *Kulturgeschichte* é descabida quando levamos em conta apenas o que João Ribeiro nos deixou escrito – e não foi pouca coisa. Sem a intervenção exegética do caçula, tantas vezes repetida, nada se sustenta.

Voltando a Capistrano, com o passar do tempo, a severidade dos juízos foi se abrandando e João Ribeiro pinta seu último retrato do mestre cearense em 1933:

Capistrano de Abreu foi o mais modesto e o maior de nossos historiadores.

Não quis nunca escrever uma história do Brasil, o que ele, mais do que ninguém poderia fazer [...]

Se ele quisesse, dar-nos-ia a melhor história do Brasil, depois da de Varnhagen. Não o quis, porém⁴⁵³.

⁴⁵² Idem, p. 97-98, grifos nossos.

⁴⁵³ Idem, p. 91.

Se Capistrano não quis nos legar a melhor história do Brasil que poderia ter sido feita desde Varnhagen, e nenhum outro historiador da época tentou tal façanha, nos parece lícito concluir que *História do Brasil* de João Ribeiro preencheu, por linhas tortas, essa lacuna nas prateleiras das livrarias e entre os apreciadores de história da época. A pergunta que fica é por que o epíteto historiador dado a João Ribeiro aparece sempre *sub judice* nas décadas posteriores e atualidade.

3.5.2 O especialista e o *savant*: Capistrano de Abreu e João Ribeiro

Na tradição historiográfica do último século o nome de Capistrano de Abreu tem sido lembrado como o grande historiador durante a Primeira República. Mais ainda, o maior vulto entre Varnhagen e a “geração de 30” de Caio Prado Junior, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. O nome de João Ribeiro foi esmaecendo entre os devotos de Clio ao mesmo tempo em que o ofício de historiador adquiria foros institucionais, sobretudo com o crescimento das universidades que passaram a contar com cursos de graduação e pós-graduação especializados. A estrutura tácita da corporação seguiu os passos de Capistrano de Abreu, logo elevado a mestre vaqueano.

Os caminhos da historiografia praticados na Europa também se deram no sentido da especialização das monografias em detrimento das grandes sínteses, sobretudo nos últimos cinquenta anos. Poucos historiadores ousaram abarcar períodos de mais de dois séculos em seus trabalhos. A maioria dos que tentaram o fizeram sob a tentativa de divulgação ou caráter didático.

Nesse sentido, João Ribeiro foi sendo esquecido aos poucos pelas gerações posteriores como historiador de relevo. Citado por Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre na década de 1930, os livros de Ribeiro alcançaram a década de 1960 graças ao esforço de Mucio Leão e Joaquim, mas o argumento racial que lhe consagrara em 1900, já não podia ser objeto senão de execração.

Outro ponto que cremos ter contribuído para seu esmaecimento na memória nacional é o fato de João Ribeiro ter sido um dos últimos da sua geração a falecer. Todos os grandes vultos da Primeira República morreram bem antes de JR o que significa dizer que ele não teve um par geracional para lhe tecer os elogios póstumos – Ribeiro fez esse papel quando da morte de Capistrano. É bem verdade que o trabalho da Sociedade Capistrano de Abreu, entidade criada para organizar e eternizar a obra do cearense, trabalhou muito para tornar o autor célebre nas décadas vindouras, e contava entre seus

membros jovens letrados que alcançaram grande status historiográfico – José Honório Rodrigues é o maior exemplo –, mas ter um bastião das letras como João Ribeiro a comentar que Capistrano era o maior historiador brasileiro certamente ajudava.

João Ribeiro não teve quem lhe fizesse esse carinho e o contexto imediato à sua morte trouxe questões mais urgentes aos viventes. Joaquim falhou nessa missão ao nosso ver por duas razões: a primeira é a fraqueza de seus argumentos que giravam em torno da *Kulturgeschichte* – que qualquer leitor atento poderia atestar; a segunda foi o fato de ser filho de João Ribeiro. Essa devoção filial parece sempre “contaminar” as obras de JR aos olhos do leitor. O “método” para ler e entender João Ribeiro criado por Joaquim nega as possibilidades de interpretação dos leitores e dá a impressão de sempre estar advogando em causa própria.

Por isso cremos ser o trabalho de Mucio Leão mais completo e equilibrado e, justamente por isso, deles emerge a polivalência de João Ribeiro, o *savant* que também fazia história. Contudo, estamos falando de um escritor que escreveu muitas laudas sobre a história com aguçada perspicácia e que merecem atenção. Tivesse João Ribeiro apagado seu trabalho na imprensa, suas gramáticas, seus dicionários, sobraria ainda um historiador de relevo.

Considerações Finais

Descobri João Ribeiro pelo livro de Circe Bittencourt⁴⁵⁴, em uma tese que abarca um século da produção de livros didáticos. Pelo recorte temático e temporal, não havia muito espaço para esse professor sergipano. Conheci mais a respeito dele com o livro de Arlette Gasparello⁴⁵⁵ – também dividindo espaço com outros notáveis do Colégio Pedro II. À essa altura, esse escritor já me intrigava como problema de pesquisa, daí até escolhe-lo como objetivo de um estudo de teor biográfico foram alguns meses.

Essa opção se mostrou muito fértil, pois dentro dos debates sobre Ensino de História ou produção didática já havia excelentes trabalhos como os citados acima. Faltava um mergulho mais profundo na biografia de um dos principais autores do início do século XX. Ao aceitar essa missão vasculhamos documentos que até então não tinham sido objeto de análise mais profundas ou não haviam sido alinhados de modo mais sistemático. João Ribeiro foi bastante significativo em seu tempo, uma referência no emergente campo intelectual da época. Impactou o jornalismo, a literatura, a historiografia e o Ensino de História. Seguir sua trajetória e suas redes enriqueceu a pesquisa, pois tivemos de tratar da literatura e intelectualidade do período.

O intuito de nossa tese foi de oferecer uma contribuição que ultrapassasse as biografias laudatórias feitas sobre o autor de *História do Brasil*. Pensamos ter cumprido essa missão, pois revelamos os interesses e estratégias de editores e biógrafos em construir uma imagem pública perfeita de João Ribeiro. Isso não diminui a figura do imortal da ABL, antes, mostra porque a pesquisa histórica nunca deve se satisfazer com as certezas estabelecidas e exaustivamente repetidas.

Nesse sentido, os detalhes de nossa investigação revelaram um panorama muito mais complexo acerca da proximidade de João Ribeiro com o poder republicano e também sobre o status social dos intelectuais e professores na Primeira República. Se um pesquisador desavisado ou apressado quiser selecionar textos e detalhes biográficos de João Ribeiro que o aproxime dos republicanos, dos monarquistas, de Vargas ou da oligarquia cafeeira paulista ele irá encontrar, mas com essa visão encabrestada irá perder

⁴⁵⁴ BITTENCOURT, Circe. *Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)*. Autêntica: Belo Horizonte, 2008.

⁴⁵⁵ GASPARELLO, Arlette. *Construtores de Identidades. A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. Iglu: São Paulo, 2004.

de vista o conjunto, o oscilar do pensamento, as negociações, tensões e dilemas do período. O mesmo valeria para aproximá-lo de teorias racistas, modernistas ou socialistas.

Se isso vale para o corte biográfico, também se aplica aos debates e tensões sociais e intelectuais travados na Primeira República, que foram marcados a ferro pela geração imediatamente posterior que estabeleceu uma retórica paradigmática, vencedora e duradoura.

Assim, seguindo os três capítulos de nossa tese, pensamos ter contribuído para uma reavaliação da biografia de João Ribeiro, para questionar a imagem de uma casta letrada afrancesada, afetada e submissa durante a Primeira República e para delinear uma florescente historiografia que não se resumia a um positivismo tacanho e que encontrava na sua fragilidade institucional justamente o seu principal trunfo, a interdisciplinaridade.

Apêndice I: Obras de João Ribeiro

As obras aqui citadas provêm de nosso contato com os referidos objetos durante a pesquisa acrescidos das anotações de Marcos de Farias Costa. Quando não pudemos realizar a dupla conferência, confiamos na muito completa lista feita por Costa e o leitor encontrará suas iniciais entre colchetes [MFC], antes dos títulos virão o gênero também em colchetes, pois preferimos a organização cronológica – Costa listou por gênero.

I –Publicadas em Vida

[poesia] Tenebrosa Lux. Laranjeiras, s/ed, 3 abri 1881 [MFC].

[poesia] Dias de Sol, Rio de Janeiro: Tipografia Hildebrand, 1884 [MFC].

[poesia] Avena e cítara (versos) 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1886 [MFC].

[tradução]* Coração (Cuore de Edmondo de Amicis – Itália) S/D, data provável 1886.

[gramática] Morfologia e colocação de pronomes, Rio de Janeiro, Tipografia Hildebrand, 1886. Tese apresentada em concurso no Colégio Pedro II [MFC]. Outras fontes indicam o ano de 1887 como data do certame.

[gramática l.d] Gramática Portuguesa 1º ano, Alves e Cia, Rio de Janeiro, 1886 [MFC].

[gramática l.d] Gramática Portuguesa - Curso Médio (2º ano), Alves e Cia, Rio de Janeiro, 1887 [MFC].

[gramática l.d] Gramática Portuguesa – Curso Superior (3º ano), Alves e Cia, Rio de Janeiro, 1887 [MFC].

[gramática l.d] Exame de Português – lições de gramática portuguesa, (s/ed), 1887, Rio de Janeiro, 1887 [MFC].

[gramática] Dicionário Gramatical, Livraria Clássica de Alves e Cia, 1889.

[poesia] Versos, Editora Jacinto Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1890 [MFC]

[educação] A instrução pública – primária, secundária e técnica, Tipografia Montenegro, 1890 [MFC]. Monografia para concurso de Diretor de Instrução Pública no estado de Minas Gerais.

[história l.d] História Antiga – Oriente e Grécia, Livraria Alves, Rio de Janeiro, 1892.

[tradução] Intermezzo, Laemmert, Rio de Janeiro, 1894. Tradução coletiva de Heine – Alemanha. Machado de Assis assina o prólogo e José Perez o prefácio, a JR coube os números 8, 15, 30, 44 e 46 [MFC].

[antologia org] Autores Contemporâneos, v.8, 2ªedição, Cunha e Irmão, Rio de Janeiro 1896 [MFC].

[história l.d] História do Brasil - Curso primário, Editora Jacinto Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1900. Versões “curso médio” e “curso superior” saem ainda em 1900 pela mesa editora.

[memória] Memória Histórica. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1902 [MFC]. Apresentada a congregação do Colégio Pedro II.

[crítica] Obras poéticas de Cláudio Manuel da Costa (2 tomos), H. Garnier, Rio de Janeiro, 1903 [MFC].

[antologia org] Páginas Escolhidas da Academia Brasileira (2 tomos), H. Garnier, Rio de Janeiro, 1903. Em parceria com Mário de Alencar e Raimundo Correa.

[memória] Memória dos sucessos ocorridos no Ginásio Nacional, s/ed, Publicação Oficial, Rio de Janeiro, 1904.

[ensaio] Páginas de Estética, Livrara Clássica, Lisboa, 1905 [MFC].

[tradução] Crepúsculo dos Deuses, A.M Teixeira, Lisboa, 1905 [MFC]. Seleta de contos alemães.

[literatura l.d] Compêndio de História da Literatura Brasileira, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1906 [MFC].

[crítica] Estudo crítico e anotações na “Arte de Furtar”, H. Garnier, Rio de Janeiro, 1907.

[almanaque org] Almanaque Brasileiro Garnier, Garnier, Rio de Janeiro, 1907-1914. Nesses anos JR foi o diretor, em 1913 não houve publicação.

[gramática] Frases Feitas, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1908 [MFC].

[gramática] Gramática de Hilário Ribeiro, Alves e Cia, Rio de Janeiro, 1908. Revista e anotada por J.R [MFC].

[antologia org] Satíricos Portugueses, H. Garnier, Rio de Janeiro, 1910 [MFC]. Com introdução e anotações de críticas de JR.

[ensaio] O Fabordão, crônica de vários assuntos, Garnier (*)Rio de Janeiro, 1910.

[crítica] Teatro de Antônio José – O Judeu (4 volumes), H. Garnier, Rio de Janeiro, 1910-1911 [MFC]. Com notas críticas de JR adicionadas.

[almanaque org] Almanaque Alves, L. Alves, Rio de Janeiro, 1916. Único número [MFC]. Obs: No ano seguinte Francisco Alves falece.

[educação] Exame de admissão para os ginásios, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1916. Em colaboração com Raja Gabaglia [MFC].

[história l.d] História Universal. Jacinto Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1918.

[ensaio] O Folk-lore, Jacinto Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1919.

[ensaio] Notas de um estudante, Revista do Brasil, São Paulo, 1921?.

[ensaio] A Língua nacional, Revista do Brasil, São Paulo, 1921.

[ensaio] Cartas devolvidas, Livraria Chardron, Porto, 1926.

[dicionário] Novo dicionário da língua portuguesa, L. Garnier, Rio de Janeiro, 1926 [MFC]. Escrito por Simões da Fonseca, foi “aumentado e melhorado” por João Ribeiro.

[gramática] Curiosidades Verbais, Melhoramentos, São Paulo, 1927 [MFC].

[dicionário] Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (Boletim nº1), Gráfica Sauer, Rio de Janeiro, 1928 [MFC] em parceria com Coelho Neto, Augusto de Lima, Laudelino Freire, Medeiros e Albuquerque, Carlos de Laet, entre outros.

[história l.d] História da Civilização – 1ª série, Jacinto Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1932.

II – Póstumas

O Elemento Negro (1935)

Crítica (7 volumes - organizados por Mucio Leão). Publicações da ABL, Rio de Janeiro, 1952-1961.

Volume I: Clássicos e Românticos Brasileiros, 1952.

Volume II: Poetas – Parnasianismo e Simbolismo, 1957.

Volume III: Autores de Ficção, 1959.

Volume IV: Críticos e Ensaístas, 1959.

Volume V: Filólogos, 1961.

Volume VI: Historiadores, 1961.

Apêndice II: Correspondência de João Ribeiro

João Ribeiro era um polígrafo e, como tal, deixou seu rastro escrito em diversos gêneros e suportes. Suas cartas não foram ainda sistematicamente analisadas. Possivelmente porque a maioria dos estudos prefere analisar o papel de JR como crítico literário, historiador e escritor de livros didáticos, concentrando-se na análise de livros e periódicos.

O acervo epistolar não é dos mais promissores comparados a outros homens de letras coetâneos, mas revela-se esclarecedor de alguns pontos e também lança questões que nos empurram aos jornais e outros escritos da época. São 108 cartas agrupadas sob a rubrica *João Ribeiro* no Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras escritas entre 1890 e 1930, algumas delas escritas em cidades europeias durante suas viagens conforme se pode ver na tabela abaixo.

Tabela I: Correspondência de João Ribeiro I

<i>Local de emissão</i>	<i>Número de documentos</i>
Rio de Janeiro	73
Berlim	4
Hannover	2
Paris	2
Marselha	2
Genebra	1

Também listamos os principais correspondentes de João Ribeiro que podem ser vistos na *Tabela II*. Todavia, deve-se enfatizar que a lista restringe-se aos documentos preservados. Além disso, algumas ocorrências explicam-se justamente pela distância entre os correspondentes. Esta lista não implica “O” círculo íntimo de JR, embora alguns nomes coincidam. Vale lembrar que alguns de seus amigos mais próximos eram vistos diariamente na rua do Ouvidor, no Colégio Pedro II, nas seções da Academia, cafés, livrarias e em tantos outros lugares da capital.

Tabela II: Correspondência de João Ribeiro II

<i>Principais correspondentes de João Ribeiro</i>	<i>Número de documentos</i>
José Lino	47
Graça Aranha	18
Lúcio Mendonça	6
Affonso Celso	4
José Veríssimo	3

Um pelotão de proeminentes homens de letras também aparece na lista com menos ocorrências tal qual Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Rodrigo Octávio, Emílio de Menezes e o livreiro Francisco Alves.

Ressalva importante é o aparente desleixo de João Ribeiro no trato de suas correspondências. Escrevia em qualquer pedaço de papel, emendava folhas de origens diferentes, sobrescrevia cartas recebidas a ponto de torná-las ilegíveis. Parece nos que JR não estava preocupado com a preservação destas cartas, nem com uma possível monumentalização de sua obra e memória⁴⁵⁶.

Outro adendo que deve ser feito refere-se a busca cruzada de documentos nos arquivos da ABL guardados sob outras rubricas e de outras instituições. Assim, conseguimos documentos que não estão na “Caixa João Ribeiro”. Entre eles, a carta de rompimento entre João Ribeiro e Sylvio Romero, e ainda algumas cartas trocadas com Nabuco e Machado de Assis – publicadas em livro⁴⁵⁷.

A correspondência epistolar é um importante instrumento para o rastreamento das redes intelectuais, sobretudo porque nos mostra até mesmo as ligações internacionais que esses letrados cultivavam. No entanto, como aponta Machado Neto, a ecologia intelectual das nossas letras estava centrada no Rio de Janeiro⁴⁵⁸ e muitos dos contatos intelectuais se davam pessoalmente.

⁴⁵⁶ Nesse ponto podemos contrastá-lo a Oliveira Lima, por exemplo, possivelmente o maior colecionista dos nossos homens de letras da Primeira república. Seu acervo de cartas e documentos estão reunidos ...

⁴⁵⁷ MACHADO DE ASSIS. *Correspondência de Machado de Assis* -TOMO V [coord. Sergio Paulo Rouanet/org. e comentada por Irene Coutinho e Silvia Eleutério]. Publicações da Academia Brasileira de Letras: Rio de Janeiro, ; NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos* V.II. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. Instituto Progresso Editorial: São Paulo.

⁴⁵⁸ MACHADO NETO, Antonio. *Estrutura Social da Republica das Letras – Sociologia da Vida Intelectual Brasileira (1870-1930)*. Edusp: São Paulo, 1973, p. 62-63.

Anexo I: Perfil do Imortal João Ribeiro no site da ABL⁴⁵⁹

Biografia

João Ribeiro (João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes), jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor, tradutor, nasceu em Laranjeiras, SE, em 24 de junho de 1860, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 13 de abril de 1934.

Era o segundo filho de Manuel Joaquim Fernandes e de D. Guilhermina Ribeiro Fernandes. Órfão de pai muito cedo, foi residir em casa do avô, Joaquim José Ribeiro, que era um espírito liberal, admirador de Alexandre Herculano. No inquérito *O momento literário*, de João do Rio, declarou João Ribeiro atribuir a maior importância, para a formação do seu espírito a essa fase de sua vida, quando as excelentes coleções de livros do avô caíram-lhe nas mãos. Além de dedicar-se à leitura, iniciou-se na pintura e na música. Depois de ter concluído na cidade natal os primeiros estudos, transferiu-se para o Ateneu de Sergipe, em Aracaju, onde sempre se destacou como o primeiro da classe. Foi para a Bahia e matriculou-se no primeiro ano da Faculdade de Medicina de Salvador. Constatando a falta de vocação, abandonou o curso e embarcou para o Rio de Janeiro, para matricular-se na Escola Politécnica. Simultaneamente continuava a estudar arquitetura, pintura e música, os vários ramos da literatura e sobretudo filologia.

Desde 1881 dedicou-se ao jornalismo e fez-se amigo dos grandes jornalistas do momento, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio e Alcindo Guanabara. Ao chegar ao Rio, trazia os originais de uma coletânea de poesias, os *Idílios modernos*. Seu amigo e conterrâneo Sílvio Romero leu esses versos e publicou sobre eles um alentado artigo na *Revista Brasileira* (tomo IX, 1881). Mesmo assim João Ribeiro decidiu não publicá-los. Trabalhou, a princípio, no jornal *Época* (1887-1888), multiplicando-se por várias seções, sob diversos pseudônimos: Xico-Late, Y., N., Nereu. Em 1888-1889 estava no *Correio do Povo*, com o seu “Através da semana”, onde assinava com as suas iniciais e também sob pseudônimo.

Apaixonado pelos assuntos da Filologia e da História, João Ribeiro desde cedo dedicou-se ao magistério. Professor de colégios particulares desde 1881, em 1887

⁴⁵⁹ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS In <http://www.academia.org.br/academicos/joao-ribeiro/biografia>; acesso em 25/07/2018.

submeteu-se a concurso no Colégio Pedro II, para a cadeira de Português, para a qual escreveu a tese “Morfologia e colocação dos pronomes”. Só foi nomeado, contudo, três anos depois, para a cadeira de História Universal. Foi também professor da Escola Dramática do Distrito Federal, cargo em que ainda estava em exercício quando faleceu. A sua atividade intelectual irá se desdobrar como autor de vasta obra nas áreas da Filologia, da História e do Ensaio. Escrevia então para *A Semana*, de Valentim de Magalhães, ao lado de Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Rodrigo Otávio, entre outros. Ali publicou os artigos que irão constituir os seus *Estudos filológicos* (1902).

A partir de 1895 fez inúmeras viagens à Europa, ora por motivos particulares, ora em missões oficiais. Representou o Brasil no Congresso de Propriedade Literária, reunido em Dresden, bem como na Sociedade de Geografia de Londres. Mantinha-se em contato com seus leitores brasileiros através de colaborações no *Jornal do Comércio*, n’*O Dia* e no *Comércio* de São Paulo. A última fase de atividade na imprensa foi no *Jornal do Brasil*, desde 1925 até a sua morte. Ali escreveu crônicas, ensaios e crítica.

Em 1897, ao criar-se a Academia, estava ausente do Brasil e por isso não foi incluído no quadro dos fundadores. Em 1898, de volta, ocorreu o falecimento de Luís Guimarães Júnior. A Academia o escolheu para essa primeira vaga. Na Academia, fez parte de numerosas comissões, entre as quais a Comissão do Dicionário e a Comissão de Gramática. Foi um dos principais promotores da reforma ortográfica de 1907. Seu nome foi apresentado diversas vezes como o de um possível presidente da instituição, mas ele declinou sistematicamente de aceitar tal investidura. Em 22 de dezembro de 1927, porém, a Academia o elegeu presidente. João Ribeiro apresentou, imediatamente, sua renúncia ao cargo.

Possuidor de larga cultura humanística, versado nos clássicos de todas as literaturas, dotado de aguda sensibilidade estética, o livro *Páginas de estética*, publicado em 1905, encerra o seu ideário crítico. Seu sentido estético o fazia inclinado a valorizar os aspectos técnicos, estruturais e formais da obra literária, embora fosse um crítico impressionista, com tendência à tolerância e estímulo aos autores, sobretudo os novos.

Segundo ocupante da cadeira 31, foi eleito em 8 de agosto de 1898, na sucessão de Luís Guimarães Júnior, e recebido pelo acadêmico José Veríssimo em 30 de novembro de 1898.

Anexo II – Pesquisa de Topônimos

Em 2016 a plataforma online de notícias Nexo⁴⁶⁰ realizou um levantamento de abrangência nacional acerca dos nomes de pessoas que batizam logradouros públicos, conforme se pode observar abaixo, na lista dos principais figuram alguns homens de letras coetâneos de João Ribeiro como Rui Barbosa, Machado de Assis, Olavo Bilac e Monteiro Lobato, o que ilustra bem a ideia de que defendemos que João Ribeiro foi muito famoso e influente no seu tempo, mas seu nome perdeu força nas gerações seguintes. O estudo também aponta para o desequilíbrio de gênero: apenas 2% das rodovias nacionais têm nomes femininos e

Seguindo a lista, homens ainda dão nome à maior parte das viadutos (88,2%), avenidas (87,1%), parques (86,9%) e praças (85,4%). Enquanto nomes femininos têm participação um pouco melhor, sem nunca chegar a 30%, em vilas (29,6%), passagens (27,2%), escadarias (24,3%), servidões (24,3%) e vielas (24,0%).

Figura AII.1: Resultado da pesquisa (nomes masculinos)



⁴⁶⁰ RONCOLATO, Murilo; MARIANI, Daniel; TONGLET, Ariel & FREITAS, Wellington. *Nomes de ruas dizem mais sobre o Brasil do que você pensa*. Nexo (online): 16/02/2016. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/especial/2016/02/15/Nomes-de-ruas-dizem-mais-sobre-o-Brasil-do-que-voc%C3%AA-pensa>, acesso em 15/10/2018.

Referências

Arquivos Consultados

Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras

NUDOM – Núcleo de documentação do Colégio Pedro II

Arquivo Histórico do Itamaraty

Arquivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

Arquivo da Academia de Ciências de Lisboa

Bibliothèque Nationale de France François Mitterrand

Arquivos Digitais

Biblioteca Nacional (<https://www.bn.gov.br>)

Bibliothèque Nationale de France (<https://www.bnf.fr/fr>)

Bibliografia

AGUIAR, Ronaldo. *O rebelde esquecido. Tempo, vida e obra de Manoel Bonfim*. Topbooks: rio de Janeiro, 2000.

AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu – Sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. Alameda: São Paulo, 2006.

AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro. Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2016.

_____. **A gênese e o desenvolvimento da idéia de civilização na Europa. Da Idade moderna ao século XIX**. Revista Intellectus / Ano 03 Vol. II – 2004.

_____. **A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora**. Tempos Históricos. Volume 19, 2ª semestre 2015, versão eletrônica, p. 151-183.

AZEVEDO, Maria Helena castro. *Um senhor modernista – biografia de Graça Aranha*. ABL: Rio de Janeiro, 2002.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1964.

BARRETO, A. H. Lima. *Crônicas escolhidas*. Ática: São Paulo, 1995.

BILAC, Olavo. *Registro: crônicas da Belle Époque Carioca*. Ed. Uniamp: campinas, 2011.

_____. *Vossa insolência – crônicas*. Cia das Letras: São Paulo, 1996.

BITTENCOURT, Circe. *Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)*. Autêntica: Belo Horizonte, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In FERREIRA, M. & AMADO, J (org). *Usos e Abusos da História Oral*. FGV: Rio de Janeiro, 2005, p. 183-191.

_____. & CHARTIER, Roger. *O Sociólogo e o Historiador*. Autêntica: Belo Horizonte, 2012.

_____. [org]. *Práticas da Leitura*. Estação Liberdade: São Paulo, 2011.

BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (org). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. Ed. UNESP: São Paulo, 2010.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. ABL/ José Olympio: Rio de Janeiro, 2004.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália: um ensaio*. Cia das Letras: São Paulo, 1991.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. Ed. Unesp: São Paulo, 2012.

- CARVALHO, L & BARCHI, F (org). *Intelectuais e Nação: leituras de Brasil na República*. Appris: Curitiba, 2018.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1982.
- CHARLE, Christophe. *Naissance des "Intellectuels" 1880-1900*. Editions de Minuit: Paris, 1990.
- CHARTIER, Roger. *Aventura do livro: do leitor ao navegador*. Editora Unesp: São Paulo, 2009.
- CHARTIER, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. Edufscar, São Carlos, 2012.
- _____. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. Ed. UNESP, São Paulo, 2004.
- _____. *A história cultural – entre práticas e representações*. Difel: Lisboa, 2002.
- CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v 30, n 3, São Paulo, set-dez 2004.
- _____. **O manual escolar: uma falsa evidência histórica**. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v 13, n 27, p 9-75, jan-abr 2009.
- COOPER-RICHET, Diana. **Transferências Culturais, circulação de ideias e práticas: o caso da França e do Brasil no século XIX**. Tradução de Valéria Guimarães. Minicurso “Desafios das transferências culturais – circulação de práticas e representações na imprensa do longo século XIX.” VI Encontro do CEDAP: Assis, outubro 2012.
- COSTA, Marcos de Faria (org). *Bibliografia crítica sobre João Ribeiro*. SEED SE/UFAL: Aracaju/Maceió, 1998.
- CROS, Edmond. **El campo cultural de la segunda mitad del siglo XIX y su articulación con la historia (Freud, Saussure, poética, pintura abstracta)**. Sociocriticism, vol. XXVI, 1y 2, 2011. p. 69-109.
- CUNHA, Fabiana Lopes da. *Da marginalidade ao estrelato: o samba na construção da identidade (1917-1945)*. Annablume: São Paulo, 2004.
- _____. *Caricaturas Carnavalescas: Carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das revistas ilustradas Fon-Fon! e Careta (1908-1921)*. Tese de doutorado em História Social – FFLCH USP: São Paulo, 2008.
- DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII*. Cia das Letras: São Paulo, 2005.
- _____. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. Cia das Letras: São Paulo, 2010.
- _____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Graal: São Paulo, 2011.
- DELACROIX, C; DOSSE, F & GARCIA, P. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. tradução Roberto Ferreira Leal. FGV: Rio de Janeiro, 2012.

_____. & OFFENSTADT, N.(dir). *Historiographies – Concepts et débats (vol I e II)*. Gallimard: Paris, 2010

DEVINELLI, Carlos. *Diretrizes de João Ribeiro*. Livraria Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1961.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira – do IHGB aos anos 1930*. EDIUPF: Passo Fundo, 1998.

_____. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. EDUSC: Bauru, 2002.

DITTRICH, Klaus. **As exposições universais como mídia para a circulação transnacional de saberes sobre o ensino primário na segunda metade do século XIX**. História e Educação Online: Porto Alegre, v17, n41, set-dez 2013, p 213-234.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma vida*. EDUSP: São Paulo, 2009.

_____. *A História*. Ed. Unesp: São Paulo, 2012.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2005.

_____. & MOLLIER, Jean-Yves (org). *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. Annablume: São Paulo, 2006.

ESPAGNE, Michel. **La notion de transfert culturel**. Revue Sciences/lettres En ligne, 2013.

FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese de doutorado em História Social – FFLCH USP : São Paulo, 2006.

_____. **Escrever textos, editar livros, fazer história: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1960)**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 24 - 45.

FREITAS, Itamar. **João Ribeiro e o Ofício do Historiador: seus leitores, suas prescrições**. XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH: João Pessoa, 2003.

GASPARELLO, Arlette. **Invenção e Continuidade: A história do Brasil de João Ribeiro**. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. FCRB/UFF: Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Construtores de Identidade. A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. Iglu: São Paulo, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. LTC: Rio de Janeiro, 1989.

GOMES, Angela de Castro. **Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de Festa**. Luso-Brazilian Review, Volume 41, Number 1, 2004, pp. 80-106.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Rocco: Rio de Janeiro, 1994.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. 7 Letras: Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Historiografia e Ensino de História na Primeira República: Algumas observações.** XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006.

_____. **Manoel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 129-154 – 2003.

GOODSON, Ivor. *Currículo: teoria e história.* Vozes, Petrópolis, 2013.

_____. *As políticas de currículo e escolarização.* Vozes, Petrópolis, 2013.

_____. **Currículo, narrativa e futuro social.** Revista Brasileira de Educação, v 12, nº35, mai-ago 2007.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil – sua história.* EDUSP: São Paulo, 2005.

HANSEN, Patrícia. *Feições e Fisionomias – A História do Brasil de João Ribeiro.* Acces: Rio de Janeiro, 2002.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo.* Autêntica: Belo Horizonte, 2014.

HEIZER, Alda & VIDEIRA, Antonio. *Ciência, civilização e república nos trópicos.* Mauad/Faperj: rio de Janeiro, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História.* Cia das Letras: São Paulo, 2010.

_____. *A Era do Capital – 1848-1875.* Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Era dos Extremos - O breve século XX – 1914-1991.* Cia das Letras: São Paulo, 1994.

_____. *A Era dos Impérios – 1875-1914.* Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1989.

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais.* EDUSP: São Paulo, 1990.

JORGE, Fernando. *Vida e poesia de Olavo Bilac.* T.A Queiroz: São Paulo, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Contraponto/PUC Rio: Rio de Janeiro, 2006.

LEÃO, Mucio. *João Ribeiro.* Livraria São José: Rio de Janeiro, 1962.

LUCA, Tania de. *A Ilustração (1884-1892). Circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro.* Ed. Unesp: São Paulo, 2018.

_____. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação.* Ed. Unesp: São Paulo, 1999.

MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura Social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira 1870-1930.* EDUSP: São Paulo, 1973.

MELO FILHO, Murilo. *Mucio Leão – centenário.* ABL: rio de Janeiro, 2001.

MICELI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos).* Perspectiva: São Paulo, 1977.

- _____. *Intelectuais à brasileira*. Cia das Letras: São Paulo, 2001.
- _____. *Nacional Estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. Cia das Letras: São Paulo, 2003.
- MIDDELL, Matthias. **Histoire universelle, histoire globale, transfert culturel**. Revue Germanique Internationale (En Ligne), 2004
- MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Autêntica: Belo Horizonte, 2008.
- _____. *O Dinheiro e as Letras: História do Capitalismo Editorial*. EDUSP: São Paulo, 2010.
- MOURA, Fabiana Silveira. **Modernismo, política e poder: seguindo as pistas deixadas pela leitura da revista Atlântico**. Anais do VI Simpósio em Literatura, Crítica e Cultura. PPG em Letras – UFJF: Juiz de Fora, 28-31/maio, 2012.
- MURARI, Luciana. *Tudo o mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. Tese de Doutorado – Dpto de História FFLCH-USP: São Paulo, 2002.
- NEEDEL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical*. Cia das Letras: São Paulo, 1992.
- PARDAL, L; VENTURA, A & DIAS, C. *Ensino Médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal – raízes históricas e panorama atual*. Autores Associados: Campinas, 2005.
- PINHEIRO, Ivan. *Meu reino por um cavalo (v.2)*. L&PM: Porto Alegre, 2016.
- PRADO, Antonio Arnoni. *Itinerário de uma falsa vanguarda: Os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo*. Editora 34: São Paulo, 2010.
- _____. *Dois letrados e o Brasil nação: A obra crítica de Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda*. Editora 34: São Paulo, 2015.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Autêntica: Belo Horizonte, 2014.
- RIBEIRO, Joaquim. *9 mil dias com João Ribeiro*. Ed. Record: Rio de Janeiro, 1934.
- RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. Cia Editora Nacional: São Paulo, 1979.
- _____. *Teoria da História do Brasil*. Cia Editora Nacional: São Paulo, 1969.
- _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. Cia Editora Nacional: São Paulo, 1969.
- _____. *História e historiadores do Brasil*. Fulgor: São Paulo, 1965.
- RODRIGUES, Rogério (org). *Nos desvãos da História: João Ribeiro*. Paco Editorial: Jundiá, 2015.
- SANTOS, Beatriz B. M. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Tese de Doutorado em Educação – UFRJ. Orientadora: Ana Maria Monteiro. Rio de Janeiro, 2009, 293 folhas.

SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. Cia das Letras: São Paulo, 1998, p. 227 [versão digital].

_____. (dir). *História do Brasil Nação (1808-2010) – volume 3- A Abertura para o Mundo (1889-1930)*. ed. Objetiva: Rio de Janeiro, 2012.

SCHUSTER, Sven. **História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922**. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online], 2014, vol.21, n.1, pp.121-134. Epub Oct 25, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Cia das Letras: São Paulo, 2003.

_____. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920*. Cia das Letras: São Paulo, 2000.

_____. **O Cosmopolitismo pacifista da Belle Époque: uma utopia liberal**. Revista de História – USP, nº 114. São Paulo, 1983, p. 85-94.

SILVA, Roberto Cândido da. *O Polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade*. Dissertação defendida no departamento de História da FFLCH-USP/ orientada por profª Dra. Mirian Dolhnikoff: São Paulo, 2008.

WARLAND, Geneviève. **Henri Pirenne and Karl Lamprecht's Kultugeschichte: intellectual transfer or 'théorie fumeuse'**. RBHC, XLI, 2011, p. 427-455.

VELLOSO, Monica Pimenta. **A "cidade-voyeur": o Rio de Janeiro visto pelos paulistas...** Revista Rio de Janeiro, n. 8, p. 83-100, set./dez. 2002